CAPA PROMOCIONAL

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Terça-feira 28 de FEVEREIRO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47250
estadão.com.br

INÊS249

ESTADÃO BLUE STUDIO

Maioria das doenças raras tem origem genética

Falta de dados confiáveis dificulta entendimento real do problema

O termo "doença rara" – e 28 de fevereiro é o Dia Mundial das Doenças Raras – fala por si só: são enfermidades que atingem poucas pessoas em uma população. A classificação refere-se a doenças que ocorrem numa frequência igual ou menor do que 1,3 a cada 2 mil pessoas, na definição da Organização Mundial da Saúde.

Apesar de raras, existe uma variedade de doenças que se encaixam na definição, entre 6 mil e 8 mil tipos. "Na medida em que se desenvolvem novos métodos de diagnóstico, mais variedades são identificadas", diz Magda Carneiro Sampaio, professora titular de Pediatria Clínica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. A esclerose múltipla, a síndrome de Guillain-Barré, a fibrose cística e o hipotireoidismo congênito estão entre as enfermidades raras mais conhecidas. O conceito de doença rara pode variar conforme a frequência em diferentes regiões. A dengue, por exemplo, pode ser considerada rara em países da Europa.

Mas a maior parte dessas doenças é considerada rara em qualquer parte do mundo. Por volta de 70% delas se manifestam na infância e 80% têm origem genética, ou seja, são causadas por mutações ou alterações nos genes. Os demais 20% das doenças vêm de outras causas, como as infecciosas. Mas nem todas as doenças genéticas são raras. É o caso da síndrome de Down, que ocorre em 1 a cada 700 nascimentos. No Brasil, ela atinge, segundo estimativas, 13 milhões de pessoas.

Muitos dos números gerais sobre doenças raras que circulam pelo Brasil são baseados em inferências estimadas a partir de dados de outros países. "Nem sabemos ao certo o tamanho do problema", diz Salmo Raskin, presidente do Departamento Científico de Genética da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Cenário que pode mudar nos próximos anos, entre outros motivos, por causa do trabalho em andamento feito pelos membros da Rede Nacional de Doenças Raras (raras.org.br). Esse projeto de pesquisa liderado pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vai compilar dados reais sobre as enfermidades raras brasileiras. A pesquisa deve terminar em 2025.

Em termos de manifestações clínicas, as doenças raras também são marcadas pela diversidade. Elas podem afetar o funcionamento de vários sistemas fisiológicos, como o nervoso, imunológico, cardiovascular e o trato gastrointestinal. Outras características já consolidadas pelas pesquisas clínicas: as enfermidades raras são crônicas e progressivas e podem levar a consequências como atrasos no desenvolvimento, deficiências físicas e intelectuais, malformações e até à morte.

Um conjunto pequeno de doenças, entre três e quatro dezenas, conta com algum tipo de tratamento específico. Mas o desenvolvimento de terapias de reabilitação para controle e redução de sequelas, e para a melhoria geral da qualidade de vida dos pacientes, pode ajudar uma ampla gama de pessoas atingidas pelas mais variadas enfermidades.

A segunda grande dificuldade para os pacientes com doenças raras é o difícil acesso aos serviços de reabilitação, que contam com profissionais como fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, psicólogos e terapeutas ocupacionais. A oferta desse tipo de serviço está mais concentrada nas Regiões Sul e Sudeste e nas capitais brasileiras. No exterior, outros países também passam pelos mesmos desafios que o Brasil, guardadas as devidas proporções. "Mesmo países pequenos e ricos, como a Suíça, não dão conta de todos os casos", afirma Magda Carneiro Sampaio.

A Portaria 199 do Ministério da Saúde, editada em 2014, pode ser considerada um divisor de águas no tema das doenças raras. Desde então, evoluções positivas no setor estão sendo registradas. "Uma das mudanças foi a incorporação de exames específicos no SUS", explica Têmis Maria Félix, geneticista do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e coordenadora da Rede Nacional de Doenças Raras.

A legislação, nos últimos cinco anos, introduziu a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras e habilitou serviços de referência. "Os 20 centros de serviços de referência ainda não suprem toda a demanda e precisam ser ampliados, mas melhorou muito o atendimento aos pacientes", afirma a geneticista de Porto Alegre.

ESTADÃO BLUE STUDIO

PATROCÍNIO Chiesi

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

ESTADÃO BLUE STUDIO

A encruzilhada do diagnóstico

Moléstias com baixa incidência na população demoram anos para ser identificadas

Quando se fala em doenças raras, o primeiro teste que vem à mente é o do pezinho, exame disponível pelo SUS que detecta pelo menos seis doenças, cinco delas raras, e a doença falciforme, que pode ter frequência rara ou não, dependendo da região do País. A tradicional picadinha no calcanhar do bebê logo quando ele nasce é rápida, pouco invasiva e deve ser realizada até o quinto dia de vida.

Em 2021, uma lei ampliou o teste oferecido no próprio SUS para 50 doenças. Mas a implementação desse exame mais completo no serviço público está sendo feita de forma gradativa e ele não está disponível em muitos lugares. Nos laboratórios privados, entretanto, a prática mais completa é corriqueira.

O exame de sangue feito nos recém-nascidos no calcanhar pode parecer pouco eficaz, afinal são apenas 50 doenças entre os milhares das consideradas raras já identificadas. Mas esse é um falso dilema. "O teste é muito importante, pois detecta doenças que necessitam de um diagnóstico e intervenção muito precoces", diz Salmo Raskin, presidente do Departamento Científico de Genética da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Um exemplo, segundo os médicos, é o caso do hipotireoidismo congênito. Se identificado desde o início, um tratamento hormonal simples é o suficiente para impedir que a enfermidade progrida. Caso não seja diagnosticado, em poucos meses, a disfunção pode causar problemas neurológicos, perda auditiva e deficiência no crescimento.

Para outros milhares de enfermidades, entretanto, a situação é mais delicada. O diagnóstico, em vários casos, pode demorar em média até cinco anos para chegar. Segundo Magda Carneiro Sampaio, professora titular de Pediatria Clínica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), um dos gargalos que precisam ser enfrentados é a distância normalmente enorme que existe entre as primeiras visitas ao médico, no início de algum tipo de sintoma, e o encaminhamento ao especialista correto. "São muitas consultas e exames desnecessários, muitos imunodeficientes morrem pelo caminho", afirma Magda. Segundo a médica, é preciso que médicos e enfermeiros da atenção primária estejam mais atentos à possibilidade de o paciente apresentar uma doença rara.

Uma pesquisa liderada pelo enfermeiro Marcos Thomazin Lopes, pós-doutorado em doenças raras pela FMUSP, publicada em 2018 no periódico científico *Clinics*, do HCUSP, revelou que a demora no diagnóstico é uma das maiores queixas dos afetados pelas doenças raras. "O sofrimento psíquico é muito intenso, tanto dos cuidadores e familiares quanto dos pacientes", diz.

REVOLUÇÃO GENÉTICA

O sequenciamento do exoma, um teste abrangente que detecta alterações no DNA e pode identificar quase todas as doenças raras existentes, surgiu como uma revolução no diagnóstico há dez anos. "Com esse exame, o médico nem precisa ter uma hipótese diagnóstica muito forte, o teste diz qual é a doença", diz Salmo Raskin.

É um exame que custa por volta de R$ 5 mil, mas para alguns casos, como para a investigação de deficiência intelectual, ele pode ser feito via SUS ou por meio de planos de saúde suplementar. "É um exame caro, se pensarmos apenas no preço isoladamente. Mas a falta de diagnóstico custa centenas de vezes mais para a família e para o sistema de saúde", diz Raskin.

Como a maior parte das doenças raras é hereditária, um casal que tenha uma criança diagnosticada com alguma dessas doenças deve receber aconselhamento genético caso deseje ter mais filhos. Muitas pessoas não recebem esse tipo de atendimento ou porque não chegam a ter um diagnóstico do primeiro filho ou porque os profissionais envolvidos não oferecem essa orientação.

ESTADÃO BLUE STUDIO

Av. Eng. Caetano Álvares, 55, 5º andar, São Paulo-SP
CEP 02598-900. projetosespeciais@estadao.com

Diretor de Conteúdo do Mercado Anunciante: **Luis Fernando Bovo MTB 26.090-SP**; Gerente de Conteúdo: **Tatiana Babadobulos**; Gerente de Atendimento e de Gestão de Projetos: **Rita Lisauskas**; Gerente de Client Success: **Nuria Santiago**; Gerente de Estratégias de Conteúdo: **Regina Fogo**; Gerente de Eventos: **Daniela Pierini**; Coordenador de Arte: **Isac Barrios**; Arte: **Robson Mathias**; Especialistas de Conteúdo: **João Prata e Renata Mesquita**; Especialista de Pós-Vendas: **Luciana Giamellaro**; Redes Sociais: **Murilo Busolin**; Analista de Conteúdo: **Bárbara Guerra**; Analista de Produto Júnior: **Giuliana Ferrari**; Analistas de Marketing: **Isabella Paiva, Amanda Miyagui Fernandez e Rafaela Vizoná**; Assistentes de Marketing: **Larissa Castro e Giovanna Alves**; **Colaboradores**: Edição: **Eduardo Geraque**; Repórteres: **Juliana Tiraboschi e Marcos Leandro**; Revisão: **Francisco Marçal**

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

A Casa dos Raros

Instituição que abrirá as portas em Porto Alegre tem planos de expansão nacional

A jornada de pacientes até o diagnóstico preciso de uma doença rara é geralmente longa e complicada, o que entardece o início de um tratamento de qualidade – que por si só já é pouco acessível. Pensando em encurtar esse processo e oferecer um manejo mais adequado para as pessoas com doenças raras, pesquisadores da área idealizaram a Casa dos Raros.

A iniciativa começou a ser construída em 2020 e o projeto virá ao mundo, de fato, neste ano em Porto Alegre (RS). "A Casa dos Raros será inaugurada em 2023 e vai oferecer atendimento multidisciplinar, diagnóstico laboratorial, pesquisa experimental e pesquisa clínica, bem como ensino e capacitação, sempre concentrada na área de doenças raras", explica Roberto Giugliani, professor do Departamento de Genética da UFRGS e idealizador da Casa dos Raros. "A instituição foi criada a partir de uma parceria entre o Instituto Genética para Todos, uma ONG criada por profissionais de saúde para ampliar o acesso dos pacientes com doenças genéticas raras aos melhores métodos de diagnóstico e tratamento, e a Casa Hunter, associação de familiares de pacientes com doenças raras que surgiu para ajudar a desenvolver ações que resultem numa melhor qualidade de vida dos pacientes", explica Giugliani.

Em relação à viabilização financeira do projeto, as duas instituições buscam doações de empresas privadas e de pessoas físicas para bancar a construção da unidade da Casa dos Raros em Porto Alegre, que deverá iniciar e manter suas operações a partir dos serviços prestados ao SUS e aos planos de saúde. A Casa terá ainda diversos parceiros estratégicos, como a Dasa Genômica, que vai auxiliar nas áreas de diagnóstico genético e pesquisa clínica, e a Fiocruz, que ofereceu apoio na área de tratamento com terapia gênica. Diversas universidades – como a da Pennsylvania –, além de hospitais e centros de pesquisa, também serão parceiras do projeto.

As dificuldades em relação às doenças raras começam antes mesmo da busca pelo diagnóstico. A falta de informação sobre o assunto acomete tanto os pacientes quanto profissionais da área da saúde, que muitas vezes acabam ignorando sintomas iniciais. Além disso, por se tratar de enfermidades pouco comuns, os tratamentos não são acessíveis.

Diante dessa realidade, os responsáveis pela Casa dos Raros sabem o cenário desafiador que vão encontrar pela frente. "Os desafios são inúmeros", aponta o professor da UFRGS. "Passam pela maior conscientização da população e dos profissionais de saúde em relação às doenças raras até a disponibilização mais ampla dos meios de diagnóstico e tratamento, além de ações concretas para que o diagnóstico seja cada vez mais precoce e os tratamentos rapidamente acessíveis", completa.

A Casa dos Raros quer atuar, também, para garantir que todos tenham acesso ao tratamento, seja pelo sistema público de saúde ou por acordos com convênios privados. "O próximo passo será atender em escala crescente e de modo integral os pacientes com doenças raras, bem como estabelecer os projetos de pesquisa, ensino e capacitação na área."

A iniciativa, pioneira na América Latina, já conta com planos de expansão. "A gente traz uma visão inédita em termos de concepção e abordagem, e a ideia é se multiplicar pelo País. Uma nova unidade, mais ampla, ligada a um hospital dedicado a doenças raras, está sendo planejada para São Paulo", revela Giugliani. "E logo teremos outras unidades nas demais regiões do Brasil", acrescenta.

Os desafios são inúmeros. Passam pela maior conscientização da população e dos profissionais de saúde

O próximo passo será atender em escala crescente e de modo integral os pacientes com doenças raras

Roberto Giugliani
Geneticista

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

São Paulo **28 FEV**

ESTADÃO BLUE STUDIO

Jornada única

Falta de informação é um dos obstáculos a ser transpostos

Cada doença rara tem seus próprios sintomas, necessita de exames específicos e possui uma jornada única até o diagnóstico. A falta de informação tanto dos pacientes quanto dos profissionais de saúde é mais um obstáculo que precisa ser enfrentado.

"Por ser raro, nunca é a primeira coisa que vão pensar", explica a oncologista clínica Rachel Riechelmann. "Se uma mulher na casa dos 50 anos começa a ter calores, ela vai ao médico e a primeira hipótese é de sintomas de menopausa. Ninguém vai pensar que pode ser um tumor raro neuroendócrino que produz um hormônio que dá calor. Então, por ser menos comum, normalmente os médicos generalistas ou ginecologistas não vão pensar nisso de imediato, o que justifica a demora para um diagnóstico", exemplifica Rachel.

Além disso, existem doenças raras que realmente são mais difíceis de ser reconhecidas apenas pela avaliação clínica, seja pela infrequência ou por sintomas inespecíficos. "É o caso de muitas síndromes associadas com atraso no desenvolvimento neurológico e defeitos congênitos", explica o médico geneticista Carlos Eduardo Steiner. Nesses casos, há a necessidade da realização de exames mais específicos, que ainda são pouco acessíveis para a população em geral.

Em relação ao tratamento, Rachel pondera que, em alguns casos, existe possibilidade de cura. "A gente tem doenças raras genéticas, em que realmente a pessoa nasceu comaquela alteração genética e não tem cura, porque está presente desde o nascimento, mas existem doenças raras que não são genéticas e que podem, sim, ser diagnosticadas de forma precoce e o paciente ficar curado."

É inegável que, para potencializar o grau de efetividade do tratamento, o diagnóstico precoce é um fator primordial. Por isso, essa dificuldade para entender sinais que estejam ligados às doenças raras precisa ser superada. E, mesmo para casos em que não há cura, existem tratamentos que podem trazer algum tipo de qualidade de vida para os pacientes, mas que também necessitam que a doença seja diagnosticada precocemente.

"O tratamento em si tem uma série de facetas. Pode demandar cuidados da neurologia, pediatria, fisioterapia. Às vezes, o paciente tem uma dificuldade de locomoção, de fala, de deglutição, então tem vários tratamentos paliativos, além do tratamento efetivo", diz Fernando Iazzeta, diretor de Compliance e Assuntos Corporativos da farmacêutica italiana Chiesi. "A principal mensagem é focar no diagnóstico correto. A partir disso, a gente vai buscar nesta multidisciplinaridade onde pode acolher da melhor forma o paciente", frisa.

Para encurtar a jornada dos pacientes entre o diagnóstico da doença e o tratamento, algumas medidas podem ser tomadas. "É necessário investir na formação de profissionais especializados em doenças raras e ampliar o número de serviços que prestam esse tipo de atendimento", afirma Steiner.

Rachel reforça que a educação é o caminho para melhorar esse quadro. "Trazer mais informação médica sobre essas doenças raras, para fazer o diagnóstico, pode ajudar bastante. Uma outra frente é educar a própria população, mostrando sintomas em que as pessoas devem prestar atenção para procurar o auxílio médico mais depressa."

Iazzeta diz ainda que as empresas privadas podem assumir responsabilidades na mudança desse cenário. "Nosso papel de indústria também é propor diálogo com instituições públicas em níveis municipal, estadual e federal, para que a gente possa somar esforços para garantir esse acesso ao diagnóstico e ao tratamento."

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

ESTADÃO BLUE STUDIO

APRESENTADO POR Chiesi

A importância do diagnóstico precoce de doenças raras

Pais e pediatras devem ficar atentos, 70% das doenças raras começam na infância

Cerca de 300 milhões de pessoas[1] vivem com uma das mais de 7 mil doenças raras catalogadas no mundo[2]. Pela baixa incidência, tais doenças não costumam ser a primeira hipótese de diagnóstico dos médicos. Por isso, a jornada do paciente raro é longa. Essa demora tem impacto na qualidade de vida desses pacientes. "O diagnóstico precoce é fundamental para garantir o tratamento, para doenças tratáveis, ou melhor qualidade de vida dos pacientes", afirma o médico geneticista Marco Curiati.

Contudo, ele destaca a dificuldade dos diagnósticos, pois muitas dessas doenças têm sintomas parecidos com outras enfermidades. "É importante estar ciente sobre as doenças raras, com pais e pediatras de olho para identificá-las o quanto antes." Vale destacar que 70%[1] das doenças genéticas raras começam na infância e 95%[3] delas não têm um tratamento aprovado. "Mas há medicamentos que ajudam na qualidade de vida desses pacientes", garante o médico.

Um exemplo é a alfamanosidose, doença genética, progressiva e multissistêmica, causada pela ausência ou mau funcionamento da enzima alfamanosidase, que leva ao acúmulo progressivo de metabólitos não degradados nas células dos órgãos, provocando infecções, anormalidades esqueléticas, deficiência intelectual, além de problemas cardíacos.

Recentemente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) concedeu a aprovação de uma medicação para a alfamonosidose – um dos poucos casos de doenças raras com tratamento aprovado no Brasil.

SAIBA MAIS SOBRE A ALFAMANOSIDOSE

Doença rara afeta cerca de 1 em cada 500 mil indivíduos[1]

O QUE É

É uma **doença hereditária** que pode fazer com que crianças e adultos sofram com:

- alterações esqueléticas,
- perda de audição,
- deficiências cognitivas,
- problemas no sistema imunológico,
- problemas de saúde mental e comportamentais

O que causa?

É causada por mutações hereditárias em um gene chamado MAN2B15A; herdadas de ambos os pais

OS SINTOMAS

Podem se tornar mais evidentes na infância ou mais tarde nos adolescentes

Primeira infância

- Infecções de ouvido recorrentes associadas a perda de audição
- Comprometimento progressivo das funções motoras, mentais e fala
- Possível hidrocefalia no 1º ano de vida

2ª e 3ª década de vida

- Fraqueza muscular e ataxia, anormalidades esqueléticas e alterações articulares, poliartropatia
- O desenvolvimento neurocognitivo pode ser comprometido. Possíveis desordens psiquiátricas

Idade adulta

- Os pacientes são incapazes de alcançar completa independência social
- Existem dados muito limitados sobre a expectativa de vida em adultos

[1]Malm D & Nilssen ø. Alpha-mannosidosis. Orphanet J Rare Dis 2008;3:21

Desenvolvimento e inovação

Fundado em 1935 na Itália e há quase 50 anos no Brasil, o Grupo Chiesi atua no segmento de doenças raras desde 2013. A unidade de negócios de Doenças Raras foca na pesquisa e no desenvolvimento de tratamentos para tais doenças – a companhia investe 19,8% da receita anual na área.

Além de apostar em novos tratamentos que tragam maior qualidade de vida aos pacientes, a Chiesi também investe em iniciativas de conscientização, com campanhas como a "Olhe para o Raro", no qual as pessoas são convidadas a compartilhar momentos raros que vivenciaram com o objetivo de chamar a atenção para a raridade como algo positivo, mas que requer atenção especial.

[1] Nguengang Wakap S et al, Estimating cumulative point prevalence of rare diseases: analysis of the Orphanet database (Eur J Hum Genet, 28, 2020) p.165-173.
[2] Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma) (2018). Doenças Raras: A urgência do acesso à saúde (e-book) São Paulo.
[3] The Lancet Diabetes Endocrinology (2019). Spotlight on rare diseases. The lancet. Diabetes & endocrinology, 7(2), 75.

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio com patrocínio da Chiesi.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Terça-feira 28 de FEVEREIRO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47250
estadão.com.br

FRANCK FIFE / AFP

Fifa elege Messi o melhor pela 7ª vez e homenageia o melhor de todos

Destaque da seleção argentina campeã mundial, craque superou os franceses Kylian Mbappé e Karim Benzema para levar o The Best, prêmio da Fifa. Pelé (no telão, com o cantor Sacha Distel) recebeu homenagem, com apresentação de Seu Jorge. __A19

E&N **Combustíveis** __B1 e B2

Imposto voltará a ser cobrado; gasolina subirá mais que etanol

__ Alíquotas serão definidas hoje e devem valer a partir de amanhã

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um modelo que institui a volta de tributos federais sobre combustíveis, a partir de amanhã, no qual a gasolina será mais onerada do que o etanol. A definição sobre as alíquotas que serão aplicadas ocorrerá em reunião, hoje, no Palácio do Planalto. A ideia é que a nova tributação leve em conta a sustentabilidade ambiental e a proteção social.

R$ 0,69
Por litro de gasolina era a tributação antes da desoneração feita na gestão Bolsonaro. Etanol era tributado em R$ 0,24

O Ministério da Fazenda não explicou, porém, qual será o porcentual de reajuste nem o valor em reais por litro de cada combustível. Apenas disse que a volta garantirá arrecadação de R$ 28,8 bilhões ainda este ano. A volta da tributação foi interpretada por integrantes da equipe de Haddad como uma "vitória" do ministro sobre a ala política do governo.

Análise __B5

Redução de rombo opõe Haddad e PT

Adriana Fernandes

Ministro quer zerar déficit nas contas em meados de 2024. Cúpula do partido teme retração da atividade econômica.

Recursos públicos __A8

Ministro usa avião da FAB, vai a leilão de cavalo de raça e ganha diárias

Juscelino Filho (Comunicações) viajou "com urgência" a SP em 26 de janeiro. Em dois dias, teve apenas duas horas e meia de eventos oficiais pelo governo.

R$ 140 mil
é o custo médio de viagem ida e volta Brasília-SP num jato particular

Ataques à democracia __A10

Moraes decide que STF pode julgar militares envolvidos em atos golpistas

Decisão põe fim a debate sobre a qual instância do Judiciário cabe a atribuição de julgar militares envolvidos nos atos.

Foco na Irlanda do Norte __A13

Reino Unido e União Europeia fecham acordo para concluir Brexit

Termina impasse sobre controle alfandegário na Irlanda do Norte, que tem fronteira terrestre com a UE.

Ressaca sanitária __A18

Carnaval causa 'minionda' de covid, com alta de 20% em testes positivos

Aumento foi registrado por rede de saúde privada nos dias 17 a 23, na comparação com a semana anterior.

Literatura __C1

O Nome (e os desenhos) da Rosa

Romance volta com esboços de objetos, ambientes, roupas e personagens feitos por Umberto Eco

UMBERTO ECO / EDITORA RECORD

Governo Tarcísio __A12
PPPs paulistas começam com rodovias e trem SP-Campinas

Violência __A15
SP registra alta de estupros e furtos e homicídios em janeiro

E&N **Imposto de Renda** __B13
Quem preferir restituição por Pix terá vantagem, diz Receita

Notas e Informações __A3

O Brasil não está sob ditadura judicial

Não há prisões políticas nem ditadura do STF, como alegam bolsonaristas.

O agro é tech

Eliane Cantanhêde __A11
Lula e PT deixam Haddad como 'malvado número 1'

Timothy Snyder __A14
É preciso saber história para entender a guerra

Pedro Fernando Nery __B6
Hora de defender a família

Edição de hoje
3 CADERNOS – 72 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios
C2. Cultura & Comportamento, A fundo

Tempo em SP
20° Mín. 26° Máx.

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER e GUSTAVO CÔRTES
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Bate-cabeça no governo sobre combustíveis pegou de surpresa até aliados

As divergências públicas entre o PT e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pegaram de surpresa os integrantes da base aliada no Congresso, que viram sinal de desarranjo na condução dos interesses do Planalto no Legislativo. Parlamentares de PSD, PSB e MDB consideram que o governo precisa chegar a um acordo interno e passar as diretrizes para o Legislativo. E não apenas no caso da MP dos combustíveis, mas também nas demais medidas provisórias que tramitam no Congresso e sobre as quais não há orientação. No caso dos combustíveis, nem o ministro do PSD afeito à área, Alexandre Silveira (Minas e Energia), teve participação ativa. A palavra final coube ao núcleo petista Rui Costa, Fernando Haddad e Jean Paul Prates.

● **VIROU.** A reoneração não estava no radar de boa parte da classe política, que viu na fala de Gleisi Hoffmann (PT-PR) contra a medida a senha de que tudo ficaria como estava. Ninguém esperava que Haddad, que vem rivalizando com petistas na defesa de uma política econômica mais ao centro, vencesse a disputa.

● **VISTA.** Aliados dizem que Lula tem pressa em resolver problemas por considerar que a população está impaciente e por isso não terá muita gordura para queimar no 3.º mandato. Essa teria sido uma das razões pelas quais ele não cedeu ao PT para manter a desoneração, por considerar que precisa arrumar as contas.

● **LIVRINHO.** Produtores de etanol estavam prontos para entrar na Justiça caso o governo reonerasse a gasolina e o etanol na mesma proporção. A diferenciação tributária, dizem, está prevista em emenda constitucional aprovada no ano passado.

● **MÃO...** Mesmo com as contas desbloqueadas na semana passada, o PL não pagará salário a Jair Bolsonaro nos EUA. O cacique da sigla, Valdemar Costa Neto, não mudou de opinião sobre o pagamento ao ex-presidente: ele só passará a receber quando voltar ao Brasil. A promessa do PL é pagar a Bolsonaro valor equivalente ao de ministros do STF – hoje de R$ 41.650,92.

● **...FECHADA.** Bolsonaro se queixou na semana passada do salário de R$ 33 mil que recebe do governo, como ex-presidente e militar reformado. "Dá aí US$ 6 mil. Compensa?", disse.

● **VOLTEI.** Enquanto isso, Michelle Bolsonaro gravou um vídeo nesta segunda (27) em que anuncia, ao lado de Bia Kicis (PL-DF), viagens pelo Brasil pelo PL Mulher. Michelle vai receber no próximo dia 5 o primeiro salário do PL, no valor de R$ 39.293,32, equivalente ao de deputada federal.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

● **MOUCOS.** Ao contrário de recomendações que recebeu de aliados, Lula manteve no Conselho de Ética Pública da Presidência dois servidores de carreira da CGU que foram indicados por Jair Bolsonaro. Antônio Carlos Vasconcellos Nóbrega e Edson Leonardo Dalescio Sá Teles são auditores federais de finanças e controle. Seus mandatos vão até agosto de 2023 e maio de 2024.

● **MOUCOS 2.** Petistas veem conflito de interesses na atuação deles, uma vez que a CGU é um órgão de controle do governo e o conselho, um comitê do Executivo.

PRONTO, FALEI!

Marco Bertaiolli
Deputado federal (PSD-SP)

"Não temos visto atitude de gestor no Haddad, só medidas arrecadatórias. Isso é o lado mais fácil de gerir, aumentar impostos e matar a economia."

CLICK

Twitter/@zeca_dirceu - 27/02/2023

José Dirceu
Ex-ministro da Casa Civil

Recebeu alta e voltou para casa após cirurgia para drenar um hematoma subdural na cabeça. Posou para foto com o filho, Zeca Dirceu (PT-PR).

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
MEMBROS
FERNANDO C. MESQUITA
FRANCISCO MESQUITA NETO
JÚLIO CÉSAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O Brasil não está sob ditadura judicial

Não há prisões políticas nem ditadura do STF, como alegam bolsonaristas. Há lei no País, seja para corrigir eventuais erros processuais, seja para punir crimes praticados no 8 de Janeiro

O bolsonarismo despreza os direitos humanos, é contrário à figura do juiz de garantias, propõe eliminar a audiência de custódia e defende a impunidade para crimes praticados por policiais no exercício da profissão. Ao longo dos últimos anos, tem sido o grande catalisador das principais ideias equivocadas sobre o sistema de Justiça. No entanto, quando seus aliados estão envolvidos em problemas com a Justiça, a equação se inverte. O devido processo legal e a imparcialidade do juiz tornam-se prioridades. Existentes desde os inquéritos das manifestações antidemocráticas, as críticas bolsonaristas contra o Supremo Tribunal Federal (STF) subiram de patamar depois do 8 de Janeiro. Teria sido instaurada, nada menos, que uma "ditadura judicial" no País.

"No Brasil, temos presos políticos. Mais do que na Venezuela, na Bolívia e no tempo do regime militar", discursou, sem corar, a deputada Bia Kicis (PL-DF). O deputado Carlos Jordy (PL-RJ) chamou as prisões das pessoas envolvidas na invasão e depredação das sedes dos Três Poderes de "lulags", neologismo com o nome do presidente Lula da Silva e os "gulags", campos de trabalho forçado da União Soviética. Já o deputado General Girão (PL-RN) qualificou a situação de "Guantánamo brasileira", em referência à prisão mantida pelos Estados Unidos em Cuba.

O direito de discordar do Judiciário, seja em que esfera for, integra as liberdades fundamentais, além de contribuir para seu melhor funcionamento. Não existe exercício imaculado do poder, e é muito positivo que Executivo, Legislativo e Judiciário se sintam cobrados e admoestados – ainda mais em situações novas, que exigem respostas inéditas do poder estatal e o risco de errar é maior. O caso do 8 de Janeiro é absolutamente excepcional, ao envolver milhares de pessoas, tipos penais novos e agressões nunca antes vistas às instituições democráticas.

Se o Estado já tem sérias dificuldades de respeitar os direitos fundamentais de pessoas investigadas em casos corriqueiros, seria ingenuidade achar que, nessa situação particular, o poder estatal se comportaria de modo diferente, oferecendo uma atuação perfeita, sem nenhum excesso ou exagero. Seja como for, é preciso exigir do poder público plena aderência à lei, sem transigir com eventuais medidas ilegais ou mal fundamentadas. Por exemplo, este jornal já criticou em editorial o modo como foram realizadas as audiências de custódia relativas aos atos do 8 de Janeiro (ver *A defesa da democracia dentro da lei*, 19/2/2023). A decisão sobre a necessidade de manter a prisão preventiva não foi tomada pelo magistrado que fez a audiência e teve contato com o preso. Prisão sempre exige avaliar as circunstâncias concretas de cada pessoa.

É preciso discernimento. Diante do grande número de pessoas envolvidas, é provável que haja prisões preventivas em desacordo com os requisitos legais. Elas devem ser revogadas o quanto antes, seja pelo ministro Alexandre de Moraes, seja pelo colegiado da Corte – que não deve ter receio de suspender alguma decisão do relator, quando assim for necessário. Mas eventuais equívocos e exageros – que infelizmente são coisas habituais na Justiça brasileira, como se observa, por exemplo, pelos muitos habeas corpus que são concedidos pelo STF – não transformam as pessoas envolvidas nos atos do 8 de Janeiro em presos políticos.

Essas pessoas estão sendo investigadas por ações contrárias ao Código Penal, e não em razão de expressarem uma orientação política específica. A ilustrar que não se trata de perseguição política do Supremo, a própria Procuradoria-Geral da República (PGR) já denunciou por crimes concretos centenas delas, que terão oportunidade, dentro do processo penal, de exercer seu direito de defesa.

O sistema de Justiça penal é imperfeito – e o bolsonarismo lutou e luta arduamente para piorá-lo. Mas isso não autoriza dizer que inexiste, no País, respeito às liberdades política e de expressão. Há caminhos institucionais para correção de erros judiciais. O que não há é autorização para cometer crimes impunemente. A lei vale para todos.●

O agro é tech

Nas últimas décadas, País passou de beneficiário de tecnologias a pioneiro, com ganhos de produtividade e sustentabilidade. Mas há desafios para que essa revolução seja inclusiva

Na cultura popular, o campo é associado ao passado; as cidades, ao futuro. Na área tecnológica, em especial, a indústria é vista como o espaço da inovação e a agropecuária, como o da tradição, quando não do atraso. Mas o agronegócio brasileiro desmente radicalmente esses estereótipos.

Nas últimas décadas, a agropecuária tem sido uma ilha de excelência em termos de crescimento da produtividade, seja comparada a outros setores da economia nacional, como indústria e serviços, seja comparada à agropecuária de outros países.

Em duas ou três gerações, o Brasil passou de importador de alimentos a um dos maiores exportadores do mundo, em vias de se tornar o maior. Entre 2011 e 2020, por exemplo, enquanto o setor de serviços cresceu apenas 1,5%, a indústria encolheu 12,8% e o PIB, como um todo, 1,2%, a agropecuária cresceu 25,4%. Entre 2006 e 2017, enquanto a média de crescimento anual da agropecuária dos maiores competidores do Brasil, os EUA e a China, foi de, respectivamente, 1,9% e 3,3%, no Brasil foi de 4,3%.

Essa história de sucesso, que tem muito a ensinar a outros setores, foi calcada em empreendedorismo, reformas econômicas (como a liberalização do mercado), políticas públicas (como as de crédito e fomento), parcerias público-privadas e, acima de tudo, inovação e tecnologia.

Ao longo da chamada "Revolução Verde", que desde os anos 60 introduziu técnicas como a alteração genética de sementes, fertilizantes químicos, irrigação controlada e novos métodos de mecanização, o Brasil começou como um dos grandes beneficiários e se transformou gradualmente num dos grandes pioneiros. O Cerrado, em especial, deixou de ser uma região pouco apropriada para a agricultura em razão da acidez do solo para se transformar num dos maiores polos globais de produção de soja. Como mostrou reportagem do **Estadão**, tornou-se corriqueira, por exemplo, a colheita de três safras de grãos por ano.

Ao assumir um papel de vanguarda nessa revolução, o Brasil contribuiu para reduzir a pobreza, a insegurança alimentar, a mortalidade infantil, as emissões de gases de efeito estufa e o uso de terras para a agricultura. Mas essa explosão de eficiência trouxe também seu ônus: o esgotamento e a erosão do solo, alterações nos ecossistemas, desmate e priorização da estrutura latifundiária em detrimento da produção familiar, impulsionando o êxodo rural.

Assim, aos triunfos da produtividade se somaram os desafios da sustentabilidade. Também nesse âmbito o Brasil tem sido pioneiro, aprimorando técnicas como a integração lavoura pecuária e promovendo a agricultura de precisão através de tecnologias digitais como a Internet das Coisas, a robótica, sensores meteorológicos, Big Data e computação em nuvem, ou a agricultura vertical.

Ainda há, contudo, entraves a serem eliminados, notadamente a infraestrutura precária de internet, ainda não acessível a todos os produtores, em especial os pequenos. Se essas deficiências não forem vencidas, há o risco de aumentar o abismo entre pequenos e grandes produtores, perdendo-se uma janela de oportunidades para reduzir a desigualdade nacional.

No campo das políticas públicas, além de melhorias gerais no ambiente de negócios e na infraestrutura, é preciso fortalecer incentivos, focando em crédito para projetos que incorporem inovações tecnológicas, técnicas gerenciais e práticas ambientais. Incentivos diretos à inovação envolvem a promoção da pesquisa e cooperação transversal entre diversos setores, especialmente robustecendo a capacidade de colaboração da Embrapa. Para que sejam socialmente sustentáveis, essas medidas devem ser combinadas a políticas de capacitação e assistência técnica às pequenas propriedades rurais familiares.

Ao contrário da trajetória de degradação da indústria que precisa ser revertida, o agro brasileiro já vive um ciclo virtuoso. Se for potencializado, a agropecuária pode ser ainda mais sustentável, criar mais empregos e aumentar rendas nas zonas rurais, exportando para o mundo um modelo de produtividade e sustentabilidade.●

ESPAÇO ABERTO

A volta da política

Jorge J. Okubaro

A política, para alguns o símbolo de todo o mal que acomete o País, felizmente está recuperando seu papel. Ela implica a discussão sensata em busca de consensos sem os quais nenhuma ação pública, especialmente as mais importantes e em geral mais complexas e geradoras de dissensão, pode prosperar no ritmo e nas condições necessárias para amenizar os problemas da população.

Se imagens podem ser mais veementes do que palavras, veja-se a foto do encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o governador paulista, Tarcísio de Freitas, e o prefeito de São Sebastião, Felipe Augusto, para decidir providências imediatas de socorro às vítimas das chuvas no litoral norte e de recuperação dos serviços afetados pelos deslizamentos. Cada uma dessas autoridades representa uma instância do poder público e pertence a um partido diferente e adversário dos demais – PT, Republicanos e PSDB, respectivamente. Mas uma necessidade muito maior do que seus interesses pessoais ou partidários as unia. Buscar soluções que interessem à população, e acima de divergências pessoais ou partidárias, como estavam fazendo esses dirigentes públicos, é fazer política. E é fazer política responsável, com a valorização do pacto federativo.

É um cenário diferente do que se observou entre 2019 e 2022. Por iniciativa do ex-presidente Jair Bolsonaro, os demais Poderes foram atacados; outras instâncias de poder foram ignoradas. Apenas interesses dos bolsonaristas mereciam atenção do governo. Embora pretendessem destruir a política, esses bolsonaristas estimularam seu fortalecimento. À violência das ações de seus grupos golpistas que, em 8 de janeiro, atacaram e invadiram edifícios que simbolizam a República, dirigentes dos Três Poderes, acompanhados de mais de 20 governadores de Estado, responderam com uma caminhada do Congresso até a sede do Supremo Tribunal Federal, num gesto que simbolizou a união em defesa do Estado Democrático de Direito. Dele já surgem frutos.

> ***Buscar soluções que interessem à população, e acima de divergências pessoais ou partidárias, como fizeram Lula, Tarcísio e Felipe Augusto, é fazer política responsável***

A reunião de Lula, Tarcísio e o prefeito de São Sebastião é um deles. Há dias, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que desde 1989 se apresentava como adversário inconciliável do principal líder do PT e feroz crítico de tudo o que esse partido defende, destacou a importância do diálogo com o governo Lula. Caiado disse ser importante estabelecer uma "convivência pacífica e respeitosa" entre Estados e governo federal e que governar com a participação de todos os entes federados, sejam aliados ou opositores, é "a maneira republicana de governar".

Há evidente dependência financeira de Estados em relação à União, assim como há das prefeituras aos governos estadual e federal, o que força a aproximação de governadores com o presidente da República. Não se viu isso, porém, no governo Bolsonaro. Na pandemia, qualquer forma de cooperação com os governos estaduais foi descartada.

A desobstrução dos caminhos da política propicia a oportunidade para que os grandes problemas do País sejam discutidos e, assim, se possa encontrar meios para enfrentá-los com eficiência, ainda que muitos deles pareçam bem maiores do que a disposição geral para superá-los.

Na reunião que teve com os 27 governadores no Palácio do Planalto no dia 27 de janeiro, o presidente Lula disse que não haverá vetos aos pedidos dos Estados, cujas demandas, garantiu, serão examinadas pelo governo federal. Ao final, os governadores divulgaram documento, também assinado por Lula, no qual reafirmam seu compromisso com o Estado Democrático de Direito e garantem que "todos os nossos esforços serão orientados pela agenda do desenvolvimento para superarmos o desemprego, a inflação, a fome e a pobreza numa agenda integrada e negociada permanentemente". Eis aí um resumo dos anseios do País.

Foi um ato nitidamente político. Esse ato dá força ao compromisso que Lula assumiu no discurso de posse que pronunciou no Congresso: "Reafirmo, para o Brasil e para o mundo, a convicção de que a política, em seu mais elevado sentido – e apesar de todas as suas limitações – é o melhor caminho para o diálogo entre interesses divergentes, para a construção pacífica de consensos. Negar a política, desvalorizá-la e criminalizá-la é o caminho das tiranias".

A valorização da política, a busca da reconciliação num país ainda nitidamente dividido, a promessa de que governará para todos os brasileiros o ajudam. A coragem de rever programas sociais de grande alcance, como o Bolsa Família, para restabelecer sua eficiência e seus verdadeiros objetivos, ainda que isso implique afastar mais de 1,5 milhão de pessoas dos benefícios hoje pagos irregularmente, lhe dá credibilidade. Mas ele ainda faz discursos voltados exclusivamente para a base petista e que parecem estimular-lhe uma espécie de volta às origens operárias, mas podem enfraquecê-lo em diferentes segmentos da sociedade e ameaçar o êxito de seu governo. O País ainda aguarda seus planos e suas propostas para a retomada do desenvolvimento. ●

JORNALISTA, É AUTOR, ENTRE OUTROS, DO LIVRO 'O SÚDITO (BANZAI, MASSATERU!)' (EDITORA TERCEIRO NOME)

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Tragédia no litoral de SP

O dinheiro dos royalties

Tendo recebido nada menos que R$ 632,8 milhões em 2022 como pagamento de royalties pela exploração de petróleo em suas águas, as prefeituras dos quatro municípios do litoral norte mais afetados pelo dilúvio no carnaval (São Sebastião, Ubatuba, Caraguatatuba e Ilhabela) têm condições de sobra para oferecer melhores e mais seguras condições de moradia aos milhares de habitantes de suas encostas, sujeitas às intempéries e catástrofes climáticas a cada novo verão. Por oportuno, cabe lembrar que os moradores e as vítimas das vilas afetadas pelos deslizamentos são os responsáveis diretos pela manutenção do funcionamento do turismo local: trabalham em hotéis, pousadas, restaurantes, quiosques e casas de veraneio das cidades. Sem eles, a engrenagem de atração turística, razão de ser de todo o litoral, simplesmente deixa de funcionar.

J. S. Decol
decoljs@gmail.com
São Paulo

Comoção

Talvez a imagem mais representativa da tragédia anunciada que se abateu sobre o litoral de SP seja a foto do menino Aleffi Miguel, publicada no **Estadão** de domingo (A15). A imagem é digna, infelizmente, de prêmios de fotojornalismo e dos cumprimentos ao fotógrafo Felipe Rau. Impossível não se comover ou até chorar diante da expressão do menino, hoje órfão e vítima do descaso das *autoridades*. Em 1982, a foto de um garoto chorando, na capa do *Jornal da Tarde*, comoveu o Brasil pela derrota na Copa do Mundo. Agora, a foto de Aleffi deveria gerar comoção e revolta neste país de injustiças. E aos políticos de São Sebastião, do Estado e de Brasília, uma pergunta: quem será responsável, agora, pela vida e pelo futuro de Aleffi?

Homero Moreira Querido
homeroquerido11@gmail.com
São Paulo

Subprefeitura da Sé

As barracas dos sem-teto

Sobre a entrevista com o coronel Alvaro Camilo (*Subprefeito da Sé defende remover tendas de sem-teto*, **Estadão**, 27/2, A16), é lamentável que cabeças como esta deem as cartas na cidade de São Paulo. Pergunto: por que não providenciar, antes, onde alojar essas pessoas?

Neuton K.
nkarassawa@hotmail.com
São Paulo

Todos sabem que barracas e bancas precisam de autorização municipal para ser instaladas nos espaços públicos. A Praça da Sé, como tantos outros locais públicos, é inadequada a essa finalidade, por causa da grande circulação de pessoas. Existe a opção de abrigos seguros para os sem-teto, mas não é aceita. Afinal, quem manda nesta cidade?

Vera Bertolucci
vbertolucci@yahoo.com.br
São Paulo

BNDES

Reindustrialização

O **Estadão** noticiou no domingo (26/2, B1) que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pretende fomentar a reindustrialização do País por meio da concessão de crédito para startups. Esta é só a mais recente evidência de que o atual governo está completamente sem rumo e sem noção da realidade do País e do mundo.

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com
São Paulo

Metas e contrapartidas

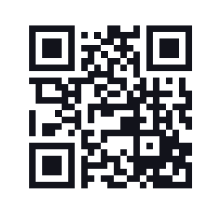
Em relação à notícia *BNDES prevê dobrar crédito a startups e universidades para 'reindustrializar' País* (26/2, B1), é realmente triste notar que, enquanto milhões de brasileiros enfrentam o desemprego, o subemprego, a fome e tragédias como a do carnaval, que soterrou as esperanças e a vida de tanta gente, o BNDES ainda continue com a política ultrapassada de distribuir generosamente escassos recursos públicos a setores pouco produtivos e competitivos da economia nacional. Essa distribuição se dá, como sempre, na vã esperança de melhorar a participação destes setores no PIB nacional e sem aparentemente exigir contrapartidas claras, metas e compromissos objetivos e mensuráveis no tocante à potencial criação de riqueza representada pelo aumento da produtividade, inovação e maior inserção do Brasil nos mercados internacionais. Assim, o resultado esperado, como sempre, serão a manutenção do baixo crescimento econômico e a continuação da decadência da indústria nacional. Mudou o governo, mas a política que não nos afasta do atraso continua praticamente a mesma. Ao sofrido povo brasileiro resta apenas o papel de espectador impotente desta tragédia anunciada. Tristes trópicos.

Fernando T. H. F. Machado
fthfmachado@hotmail.com
São Paulo

Ir longe, chegar juntos.

Sem você, nada disso seria possível.

Nossa jornada de crescimento sempre foi e será um processo constante de aprendizado e consolidação de laços. Começamos em 2013, no Rio Grande do Sul, com 40 pessoas engajadas em inovar em soluções jurídicas com foco no que importa. Hoje somos mais de 330 profissionais inspirados por esse propósito em um escritório *full-service* atuante em São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Brasília. Se podemos celebrar uma década de sucesso, é porque estamos muito bem acompanhados. Ao lado de nossos clientes e parceiros, somamos experiências e multiplicamos conquistas. Para nós, todo desafio é uma nova oportunidade de aprendizado e superação. E tão importante quanto alcançar os objetivos é a trajetória que percorremos juntos com dedicação e leveza. Obrigado!



www.soutocorrea.com.br

OAB/SP 15756

ESPAÇO ABERTO

A nova ordem econômica global e o Brasil

Rubens Barbosa

Em termos econômicos, desde o fim da 2.ª Guerra, em 1945, o liberalismo se impôs, com a redução do papel do Estado e a força do livre-comércio e com a criação do FMI, do Banco Mundial e do Gatt (depois Organização Mundial do Comércio – OMC). A globalização, que aproximou países, empresas e pessoas, possibilitou a proliferação de acordos comerciais e o estabelecimento de cadeias produtivas baseadas na eficiência. O fim da URSS, em 1991, com a nova ordem baseada numa única superpotência, a entrada da China na OMC, em 2001, e a realocação das cadeias produtivas para a China confirmaram a ordem liberal.

A volta da China como potência econômica e comercial global trouxe o elemento geopolítico à cena econômica. Com Donald Trump, em 2017, são introduzidas medidas restritivas dos EUA contra a China, começam o esvaziamento da OMC e a perda de força das regras multilaterais de comércio. Essa tendência é agravada pela pandemia e, mais recentemente, pelo conflito Rússia/Ucrânia e pelas tensões entre China e Taiwan, acelerando a configuração de uma nova ordem econômica.

A nova ordem econômica mostra que a eficiência na definição de políticas econômicas é substituída por objetivos de segurança, soberania e poder. Evidências disso são o ataque ao livre-comércio, a negociação de acordos comerciais regionais (não bilaterais), a realocação das cadeias produtivas, o crescente número de restrições comerciais por razões políticas e a busca de autossuficiência.

A globalização passa por importantes ajustes com a descentralização das cadeias de produção, o aumento dos subsídios e do custo do transporte e a desorganização e os altos preços nos mercados agrícola e energético. Considerações sobre meio ambiente e mudança de clima passaram a ter impacto sobre as negociações comerciais. O nacionalismo, representado pelo fortalecimento das economias domésticas para conseguir uma autonomia soberana em áreas consideradas estratégicas, e a definição de novas políticas industriais nos EUA afetaram diretamente o liberalismo e o livre-comércio, gerando tensões, com impactos globais. O populismo fortaleceu o intervencionismo protecionista. Considerações de poder com base na segurança nacional passaram a influir na aplicação de controle de exportações como arma política, a exemplo das sanções, que incluíram, entre outras coisas, a limitação do comércio dos semicondutores, a retirada de empresas chinesas da Bolsa de NY e o congelamento de reservas.

> ***São muitas as suas consequências negativas sobre o País. Estarão elas sendo levadas em conta pelo atual governo com visão estratégica?***

Assim, a emergência da China e da Ásia como eixos de poder econômico, a disputa com os EUA e a guerra na Ucrânia podem levar a uma nova guerra fria, em outras bases, com divisão do mundo (Ocidente/Eurásia) não em função de disputa ideológica ou militar, mas econômica, tecnológica e comercial.

Em resumo, a nova ordem econômica está baseada na segurança de abastecimento, e não no *just in time*; na realocação das cadeias produtivas; na segurança energética; no controle de investimentos; na formação de blocos regionais; na utilização da moeda como arma geopolítica; e no mundo com crescimento reduzido e alta inflação.

Qual o impacto da nova ordem sobre o Brasil? Colocando a casa em ordem, com políticas econômicas que respondam com eficiência aos desafios internos de aumento da produtividade e competitividade, e com uma visão pragmática em relação às transformações econômicas e políticas que estão ocorrendo, poderíamos ser um dos beneficiários das novas circunstâncias internacionais.

A emergência da China e da Ásia, sob o aspecto econômico, foi muito favorável aos produtos agrícolas brasileiros que encontraram novos mercado e preços elevados, tornando o Brasil um dos três maiores exportadores mundiais de alimentos. A realocação das cadeias de produção poderá abrir oportunidades para o Brasil em nível regional, com investimentos em áreas de nosso interesse. O mercado de carbono, com a adequada proteção do meio ambiente, em especial da Floresta Amazônica, poderá representar ganhos financeiros significativos para empresas e para o País.

Este é o pano de fundo quando se diz que o mundo mudou, coincidindo com o início do novo governo. São muitas as consequências negativas da nova ordem econômica sobre o Brasil. Estarão elas sendo levadas em conta pelo atual governo com visão estratégica? Como enfrentar o enfraquecimento do multilateralismo, com a perda de relevância da OMC, deixando países como o Brasil sem proteção jurídica para o desrespeito das regras internacionais? Como enfrentar as restrições comerciais políticas, os altos custos, as transformações tecnológicas com o 5G e a inteligência artificial? Como serão respondidas as restrições às exportações brasileiras, sobretudo pela política ambiental em relação à Amazônia, assim como aquelas em razão da aprovação de nova regulamentação europeia de desmatamento? Como reduzir a vulnerabilidade, representada pela concentração das exportações em poucos mercados e produtos, e pela dependência dos semicondutores, fertilizantes e insumos farmacêuticos? E a política para a reindustrialização?

Estamos voltados aos temas do século passado, como a conclusão das negociações do acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia, o ingresso na OCDE e o financiamento de projetos em países vizinhos. Acorde, Brasil! ●

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR (IRICE), FOI EMBAIXADOR EM LONDRES E WASHINGTON

TEMA DO DIA

ESTHER CRAWFORD/REPRODUÇÃO TWITTER

Esther Crawford

Executiva do Twitter que chegou a dormir em escritório é demitida por Elon Musk

Esther era a responsável pelo projeto do Twitter Blue, plano de assinatura pago da rede social. No começo do projeto, em novembro de 2022, Esther chegou a republicar uma foto sua no escritório, dentro de um saco de dormir. ●

37.164 Interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Resumo: nunca se mate por empresa nenhuma, todos somos substituíveis."
ROGER SCHMUTZ

● "Essa vai para aqueles amiguinhos que dizem que dão o sangue pela empresa."
SARA ARAUJO

● "Nenhuma empresa merece nosso sono, nossa saúde e todo o nosso tempo."
GUILHERME CAVALLARI

● "É sempre bom lembrar que você pode ser diretor, mas se não for o dono, é apenas mais um empregado explorado pelo capital."
HELLEN PRISCILA

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Melhores queijos

Canastra fica em 12º lugar em ranking; veja receitas. ●
https://bit.ly/3Is25Qv

The New York Times

IA de arte é usada para criar modelos de proteínas. ●
https://bit.ly/3KCZLZF

Newsletter

'Conectado': assine e comece o dia bem informado. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

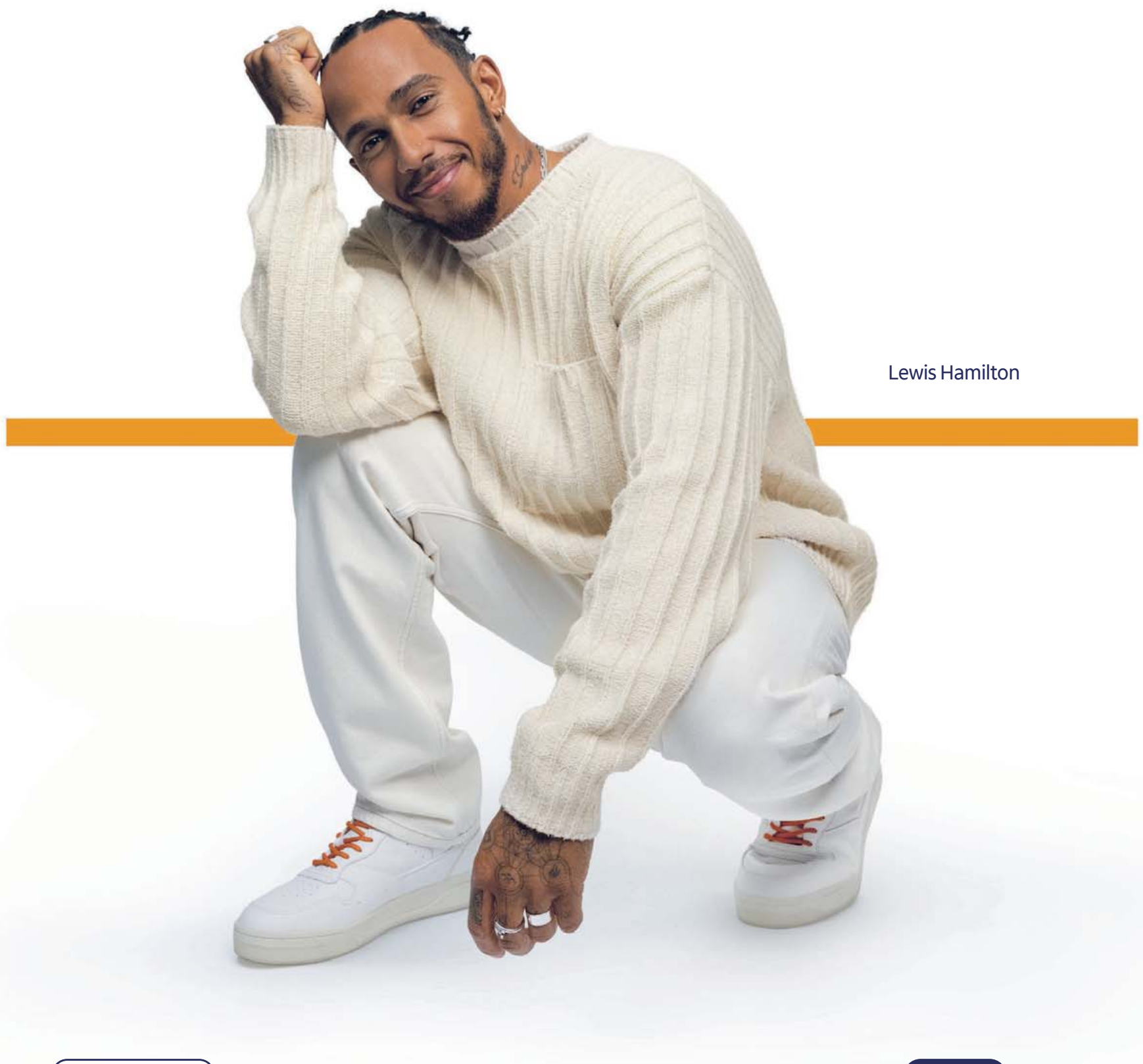
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

GALERIA

O que faz você seguir em frente?

Pense nisso na hora de escolher o seu banco.

Uma novidade atrás da outra. Sempre. É isso que faz o Personnalité ser uma referência no mercado. E, agora, o Personnalité está ainda mais próximo do dia a dia dos clientes, oferecendo novas soluções, novos benefícios e muito mais. Porque o Personnalité é assim: **sempre em movimento.**



Personnalité

Governo

Em viagem com avião da FAB, ministro vai a leilões de cavalos e recebe diárias

Titular das Comunicações, Juscelino Filho alegou 'urgência' para utilizar aeronave da Força Aérea Brasileira em deslocamento a SP; agendas oficiais somaram duas horas e meia

VINÍCIUS VALFRÉ
JULIA AFFONSO
TACIO LORRAN
DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, utilizou avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e recebeu diárias para participar de leilões de cavalos de raça que chegam a valer mais de R$ 1 milhão. No fim de tarde de uma quinta-feira, 26 de janeiro, Juscelino saiu de Brasília com destino a São Paulo para uma viagem que justificou como "urgente". Seus compromissos oficiais somaram duas horas e meia. Da tarde de sexta até o retorno na segunda-feira, dia 30, o ministro – que é apaixonado por cavalos – se dedicou a agenda inteiramente privada: assessorou compradores de animais, promoveu um dos seus, recebeu o "Oscar" dos criadores e inaugurou praça em homenagem a um cavalo de seu sócio.

Logo após desembarcar na capital paulista, Juscelino foi à sede da operadora Claro para uma "visita institucional", onde permaneceu por uma hora. No dia seguinte, esteve por 30 minutos no escritório da Telebrás e encerrou os encontros oficiais após uma visita de uma hora à representação da Anatel, cuja sede fica em Brasília.

Evento

Ao inaugurar praça em homenagem a cavalo de sócio, ministro se apresentou como da 'equipe de Lula'

A partir daí, o ministro ficou livre para dedicar seu tempo aos eventos com cavalos no roteiro custeado com verba pública. A justificativa do deslocamento foi feita num sistema interno da pasta: "viagem urgente".

Decreto presidencial prevê que as aeronaves da FAB devem ser solicitadas obedecendo a uma ordem de prioridade. Primeiro, em casos de emergências médicas. Segundo, quando há razões de segurança. Depois, viagens a serviço. As diárias são pagas quando há necessidade de cobertura de despesas extraordinárias com o trabalho. A agenda do ministro não informa sua presença em nenhum dos eventos envolvendo animais.

Procurado, Juscelino não explicou por que usou avião da FAB na segunda-feira quando seu compromisso oficial se encerrou ao meio dia de sexta-feira. Nem o recebimento de quatro diárias e meia no valor de R$ 3 mil quando sua agenda de trabalho justificaria uma.

Embora as atribuições de sua pasta não guardem relação direta com animais, o ministro das Comunicações tem usado o cargo para consolidar seu prestígio no mundo dos cavalos. Durante o tour, no dia 27 de janeiro, Juscelino foi um dos homenageados na festa do "Oscar do Quarto de Milha", na capital paulista, anunciada desde novembro. Ao receber a homenagem, o ministro afirmou que pretende alavancar o mercado de equinos.

"Na função de ministro de Estado, agora no Poder Executivo, mas também como deputado reeleito para o terceiro mandato, tenham certeza, cada um de vocês, apaixonados pelo cavalo Quarto de Milha, que terão sempre o meu compromisso, enquanto estiver com uma função pública, de poder defender cada vez mais o cavalo e os esportes equestres no nosso país", disse ele.

Na programação de sábado e domingo, Juscelino passou por dois leilões em Boituva, a 122 quilômetros de São Paulo. Os eventos foram realizados em um rancho do empresário Jonatas Dantas – seu amigo e sócio em cavalos – e movimentaram R$ 7,5 milhões.

Os locutores não economizaram citações à principal celebridade política ali presente. "Você já 'lançou' num leilão e teve a assessoria de um ministro? O comprador 'tá' com assessoria do ministro", garantiu um leiloeiro, fazendo propaganda do negócio. "O comprador do lote 8 foi com a assessoria do nosso ministro Juscelino Rezende (*sobrenome do titular das Comunicações*). Vai para Serraria, no Estado da Paraíba", informou outro, no remate de um dos animais.

Um dos cavalos de Juscelino foi exibido no palco. O locutor descreveu em detalhes as características de Gunner Roxo AD para impulsionar a venda da mãe do cavalo, a égua Palooza, principal animal negociado naquele fim de semana. Os direitos sobre 50% da fêmea foram arrematados por R$ 1 milhão. A apresentação de Gunner, por sua vez, também serviu para a propaganda de um leilão futuro, quando o cavalo criado por Juscelino, em sociedade com Jonatas Dantas, será posto à venda.

Em junho de 2019, o ministro pagou R$ 500 mil por metade do potro. "Quando falaram a pessoa (*que queria comprar*), eu falei: 'Não posso dizer, não'", lembrou Dantas durante o leilão. "Essa pessoa, hoje ministro, (*é*) uma pessoa humana, um cara gestor. E eu abri mão. Foi vendida a metade por alta soma. Em breve vamos estar lançando ele. A gente está fazendo um projeto inovador. É bem provável que deve ser nos Lençóis Maranhenses, com show da Simone", completou o sócio de Juscelino. Dantas é vice-presidente da Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Quarto de Milha (ABQM) e conselheiro da Associação Brasileira de Vaquejada (ABVAQ).

PRAÇA. Além da viagem com avião da FAB para participar de leilão de cavalos, o dinheiro público também pagou despesas de Juscelino em outro evento sem qualquer relação com o Ministério das Comunicações. No sábado, 28 de janeiro, o ministro reinaugurou uma praça em Boituva, revitalizada e agora batizada com o nome do cavalo Roxão.

A reforma da "Praça do Roxão" custou R$ 195 mil, dinheiro da prefeitura. Dantas, o empresário que é sócio do ministro e foi proprietário do cavalo, doou materiais elétricos e uma escultura de metal do animal que fez história nas competições de vaquejada.

Ao discursar, Juscelino se apresentou como integrante da "equipe do presidente da República" e prometeu internet grátis naquele espaço. "Se a gente está vivendo esse momento, muito foi fruto do cavalo Roxão, que tem proporcionado bons momentos na vida de muitos aqui", disse ele. A participação do ministro na reinauguração da praça também não apareceu em sua agenda oficial nem nas redes sociais.

CONSULTORIA. Um dia depois de voltar para Brasília do tour em São Paulo, Juscelino recebeu no ministério seu consultor de cavalos. Junior Machado acompanhou Iggor Oliveira (PSD), prefeito de Poço Verde (SE).

O encontro foi registrado no Instagram do consultor. "Tratei com prioridade o avanço tecnológico da internet 5G e TV Digital", escreveu Machado, embora não conste qualquer atividade exercida por ele que tenha relação com a pasta.

Em um leilão organizado por Juscelino, em julho do ano passado, Machado teceu vários elogios ao político e mostrou ali a influência que tem sobre decisões do ministro nos negócios com cavalos. "Sempre que vai comprar, pede orientação. 'Júnior, vamos nessa? Não vamos? 'Tá' caro?, 'Tá' barato?'. Quantas vezes eu liguei, você não estava nem assistindo (*ao leilão*). 'Deputado, compre esse lote'. Você foi e comprou", revelou ele.

Machado disse ao **Estadão** que "o ministro conhece muito mais de cavalos" do que ele e que a agenda no ministério foi para "pedir que desse atenção ao Estado de Sergipe sobre essa questão de 5G". ●

YOUTUBE / CANAL TERRAVIVA

Juscelino recebeu 'Oscar' de associação de criadores de cavalo

Perguntas & respostas

As regras para uso de voos da FAB e de diárias

● **Em quais condições a FAB pode transportar ministros de Estado?**
Há uma ordem de prioridade. Primeiro, em emergências médicas. Segundo, por razões de segurança. Depois, viagens a serviço. Neste caso, deve-se registrar na agenda oficial a atividade.

● **Qual a punição para o uso irregular de voos?**
O responsável pode responder por improbidade, pelo uso da estrutura do Estado em benefício próprio.

● **Quais as regras quanto às diárias?**
São devidas em casos de viagens a serviço em outro ponto do território nacional com necessidade de cobertura de despesas extraordinárias (pousada, alimentação e locomoção).

● **Qual é o valor da diária para um ministro?**
Varia conforme cidades e regiões. Para Brasília, Manaus, Rio e São Paulo o valor é R$ 668,15.

Governo

Lewandowski defende sucessor garantista em primeira indicação de Lula ao Supremo

PEPITA ORTEGA
RAYSSA MOTTA

O ministro Ricardo Lewandowski afirmou ontem que seu sucessor no Supremo Tribunal Federal (STF) deve ser uma pessoa "com convicções firmes, coragem, que não se deixe influenciar pela opinião pública e respeite os direitos e garantias fundamentais da Constituição". O magistrado se aposenta compulsoriamente em maio, abrindo espaço para a primeira indicação à Corte do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Para o magistrado, a coragem necessária ao jurista que ocupará a vaga envolve "enfrentar temas polêmicos e pautar-se exclusivamente na Constituição". Lewandowski, que completa 75 anos no dia 11 de maio, integra a chamada ala garantista do Supremo, que o petista busca reforçar.

O ministro participou de aula magna na Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), com a palestra Democracia na Atualidade. Na abertura, citou os atos de 8 de janeiro, qualificando-os como "acontecimentos que envergonharam o Brasil frente ao mundo". "Felizmente, os danos foram só materiais. As instituições continuam fortes e firmes. A Constituição Federal é extremamente resiliente, forte e sólida."

Aposentadoria
Ministro completa 75 anos em 11 de maio, quando vai se aposentar compulsoriamente

Sobre a eventual análise de denúncias contra os radicais presos que depredaram as sedes dos três Poderes, o ministro disse que sua saída "não vai alterar absolutamente nada". "Muitas coisas vão para primeira instância, contra pessoas que não têm foro por prerrogativa de função, algumas permanecerão no STF", disse.

'TEMPESTUOSO'. A ministra Cármen Lúcia, também do STF, se manifestou publicamente ontem pela primeira vez sobre os atos de 8 de janeiro. Ela disse que o primeiro mês de 2023 foi "tempestuoso" para os ministros da Corte e chamou de "criminosos" os protestos antidemocráticos. "Apesar de tudo, vale muito a pena o Brasil", afirmou.

Cármen participou de aula magna para professores e alunos do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A palestra foi no Teatro da PUC (Tuca), palco de manifestações contra a ditadura militar. Diante do auditório lotado, a ministra falou sobre memórias que ela própria viveu no período e lembrou as vidas perdidas para a repressão.

"Fiz prova de Direito Constitucional com o Congresso fechado em abril de 1977. É algo que só quem sentiu é capaz de descrever. Não haver liberdade é perder um pouco ou muito de si mesmo", disse. Cármen repetiu que a democracia é um direito fundamental imprescindível para o exercício de todos os outros direitos. "Nosso compromisso é que a democracia prevaleça no Brasil para que a gente seja capaz de se reconstruir." ●

Silvio Almeida fala na ONU e prega domínio de indígenas sobre terras

NATÁLIA SANTOS

O ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, afirmou ontem que o governo Luiz Inácio Lula da Silva tem trabalhado para garantir à população indígena o "efetivo domínio sobre suas terras". A manifestação, feita na 52.ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, na Suíça, ocorre em meio à comoção mundial por causa da situação de emergência dos Yanomamis.

Segundo o ministro, o governo encontrou um quadro "escandaloso de desmonte, negligência e crueldade" no que diz respeito às políticas públicas e atenção aos indígenas. "Não temos medido esforços para restaurar a dignidade dessas populações e garantir o efetivo domínio sobre suas terras aos povos indígenas no Brasil", disse.

CONSELHO. Almeida defendeu, ainda, a reintegração do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU para o mandato de 2024-2026. "Peço apoio dos países aqui presentes para que possamos contribuir de maneira renovada com a promoção dos direitos humanos em todos os lugares e para todos os povos", declarou o ministro em Genebra. ●

Ataque à democracia

Supremo vai julgar militares por atos de 8/1, decide Moraes

Ministro define que é competência da Corte avaliar participação de PMs e integrantes das Forças Armadas em ataques aos Poderes

RAYSSA MOTTA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu ontem uma investigação sobre a participação de policiais militares e membros das Forças Armadas nos atos golpistas do dia 8 de janeiro. A decisão põe fim ao debate sobre quem teria a atribuição para processar e julgar os militares envolvidos nos protestos extremistas na Praça dos Três Poderes: a Justiça Militar ou a Justiça comum.

Relator das investigações sobre o 8 de janeiro, Moraes definiu que a competência é do Supremo. O ministro afirma que as suspeitas não envolvem "crimes militares", mas "crimes de militares".

"O Código Penal Militar não tutela a pessoa do militar, mas, sim, a dignidade da própria instituição das Forças Armadas", afirma um trecho da decisão. "A competência do Supremo Tribunal Federal para a presidência dos inquéritos (...) não distingue servidores públicos civis ou militares, sejam das Forças Armadas, sejam dos Estados (policiais militares)."

Competência
Ministro afirma que suspeitas não envolvem 'crimes militares', mas 'crimes de militares'

PEDIDO. O ministro se manifestou depois que a Polícia Federal pediu autorização para investigar a "autoria" e a "materialidade" de "eventuais crimes cometidos por integrantes das Forças Armadas e Polícias Militares".

A corporação chegou a sugerir as primeiras medidas de investigação, que ainda não foram analisadas por Moraes. As diligências planejadas, ainda pendentes de autorização, estão sendo mantidas sob reserva para não atrapalhar os trabalhos.

A PF acionou o Supremo após a quinta fase da Operação Lesa Pátria, que prendeu quatro oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal suspeitos de omissão diante dos atos de vandalismo nas sedes dos três Poderes. Por determinação de Moraes, o novo inquérito foi distribuído por prevenção ao seu próprio gabinete.

"Absolutamente todos os envolvidos serão responsabilizados civil, política e criminalmente pelos atos atentatórios à democracia, ao estado de direito e às instituições, inclusive pela dolosa conivência por ação ou omissão motivada pela ideologia, dinheiro, fraqueza, covardia, ignorância, má-fé ou mau-caratismo", escreve o ministro do STF. ●

Minuta do golpe estava em pasta do governo

O Procuradoria-Geral da República (PGR) afirmou que a minuta do golpe encontrada na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres estava guardada em uma pasta do governo federal. De acordo com o órgão, o documento, diferentemente do que tem alegado o ex-auxiliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), não seria descartado.

O subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, em manifestação pela manutenção da prisão de Torres, afirma que o documento que pretendia instaurar estado de defesa na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi encontrado em uma pasta do Ministério da Justiça e Segurança Pública. A ideia da minuta era impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

"Ao contrário do que o investigado já tentou justificar, não se trata de documento que seria jogado fora, estando, ao revés, muito bem guardado em uma pasta do governo federal e junto a outros itens de especial singularidade, como fotos de família e imagem religiosa", escreve Santos. A manifestação ao Supremo Tribunal Federal (STF) se deu após a defesa de Torres apresentar ao ministro Alexandre de Moraes um pedido de liberdade.

CONSISTÊNCIA. Segundo Santos, encarregado de investigar os atos extremistas do dia 8 de janeiro, há "indícios consistentes" contra Torres. Para ele, as "condutas omissivas" do ex-ministro e, na ocasião, então secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, indicam ter colaborado para a invasão e a depredação da sedes dos três Poderes, em Brasília.

Segundo o subprocurador-geral, "permanecem, portanto, inabalados os motivos da decretação de sua prisão preventiva, embasados na garantia da ordem pública, agora robustecidos com os novos elementos de prova".

Santos afirma ainda que a soltura de Torres poderia colocar em risco a investigação e abrir caminho para a destruição de provas. ● R.M.

Realização

Parceria

Eliane Cantanhêde E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede

PT x PT

O PT é bom de briga, inclusive contra o próprio PT. E assim é no governo Lula 3, sobre ser ou não ser, desonerar ou não desonerar os combustíveis, com os petistas da cúpula do governo e da cúpula do partido embolados, deixando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na mira da "área política" e na condição de "malvado número um".

Jair Bolsonaro tirou receita dos Estados para tentar se reeleger e a desoneração dos combustíveis acabou em 31 de dezembro do ano da eleição. Sem saber o que fazer, mas desautorizando Haddad, o presidente Lula prorrogou a medida bolsonarista até hoje. Ou seja, empurrou com a barriga.

Se tiveram dois meses para encontrar uma saída, Lula, Haddad e PT deixaram a discussão para a véspera e a decisão para a última hora. E tome guerra pela internet, com a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, assumindo a linha de frente do ataque a Haddad, dificultando soluções e cavando críticas.

Vejam a reunião decisiva, Lula, do PT; Haddad, do PT; Rui Costa, do PT; e Jean Paul Prates, do PT. PT versus PT, com Gleisi a postos para dizer que qualquer coisa diferente do que o partido queria seria "penalizar o consumidor, gerar mais inflação e descumprir compromissos de campanha".

A questão não é tão linear. Ninguém gosta de aumento de preço, de gasolina cara, de inflação e de juros altos, assim como nenhum presidente, ministro da Fazenda, governador e prefeito gosta de perda de arrecadação. Mas, no frigir dos ovos, quem paga a conta é o pobre, que, aliás, não anda de carro a gasolina nem a álcool.

> *Com decisão na última hora, Lula e PT deixam Haddad na condição de 'malvado número 1'*

Do ponto de vista político, a guerra PT X PT é entre popularidade e responsabilidade fiscal; do econômico, entre inflação e juros; do administrativo, entre arrecadação e contas públicas. Além, claro, de ser entre Gleisi e Haddad, tendo como pano de fundo uma velha coceira petista: a de manipulação política dos preços da Petrobras.

A própria Gleisi atrelou a reoneração de combustíveis à definição de "uma política de preços para a Petrobras". Qual seja? Para os críticos, uma "política política", jogando em segundo plano os preços internacionais das commodities e permitindo aquele mau jeito de Dilma Rousseff de segurar os preços de acordo com o gosto do freguês – ou do governo de plantão. E, com Bolsonaro, a Petrobras teve quatro presidentes em quatro anos. Por que será?

A questão central, porém, passou a ser Haddad. Quando olham para combustíveis, mercado, economistas, investidores, produtores e especialistas veem Haddad, que lhes dá segurança e não pode, nem deve, ser arranhado. O recado para Lula: Quem pariu Mateus que o embale! ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONEWS EM PAUTA

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Ataque à democracia

Nos EUA, Bolsonaro critica prisão de radicais

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) defendeu ontem os envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro que resultaram na depredação das sedes dos três Poderes. "Vai completar dois meses, 900 pessoas presas tratadas como terroristas. Não foi encontrado, quando foram presas, um canivete sequer com elas, mas estão presas. São chefes de família, senhoras, mães, avós", disse ele durante evento na Flórida, nos Estados Unidos.

Ainda segundo Bolsonaro, "a grande maioria sequer estava na Praça dos Três Poderes naquele fatídico domingo, que nós não concordamos com o que aconteceu lá".

A Procuradoria-Geral da República apresentou ao Supremo Tribunal Federal mais 80 denúncias contra radicais que participaram dos atos do dia 8. O número de acusações formais chegou a 912. ●

NOTAS E INFORMAÇÕES

Fins legítimos; meios, nem tanto

Indefinição do caso Marielle é vergonhosa, mas não autoriza ministro da Justiça a atuar além dos limites da lei

Passados quase cinco anos do assassinato de Marielle Franco e de Anderson Gomes, é vergonhoso, revoltante e entristecedor que o Brasil ainda desconheça quem foram os seus mandantes. O quinquênio da pergunta "quem matou Marielle?" é um péssimo agouro para as legítimas expectativas em ver o caso finalmente esclarecido. Um crime levado a cabo tão covardemente e, ao que tudo indica, pelos motivos mais desprezíveis, merece ter um destino diametralmente oposto ao da fria inconclusão.

Seguramente imbuído de nobres intenções e da esperança de trazer energia renovada à já prolongada investigação conduzida pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o ministro da Justiça e da Segurança Pública, Flávio Dino, resolveu agir. Requisitou a abertura de inquérito policial à Polícia Federal, determinando que sejam investigadas todas as circunstâncias do crime em questão.

Não cabe aqui discutir o quão primordial é o esclarecimento do caso Marielle – o fim –, pois isso está no plano da mais absoluta evidência. Cabe, contudo, um alerta quanto às formas legais disponíveis a tanto – os meios. Há uma diferença fundamental entre o que é legítimo e o que é legal. São conjuntos nem sempre coincidentes. É certo que ao Estado cabe única e exclusivamente se mover dentro do que é legal. É a lei que o autoriza a agir. E ponto. Nenhuma conduta estatal poderá receber salvo-conduto simplesmente por, sob algum qualquer ponto de vista, ser qualificável como legítima, justa, valorosa. Para o Estado, não há legitimidade fora da arena da legalidade.

A requisição de abertura de inquérito policial dirigida pelo ministro Flávio Dino à Polícia Federal no Rio de Janeiro, de um lado, esbanja legitimidade, mas, de outro, carece de legalidade. Não se nega que, dentre as suas atribuições, está a de requisitar a abertura de investigações pela Polícia Federal, desde que se trate de crime federal, o que não é o caso.

Se o esclarecimento do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes é um inafastável dever do Estado, não se pode, no entanto, atropelar regras legais de competência. Já se pretendeu a federalização do caso, para que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal pudessem conduzir as investigações, o que foi negado por unanimidade pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2020. Não se pode agora, por via transversa, fazê-lo sem amparo legal.

O exercício de uma competência por um agente estatal deve estar sempre sujeito à lei. É a lei que, concedendo a competência, também estabelece sua medida e, assim, seus precisos limites, que existem justamente para conter o arbítrio e a tirania.

Não cabe transigir com a usurpação de competência mesmo diante da notória grandeza dos fins com vistas aos quais se exerce o poder. Eventual transigência com quem governa hoje abre espaço para o abuso de quem governará amanhã. É a lei – e só ela – que dá estabilidade aos limites de um poder que, não é demais lembrar, poderá sempre vir a mudar de mão, de ideologia e de intenções.●

São Paulo

PPPs de Tarcísio vão começar com rodovias e trem SP-Campinas

Estudos para pacote de parcerias com setor privado iniciam hoje; mudança do Palácio dos Bandeirantes está prevista no plano

GUSTAVO QUEIROZ

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), dará hoje sinal verde para o início dos estudos de um pacote de projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) que deve se somar às promessas de desestatização da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp) e da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae) nos próximos anos.

A carteira de investimentos a ser discutida vai incluir 1,8 mil km de rodovias estaduais, a transferência do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual, para o centro da capital e o trem intercidades entre São Paulo e Campinas.

A largada dos estudos para viabilizar ao menos 15 destes projetos será dada em reunião do Conselho de Desestatização do governo, vinculado à Secretaria de Parceria em Investimentos e presidido pelo vice-governador Felicio Ramuth (PSD). A maioria das propostas na mesa indica ênfase de Tarcísio em parcerias público-privadas em detrimento das concessões comuns.

O secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini, afirmou que o modelo foi pouco explorado na gestão tucana e vai reduzir custos operacionais para o Estado. "O governo passado tinha um medo de fazer PPP, ia para concessão e, ao fazer concessão, ele acabava aumentando a tarifa de algum grupo", disse.

> ***"O governo passado tinha um medo de fazer PPP, ia para concessão e, ao fazer concessão, ele acabava aumentando a tarifa de algum grupo"***
> **Rafael Benini**
> **Secretário de Parcerias**

A PPP funciona como uma concessão patrocinada, quando o governo cede o serviço para uma empresa privada, mas banca uma parcela dos custos envolvidos. Já na concessão comum o serviço é pago pelo próprio usuário.

Entre os projetos que serão estudados, estão as Linhas 11, 12 e 13 do Metrô e da CPTM, com previsão de lançamento de leilão para 2024; as Linhas 10 e 14, com estimativa para 2025; e o trem São Paulo-Campinas, cujo leilão deve ser realizado no fim de novembro deste ano.

Também entra no pacote de parcerias a transformação de travessias litorâneas, como a ligação Santos-Guarujá, em PPPs. A proposta, segundo o governo, viabiliza outro projeto a ser discutido hoje, a construção de um túnel entre os municípios, que já foi atrelada por Tarcísio, quando ministro, à privatização do Porto de Santos. Ontem, o governador voltou a tratar do assunto, em evento do grupo Voto. "Privatizar o Porto de Santos é a diferença entre prosperidade e pobreza na Baixada Santista" disse.

CONCESSÕES. A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística ainda vai apresentar um grupo de concessões patrocinadas com foco na contenção de enchentes e prevenção de desastres. Um lote de projetos será destinado à criação de uma PPP em que a empresa fique responsável pela execução de drenagem e contenção de encosta.

"Você ganha muito mais eficiência, diminui alguma descontinuidade da prestação do serviço. A gente vai continuar aportando, porque é um serviço que a gente sabe que é deficitário, mas é essencial", afirmou a secretária Natalia Resende sobre o modelo de concessão patrocinada. ●

Ex-prefeito

Juíza valida acordo para recuperar US$ 44 mi desviados por Maluf

RAYSSA MOTTA
FAUSTO MACEDO

A Justiça de São Paulo homologou na sexta-feira passada o acordo para que empresas ligadas ao ex-prefeito Paulo Maluf (1993-1996) devolvam US$ 44 milhões (cerca de R$ 226 milhões) aos cofres municipais. O dinheiro teria sido desviado das obras da Avenida Jornalista Roberto Marinho e do Túnel Ayrton Senna. Maluf foi condenado a sete anos e nove meses de prisão no caso e hoje cumpre pena em regime domiciliar.

A decisão de homologação foi da juíza Celina Kiyomi Toyoshima, da 4.ª Vara de Fazenda Pública, e encerra a ação civil movida pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP) contra as empresas ligadas ao ex-prefeito. "Houve manifestação dos envolvidos nos presentes autos requerendo a homologação do acordo", justificou a juíza ao validar o termo.

O acordo foi firmado pelo MP de São Paulo e pela Procuradoria-Geral do Município com a Eucatex, companhia controlada pela família Maluf, e com as offshores Kildare, Durant e MacDoel. O dinheiro deve ser depositado à vista nos próximos dias.

VALORES. A Eucatex vai desembolsar US$ 7,2 milhões (R$ 37 milhões). O resto do dinheiro vem da venda de 33% das ações da empresa, até então controladas pelas offshores, que agora foram compradas pelo banco BTG Pactual por US$ 53 milhões (R$ 272 milhões). Parte desse valor (US$ 23 milhões) será usada para cobrir custas em processos internacionais e o restante vai servir para ressarcir a Prefeitura de São Paulo. O município receberá, ainda, valores depositados em duas ações judiciais em São Paulo, no total de R$ 35 milhões, que pertenciam a uma das empresas offshores.

Os promotores de Justiça Silvio Marques, José Carlos Blat e Karyna Mori, responsáveis pelo acordo, pediram a homologação no mês passado e, como mostrou o **Estadão**, ainda pretendem buscar a reparação de cerca de US$ 250 milhões (R$ 1,2 bilhão) no caso Maluf.

> **Sentença**
> **Condenado a 7 anos e 9 meses de prisão no caso, Maluf cumpre pena em regime domiciliar**

De acordo com a investigação, Maluf desviou, em conluio com construtoras e doleiros, mais de US$ 300 milhões das obras públicas e usou as offshores para reinvestir pelo menos US$ 93 milhões na Eucatex. O esquema teria sido viabilizado por meio de operações complexas que envolveriam a compra de debêntures, posteriormente convertidas em ações, por meio de fundos de investimento e trusties, que seriam controlados pela família do ex-prefeito. ●

Diplomacia

Reino Unido e União Europeia fecham acordo para finalizar o Brexit

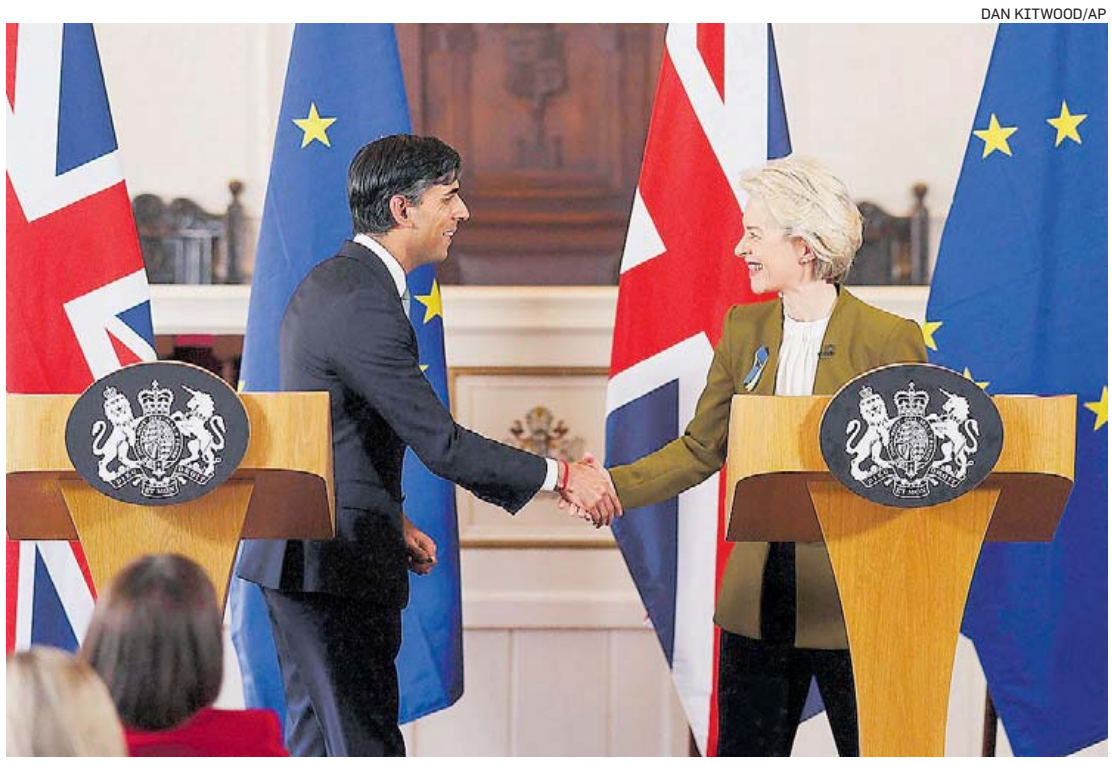
Pacto busca evitar possível guerra comercial entre Londres e Bruxelas em meio a disputas sobre controles alfandegários na fronteira entre Irlanda e Irlanda do Norte

LONDRES

O Reino Unido e a União Europeia chegaram ontem a um acordo para resolver a disputa sobre os controles alfandegários na Irlanda do Norte após o Brexit. O premiê britânico, Rishi Sunak, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, assinaram o pacto em Windsor, perto de Londres. O documento será analisado pelo Parlamento e pelo governo norte-irlandês.

A Irlanda do Norte é a única parte do Reino Unido que faz fronteira terrestre com um membro da UE, a República da Irlanda. Quando os britânicos deixaram o bloco, em 2020, os dois lados concordaram em eliminar os postos de controle, porque a fronteira aberta é um pilar fundamental do processo de paz da Irlanda do Norte.

DAN KITWOOD/AP



Sunak e Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, durante cerimônia em Windsor

'TROUBLES'. Entre os anos 60 e a década de 1990, a Irlanda do Norte foi marcada pela violência sectária entre protestantes e católicos. O período conhecido como "Troubles" terminou em 1998, com o Acordo da Sexta-Feira Santa. Na prática, os conflitos haviam praticamente terminado graças ao Tratado de Maastricht, que entrou em vigor em 1993, aprofundando a integração.

Desde então, as economias das duas Irlandas passaram a ser cada vez mais interdependentes. A nova geração, que cresceu dentro da UE, não carrega mais o ranço sectário, tanto que a maioria dos norte-irlandeses (56% a 44%) optou pela permanência no bloco durante o referendo do Brexit, em 2016.

No entanto, ainda existe uma parcela nacionalista dentro da Irlanda do Norte que não aceita viver em um regime jurídico diferente do restante do Reino Unido. Quem lidera esse movimento é o Partido Unionista Democrático (DUP, na sigla em inglês).

Os nacionalistas e grupos protestantes radicais se opõem ao Protocolo da Irlanda do Norte e pressionam o governo britânico a ignorar o acordo. Durante os governos de Theresa May e Boris Johnson, no entanto, o DUP tinha mais peso no Parlamento britânico. Hoje, a intransigência dos nacionalistas custou caro.

Em 2022, pela primeira vez, eles perderam uma eleição para o Sinn Fein, que no passado foi o braço político do Exército Republicano Irlandês (IRA) e defende a reunificação da ilha. Sem depender tanto do apoio do DUP no Parlamento, Sunak estava mais à vontade na assinatura do acordo.

> ***"O acordo proporciona um fluxo comercial tranquilo em todo o Reino Unido, protege o lugar da Irlanda do Norte em nossa união e salvaguarda a soberania dos norte-irlandeses"***
> **Rishi Sunak**
> **Premiê britânico**

"Fizemos um avanço decisivo", disse ontem o primeiro-ministro, ao lado de Von der Leyen. "O acordo atual proporciona um fluxo comercial tranquilo em todo o Reino Unido, protege o lugar da Irlanda do Norte em nossa união e salvaguarda a soberania dos norte-irlandeses."

Sob os termos do novo acordo, as mercadorias que se deslocam do Reino Unido para a Irlanda do Norte passariam por um canal "verde" sem verificações de rotina. Os destinados à Irlanda passariam por um canal "vermelho", que teria mais controles. O protocolo também diminui o papel do Tribunal Europeu de Justiça em julgar disputas comerciais.

DESAFIOS. Se tudo correr conforme o planejado, o acordo pode encerrar uma disputa que azedou as relações entre Reino Unido e UE, provocou o colapso do governo regional com sede em Belfast e abalou o processo de paz da Irlanda do Norte.

O DUP permaneceu em silêncio ontem, dizendo que precisa ver os detalhes do acordo, mesma posição de Boris Johnson e de membros mais radicais do Partido Conservador.

Ian Paisley, um importante líder nacionalista, no entanto, criticou o novo pacto e disse que o premiê precisa voltar a negociar com a UE. Sunak, porém, ganhou o apoio inesperado da oposição. "Não vamos fazer jogo político. Se o premiê colocar o acordo em votação, nós apoiaremos", disse Keir Starmer, líder do Partido Trabalhista. ● AP, AFP e NYT

A reaproximação entre Londres e Bruxelas

ANÁLISE

WILLIAM BOOTH
THE WASHINGTON POST

Resolver o Brexit era um teste para o premiê britânico, Rishi Sunak. Ele precisa melhorar suas relações com a Europa, além de restaurar um governo minimamente funcional na Irlanda do Norte e conquistar o apoio da ala do Partido Conservador que defende a ruptura total com Bruxelas.

O funcionamento, a burocracia e os trâmites alfandegários entre Grã-Bretanha e Irlanda do Norte – da compra e venda de remédios a alimentos e maquinário – têm sido um problema grave. Políticos nacionalistas da Irlanda do Norte reclamavam que o sistema de controle alfandegário minava a ligação da Irlanda do Norte com Inglaterra, Gales e Escócia.

Por isso, decidiram boicotar o governo regional, criando uma paralisia política. Ao mesmo tempo, extremistas alimentaram os temores de um retorno da violência sectária. O governo britânico, tentando sair do impasse, negociou o chamado Protocolo da Irlanda do Norte.

REFORÇO. Sunak e Von der Leyen aparentaram estar em sintonia. Trocaram elogios. Para solucionar possíveis disputas comerciais, o premiê criou a ideia de um "freio de emergência", que pode ser acionado pelo Parlamento em Belfast em casos especiais.

Membros do Partido Unionista Democrático (DUP) prometeram críticas, o que manteria o governo norte-irlandês paralisado. Ainda não está claro também se a ala linha-dura do Partido Conservador aprovará a medida.

> **Acordo**
> **Para manter a paz, todos concordaram que era vital que não houvesse postos de controle entre as Irlandas**

Quando o Reino Unido era membro da UE, nada disso importava, porque todos podiam participar do comércio do bloco. Mas, após o Brexit, Bruxelas insistiu que algo deveria ser feito para restringir a movimentação de mercadorias entre Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, para impedi-los de entrar na Irlanda – e na UE – pela porta dos fundos.

Mas o que isso tem a ver com a paz na ilha? Uma geração atrás, havia uma fronteira rígida e militarizada entre norte e sul. Ela Foi removida após o Acordo da Sexta-Feira Santa, em 1998, que pôs fim a 30 anos de conflitos sectários entre católicos e protestantes. A violência levou a 3,5 mil mortes. Para manter a paz, todos concordaram que era vital que não houvesse uma fronteira rígida nem postos de controle entre as duas Irlandas. ●

É JORNALISTA

● A Guerra de Putin

É preciso saber história para entender a guerra

Quem conhece o passado do Leste Europeu não se surpreende com a violenta invasão russa à Ucrânia

ARTIGO

Timothy Snyder
The Washington Post
Professor de história na Universidade Yale

Enquanto dava uma aula de história ucraniana no semestre passado, senti um gosto surreal. A guerra na Ucrânia já estava em andamento há meio ano quando comecei. Uma potência tinha atacado um país que abriu mão de suas armas nucleares. Um império tentava deter a integração europeia. Uma tirania tentava esmagar uma democracia vizinha. Nos territórios ocupados, a Rússia cometeu atrocidades com claras expressões de intenção genocida.

Ainda assim, a Ucrânia estava reagindo. Os ucranianos resistiram à chantagem nuclear, desprezaram o império fanfarrão e assumiram riscos em nome da sua democracia. Em Kiev, Kharkiv e, mais tarde, Kherson, eles derrotaram os russos, detendo a tortura, o assassinato e a deportação.

Estávamos em um ponto de inflexão histórica. Mas onde estava a história? As telas de TV mostravam continuamente a Ucrânia, e a única coisa que um espectador poderia dizer com alguma certeza é que os comentaristas jamais estudaram a Ucrânia.

Ouvi de antigos alunos meus, hoje empregados do governo ou no jornalismo, o quanto estavam felizes por terem feito o curso de história do Leste Europeu. Disseram estar um pouco menos surpresos que os outros com a guerra e ter mais pontos de referência.

O contraste entre a importância histórica dessa guerra e a falta de lição de casa em história revela um problema maior. Conhecemos muito pouco da história. Projetamos o ensino para envolver questões técnicas: como fazer. E solucionar os problemas do cotidiano é muito importante.

Mas, se nos privamos da história, tudo é uma surpresa: o 11 de Setembro, a crise financeira, a invasão do Capitólio, a invasão da Ucrânia. Quando somos chocados todos os dias mas não temos história, tateamos em busca de pontos de referência, e nos tornamos vulneráveis a pessoas que nos dão respostas fáceis. Então, o passado se torna a dimensão do mito, na qual aqueles que ocupam o poder geram as narrativas que julgam mais convenientes.

NARRATIVA. O presidente russo, Vladimir Putin, contou uma história a respeito do passado que nada tem a ver com a história. De acordo com ele, Rússia e Ucrânia foram criadas juntas no batismo de um governante, mil anos atrás. Partilham a mesma cultura e, portanto, devem ser governadas pela mesma pessoa. Se parecer que algo diferente aconteceu, não seria de fato um capítulo dessa história.

Se os ucranianos acreditarem que não são russos, isso seria resultado da obra nefasta de forasteiros. Putin não se limitou a dizer essas coisas: ele aprovou leis da memória para evitar que os russos sejam questionados pela história, e chegou a riscar dos manuais a palavra "Ucrânia".

> ***Putin aprovou leis para que russos não sejam questionados e riscou dos manuais a palavra 'Ucrânia'***

Em termos de lógica, é algo circular; enquanto política, é tirânico. Se eu pudesse afirmar que os canadenses são americanos porque falam a mesma língua, ou porque partilhamos uma história em comum, isso nos pareceria um motivo idiota para dar início a uma invasão. Quando um ditador reivindica o poder de definir a identidade de outro povo, a questão da liberdade desse povo jamais vem à tona. Se a identidade for congelada para sempre pelos desígnios de um governante, os cidadãos logo se veem sem escolha.

Enquanto observamos aonde essa lógica levou os russos, começamos a questionar a validade dessas histórias. Mas não deveria ser necessário uma atrocidade tão óbvia para nos fazer duvidar. Até recentemente, era grande demais o número de comentaristas que se contentavam em seguir a versão de Putin: Rússia e Ucrânia eram eternamente semelhantes, pessoas que falam russo são russas de alguma forma, e a cultura, segundo a definição de um ditador, seria o seu destino.

Foi surreal, de maneira bem diferente, quando milhões de pessoas vieram participar da minha aula online. Os americanos tinham percebido que havia algo de errado no mito russo, mas não sabiam como preencher a lacuna.

INTERESSE. Foi animador ouvir, nos milhares de e-mails que recebi, que essa lacuna poderia ser preenchida pela história. Foi um semestre muito animado. A história estava fazendo os estudantes pensarem. Quando pensamos historicamente, reconhecemos que as comunidades políticas têm ascensão e queda, e que as escolhas humanas – incluindo as escolhas perversas de tiranos militaristas – são sempre parte da história.

Aprendemos a absorver melhor os eventos. Despertamos para as vivências dos outros. Para mim, pessoalmente, foi tocante ouvir relatos dos próprios ucranianos, incluindo soldados da linha de frente, que acompanharam a aula online.

A história ucraniana dá mais sentido ao mundo de hoje. Toda a trajetória da nossa civilização ocidental, dos gregos em diante, fica mais clara se entendermos que Atenas era alimentada pelo que é atualmente o sul da Ucrânia. A fantástica história dos vikings torna-se ainda mais surpreendente quando entendemos que eles fundaram um estado em Kiev.

A era da exploração toma novas dimensões quando reconhecemos que potências polonesas e russas construíram seus impérios penetrando a leste na massa terrestre eurasiana, onde finalmente encontrariam a Ucrânia.

A era dos impérios é concluída com os projetos imperiais nazista e soviético, que tinham ambos o seu foco na Ucrânia. Esse conflito sangrento fez da Ucrânia o lugar mais perigoso do mundo durante a era totalitária de 1933 a 1945. Esse capítulo e a russificação que se seguiu tornaram a história da Ucrânia difícil de contar, até mesmo para os ucranianos.

Mas isso está mudando. Praticamente tudo que eu disse nas minhas aulas veio da obra de historiadores ucranianos. Yaroslav Hrytsak, um dos melhores dentre eles, diz há décadas que a Ucrânia vai sobreviver quando uma nova geração amadurecer.

Agora, isso ocorreu, não somente na minha área, mas no jornalismo, na sociedade civil, nos negócios e na política. A Ucrânia é diferente da Rússia por causa de sua história distinta, incluindo a história dos 30 anos mais recentes, desde o fim da União Soviética.

Enquanto Putin empurrava seu país para a areia movediça dos mitos, os ucranianos – com seus votos, seus protestos e sua resistência – abriram caminho para chegar a uma noção mais confiante de si mesmos e de quem são.

Ao fazerem história, eles nos lembram de que precisamos dela para compreendê-los melhor, para compreender melhor a guerra e a nós mesmos. Como os ucranianos, vivemos um ponto de inflexão histórica. Como eles, teremos que aprender história e desafiar os mitos para alcançar um futuro democrático. ● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Terremoto na Turquia

Símbolo da tragédia, pai lamenta morte da filha

ANCARA

O momento de um pai segurando a mão da filha morta, registrado por um fotógrafo da France-Presse, foi uma das imagens que deram a volta ao mundo após o terremoto de 6 de fevereiro na Turquia e na Síria. Quase três semanas depois, Adem Altan, repórter fotográfico que registrou a imagem, se reencontrou com o turco Mesut Hancer.

No total, o desastre matou 50 mil pessoas. A foto de Hancer, petrificado de dor e indiferente ao frio e à chuva, vestindo um casaco impermeável laranja, simbolizou a tragédia e levou a uma onda de solidariedade.

Pai de quatro filhos, entre eles a adolescente Irmak, que morreu aos 15 anos sob os escombros de um imóvel de oito andares, Hancer deixou recentemente a cidade de Kahramanmaras e foi morar na capital Ancara. "Também perdi minha mãe, meus irmãos e meus sobrinhos. Mas não há nada comparável a enterrar um filho", disse. "É uma dor indescritível."

SOLIDARIEDADE. Agora, sua família tenta reconstruir a vida longe de Kahramanmaras. Um empresário de Ancara ofereceu-lhe uma casa e propôs contratar Hancer como funcionário de sua TV privada. Na sala de estar de sua casa nova, ele pendurou um quadro, presente de um artista, no qual Irmak é retratada com asas de anjo ao lado do pai. "Não consegui soltar sua mão. Minha filha dormia como um anjo", disse.

ADEM ALTAN/AFP–7/2/2023

Símbolo: Hancer segura mão de Irmak, morta nos escombros

Na hora do terremoto, Hancer trabalhava em sua padaria. Imediatamente, ligou para a família e soube que sua casa tinha sofrido danos, mas não tinha desmoronado, e sua mulher e três de seus quatro filhos estavam vivos. Irmak, no entanto, dormiu na casa da avó para passar mais tempo com as primas de Istambul. Foi lá que Hancer se deparou com os escombros cobrindo o corpo da filha.

Ele tentou retirar o corpo erguendo blocos de concreto com as mãos. Mas era uma tarefa impossível. Desesperado e tomado por uma profunda tristeza, sentou-se ao lado do cadáver de Irmak. "Peguei a mão dela, acariciei seu cabelo e beijei suas bochechas." ● AFP

Violência

SP tem alta de furtos, homicídios e estupros no mês de janeiro

Dados foram divulgados ontem. 'Muito trabalho a ser feito', diz gestão do governador Tarcísio

ÍTALO LO RE

O Estado de São Paulo registrou alta de homicídios, estupros e furtos em janeiro deste ano, segundo dados divulgados na tarde de ontem pela Secretaria da Segurança Pública (SSP). Foi o primeiro mês da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) à frente do Palácio dos Bandeirantes.

Em nota, a secretaria deu destaque para o aumento no número de prisões no começo deste ano (15,4%), mas afirmou "estar ciente de que ainda há muito trabalho a ser feito". "Esforços estão sendo empenhados para reduzir a criminalidade e aumentar a sensação de segurança da população", afirmou. Complementou dizendo que a comparação com janeiro do ano passado pode ser afetada pelas medidas de combate ao coronavírus. Na época, houve uma onda da variante Ômicron no País.

Conforme as estatísticas, o total de casos de estupro saltou 14,9% na comparação entre janeiro deste ano com o mesmo mês do ano passado. Os casos foram de 921 para 1.058. Já o número de homicídios subiu de 236 para 250 na comparação com o mesmo recorte, o que representa alta de 5,9%.

Em paralelo, os furtos subiram de 42,5 mil, em janeiro do ano passado, para 47,5 mil, no primeiro mês deste ano. A variação representa alta de 11,5% entre os dois períodos. No caso dos roubos, a oscilação foi menor (2%), com o número de ocorrências indo de 20,5 mil para 20,9 mil.

Os roubos de carga caíram 11,5% – foram de 572, em janeiro do ano passado, para 506, no início deste ano. Os latrocínios, por sua vez, tiveram um caso a menos, com 12 registros em janeiro deste ano, ante 13 no ano passado.

CAPITAL. Na cidade de São Paulo, os estupros subiram 20% em janeiro deste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado. Foram 60 casos, dez a mais do que os 50 registrados no ciclo anterior. "É preciso um olhar multissetorial sobre esses crimes, que envolva, além das forças de segurança, os serviços de educação, de assistência social e de saúde", disse o coordenador de projetos do Instituto Sou da Paz, Rafael Rocha, em análise enviada à imprensa.

Na contramão do Estado, os homicídios caíram 21,8% em janeiro deste ano na capital paulista, indo de 55 ocorrências para 43. No restante da Grande São Paulo, houve alta de 64,9%, com as ocorrências indo de 37, no primeiro mês do último ano, para 61, no recorte mais recente. Em São Bernardo do Campo, os casos foram de um para cinco. Em Guarulhos, de 5 para 11.

Os furtos subiram 17,8% na capital paulista nesse mesmo período, variação mais expressiva do que a observada no Estado. Os casos registrados subiram de 16,2 mil para 19,1 mil. No caso dos roubos, a oscilação foi de 1,5%, com 12 mil casos em janeiro deste ano, ante 11,8 mil no recorte passado.

Sob efeito da Ômicron
Secretaria destacou que comparação entre meses de janeiro é afetada pelo repique de covid em 2022

INVESTIGAÇÃO. Em nota, a Secretaria da Segurança Pública do Estado destacou que a quantidade de pessoas presas aumentou no início deste ano. "As polícias conseguiram retirar das ruas do Estado 14.947 criminosos somente em janeiro", disse.

A Polícia Civil instaurou mais de 30 mil inquéritos policiais no mês passado, 2,6 mil a mais do que no mesmo período de 2022. Houve aumento de 50% na apreensão de drogas (foram 11,4 toneladas, ante 7,7 no recorte anterior) e de 7,2% na quantidade de armas apreendidas (foram 817, ante 762 em janeiro passado). ●

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE: MANHÃ 20° | TARDE 26° | NOITE 20° | VOLUME DE CHUVA 20MM | UMIDADE RELATIVA 60%

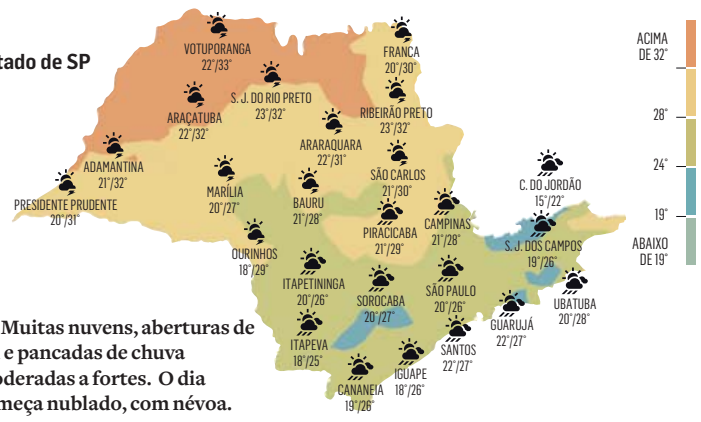
QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
19°/29°	19°/30°	19°/30°	20°/31°

SOL — NASCENTE: 6H01 POENTE: 18H36

LUA: CRESCENTE

CRESCENTE	27/2	4H09
CHEIA	7/3	5H06
MINGUANTE	14/3	9H42
NOVA	21/3	14H26

Estado de SP



● Muitas nuvens, aberturas de sol e pancadas de chuva moderadas a fortes. O dia começa nublado, com névoa.

Tábuas das marés: Porto de Santos

N, NE, L, SE, S, SO, O — 20 nós — 0,5m

HOJE		
0h20	↑	1,0
5h39	↓	0,7
7h42	↑	0,8
10h14	↓	0,7

QUARTA, 01		
0h33	↑	1,1
5h59	↓	0,6
11h56	↑	0,9
18h07	↓	0,5

QUINTA, 02		
0h46	↑	1,3
6h22	↓	0,6
11h49	↑	1,1
18h33	↓	0,4

SEXTA, 03		
1h02	↑	1,4
6h46	↓	0,5
12h11	↑	1,3
18h58	↓	0,3

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	25°/31°	MACEIÓ	24°/32°
BELÉM	24°/32°	MANAUS	24°/32°
BELO HORIZONTE	19°/33°	NATAL	25°/31°
BOA VISTA	24°/34°	PALMAS	23°/32°
BRASÍLIA	18°/30°	PORTO ALEGRE	19°/32°
CAMPO GRANDE	21°/31°	PORTO VELHO	23°/30°
CUIABÁ	24°/36°	RECIFE	25°/30°
CURITIBA	16°/23°	RIO BRANCO	23°/30°
FLORIANÓPOLIS	20°/27°	RIO DE JANEIRO	23°/33°
FORTALEZA	24°/31°	SALVADOR	24°/31°
GOIÂNIA	21°/33°	SÃO LUÍS	24°/31°
JOÃO PESSOA	25°/31°	TERESINA	23°/32°
MACAPÁ	24°/30°	VITÓRIA	23°/33°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	25°/32°	MÉXICO	-3	16°/28°
ATENAS	5	14°/18°	MIAMI	-2	19°/31°
BARCELONA	4	3°/11°	MONTEVIDÉU	0	19°/28°
BERLIM	4	-1°/5°	MOSCOU	5	-13°/0°
BRUXELAS	4	-1°/6°	NOVA YORK	-2	0°/2°
BUENOS AIRES	0	23°/31°	PARIS	4	-2°/5°
CARACAS	-1	19°/27°	ROMA	4	6°/12°
CHICAGO	-3	2°/7°	SANTIAGO	0	16°/31°
ESTOCOLMO	4	-1°/6°	SYDNEY	14	19°/26°
GENEBRA	4	-5°/1°	TEL-AVIV	5	18°/26°
JOHANNESBURGO	3	16°/30°	TÓQUIO	12	9°/16°
LIMA	-2	21°/23°	TORONTO	-2	0°/2°
LISBOA	3	4°/13°	WASHINGTON	-2	5°/13°
LONDRES	3	2°/6°			
LOS ANGELES	-5	8°/14°			
MADRID	4	-3°/8°			

CLIMATEMPO — A StormGeo Company

Ensino superior

USP e Unicamp antecipam os calendários de vestibular

Segundo a Fuvest, a principal novidade é a antecipação da 2.ª fase para dezembro; Unicamp fará 1.ª fase em 29 de outubro

RENATA OKUMURA

As universidades estaduais paulistas USP e Unicamp adiantaram seus calendários de vestibular. A Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest) divulgou ontem o calendário do vestibular de 2024 da Universidade de São Paulo (USP). Segundo a instituição, a principal novidade é a antecipação da segunda fase do vestibular para o mês de dezembro.

As inscrições poderão ser realizadas entre 17 de agosto e 6 de outubro. A primeira fase do vestibular está agendada para 19 de novembro, enquanto a segunda será nos dias 17 e 18 de dezembro deste ano – em vez do início de janeiro.

Além disso, o período para solicitação de isenção e de redução de taxa de inscrição foi ampliado e vai ocorrer entre 15 de maio e 14 de julho. O objetivo, de acordo com a Fuvest, é que os candidatos tenham tempo de submeter sua documentação para análise. "Os resultados serão divulgados em 3 de agosto e o prazo para correção de eventuais documentos será entre 4 e 11 de agosto", disse.

Já as provas de habilidade específica vão ocorrer entre 3 e 6 de janeiro de 2024. A Fuvest afirma que "está pensando no bem-estar dos candidatos que poderão ter férias em janeiro".

UNICAMP. Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), de acordo com a Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (Comvest), a primeira fase será realizada em 29 de outubro. Já a segunda etapa vai ocorrer, pelo segundo ano consecutivo, em dezembro, nos dias 3 e 4. As inscrições poderão ser realizadas entre 31 de julho e 31 de agosto. O pedido de isenção da taxa poderá ser solicitado entre 15 de maio e 5 junho na página da Comvest. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora questiona cartão da loja bloqueado

Reclamação de Priscila de Oliveira Rodrigues: "Sou cliente das lojas Renner desde julho de 2022. Recentemente, eu fui fazer uma compra e no caixa descobri que o meu cartão foi bloqueado pela loja. Não entendi o motivo, pois não há nenhuma parcela em aberto. No dia, eu passei o maior constrangimento. Quero que eles resolvam e desbloqueiem o meu cartão, pois foi indevido e errado."

Resposta: "A Lojas Renner S.A. afirma que entrou em contato com a cliente Priscila de Oliveira Rodrigues para esclarecimentos." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Os taximetros

Termina hoje o prazo que (...) a prefeitura havia concedido aos chauffeurs" e proprietarios de garagens para acquisição de taximetros. Tal processo não acontecerá. Os 'chauffeurs' procuraram o vice-prefeito em exercicio e declararaam-se impossibilitados de cumprir a lei.

CORREÇÕES

São Sebastião. O infográfico da reportagem *São Sebastião aprovou em 2021 limite maior de construção em áreas de risco* (página A17, 25/2/2023) continha um erro de proporção no desenho. O material foi corrigido na versão online.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Olga Pagura – Aos 82 anos. Filha de Erx Wolf Pagura e Elisa Pagura. Deixa o filho Raul Henrique, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Israelita do Butantã.

Manoel Becker – Aos 98 anos. Filho de David Becker e Sarah Becker. Deixa os filhos Boris, Roberto, Lucia, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Israelita do Butantã.

Felicio Jose Amorim – Dia 25, aos 79 anos. Era casado com Raquel Bezerra Amorim. Deixa as filhas Regina, Roberta, Rafaela, Carmem, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Daniel Lessa Messias – Aos 72 anos. Era casado com Célia da Anunciação Messias. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

José Rodrigues dos Santos – Aos 68 anos. Era solteiro. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Fabiano Rosa – Dia 25, aos 50 anos. Filho de Joaquim Rosa Neto e Rute Herminia Rosa. Era solteiro. Deixa as filhas Amanda, Ana Carolina, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Marcos Kaohashi – Dia 25, aos 50 anos. Era casado com Silvana Rose de Faria Kaohashi. Deixa a filha Lis, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Alexandre Samuel Torres – Dia 26, aos 49 anos. Era solteiro. Deixa o filho Thomas, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

IN MEMORIAM

Zizinho Papa (José Papa Jr.) – Hoje, às 11 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa.

MISSAS

Darcílio de Castro Rangel – Dia 7, às 12 horas, na Paróquia Santíssima Virgem, na Av. Lucas Nogueira Garcez, s/nº, Jardim do Mar – São Bernardo do Campo (16 anos).

SYLVIA MORAES PASSARELLI
MISSA DE SÉTIMO DIA

Os filhos e noras comunicam que a missa de sétimo dia pelo falecimento da Sra. Sylvia Moraes Passarelli, será realizada no próximo **dia 01/03/2023, às 10:00hs na Paróquia São José do Jardim Europa**, localizada na Rua Dinamarca, 32 (esquina com a Rua Áustria), Jardim Europa, São Paulo/SP.

Os filhos, netos e bisnetos de
OPTACIANO CAPISTRANO DA SILVA
agradecem as manifestações de pesar e convidam para a missa de 7º dia na próxima quinta - feira, 02 de março, às 17:00 na Igreja da Imaculada Conceição, Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2071, Bela Vista -SP

A esposa Marlene, os filhos Ricardo, Alexandre, Roberto e Rodrigo, as noras Adriana, Erica, Fernanda e Ciça, e os netos Pedro, André, Paulo, Caca, Gabi, João, Lucas, Manu e Felipe, convidam para a missa de sétimo dia do nosso querido e amado marido, pai, sogro e avô

Oswaldo Chade

A missa será realizada dia 02/03, quinta-feira, às 12h, na Paróquia São José, Rua Dinamarca nº 32 - Jardim Europa/ SP.

Tragédia no feriado

Busca por vítimas muda de foco em São Sebastião

EMILIO SANT'ANNA

As buscas por vítimas em São Sebastião, após o temporal que atingiu o litoral norte de São Paulo no domingo de carnaval, entraram no nono dia com foco no bairro da Baleia Verde. A informação inicial é de que o lugar teria um idoso desaparecido. Até agora, os maiores esforços estavam concentrados na Vila Sahy, bairro no pé da Serra do Mar de onde 64 corpos foram retirados. Em Ubatuba, a chuva causou uma morte.

Apesar de inicialmente todos os desaparecidos na Vila Sahy terem sido encontrados, o Corpo de Bombeiros informou, na tarde deste domingo, que as buscas a possíveis vítimas prosseguem no município. A informação foi confirmada durante a reunião do comando das forças integradas de segurança, que trabalham na operação de resgate, socorro e apoio às vítimas.

De acordo com o coronel Jefferson de Mello, comandante do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, o trabalho de buscas prosseguirá e não tem data para terminar. Até o momento, das 64 mortes confirmadas na cidade, 20 são de homens adultos, 18 de mulheres adultas e 18 de crianças. Ao todo, 55 corpos já foram identificados e liberados para os enterros. E 26 pessoas foram resgatadas com vida pelas equipes de socorro. O município ainda tem hoje 887 moradores desalojados ou desabrigados.

Navio de guerra
Atlântico foi ancorado próximo de Juquehy e Barra do Sahy, para ficar mais perto dos atingidos

BARCO. Na manhã desta segunda-feira, o Navio Aeródromo Atlântico, da Marinha, foi ancorado próximo de Juquehy e Barra do Sahy, para ficar mais perto das áreas mais atingidas.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse na quinta-feira que o sistema de alertas por mensagem de celular não foi efetivo para reduzir a tragédia em São Sebastião, no litoral norte do Estado. Segundo ele, foram disparados 2,6 milhões de avisos antes da chuva, mas não resultaram na evacuação de pontos críticos e em outras ações preventivas. Tarcísio afirmou que vai investir em novas tecnologias para aprimorar o sistema e na instalação de sirenes em pontos críticos.

A avaliação foi feita durante entrevista coletiva, em São Sebastião, cidade para a qual Tarcísio deslocou seu gabinete. Ele disse que, por lei federal, as empresas de telefonia são obrigadas a fornecer o alerta, mas a lei não estabelece formas. "Aqui no litoral mais de 30 mil pessoas receberam SMS de alerta e vimos que eventualmente não teve maior efetividade", disse.

Apenas os quatro municípios do litoral norte somam 355 mil habitantes e, em razão do carnaval, receberam milhares de turistas. Cerca de 34 mil pessoas cadastradas na plataforma estadual da Defesa Civil receberam os alertas que falavam sobre "chuvas fortes e persistentes", pedindo a atenção para alagamentos e possíveis quedas de muros. ●

Menino de 7 anos morre ao cair de prédio no Rio

MARCIO DOLZAN
RIO

Um menino de apenas 7 anos morreu ao cair do apartamento onde morava, no Andaraí, zona norte do Rio, no fim da manhã de domingo. Hallan Luis Silva Ramos Ventura despencou de uma altura de cerca de 20 metros ao tentar passar de um quarto para outro pelas janelas do apartamento.

No momento da queda, apenas ele e um irmão de 9 anos estavam no imóvel. Logo após o acidente, policiais militares da UPP do Andaraí foram acionados e informam a queda ao Corpo de Bombeiros. O menino morreu no local e o caso foi registrado na 20.ª DP (Vila Isabel). A mãe dos garotos, Jéssica Silva Ramos, ainda não foi encontrada pelos agentes.

A polícia fez perícia no local e ouviu testemunhas. O caso é investigado como abandono de incapaz. Testemunhas dizem que era comum as crianças ficarem sozinhas em casa.

Segundo a TV Globo, a mãe fez postagem em uma rede social, negando que tivesse deixado os filhos sozinhos. As mensagens foram depois apagadas. "Eu não deixei meus filhos sozinhos, o meu único erro foi ter confiado em quem não deveria", escreveu Jéssica. ●

Pandemia do coronavírus

Carnaval já causa uma 'minionda' de covid-19

Índices de positividade dos testes tiveram alta de 20,2% em comparação com a semana anterior, impulsionada pela variante XBB, agora predominante

WILTON JUNIOR/ESTADÃO

Alckmin, que é médico, vacina o presidente Lula, antes de posarem para fotos com o Zé Gotinha

JOSÉ MARIA TOMAZELA

Na semana do carnaval, os índices de positividade para covid-19 tiveram alta de 20,2% em comparação com a semana anterior. O aumento decorre principalmente dos festejos pré-carnavalescos e foi impulsionado pela expansão da variante XBB nos Estados do Rio e de São Paulo, segundo levantamento da Dasa, rede de saúde privada que atua em todo o Brasil. Para o coordenador da pesquisa, José Eduardo Levi, o País deve ter uma minionda de covid, com positividade entre 30% e 40%. Dados da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica (Abramed) também apontam alta na positividade de covid-19.

Os números vinham subindo desde a metade de janeiro e tiveram um aumento maior na semana do carnaval. O estudo da Dasa apontou que os índices de positividade para covid-19, na média nacional, chegaram a 23,85%, na semana de 17 a 23 de fevereiro, que incluiu o carnaval, com aumento de 20,2% em comparação com a semana anterior aos festejos, de 10 a 16 de fevereiro. Foram pesquisadas mais de mil unidades da rede em todo o Brasil.

O Rio relatou aumento de 31,5% nas taxas, saindo de 19,19% para 25,24%. O Estado de São Paulo teve alta de 11,6%, passando de 25,14% para 28,08%. No Nordeste, a taxa de positividade passou de 4,57% para 7,16%, na comparação entre antes e durante o carnaval. A Região Sul e o Distrito Federal mantiveram estabilidade, com 14,48% e 6,67%, respectivamente. De acordo com Levi, a variante XBB do coronavírus se tornou predominante nas amostras positivas.

TENDÊNCIA. A XBB agora se sobrepõe às variantes BQ.1 e BA.5, sendo que a última, em companhia da BA.4, vinha dominando as amostras sequenciadas pelo Genob, projeto de vigilância genômica mantido pela Dasa desde junho de 2022 e coordenado por Levi. "Considerando as aglomerações ocorridas durante o carnaval e as características da variante XBB, agora predominante, é bastante provável que as taxas de positividade sejam maiores nas próximas semanas", disse.

Segundo ele, como aconteceu durante toda a pandemia, as maiores altas vêm acontecendo em São Paulo e no Rio, mas depois as variantes devem atingir o restante do País. "Esse aumento pode estar relacionado com as aglomerações pré-carnavalescas, mas certamente, com essa nova variante se expandindo, o aumento deve ficar sustentado no Brasil. Vai aumentar ainda mais em São Paulo e no Rio. No Nordeste, onde o carnaval é forte, e que estava com taxa de positividade bem baixa, com certeza vai aumentar."

Conforme o especialista, as variantes vão se espalhar de forma progressiva, formando uma nova onda. "Em toda a pandemia o que a gente viu é que, quando chega ao pico, ao auge, essas taxas de positividade são muito parecidas em todos os lugares. Então a média nacional vai chegar a 30% ou 40% dos exames positivos. São essas ondas ou miniondas. O Nordeste ainda está na faixa de 10%, enquanto Rio e São Paulo batem 30%."

MAIS NÚMEROS. Já os dados da Abramed mostram que a taxa de positividade evoluiu de 12,5% na semana de 14 a 20 de janeiro para 22,01% na de 18 a 24 de fevereiro. O infectologista Celso Granato, diretor clínico do Grupo Fleury, disse que, desde a metade de janeiro, a taxa de positividade está em 15%, o que é muito alto. "Estamos fazendo 2 mil exames para covid de biologia molecular e o número (*de positivos*) é absurdamente grande. E, com certeza, é subestimado. Muita gente faz o teste de farmácia e não faz os sofisticados. E, quando é transmissor familiar, uma pessoa faz o teste e as outras que pegam não fazem." ●

'Mais vulneráveis deveriam voltar a usar máscara, até na feira'

O infectologista Celso Granato, diretor clínico do Grupo Fleury, lembrou a necessidade de cuidados com os dados, pois "normalmente o vírus tem uma incubação de quatro a cinco dias, mas pode ser mais, pode ser de dez dias". Para ele, a variante XBB é menos grave clinicamente para a maior parte das pessoas, mas isso não deve ser motivo para relaxar cuidados. "Se você tiver uma pessoa mais idosa, com uma pneumopatia, uma bronquite crônica, a covid pode ser mais complicada. Acho que as pessoas mais vulneráveis deveriam voltar a usar máscara na feira, no supermercado, no shopping, em um ambiente fechado." ●

Número ainda maior

Infectologista fala em positividade 'absurdamente grande' e casos subestimados

Lula recebe bivalente de Alckmin e lança movimento por vacinação

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se vacinou ontem contra a covid-19 com uma dose de reforço do novo imunizante bivalente contra a doença. A vacina foi aplicada pelo vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), que é médico. Lula e Alckmin posaram para fotos ao lado do Zé Gotinha, o mascote da imunização no Sistema Único de Saúde (SUS).

A aplicação da vacina em Lula foi um ato simbólico do governo em meio ao evento que lança o "Movimento Nacional pela Vacinação", sob coordenação do Ministério da Saúde, que busca "retomar as altas coberturas vacinais" no País. A primeira etapa da campanha focará na aplicação de doses contra a covid, mas não se restringirá aos imunizantes contra esta doença.

"O gesto que nós estamos fazendo aqui não é só para dizer para vocês que vamos ter vacinas para vacinar as pessoas de toda e qualquer idade em todos os postos do País inteiro. Mais importante do que isso, é relembrar que o Brasil já foi o campeão mundial de vacinação e era respeitado pela qualidade dos enfermeiros e enfermeiras", afirmou Lula.

Na semana passada, Lula e a primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, divulgaram seus cartões de vacinação por meio de resposta à Lei de Acesso à Informação. A decisão do presidente de tornar público seu histórico vacinal e registrar em eventos que está com as doses da covid em dia é uma estratégia do Palácio do Planalto para se contrapor ao posicionamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que se recusou a tomar a vacina contra a covid publicamente e manteve em segredo a carteira de vacinação.

ESQUEMA VACINAL. O governo pretende com o movimento restabelecer a cultura de vacinação no País e s confiança de parte da população nas vacinas. Durante a gestão do ex-presidente Bolsonaro, o Brasil passou por um processo de quedas constantes nas taxas de imunização. As baixas nos esquemas vacinas foram provocadas, em grande medida, por discursos negacionistas do núcleo duro do antigo governo, sobretudo durante a pandemia de covid. Lula fez um apelo às famílias brasileiras para que completem o esquema vacina e exaltou os profissionais do SUS. ●

Apelo

Presidente da República apelou para que todas as famílias completem o esquema vacinal

PGR dá parecer a favor do cumprimento de pena por Robinho no Brasil

The Best

Prêmio de melhor do mundo coroa temporada de Messi

Argentino de 35 anos, principal condutor da seleção de seu país ao título da Copa do Catar, ganha o troféu pela 7.ª vez na carreira

RICARDO MAGATTI

Principal responsável por levar a Argentina ao título da Copa do Mundo Catar, Lionel Messi foi eleito ontem o melhor jogador do mundo pela sétima vez. Em cerimônia em Paris, na França, o craque argentino superou os franceses Kylian Mbappé e Karim Benzema para levar o The Best, premiação da Fifa que não ganhava desde 2019. O evento foi marcado por homenagem a Pelé, que morreu em 29 de dezembro do ano passado.

Ao contrário da Bola de Ouro, da revista *France Football*, o The Best considera o desempenho dos jogadores durante a temporada europeia, neste caso de 8 de agosto de 2021 a 18 de dezembro de 2022, data da final da Copa do Catar. A votação que consagrou Messi foi feita por técnicos e capitães de todas as 211 seleções filiadas à Fifa, jornalistas especializados de cada um desses países e torcedores de todo mundo cadastrados no site da entidade.

SARAH MEYSSONNIER/REUTERS

Gianni Infantino entrega o troféu a Messi; argentino é recordista

A ampliação do período de avaliação foi determinante para a vitória de Messi, que fez o melhor de seus Mundiais em sua quinta participação aos 35 anos e conduziu a Argentina à glória com atuações de protagonismo que ainda não havia tido em Copas. Saíram de seus pés na campanha do tri sete gols e três assistências.

Tão genial quanto simples, Messi fez um discurso breve com o troféu em mãos. Agradeceu aos colegas, à família, ao povo argentino, citou Benzema e Mbappé, "que jogaram demais", e, claro, mencionou a Copa de sua vida. "Realizei meu sonho depois de tanta luta, de tanto insistir. Com paciência e perseverança cheguei à realização. Foi a coisa mais linda que aconteceu na minha vida", disse.

Messi alcançou a taça com que tanto sonhou na sua última aparição na competição mais importante do futebol. "É algo raríssimo para qualquer jogador. Fico muito feliz por ter conseguido isso. Não tenho mais palavras. Está na hora de meus filhos irem para cama", falou. A brincadeira tirou risos de sua mulher, Antonella Roccuzzo, na plateia.

Ele já havia conquistado o prêmio da Fifa outras seis vezes, em 2009, 2010, 2011, 2012, 2015 e 2019. Com mais este troféu, se isola ainda mais de Cristiano Ronaldo, vencedor em 2008, 2013, 2014, 2016 e 2017

Benzema e Mbappé continuam sem ganhar a honraria da Fifa. O atacante do Real Madrid não jogou a Copa. O francês do PSG foi artilheiro do Mundial do Catar, com oito gols, três deles na final, mas a França foi superada pela Argentina de Messi nos pênaltis.

Benzema, bem como os seus colegas de Real, não foi à cerimônia como retaliação do clube pela ausência do brasileiro Vinicius Júnior na lista dos 26 melhores jogador do mundo elaborada pela Fifa.

ÚNICO BRASILEIRO. O Brasil perdeu o Prêmio Puskás, do gol mais bonito, com Richarlison, mas foi representado por Casemiro na seleção masculina da temporada (Fifpro). O time foi formado por Courtois; Hakimi, Van Dijk e João Cancelo; Casemiro, De Bruyne e Modric; Messi, Mbappé, Benzema e Haaland.

A premiação foi dominada por argentinos. Lionel Scaloni foi eleito o melhor treinador e Emiliano "Dibu" Martínez foi escolhido o melhor goleiro do mundo. Ambos tiveram participação fundamental para o tri da Argentina no Catar.

Polonês ganha o Puskás
Marcin Oleksy, que marcou um lindo gol de bicicleta, superou, entre outros, o brasileiro Richarlison.

Até a torcida argentina foi premiada. Os "hinchas" ganharam na categoria Fan Award pela festa nas arquibancadas dos estádios e nas ruas do Catar durante a Copa. O grupo foi representado na premiação por um veterano torcedor, Carlos "Tula" Pascual, que levou instrumentos e tocou até bumbo depois de um longo discurso.

Entre as mulheres, a espanhola Alexia Putellas (Barcelona) foi eleita a melhor jogadora do mundo. A holandesa Sarina Wiegman (seleção da Inglaterra) foi escolhida a melhor técnica e a inglesa Mary Earps (Manchester United) ganhou como a melhor goleira. ●

Pelé é homenageado com troféu entregue por Ronaldo à viúva

PARIS

O maior jogador da história do futebol foi homenageado no evento que premia o melhor jogador da atualidade. Pelé foi lembrado pela Fifa na cerimônia do prêmio The Best. A viúva Márcia Aoki, além de Kely Cristina e Flávia Arantes do Nascimento, duas filhas do Rei, morto em 29 de dezembro do ano passado, aos 82 anos, foram convidadas e acompanharam os tributos durante o evento em Paris.

A cerimônia foi aberta com um discurso do presidente da Fifa, Gianni Infantino, em homenagem a Pelé. O telão mostrou imagens históricas do Atleta do Século, sobretudo gols em Copas do Mundo, com a voz do Rei ao fundo, fazendo comentários sobre a sua extraordinária carreira.

"Das quatro Copas que joguei, a de 1970 foi a que eu considero a melhor", foram algumas das palavras de Pelé que a organização escolheu exibir. "Eu dei tudo da minha vida ao futebol brasileiro e à seleção", disse o Rei quando se aposentou, em 1.º de outubro de 1977.

Ronaldo foi chamado ao palco para falar sobre o maior jogador da história. "Quando ele jogava, o mundo era ainda mais racista que hoje. Ele mostrou que o negro pode ser melhor, mais bem-sucedido e pode vencer o racismo. Essa luta não acabou, mas peço que todos se inspirem no exemplo do Rei Pelé", afirmou Ronaldo, citando a luta antirracista do Rei e seu impacto também fora dos gramados. "Esse legado será eterno."

Márcia Aoki subiu ao palco para receber de Ronaldo Fenômeno um troféu da Fifa em tributo ao Rei do futebol. "Tenho poucas palavras para dizer. "Deus nos deus Edson, Edson nos deu Pelé e o mundo tão bem recebeu ambos", discursou a viúva do Rei.

Música e emoção
Durante a homenagem ao Rei Pelé, Seu Jorge cantou a versão em português de 'Changes', de David Bowie

Jairzinho, campeão mundial em 1970 e que tanto conviveu com Pelé, também foi ouvido sobre as memórias que tem do Rei. "Agradeço a oportunidade de ter jogado uma Copa com ele. Ele fazia tudo com muita naturalidade e inteligência", exaltou. "O Pelé era o espelho de todas as condições que um atleta tem que desenvolver", afirmou.

O tributo da Fifa durou cerca de 15 minutos e foi encerrado com Seu Jorge, que cantou e tocou seu violão sentado no palco enquanto imagens de Pelé em preto e branco eram exibidas ao fundo e a viúva do Rei chorava sentada na plateia.

Pelé nunca ganhou o prêmio da Fifa porque a escolha só premiava jogadores europeus e atletas que atuavam na Europa. Como Pelé teve sua carreira construída no Santos e depois no Cosmos, dos EUA, o melhor jogador de todos os tempos jamais recebeu a premiação enquanto jogava.

A revista *France Football*, que seguia os mesmos critérios, reviu sua decisão após mudanças nas regras da eleição e, em 2014, ano da Copa do Mundo no Brasil, a segunda na história do País, deu a Pelé o título de Bola de Ouro nas edições retroativas de 1958, 59, 60, 61, 1963, 65 e 1970, quando ele conduziu a seleção brasileira na conquista do tricampeonato mundial – foram sete prêmios e agora somente Lionel Messi tem o mesmo número de conquistas. ●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● **Copa da Inglaterra**
Fulham x Leeds
16h45 / ESPN 2
Bristol x Manchester City
17h / ESPN
● **Campeonato Italiano**
Juventus x Torino
16h45 / ESPN 4
● **Copa Libertadores**
Cerro Porteño (PAR) x Curicó Unido (CHI)
19h / ESPN 4
● **Copa do Brasil**
Tocantinópolis x América-MG
19h30 / SporTV e Premiere
● **Recopa Sul-Americana**
Flamengo x Ind. Del Valle
21h30 / ESPN

VÔLEI
● **Superliga Feminina**
Fluminense x Minas
19h30 / ESPN 2

HÓQUEI NO GELO
● **NHL**
Columbus Blue Jackets x Buffalo Sabres
21h30 / ESPN 2

O melhor presente

Encontro de bebê leva à criação de família de ciclistas

Casal acha recém-nascido, decide adotá-lo e inicia projeto que já assistiu a mais de 300 crianças e virou equipe

ACERVO PESSOAL

Formada por jovens adotadas, Equipe Lar Cocuzzi compete em provas de ciclismo e Mountain Bike

PAULO CHACON

Uma noite que parecia normal mudou a vida de Ricardo e Selma Cocuzzi. Há pouco mais de 30 anos, o casal encontrou um bebê próximo a uma lata de lixo bem suja e decidiu adotá-lo. Meses mais tarde nascia o Lar Cocuzzi, espaço onde o casal passou a dar uma oportunidade de vida melhor para crianças, usando ciclismo. Desde então, mais de 300 crianças já foram abraçadas.

"A gente não planejou muito as coisas. Só fomos fazendo e tudo foi acontecendo até hoje. Não posso falar que pensamos muito, que fizemos imaginando que poderia se tornar o Lar. Entendemos que a gente precisava fazer algo desde a primeira criança. Perdemos a conta de quantas passaram no Lar, mas nos vemos como uma grande família e assim vivemos", comentou Selma ao explicar a origem de tudo.

Usar o ciclismo também foi natural. Ricardo e Selma já praticavam o esporte e viram nele uma forma de mostrar uma nova opção para que os "filhos" pudessem se desenvolver, crescer e evoluir.

"O ciclismo foi um dos caminhos, mas não o único. Acho que pela relação que eu e o Ricardo já tínhamos com o esporte ficou mais fácil. Passamos a ensinar o que sabíamos e foi crescendo. Fomos fornecendo o que era possível e as crianças foram aprendendo e evoluindo a cada dia. A rotina de treinos foi ficando mais frequente, as competições foram aparecendo", disse Selma.

Um pouco depois de adotar a primeira criança, Selma engravidou pela primeira vez. O filho do casal, Luiz Henrique Cocuzzi passou a conviver com as demais crianças e jovens adotados e o ciclismo se tornou parte do seu dia a dia.

Anos mais tarde, Luiz Henrique optou pelo ciclismo mountain bike. Ele já conquistou o brasileiro da modalidade sete vezes, foi campeão pan-americano e esteve na Olimpíada de Tóquio. "Tudo que eu sou é por causa do Lar. Por causa dos meus irmãos. Eu sou o que sou no esporte e fora dele pelo que consegui lá atrás com o Lar Cocuzzi. Eu nasci nele, fui criado nele e ainda me sinto parte dele, independentemente de onde esteja."

TEMPOS DIFÍCEIS. Com o passar dos anos e a presença nas competições, o Lar Cocuzzi ganhou notoriedade. No meio do ciclismo, a história de Selma e Ricardo com as crianças é vista com respeito, carinho e admiração por todos, mas não evita que todos no Lar tenham dificuldades.

"A situação mudou com a pandemia. Antes era relativamente tranquilo, a gente conseguia tudo que queria e precisava para todos. Agora não é assim", diz Selma. "Sei que dificultou para todos, mas hoje não temos nenhuma empresa nos ajudando. Tenho um grupo de amigos que me ajudam com o que podem e quando podem, como pessoas físicas mesmo. Às vezes o Henrique faz um 'filhocínio' com algumas coisas. Mas está cada vez mais complicado lidar com tudo." ●

CLASSIFICADOS
JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES&LEILÕES CARREIRAS&EMPREGOS

Para anunciar: (11) 3855-2001

IMÓVEIS SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$450.000 Frente,50util, 1ds, gar. Px.metrô. F:2198.5555 creci8767

2 DORMITÓRIOS

ITAIM
R$690.000 Urgente,75uteis, 2ds, sacada, 1vaga, lazer. 2198.5555

MOEMA
R$650.000 75 úteis, 2dts. (1ste), varanda, 1gar. Lazer. 2198.5555

3 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$990.000 Ocasião, px. metro, varanda, 110 u, 3ds(1ste) 2vgs. Vale R$1.300.000, F:2198.5555

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$1.280.000 Urgente, 210 úteis, varanda, 4dts., 2 suítes, 3grs.+ dep. Lazer. F: 2198.5555 creci 8767

MOEMA
R$1.750.000 Px.parque, 245út, 3 salas, varanda, 4dts(3sts), 3grs. + dep. Lazer. 11 2198.5555 cr8767

MORUMBI
R$1.200.000 Rua José Galante, 265ú, varanda/churr,4sts/arms, ar, piso,4vgs. Lazer c/pisc.cob/qda. tenis. Ac. troca 11 97632.0165

ZONA OESTE

3 DORMITÓRIOS

PERDIZES
R$2.000.000 Jd.das Perdizes,novo/arms,ar, 110ú,varandão/churr 3ds(1ste),2vgs. 11 97632.0165

ZONA NORTE

3 DORMITÓRIOS

PQ NV MUNDO
R$420.000 Novo,varanda,3ds, 1vg lazer clube. Dir.PP. F:97632.0165

Vendem-se

CASAS

ZONA SUL

VL MARIANA
R$2.650.000 Nova, 350 Terr, 300 A.C., 3salas, quintal/ churr., 3dts. 1ste, 4gars. Dir. PP. F:97632.0165

ZONA OESTE

JAGUARÉ
R$725.000 Cond.fechado,170m² 3dts. (1ste), 2vagas. lazer c/ pisc. /churrq. Dir. PP. ☎97632.0165

Vendem-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

ITAIM
R$320.000 Conj. 45 úteis. Urgente, px. F Lima, 2 wcs., gar. + rotativo. F: 11 2198.5555 creci 8767

ITAIM BIBI
Sala, Av. 9 de Julho x R. Urimonduba, 4ºe 9ºand., 365m²áú+3 vgs Direto propr. ☎(16)99607-5455

Alugam-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

AV PAULISTA

Alugo andar corporativo, 500mts, 7 vagas na garag. Px. à Brigadeiro. Tratar direto c/propriet. Sr. Pierre ☎(11)95758-9745

AV PAULISTA
Cjto. coml. 351m² a 675m² á. priv. Imperdível. Menor taxa de cond. e melhor Al. da região. Dir. propr. (11)3241-3855 hc/94039-9863

CH STO ANTÔNIO
R.Verbo Divino esq.Nações Unidas Cjto. 540m²/ 1080m². á. priv. Menor aluguel e cond. da região. Imperdível. Dir. c/ propr. ☎(11)3241-3855/94039-9863

LITORAL

TERRENOS

CUBATÃO
Área 10.000m², 300 mts de SP 055, 3 Km do Porto de Santos. Direto prop. ☎(16)99607-5455

PROPRIEDADES RURAIS

CHÁCARAS E SÍTIOS

COSMORAMA - SP
R$2.500.000 Sítio, 16 alqs. Metade c/10mil pés de seringueiras produzindo desde 2017. Casa, luz trifásica, poço c/vazão 20mil de L/hs. Outorga do corrego p/irrigação. Guilherme (17)99703-4447

OPORTUNIDADES

LEILÕES

AERONAVE BEECH AIRCRAFT BARON BE58,
Branca com faixas pretas e cinza. Inicial R$ 296.373,00 site: www.cidafixerleiloes.com.br ☎0800-707-9339

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

ÁREA EM FRANCO DA ROCHA / SP
Projeto condom.logístico aprovado (19)3244-1274/99811-3853

CONDOMÍN. LOGÍSTICO
Com renda de aluguel. Galpão 100% locado para grande empresa, gerando renda, ótimo para investidores . Venda R$ 42 milhões, parcelamos ☎(19)99811-3853

DROGARIA VENDO
Na região central SP! Tradicional, há 52anos no local, próximo Hospital Sírio Libanês e 9 de Julho. Valor R$600mil. Direto c/ propriet. Fone/Whats. ☎(11)94153-2103

JUNDIAÍ - SP

Galpão 87.000m² terreno,28.000 m² área construída, sendo 4500 mil m² refrigerado, 900m² de congelado, 15.000m² área seca, 33 docas. Contato direto proprietário ☎(11)99459-3316

ESOTERISMO

MÍSTICAS
Diga nome, data nasc. e tudo será revelado à vc. (31)97123-8594

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO COM LIVROS
Livros, Gibiteca, CD, DVD e discos usados.Compro, vendo. Pça João Mendes, 140 ☎(11)3104-7111

RELAX / ACOMPANHANTES

MASS. TEC. ESP.NO FINAL
(11) 3223-1227/ 98565-1075

EMPREGOS

ACOMPANHANTE - MOTORISTA - MOEMA
P/cozinhar e lavar roupa, CNH há + de 10 anos. Dormir no emprego. C/referência.(11)99169-8390

ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE

leilão

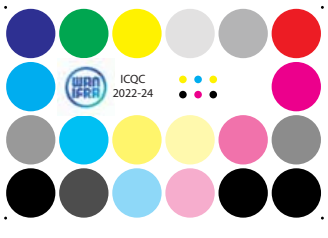
LEILÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Hidirlne Duszeiko JUCEES Nº 052/2007
SERÃO LEILOADOS DIVERSOS IMÓVEIS NO ESTADO DE SÃO PAULO:
Americana, Barretos, Botucatu, Campina do Monte Alegre, Guaratinguetá, Guarulhos, Indaiatuba, Mococa, Mongaguá, Franca, Pirassununga, Praia Grande, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo André, São Bernardo do Campo, São Carlos, São José do Rio Preto, São Paulo, Sumaré, Taubaté.
DIA 27/03, PARA MAIS INFORMAÇÕES CONSULTE-NOS:
hdleiloes.com.br | 0800-707-9339

FAZENDA COM 682HA GIRLEI BALBINO - JUCEMAT nº. 22 JOABE BALBINO - nº. 029 e FAMATO sob o nº . 67/2013
PARANATINGA/MT, Fazenda Mirassol II, confronta c/ Rio Corizeu.
INICIAL 6.976.750,00
POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO
balbinoleiloes.com.br | 0800-707-9339

Edital de leilão e intimação

LEILÃO IMÓVEL IPA - RS
GRANDE IMÓVEL COM PARTE CONSTRUÍDA NO CORAÇÃO DE PORTO ALEGRE – ÚLTIMA ÁREA GRANDE EM BAIRRO NOBRE – POSSIBILIDADE DE COMPRA C/PERMUTA 46.627M2 NA MATR. PODENDO CONSTRUIR EM 26.735M2 VERIFICAR ÁREAS INTERNAS
EDITAL RETIFICADO - LEILÃO NA MODALIDADE STALKING HORSE – DIREITO DE PREFERÊNCIA
Recuperação Judicial de CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO ALEGRE LTDA.
CESUPA - CENTRO EDUCACIONAL WESLEYANO DO SUL PAULISTA E OUTRAS
Dia: 07 de MARÇO de 2023, às 15:00h. | Local do Leilão: on line através do site www.grandesleiloes.com.br e Presencial na Rua Dr. Timoteo 710, Porto Alegre, salão do leiloeiro.
EDITAL COMPLETO NO SITE DO LEILOEIRO – CROQUI DO IMÓVEL – FOTOS DO LOCAL – CONTRATOS DO STALKING HORSE BID – MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE INTERESSE. PARA COMPRA COM ESPÉCIE NECESSÁRIO COMPROVAR CAPACIDADE FINANCEIRA. PARA COMPRA COM PERMUTA NECESSÁRIO PROVAR CAPACIDADE TÉCNICA TAMBÉM. PRAZO DE 15 DIAS PARA CADASTRO E COMPROVAÇÕES, ATÉ 04/03/2023.
Norton Jochims Fernandes, Leiloeiro Oficial, autorizado pelo Excelentíssimo Juiz de Direito do 2º Juízo da Vara Regional Empresarial de Porto Alegre/RS, venderá em público leilão em dia, hora e local supra, processo nº 5035686-71.2021.8.21.0001 ("Recuperação Judicial"), o imóvel seguir descrito: EDITAL COMPLETO NO SITE DO LEILOEIRO. Para o Leilão on line, efetue o cadastro com antecedência, serão exigidos documentos. INTIMAÇÃO: Ficam intimadas as partes e seus cônjuges pelo presente edital caso não localizadas p/Sr. Oficial de Justiça p/cientificação pessoal.
MAIS INFS. E VISITAÇÃO: (51) 3360-1001 - WWW.GRANDESLEILOES.COM.BR

CENTRO ALUGO
7º, 8º, 9º e 10º andar totalizando 1.162m²
Rua Álvares Penteado
Próximo Metrô São Bento e Sé
JÁ COM FIBRA ÓTICA VIVO
Tratar com Gilberto
Tel: (11) 2932-0446 (11) 99695-5237



MILAN LEILÕES
38 ANOS
Soluções para:
• Industrias
• Bancos
• Seguradoras
info@milanleiloes.com.br

Impostos Reoneração

Combustíveis voltarão a ser tributados

Fazenda confirma o fim da desoneração de tributos federais, com maior peso sobre a gasolina em relação ao etanol; reunião hoje deve definir novos porcentuais MAIS INFORMAÇÕES NA PÁG. B2

citi | Brasil
Conglomerado Financeiro - 2022

Resultado - BR GAAP

ATIVOS TOTAIS	ROAE	ROAA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ÍNDICE BASILEIA
R$ 170 bilhões	22,4%	1,7%	R$ 11,8 bilhões	13,8%

Destaques

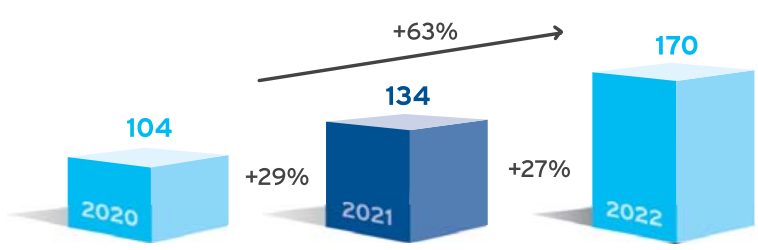
O Citi Brasil encerrou o ano de 2022 com resultados recordes. O lucro líquido atingiu **R$ 2,6 bilhões**, **53%** superior ao de 2021, e o retorno sobre o patrimônio líquido ficou em **22,4%**. Já os ativos atingiram **R$ 170 bilhões**, um aumento de **27%** em comparação com 2021, maior volume já registrado pela franquia. A carteira de depósitos encerrou o ano com **R$ 61 bilhões**, um crescimento de **30%** em relação ao ano anterior. A carteira de crédito expandida totalizou **R$ 45 bilhões**, apresentando uma evolução de **5%** sobre 2021.

É importante ressaltar que as operações de títulos privados cresceram **77%** em 12 meses. Esses resultados devem-se à excelente qualidade da nossa base de clientes, permitindo-nos apresentar um índice de provisionamento de **0,7%**, em linha com o do mesmo período do ano anterior. A margem financeira cresceu **67%**, impulsionada pelo aumento dos volumes médios e da margem com passivos.

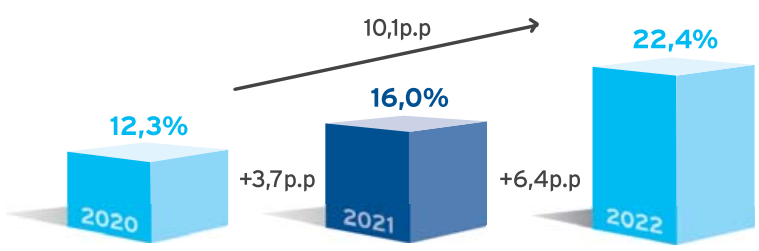
Em 2022, segundo ranking do Banco Central do Brasil, nenhum outro banco operou mais câmbio com clientes do que o Citi Brasil. Com presença em 95 países e atuação com as mais diversas moedas internacionais, o Citi registrou um volume recorde em operações de câmbio e manteve a liderança nessa área em 9 dos últimos 10 anos. O resultado total apresentou um crescimento de **6,7%** em relação a 2021 e um market share de **15,2%**.

Os excelentes resultados obtidos em meio a um cenário desafiador demonstraram a confiança de nossos clientes e contribuíram para posicionar o Citi Brasil como a 5ª maior franquia de banco de atacado em receitas do Citigroup.

Ativos Totais - (BRL bn)

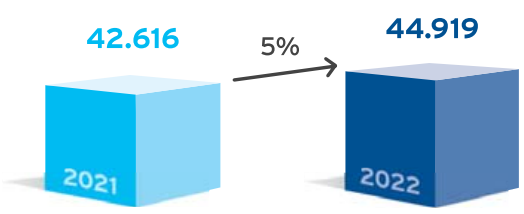


ROAE

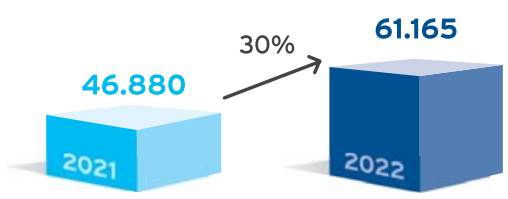


Valores em R$ milhões

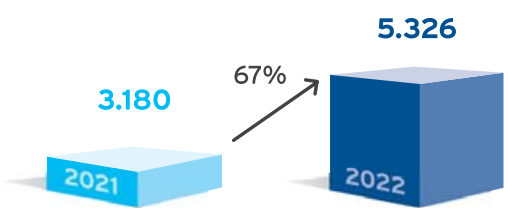
Carteira de Crédito Expandida*



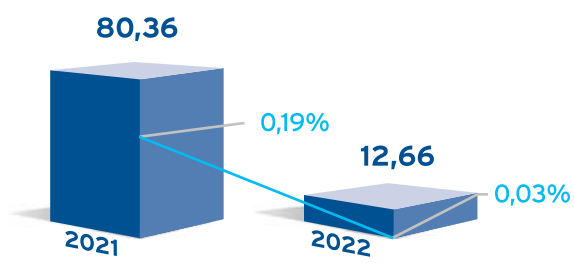
Depósitos



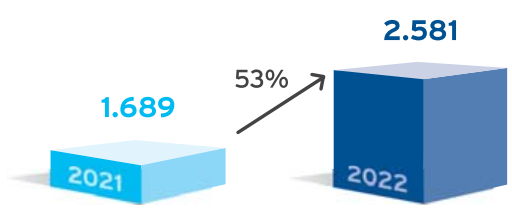
Margem Financeira**



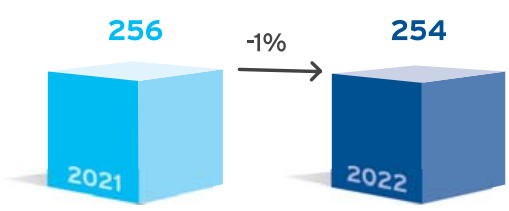
NPL



Lucro Líquido



Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito



Carteira E a G em milhões de reais
NPL (Non Performing Loans acima de 90 dias)

*Inclui debêntures. **Margem financeira contábil

Ranking - 2022

1º em Câmbio de Clientes[1]	1º em DCC - Custódia de Ativos - Mercado Externo[2]	1º Banco Americano em Crédito[3]	3º em Derivativos[4]	4º Banco de Investimento[5]

Fontes: 1 e 3. Banco Central do Brasil. 2. Ranking Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. 4. B3. 5. Dealogic.

A Nova Lei de Licitações e Contratos está em risco

ARTIGO

Pedro Benedetti e Julio Ramos
São, respectivamente, advogado, mestre em Políticas Públicas e professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP); e especialista em gestão e controle de processos na administração pública

Se mantido o que está previsto no artigo 193 da Lei n.º 14.133, de 2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), em poucas semanas toda a administração pública direta, autárquica e fundacional, englobando as estruturas da União, de todos os Estados, do Distrito Federal e dos mais de 5.500 municípios, deve migrar de um ordenamento jurídico com quase 30 anos – a Lei n.º 8.666, de 1993 – para uma lei nova e ainda pouco conhecida.

Somando-se às dificuldades de implementar novas regras depois de tanto tempo, o governo de Jair Bolsonaro, contrariando o que prevê a boa prática legislativa para normas complexas e de áreas sensíveis, fez edições normativas incompletas e a conta-gotas, com publicações separadas e desordenadas, ao invés de criar um decreto único e que dispusesse sobre todos os artigos regulamentáveis de uma só vez.

Estamos na iminência de instituir um ambiente de insegurança jurídica como nunca antes visto

Preocupados com essa situação, já que o prazo de implementação da NLLC encerra-se no próximo dia 1.º de abril, Estados e municípios têm elaborado regulamentações próprias, o que na prática significa que em breve teremos centenas ou até mesmo milhares de normas tratando de licitações e contratos no Brasil.

Estamos na iminência de instituir um ambiente de insegurança jurídica como nunca antes visto, ainda mais em área de tamanha importância como das contratações governamentais.

Neste momento é preciso que o governo de Lula da Silva coloque em prática o popular "freio de arrumação", editando medida provisória que prorrogue o prazo de vigência da Lei n.º 8.666/1993 por pelo menos mais um ano, de forma que toda a regulamentação possa ser devidamente providenciada (ou revisada) e organizada.

Enquanto isso, é preciso que os órgãos públicos criem atmosferas propícias para o estudo e a compreensão da nova lei pelos seus servidores, ao invés de se preocuparem em regulamentá-la.

A Nova Lei de Licitações e Contratos foi debatida por quase uma década e, se implementada adequadamente, será um significativo e necessário avanço para o funcionamento das políticas públicas em áreas fundamentais como saúde, educação e assistência social. Entretanto, ignorar o alerta pode significar um elevado risco de paralisia da máquina pública com consequências imprevisíveis. ●

Impostos Combustíveis

Definição sobre alíquotas vai sair após reunião com Lula no Planalto

Para evitar derrota para a ala política do governo, que rejeita a reoneração, Haddad propõe que gasolina tenha tributo mais alto

ADRIANA FERNANDES
VERA ROSA
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um modelo que institui a volta da tributação sobre combustíveis, a partir de amanhã, no qual a gasolina é mais onerada do que o etanol. Esse modelo foi concebido pela pasta para evitar nova derrota para a ala política do governo. A volta da tributação foi confirmada pela Fazenda via assessoria de comunicação, mas há pontos em aberto, como o de fazer uma reestruturação ao longo da cadeia produtiva para penalizar menos o consumidor final. A alteração na tributação de combustíveis, porém, é complexa e de difícil execução.

Lula deve bater o martelo sobre o formato dessa nova tributação, a partir das 9h30 de hoje, no Planalto, em reunião com Haddad, os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Silveira (Minas e Energia) e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

SUSTENTABILIDADE. A ideia, segundo apurou o **Estadão**, é que a nova tributação leve em conta a sustentabilidade ambiental e a proteção social ao impor uma carga mais alta a combustíveis fósseis. Após o *Estadão/Broadcast* revelar ontem o novo modelo, a Fazenda confirmou que a volta da tributação será de forma que os combustíveis fósseis sofram uma cobrança maior. A pasta não explicou, porém, qual será o porcentual de reajuste nem o valor em reais por litro de cada combustível. Apenas disse que a volta garantirá arrecadação de R$ 28,8 bilhões ainda neste ano.

Antes da desoneração feita pelo governo Jair Bolsonaro, a cobrança das alíquotas era de até R$ 0,69 por litro da gasolina e de R$ 0,24 por litro de etanol.

Pesquisa aponta alta de preços antes até do retorno da tributação

O mais recente Índice de Preços Ticket Log (IPTL) da Edenred Brasil, empresa de gerenciamento de frotas, apontou que, no fechamento de fevereiro, o preço da gasolina e do etanol subiu e deve continuar em alta a partir de amanhã, quando os impostos federais sobre os combustíveis voltarão a ser cobrados.

O litro da gasolina fechou o período com o preço médio nacional de R$ 5,40, com 1,42% de aumento quando comparado a janeiro. A média mais cara do País para o combustível foi registrada em Roraima, a R$ 6,10, e a mais barata, na Paraíba, a R$ 5,02.

Já o etanol foi comercializado a R$ 4,44 na média nacional, com acréscimo de 1,16%, em relação ao fechamento do mês anterior. A média mais cara para o combustível foi registrada nos postos do Pará, a R$ 5,18, e a mais barata em Mato Grosso, a R$ 3,73, um dos únicos Estados a apresentar o etanol com uma margem de economia mais vantajosa para o abastecimento.

A diferença de preço entre o preço médio mais barato e o mais caro para a gasolina chega a 21%, e para o etanol a 39%, segundo a Edenred. ●

ISABELA MOYA

A volta da tributação foi interpretada por integrantes do time de Haddad como uma "vitória" do ministro sobre a ala política do governo, principalmente da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que defendeu prorrogar a isenção até a mudança na política de preços da Petrobras. A interpretação de agentes do mercado é de que, se Haddad conseguir manter a arrecadação prevista em quase R$ 30 bilhões, conseguirá, de fato, uma vitória sobre a cúpula do partido. A ala política defendeu desde cedo um "meio-termo" entre as vontades de Haddad e do PT, com uma volta "gradual" dos tributos – o que foi rejeitado pela área econômica.

Ontem pela manhã, Lula se reuniu com Haddad, Prates e Costa. À tarde, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, embarcou para o Rio de Janeiro para uma nova reunião com o presidente da Petrobras, em que discutiram a reestruturação tributária.

"A questão dos combustíveis está praticamente encaminhada. Entendo que será uma reoneração progressiva", disse o deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara, que se reuniu com Haddad ontem à tarde. "O importante é a Fazenda não perder arrecadação", afirmou.

No fim do dia, Haddad sinalizou que a Petrobras poderá dar uma "contribuição" ao novo modelo para que o preço na bomba seja menor, mas respeitando a política de preços atrelada ao mercado internacional. Segundo ele, existe hoje um "colchão" que pode ser usado no novo modelo e a estatal deve "atenuar" parte do custo da reoneração.

Os agentes econômicos estão atentos à decisão não só por causa do potencial de perda de arrecadação com a manutenção da isenção tributária, mas também da "fritura" de Haddad por parte do PT. No fim do ano passado, Haddad brigou pelo seu fim, mas foi vencido pelo núcleo político. ●

Contas do governo ficam no azul em janeiro

BRASÍLIA

As contas do governo ficaram no azul em janeiro. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas foi positiva em R$ 78,326 bilhões. O resultado sucedeu ao superávit de R$ 4,427 bilhões em dezembro.

O saldo – que reúne as contas do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central – foi o segundo melhor desempenho para o mês na série histórica corrigida pelo IPCA, só atrás de janeiro do ano passado, quando foi de R$ 81,246 bilhões em valores atualizados pela inflação. Em termos nominais, o resultado de janeiro de 2022 havia sido superavitário em R$ 76,811 bilhões.

Segundo o ministério, trata-se do melhor resultado para o primeiro ano de um novo mandato. O aumento real da receita líquida no mês decorre de uma alta de R$ 796,1 milhões nas receitas administradas, de R$ 3,9 bilhões na arrecadação líquida da Previdência e de R$ 2 bilhões nas receitas não administradas, parcialmente compensado pelo aumento de R$ 1,6 bilhão nas transferências por repartição de receita.

Por outro lado, o aumento dos gastos é explicado pelo crescimento de R$ 7 bilhões nas despesas obrigatórias. ●

EDUARDO RODRIGUES e ANTONIO TEMÓTEO

DayPrev Uma empresa do Grupo Daycoval

DayPrev Vida e Previdência S.A.

CNPJ 08.872.199/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A administração da Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Dayprev"), em cumprimento às disposições estatutárias, submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, com o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Desempenho: O total dos ativos da Dayprev atingiu o montante de R$38.647 mil, representados principalmente por aplicações financeiras em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, no montante de R$38.257 mil, referentes aos ativos livres (capital de giro).

O lucro líquido da Dayprev, depois dos impostos e contribuições, totalizou R$2.259 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, representando um acréscimo de 150,7% em relação a 2021.

Remuneração de Acionistas: Foi proposto pela diretoria, em reunião realizada em 31 de janeiro de 2023, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, o pagamento aos acionistas de R$214 mil, a título de dividendos relativos ao exercício de 2022. São Paulo, 24 de fevereiro de 2023. **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2022	2021
Circulante		**155**	**13.188**	**Circulante**		**1.495**	**540**
Disponível		**111**	**96**	**Contas a pagar**		**1.495**	**540**
Caixa e bancos		111	96	Obrigações a pagar	**8.a)**	225	105
Aplicações financeiras	**6**	**-**	**12.782**	Impostos e contribuições	**8.b)**	1.270	435
Títulos de renda fixa		-	12.782	**Patrimônio líquido**		**37.152**	**35.080**
Títulos e créditos a receber		**44**	**310**	Capital social	**10.a)**	25.000	25.000
Impostos a compensar		44	310	Reservas de lucros	**10.c)**	12.152	10.107
Não circulante		**38.492**	**22.432**	Ajustes de avaliação patrimonial		-	(27)
Aplicações financeiras	**6**	**38.257**	**22.188**				
Títulos de renda fixa		38.257	22.188				
Títulos e créditos a receber		**-**	**17**				
Créditos tributários e previdenciários		-	17				
Investimentos	**7**	**235**	**227**				
Outros investimentos		235	227				
Total do Ativo		**38.647**	**35.620**	**Total do Passivo e do Patrimônio Líquido**		**38.647**	**35.620**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutárias	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		**25.000**	**156**	**9.136**	**(55)**	**-**	**34.237**
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	28	-	28
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	901	901
Destinações:							
Reserva legal		-	45	-	-	(45)	-
Reserva estatutária		-	-	770	-	(770)	-
Dividendos		-	-	-	-	(86)	(86)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		**25.000**	**201**	**9.906**	**(27)**	**-**	**35.080**
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	27	-	27
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.259	2.259
Destinações:							
Reserva legal	**10**	-	113	-	-	(113)	-
Reserva estatutária	**10**	-	-	1.932	-	(1.932)	-
Dividendos	**10**	-	-	-	-	(214)	(214)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		**25.000**	**314**	**11.838**	**-**	**-**	**37.152**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2022	2021
Outras receitas e despesas operacionais	**11**	**(303)**	**8**
Outras receitas operacionais		-	19
Outras despesas operacionais		(303)	(11)
Despesas administrativas	**12**	**(133)**	**(172)**
Despesas com tributos	**13**	**(137)**	**(120)**
Resultado financeiro	**14**	**4.316**	**1.816**
Receitas financeiras		4.316	1.816
Resultado patrimonial	**15**	**9**	**4**
Receitas patrimoniais		9	4
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**3.752**	**1.536**
Imposto de renda e contribuição social	**9**	**(1.493)**	**(635)**
Imposto de renda		(912)	(359)
Contribuição social		(581)	(276)
Lucro líquido do exercício		**2.259**	**901**
Quantidade de ações		**19.591.614**	**19.591.614**
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$		**0,12**	**0,05**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**2.259**	**901**
Outros resultados abrangentes		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ajustes de avaliação patrimonial	**27**	**28**
Títulos e valores mobiliários	44	47
Impostos diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial	(17)	(19)
Resultado abrangente total do exercício	**2.286**	**929**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.259	901
Ajustes por:		
Impostos correntes sobre o lucro	1.493	635
Resultado de equivalência patrimonial	(9)	(4)
Lucro líquido do exercício ajustado	**3.743**	**1.532**
Variação nas contas patrimoniais	**(3.643)**	**(1.469)**
Aumento das aplicações financeiras	(3.259)	(1.026)
Redução dos créditos das operações de seguros	-	31
Aumento dos impostos a compensar	(10)	(123)
Aumento (redução) das obrigações a pagar	(9)	33
Aumento dos impostos e encargos sociais a recolher	-	(2)
Aumento dos impostos e contribuições	-	(179)
Impostos sobre o lucro pagos	(365)	(203)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**100**	**63**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Venda de investimentos	-	3
Dividendos recebidos	1	1
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**1**	**4**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(86)	(61)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(86)**	**(61)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**15**	**6**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	96	90
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	111	96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Dayprev" ou "Seguradora"), com sede na Avenida Paulista, 1.793 - 7º andar - São Paulo/SP, é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objetivo atuar como Sociedade Seguradora para operações de seguros de pessoas e Entidade Aberta de Previdência Complementar para operar planos de pecúlio e rendas, mediante contribuição de seus participantes. É uma empresa pertencente ao Grupo Daycoval e controlada pelo Banco Daycoval S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Seguradora operou apenas com o seguro DPVAT (seguro obrigatório), administrado pela Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT ("Seguradora Líder") S.A. A partir de 1º de janeiro de 2021, atendendo a previsão do Instrumento do Consórcio do Seguro DPVAT, foi deliberada a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT, ficando a Seguradora Líder, em nome das Consorciadas, responsável exclusivamente, pelas respectivas ações judiciais que forem ajuizadas posteriormente à Seguradora Líder e ao Consórcio DPVAT dos sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2020, permanecendo operando até que seja concluído o "run-off", previsto para 31 de dezembro de 2023. A Dayprev não está operando no segmento de Seguros e Previdência e, por isso, está revisitando o seu modelo de negócio dentro da perspectiva do Conglomerado Daycoval, objetivando por meio de recursos próprios da Seguradora, ou de seu controlador, a diversificação de seu portfólio e a continuidade de suas operações. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2023.

2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelas entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela SUSEP, sendo apresentadas de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. **a. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base na mensuração ao custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados classificados como Disponíveis para venda e mensurados por seu valor justo em "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão apresentadas na nota explicativa nº 3. **b. Novas normas não adotadas:** Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu novos pronunciamentos contábeis: **CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros:** Apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, perdas esperadas de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e requisitos sobre a contabilização de hedge. A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com isenção opcional para as entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11) que será para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Administração irá aplicar a norma a partir de 1º de janeiro de 2023. **IFRS 17 - Contrato de Seguro:** Esse pronunciamento substitui o IFRS 4 - Contrato de Seguros, que define novos critérios de mensuração dos contratos de seguros. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. A adoção da norma passa a vigorar em 1º de janeiro de 2023. A Administração não tem expectativa de impactos significativos com a adoção desta norma, considerando o *run-off* das operações de DPVAT, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 1.

3. Principais práticas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, que requerem a aplicação de políticas contábeis que envolvem níveis de julgamentos significativos. Os valores determinados por estimativas ou a partir de premissas podem diferir dos valores reais a serem apurados e reportados futuramente. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis são: **a) Moeda funcional:** Nas demonstrações contábeis, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Seguradora atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidade em moeda nacional. **c) Ativos financeiros:** A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros em quatro categorias específicas, quando aplicável: (i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) Investimentos mantidos até o vencimento; (iii) Ativos financeiros "disponíveis para venda"; e (iv) Empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros, não derivativos, que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado. As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao seu valor recuperável, na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **d) Participações em controladas, coligadas e empreendimento controlado em conjunto:** A participação no capital da Seguradora Líder é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e registrado na rubrica "Outros investimentos". **e) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como "Contas a pagar", sendo mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva. **f) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável. A contribuição social foi apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 15% até julho de 2022, tendo sido elevada de 15% para 16% para o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, nos termos da lei 14.446/2022. **g) Teste de adequação do passivo:** Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 648/2021, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O TAP considera premissas atuais e a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros. Caso seja identificada qualquer deficiência no resultado do teste, a Seguradora registra a perda imediatamente como despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo os custos de aquisição (despesas de comercialização diferidas), ou outros ativos intangíveis, e posteriormente constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data do teste. Em atenção à exigência estabelecida na circular acima referida a Seguradora, informa que não há riscos vigentes próprios na data base de 31 de dezembro de 2022 e que não contabilizou, na referida data, qualquer provisão sujeita ao teste de adequação de passivos. **h) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** Não há questionamentos cíveis, fiscais e trabalhistas ou outras provisões e ativos contingentes que se enquadrem nos critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

4. Principais estimativas e julgamentos: Na aplicação das práticas contábeis da Seguradora descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes, tais como ativos financeiros e provisões. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Para as operações com o Consórcio do Seguro DPVAT, as estimativas e os julgamentos são elaborados pela Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A.

5. Estrutura de gerenciamento de riscos: Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. Os gerenciamentos desses riscos envolvem diferentes departamentos e conta com a participação de todas as camadas de gestão, desde a alta Administração até níveis operacionais, com apoio na estrutura de controles internos da Seguradora, e inclui um conjunto de políticas e estratégias de alocação de recursos considerados adequados pela Administração. **a) Resultados do teste de sensibilidade:** Não foram apresentados testes de sensibilidade em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 pelo fato de a Seguradora não apresentar riscos próprios vigentes. **b) Concentração de riscos:** Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. **c) Risco de crédito:** Trata-se de uma possível não realização, da contraparte, de uma operação financeira, de não desejar cumprir ou sofrer alteração em sua capacidade de honrar suas obrigações. O risco de crédito das operações de seguros da Dayprev está concentrado nos parceiros, que repassam os valores oriundos das operações da Seguradora. No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de decisões tomadas pela Administração. A exposição ao risco de crédito relativo aos ativos registrados nas demonstrações contábeis é a seguinte:

	Exposição máxima 2022	Exposição máxima 2021
Equivalentes de caixa [1]	111	96
Aplicação financeira em títulos de renda fixa [2]	38.257	34.970
Total	**38.368**	**35.066**

[1] *Composto em sua totalidade por depósitos à vista em instituições financeiras.*

[2] *As aplicações financeiras são referentes a títulos públicos federais que são considerados de baixo risco.*

A tabela acima representa a exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, sem considerar qualquer garantia. As exposições descritas acima são baseadas nos valores reportados nas demonstrações contábeis.

d) Risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Seguradora, assim como a liquidez dos seus ativos financeiros. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e ativos financeiros utilizados. **Casamento de ativos e passivos (ALM):** Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os ativos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. **Análise de vencimentos para ativos e passivos:** Quadro a seguir demonstra a composição dos ativos e passivos por vencimento em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

2022	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Equivalente de caixa	111	-	-	-	**111**
Aplicações financeiras - Títulos públicos federais	-	-	-	38.257	**38.257**
Outros créditos a receber	-	-	44	-	**44**
Total dos ativos financeiros	**111**	**-**	**44**	**38.257**	**38.412**
Contas a pagar	-	1.495	-	-	**1.495**
Total dos passivos financeiros	**-**	**1.495**	**-**	**-**	**1.495**

2021	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Equivalente de caixa	96	-	-	-	**96**
Aplicações financeiras - Títulos públicos federais	-	12.782	-	22.188	**34.970**
Outros créditos a receber	-	-	310	17	**327**
Total dos ativos financeiros	**96**	**12.782**	**310**	**22.205**	**35.393**
Contas a pagar	-	540	-	-	**540**
Total dos passivos financeiros	**-**	**540**	**-**	**-**	**540**

e) Risco de mercado: Gerenciamento de risco de mercado: O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. **Controle e Análise de risco de mercado:** O controle e a análise do risco de mercado são acompanhados pela Administração. O gerenciamento do risco de mercado, tendo como objetivo quantificar a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança, está determinado que a mensuração e controle seja efetuada através da metodologia de *Value at Risk* (VaR), calculando para o período de 10 dias, no resultado da Dayprev, com intervalo de confiança de 99%. A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos financeiros sobre ativos financeiros da Seguradora levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do período e sobre o patrimônio líquido da Seguradora. As análises de sensibilidade foram realizadas com base na *Modified Duration* (sensibilidade a oscilações nas taxas de juros) de cada uma das categorias de ativo a que a carteira estava exposta em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

		2022		2021	
Categoria	**Premissa**	**Saldo Contábil**	**Impacto sobre o Resultado Financeiro**	**Saldo Contábil**	**Impacto sobre o Resultado Financeiro**
Títulos públicos federais pós-fixados	Acréscimo de 0,02% no spread da curva				
	Selic	38.257	9	34.970	10
Títulos públicos federais pós-fixados	Decréscimo de 0,02% no spread na curva				
	Selic	38.257	(9)	34.970	(10)

f) Risco operacional: Gerenciamento de risco operacional: A Dayprev define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. **Controle de risco operacional:** A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional. Os trabalhos referentes a risco operacional estão de acordo com as melhores práticas de mercado. **g) Gestão do capital: Gerenciamento de capital:** O gerenciamento de capital na Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Resolução CNSP no 432/21).

Cálculo do patrimônio líquido ajustado: a) Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA: O quadro a seguir demonstra a composição do patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	2022	2021
Patrimônio líquido	37.152	35.080
Patrimônio líquido ajustado	**37.152**	**35.080**

b) Capital Mínimo Requerido: A SUSEP divulgou a Resolução CNSP nº 432/21 instituindo regras para o cálculo do capital de riscos provenientes da subscrição de riscos para os ramos em operação e créditos a receber. Para efeito da Resolução citada, os conceitos a seguir: • Capital mínimo requerido - montante de capital que uma sociedade seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para garantia de suas operações e é equivalente à soma do Capital base com o Capital Adicional. • Capital base - montante fixo de capital que uma sociedade seguradora deverá manter, a qualquer tempo. Para as sociedades seguradoras enquadradas como S3 o Capital base para garantia das operações em todo país é de R$8.100. • Capital adicional - montante variável de capital que uma sociedade seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à sua operação.

	Capital mínimo requerido 2022
Patrimônio líquido ajustado (a)	**37.152**
Capital base (b)	8.100
Capital de risco de crédito	12
Capital de risco de mercado	50
Benefício da diversificação	8
Total de capital de risco (c)	**70**
Capital mínimo requerido (maior entre b e c)	8.100
Suficiência (a - b)	**29.052**

6. Aplicações financeiras

a) Composição por categoria e tipo:

	2022 Custo atualizado	2022 Valor justo [1]	2021 Custo atualizado	2021 Valor justo [1]
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Letras financeiras do tesouro	38.257	38.257	35.014	34.970
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	**38.257**	**38.257**	**35.014**	**34.970**

[1] *O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.*

b) Composição por prazo de vencimento e taxa de juros contratada:

2022	Taxa de juros	Até 3 meses	3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Letras financeiras do tesouro	Selic	-	-	38.257	-	**38.257**
Total		**-**	**-**	**38.257**	**-**	**38.257**

2021	Taxa de juros	Até 3 meses	3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Letras financeiras do tesouro	Selic	12.782	-	21.753	435	**34.970**
Total		**12.782**	**-**	**21.753**	**435**	**34.970**

c) Movimentação das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 respectivamente:

	Títulos públicos federais 2022	Títulos públicos federais 2021
Saldo inicial	**34.970**	**33.944**
(+) Aplicações	25.661	13.042
(-) Resgates	(26.684)	(13.548)
(+/-) Atualização monetária / juros	4.310	1.532
Saldo final	**38.257**	**34.970**

d) Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial: Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo: • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são ob-

continua...

...continuação

DayPrev Uma empresa do Grupo Daycoval

DayPrev Vida e Previdência S.A.

CNPJ 08.872.199/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

serváveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços) e; • Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Os saldos de ativos financeiros informados na nota 6.a), possuem seu valor justo mensurado no Nível 1, onde são informados pelo seu valor de mercado (preços cotados em mercado ativo). **e) Instrumentos financeiros derivativos:** Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Dayprev não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. Investimentos: A Dayprev mantém participação no capital da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A., avaliados pelo método de equivalência patrimonial, que totalizavam o montante de R$235 em 31 de dezembro de 2022 (R$227 em 2021). Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Seguradora Líder é de R$17.001 (R$16.435 em 2021) e a participação da Dayprev equivale a 1,37875% (1,37875% em 2021).

8. Contas a pagar

a) Obrigações a pagar

	2022	2021
Provisão para dividendos a pagar	214	86
Provisão para fornecedores a pagar	11	19
Total	**225**	**105**

b) Impostos e contribuições

	2022	2021
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	768	239
Provisão para contribuição social sobre o lucro	502	196
Total	**1.270**	**435**

9. Imposto de renda e contribuição social: Demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social:

	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.752	1.536
Imposto de renda e contribuição social, respectivamente às alíquotas de 25% e 15% [1]	(1.501)	(614)
(+/-) Ajustes permanentes	(8)	(21)
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(1.493)**	**(635)**

[1] *Conforme Lei 14.446/22, a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi elevada de 15% para 16%, de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.*

10. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no valor de R$25.000 é representado por 19.591.614 ações ordinárias e sem valor nominal. **b) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos:** Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados os Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados, correspondem, no mínimo, a 10% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

c) Reservas de lucros:

	2022	2021
Reserva Legal [1]	314	201
Reserva Estatutária [2]	11.838	9.906
Total	**12.152**	**10.107**

[1] *Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.*

[2] *Reserva constituída por proposta da Administração conforme disposição estatutária.*

11. Outras receitas e despesas operacionais:

	2022	2021
Receita com consórcio DPVAT	-	19
Despesa com consórcio DPVAT	(303)	(11)
Total	**(303)**	**8**

12. Despesas administrativas:

	2022	2021
Despesas com serviços de terceiros	(99)	(109)
Despesas com publicação	(26)	(57)
Despesas com localização e funcionamento	(8)	(6)
Total	**(133)**	**(172)**

13. Despesas com tributos:

	2022	2021
COFINS	(1)	(1)
PIS	-	(1)
Taxa de fiscalização	(136)	(118)
Total	**(137)**	**(120)**

14. Resultado financeiro:

	2022	2021
Receitas com títulos e valores mobiliários - títulos próprios	4.266	1.485
Outras receitas financeiras [1]	50	331
Total	**4.316**	**1.816**

[1] Os valores são receitas financeiras de tributos recolhidos a maior sobre PIS e COFINS de exercícios anteriores.

15. Resultado Patrimonial:

	2022	2021
Receitas patrimoniais	9	4
Total	**9**	**4**

16. Transações com partes relacionadas: O quadro a seguir demonstra as transações da Dayprev com seu controlador, (Banco Daycoval S.A.), em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

	2022	2021
Transações	**Ativo**	**Ativo**
Caixa e bancos	22	6

17. Outras informações: a) Sazonalidade: Na condução normal de suas atividades, a Seguradora está sujeita à receita e custos sazonais decorrentes da natureza de suas operações de seguros. **b) Outras Informações: Pandemia da Covid-19**: A Dayprev avalia que o cenário global foi marcado pelos desdobramentos iniciais da Pandemia da COVID-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, que acabou atingindo a maioria das economias mundiais de forma intensa. A Seguradora continua monitorando, diariamente, a crise da COVID-19 e até a data de aprovação destas demonstrações contábeis não identificou impactos relevantes nos movimentos observados nas operações de DPVAT.

DIRETORIA **Morris Dayan -** Diretor **Carlos Moche Dayan -** Diretor **Salim Dayan -** Diretor **Luis Alexandre Cadorin -** Contador CRC 1SP243564/O-2 **Marco Falcão -** Atuário: - MIBA 893

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Dayprev Vida e Previdência S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dayprev Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609 /O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O 5

Deloitte.

SESI

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) comunica a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2023

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial para 3 unidades, sendo 17 postos (12 para Ermelino Matarazzo – São Paulo, 2 para Hortolândia e 3 para Sumaré).

Retirada do edital: a partir de 28 de fevereiro de 2023, através do portal www.sesisp.org.br (opção LICITAÇÕES).

Sessão de disputa de preços (lances): 15 de março de 2023 às 10h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

EDITAL Nº 003/2023

MODALIDADE: Concorrência Pública; OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Transporte de Pacientes; ENCERRAMENTO: 31/03/2023 às 09:30 horas; ABERTURA: 31/03/2023 às 10:00 horas. O Edital completo poderá ser retirado no Setor de Compras e Licitações desta Prefeitura à Rua Dr. Campos Sales, nº 398, Centro, Cosmópolis SP, de segunda a sexta-feira das 08h às 16h; através de solicitação nos e-mails compras@cosmopolis.sp.gov.br / licitacosmopolis@gmail.com ou acesso a página www.cosmopolis.sp.gov.br

Cosmópolis, 27 de Fevereiro de 2023

Sr. Antônio Cláudio Felisbino Junior - Prefeito Municipal

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO FINAL

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL **Nº 005/2022.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS – APL's DE TURISMO COM A INTEGRAÇÃO DE EMPREENDEDORES LOCAIS, CONFORME O PROGRAMA ALDEIA DA PRAIA – FORTALEZA CIDADE COM FUTURO.

TIPO DE LICITAÇÃO: TÉCNICA E PREÇO.

REGIME DE EXECUÇÃO: POR DEMANDA.

O Presidente da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE | CEL** torna público, para conhecimento dos licitantes e demais interessados, o **RESULTADO DE JULGAMENTO FINAL da CPI nº 005/2022 – SDE**, **divulgado em Sessão de Prosseguimento ocorrida no dia 27/02/2023**, conforme segue: VENCEDORA do certame a empresa CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – CEDEPAM, com Nota Técnica (NT) = 80 pontos, valor apresentado R$ 1.452.377,71 (hum milhão, quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e setenta e sete reais e setenta e um centavos), Nota de Preço (NP) = 100 pontos e Nota Final (N) = 88 pontos. Neste plano, informa que a única participante do certame manifestou expressamente que não possuía interesse em apresentar recurso, não sendo necessária a abertura do prazo de recursal em face de tal resultado. Informações adicionais encontram-se à disposição na Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, CEP: 60.140-060, Fortaleza, Ceará ou por meio do endereço eletrônico: licita.cel@clfor.fortaleza.ce.gov.br | CEL.

Fortaleza-CE, 27 de fevereiro de 2023.
HAMER SOARES RIOS
PRESIDENTE DA CEL

Fortaleza PREFEITURA

ATO N° 01/2023 – AMC

O SUPERINTENDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA – AMC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Complementar nº 0189, de 19 de dezembro de 2014, CONSIDERANDO, o disposto nos artigos 38, inciso IX, e no artigo 49 da Lei Federal n° 8.666/1993.

CONSIDERANDO, a Justificativa Técnica, a Comunicação Interna, bem como os demais documentos constantes no Processo Administrativo n° P054664/2023 – SPU.

CONSIDERANDO, que a Súmula n° 473 – STF, que dispõe que "a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.";

RESOLVE, REVOGAR o **Pregão Eletrônico n.º 317/2022, Edital n.º 8439, referente ao Processo Administrativo n.º P057962/2022**, tipo menor preço, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de remoção e custódia de veículos automotores e caçambas estacionárias, assim como atendimento e liberação dos bens removidos, e preparação e organização dos bens que irão a leilão público a ser realizado pela Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC), os quais deverão ser operacionalizados em caráter contínuo, na forma, quantidades, especificações técnicas e demais condições previstas no termo de referência, com fulcro nas disposições dos artigos 38, IX e 49, ambos da Lei nº 8.666/1993 e na Súmula nº 473, do Supremo Tribunal Federal.

Cientifique-se a Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza – CLFOR, para que adote todas as providências que o caso requer, bem como promova a ampla publicidade do presente ato.

Fortaleza/CE, 23 de fevereiro de 2023.
Antônio Ferreira Silva
SUPERINTENDENTE DA AMC

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 048/2023**.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE PRODUTOS PARA SAÚDE - PARTE III (CHASSI RADIOLÓGICO, RADIÔMETRO, PROTETOR DE TIREÓIDE, AVENTAL DE CHUMBO E OUTROS), PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 28 de fevereiro de 2023 a 13 de março de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 13 de março de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 13 de março de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 27 de fevereiro de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 033/2023**.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DO REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 28 de fevereiro de 2023 a 13 de março de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 13 de março de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 13 de março de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 27 de fevereiro de 2023.
JOÃO MATHEUS CARNEIRO BEZERRA
Pregoeiro(a) da CLFOR

ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE

Impostos Embate político

Redução de rombo nas contas públicas opõe PT e Haddad

ESTADÃO ANALISA

ADRIANA FERNANDES

A promessa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de reduzir o rombo das contas do governo para 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023 (R$ 100 bilhões) e zerar o déficit em meados de 2024 está por trás do ataque do PT à equipe econômica. O fogo amigo ganhou maior evidência com a bola da vez: a disputa política em torno da reoneração dos impostos federais sobre a gasolina, mas muito antes essa insatisfação já estava em ebulição e pôde ser observada nos grupos de WhatsApp de integrantes do partido.

Desde o anúncio do pacote fiscal pela equipe econômica, quando Haddad acenou com a reversão do déficit de R$ 231,5 bilhões para um superávit de R$ 11,1 bilhões, as críticas só vêm aumentando. Para a cúpula do PT e economistas ligados ao partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o risco de retração da atividade econômica, com a taxa Selic em 13,75% e uma crise de crédito à espreita, não há que se falar em reversão do déficit. Um compromisso assumido pelo ministro da Fazenda considerado equivocado pela ala política.

Na avaliação desse grupo, o ajuste fiscal tem de ser gradual, ao longo do mandato de Lula, após o novo governo conseguir a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que aumentou os gastos em 2023. Nesse contexto, o foco principal é impedir a retração da economia e garantir um crescimento maior, que proporcionaria aumento da arrecadação e uma trajetória fiscal mais favorável. A visão é de que o governo pode conviver com déficits por mais tempo.

Com o pacote de ajuste, Haddad fez uma guinada de 180º nessa tendência, o que acabou melhorando a confiança do mercado na capacidade de o governo apresentar um novo arcabouço fiscal, mas desagregou o PT e ministros mais ideológicos do núcleo político. O ministro, na visão dos petistas, estaria se alinhado equivocadamente ao mercado e colocando a popularidade do presidente em risco, o que pode abrir espaço para a oposição da extrema direita.

Na esteira dessa pressão pública, que teve foco inicial no presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e se estendeu a Haddad, o governo anunciou o aumento do salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, o novo Minha Casa, Minha Vida e anuncia em breve o programa de negociação de dívidas, o Desenrola. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, deixou claro a sua contrariedade ao se posicionar contra a reoneração dos combustíveis.

'GURU'. Os defensores do ajuste gradual têm agora como "guru" econômico André Lara Resende, um dos idealizadores do plano real e crítico feroz dos juros altos e da alegação de risco fiscal para manter a taxa Selic em 13,75% no Brasil. Para Lara Resende, o Brasil tem endividamento muito inferior a todos os países desenvolvidos, em linha com os países em desenvolvimento. ●

CAMPO BELO - SÃO PAULO - SP
ÁREA ÚTIL DE APROX. 363,06 m²
APARTAMENTO AMPLO COM VARANDA GOURMET
ÁREA DE LAZER • 4 VAGAS DE GARAGEM
ÓTIMA LOCALIZAÇÃO, PRÓXIMO AO SHOPPING IBIRAPUERA
LEILÃO SOMENTE ONLINE EM 10/03/22 - 15h
LANCE INICIAL: R$ 1.700.000,00
São Paulo/SP. Campo Belo. Rua República do Iraque, 1391. Edifício Piazza Venetto. Apartamento nº 4 (4º andar), c/ direito ao uso de 04 vagas de garagem indeterminadas (1º e 2º subsolos do edifício) e sujeitas ao auxílio de manobrista. Área útil de aprox. 363,06 m², área de garagem de aprox. 144,54 m², área comum de aprox. 138,92 m² e área total de aprox. 646,34 m². Insc. municipal 086.175.0136-7. Matrícula 137.473 do 15º RI local. DESOCUPADO. Visitas deverão ser previamente agendadas com Sr. Orlando Costa, tel.: (11) 98474-8888, ou com o Sr. Leonardo Costa, tel.: (11) 98800-4343.
Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607
DESOCUPADO
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO AO LADO E ACESSE ESTE LEILÃO.
Consulte edital completo no site. Informações: 11 2464-6464
IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS

Lara Resende se torna inspiração para ala petista

Inspiração para uma ala do PT que fustiga o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o economista André Lara Resende criticou, em artigo recente no jornal *Valor Econômico*, colegas e a imprensa por, segundo ele, "martelarem" o problema do déficit público e da insustentabilidade da dívida.

"Pasmem: houve um superávit de R$ 126 bilhões (*em 2022*), equivalente a 1,3% do PIB. A dívida pública bruta, aquela que os analistas insistem estar numa trajetória explosiva, caiu 1,1% em proporção do PIB, para 73,5%. Seria de se esperar que os arautos do abismo fiscal reconhecessem que, no mínimo, tinham exagerado o problema fiscal. Mas não, pelo contrário, voltaram com ênfase reforçada, impassíveis diante dos fatos e dos dados", escreveu Lara Resende, que tem sido citado no mercado como candidato à vaga de diretor de Política Monetária do Banco Central no lugar de Bruno Serra, cujo mandato vence hoje.

Esse ponto, porém, tem sido usado pelos aliados de Jair Bolsonaro como evidência de melhora das contas públicas e de que não há como o governo Lula falar em "herança maldita". ● A.F.

Pedro Fernando Nery pedrofnery@gmail.com

Hora de defender a família

Em vez da guerra contra o BC, o governo deveria focar na defesa da família. A expressão está sequestrada por parte do espectro ideológico, dentro de uma agenda cultural, mas deveria ser resgatada para a política econômica. Famílias com crianças seguem sendo domicílios mais vulneráveis à pobreza. Além disso, nossas famílias estão encolhendo, e um "inverno demográfico" se aproxima com consequências negativas para a economia. O que realmente deve ser defender a família?

Creche para o filho, emprego para a mãe. São políticas com evidências favoráveis, beneficiando a produtividade no longo prazo via desenvolvimento do capital humano na infância. O aumento da renda de mães, propiciado por maior participação no mercado de trabalho, é por si uma potência para o alívio da pobreza em curto prazo.

A família anda em baixa. Contrariamente a um senso comum, as brasileiras não têm muitos filhos, nem as pobres – em média. E têm cada vez menos. A população encolherá, inclusive a força de trabalho, desafio para o PIB.

Outros países incentivam a família pela lógica econômica: reduzindo o custo de tê-la. Ter filhos ficou mais caro? Há alguma evidência que sim. Se o crescimento da economia mundial barateou a produção de produtos e de alguns serviços (ex: comunicação), isso não ocorreu com serviços intensivos em cuidado.

> *A família é importante demais para ser pauta de quem não se importa com ela*

O avanço da tecnologia também não se faz sentir: o 5G, o ChatGPT ou a Alexa não ajudam a trocar fraldas nem a botar para dormir. Para os EUA está bem colocado que, apesar da ausência de ganhos de produtividade, os custos de serviços como educação infantil crescem. É que compete por mão de obra com setores onde produtividade – e salários – aumentam. É a chamada Doença de Custos de Baumol.

Seria ótimo se o IBGE monitorasse a evolução da "inflação da infância". Ainda não entendemos bem esse custo – estudos como o do Insper, divulgado pelo **Estadão**, são poucos.

O governo acerta em priorizar a reforma tributária, que reduzirá a carga tributária sobre as famílias pobres, e ao consertar o Bolsa Família para que a transferência seja maior quando houver crianças.

Uma agenda de defesa da família deveria incluir ainda uma expansão vigorosa das creches; desoneração e flexibilidade para o emprego das mães; a universalização do benefício infantil do Bolsa; e mudança ambiciosa na regulação das cidades para expandir a oferta de imóveis residenciais (principal custo de muitos lares).

A família é importante demais para ser pauta de quem não se importa com ela. ●

DOUTOR EM ECONOMIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Crédito Rotativo em janeiro

Juro do cartão sobe e já alcança 411,5% ao ano

Mesmo após o fim do ciclo de alta da taxa básica (Selic), o juro médio cobrado no rotativo do cartão de crédito subiu 3,8 pontos porcentuais de dezembro para janeiro, informou ontem o Banco Central. Foi de 407,7% para 411,5% ao ano.

O rotativo do cartão, a exemplo do cheque especial, é uma modalidade de crédito emergencial, muito acessada em momentos de dificuldades.

No parcelado no cartão de crédito, o juro passou de 179,6% para 182,1% ao ano. Considerando o juro total, com operações do rotativo e do parcelado, a taxa passou de 92,9% para 94,9%.

Entre as principais linhas de crédito livre para a pessoa física, destaque para o cheque especial, cuja taxa oscilou de 132,1% ao ano para 132,0% ao ano de dezembro para janeiro, enquanto a de crédito pessoal passou de 40,9% para 41,7% ao ano. ● THAÍS BARCELLOS e EDUARDO RODRIGUES/BRASÍLIA

PORTO SEGURO S.A.

Companhia Aberta | CVM nº 01665-9 - CNPJ nº 02.149.205/0001-69 | NIRE 35.300.151.666

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31 de Março de 2023

A Porto Seguro S.A. ("Companhia") convida seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, em **31 de março de 2023, às 11h00, de modo exclusivamente digital,** nos termos dos artigos 121, parágrafo único, e 124, §2º-A, da Lei das Sociedades por Ações, e da Resolução CVM nº 81/22, para deliberarem sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, do relatório do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. 3. Ratificar as declarações de juros sobre capital próprio, imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, deliberadas pelo Conselho de Administração, em reuniões realizadas em 24 de agosto de 2022 e 26 de outubro de 2022. 4. Determinar as datas para o pagamento dos juros sobre capital próprio aos acionistas. 5. Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia, compreendendo também os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Alterar a redação do artigo 18, caput, do estatuto social, para: (i) modificar a denominação do cargo de Diretor Vice-Presidente - Marketing e Comercial para Diretor Vice-Presidente - Comercial; e (ii) criar o cargo de Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados, passando a Diretoria da Companhia a ser composta por, no máximo, 9 (nove) Diretores. 2. Consolidar o estatuto social da Companhia, para refletir as alterações estatutárias submetidas à Assembleia. **Informações Gerais:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente virtual, por meio da plataforma eletrônica "Zoom" ("Plataforma"), com transmissão de imagem, som e possibilidade de exercício do direito de voto para cada item da ordem do dia, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Os acionistas ou procuradores que desejarem participar da Assembleia por meio da Plataforma deverão se cadastrar por meio de correspondência eletrônica a ser enviada à Companhia (ao e-mail: relacionamento.investidores@portoseguro.com.br) e submeter, de forma digital, os documentos indicados abaixo, bem como todos os demais documentos e informações que forem solicitados pela Companhia, **até o dia 29 de março de 2023, às 11h00.** Os e-mails de cadastro dos acionistas ou representantes deverão ser enviados com a seguinte indicação de assunto: "*AGOE de 31.03.2023 - Cadastro de Participante*". Para realização de seu cadastro, de forma a possibilitar sua participação na Assembleia, nos termos do artigo 6º, §§1º e 3º, da Resolução CVM nº 81/22, o acionista, pessoalmente ou por meio de seu representante, deverá apresentar o comprovante atualizado da titularidade das ações emitidas pela Companhia, expedido por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia, e os seguintes documentos, conforme aplicável: **Acionistas Pessoas Físicas:** cópia do documento de identidade, com foto, do acionista. Os acionistas pessoas físicas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. **Acionistas Pessoas Jurídicas:** (i) cópia do estatuto social ou contrato social atualizado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) cópia do documento de identidade, com foto, dos respectivos representantes legais. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por seus representantes legais ou por procurador devidamente constituído, de acordo com os atos constitutivos da sociedade, que não precisará ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, conforme decisão do Colegiado da CVM no Processo CVM RJ2014/3578, de 04 de novembro de 2014. **Fundos de Investimento:** (i) cópia do regulamento atualizado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente); (ii) cópia do estatuto ou contrato social atualizado do seu administrador ou gestor, conforme o caso, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) cópia do documento de identidade, com foto, dos representantes legais do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso. De forma a facilitar a participação dos acionistas na Assembleia, a Companhia, excepcionalmente, não exigirá cópias autenticadas, o reconhecimento de firma de documentos emitidos e assinados no território brasileiro, nem a notarização, a consularização e o apostilamento de documentos assinados fora do Brasil. No entanto, a tradução simples de quaisquer documentos estrangeiros será obrigatória. As orientações para participação virtual por meio da Plataforma estão detalhadas na Proposta da Administração divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração") e encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia e nos websites da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Os acionistas poderão participar da Assembleia, ainda, por meio do envio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. As orientações para o envio do boletim de voto a distância constam do modelo de boletim de voto a distância e da Proposta da Administração, disponibilizados, nesta data, nos websites da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). A Companhia informa que, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM nº 81/22, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal, dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, a Proposta da Administração e todos os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social e nos websites da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras foram publicadas no jornal "O Estado de São Paulo", em versões física e eletrônica, na edição de 27 de fevereiro de 2023, nos termos do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Bruno Campos Garfinkel - Presidente do Conselho de Administração

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA

EXTRATO DE CONTRATO - Processo: SEDUC-PRC-2022/22755

Nota Técnica Subg-Cons nº 9/2019. Contrato: 006/2023. Modalidade: Pregão Eletrônico. Objeto: Prestação de Serviços Contínuos de Limpeza em Ambiente Escolar. Contratante: Diretoria de Ensino - Região de Mirante do Paranapanema. CNPJ: 46.384.111/0143-61. Contratada: COSTA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. CNPJ: 28.167.727/0001-87. Data da Celebração do Termo: 23/02/2023. Vigência: 01/03/2023 a 31/08/2025. Valor Total Estimado do Contrato: R$ 1.499.961,60 (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos). Classificação Orçamentária: 12.368.0815.6174.0000.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

Aviso de Licitação

Concorrência Pública N°. 004/2020; PA N°: 17962/2018; Objeto: Permissão de uso de espaço público para instalação/funcionamento de cafeteria no foyer das dependências do Teatro Municipal de Mauá. Abertura: 31/03/2023 as 10:00hs. Judas Tadeu de Souza – Secretário Adjunto de Cultura e Juventude.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FUNDEPAR

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 309/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 19.751.793-0. **OBJETO:** execução de reparos no Colégio Estadual Cívico-Militar Dias da Rocha, no município de Araucária/PR. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 20 de março de 2023, às 10:00** (dez horas) por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. **VALOR MÁXIMO R$ 413.984,36** (quatrocentos e treze mil, novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e seis centavos). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL).

Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA:** 27/02/2023. Comissão Permanente de Licitação.

AEBES | HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES

CONTRATAÇÃO

A Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense abre Termo de Referência para contratação de fornecimento de módulos nutricionais industrializados e dietas enterais sistema fechado para o Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves.

Prazo limite para recebimento de propostas: às 17 horas de 06/03/2023.

Email: compras.tr@hejsn.aebes.org.br

Telefone: (27) 2121-3785

Termo de Referência publicado no site: **http://www.evangelicovv.com.br/institutional/129-briefings-hejsn**

Companhia de Engenharia de Tráfego - CET

CET

CNPJ nº 47.902.648/0001-17 - NIRE 3530004507-6

AVISO

EXPEDIENTE Nº 0218/22
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/23
OBJETO: FORNECIMENTO DE PELÍCULAS REFLETIVAS
JULGAMENTO: "MENOR PREÇO TOTAL"
Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

Encontra-se aberto o **PREGÃO** acima mencionado, podendo os interessados obter o Edital na Rua Barão de Itapetininga, nº 18 - 2º andar - Centro, na Gerência de Suprimentos, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, **até a data da abertura, mediante a apresentação de mídia eletrônica, ou ainda, no site da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP** http://www.e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br, **site da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET** http://www.cetsp.com.br **e no site do Comprasnet** www.gov.br/compras/pt-br.

Os documentos referentes à proposta comercial e anexos (documentos de habilitação) das empresas interessadas deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema até as **09h30min** do **dia 22/03/2023,** no site www.gov.br/compras/pt-br. A abertura da Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ocorrerá às **09h30min** do **dia 22/03/2023,** no site www.gov.br/compras/pt-br.

Diretor Administrativo e Financeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo

Secretaria M. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 171/2023.
Pregão Eletrônico nº 14/2023.

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de recarga, manutenção e testes hidrostáticos em extintores de incêndio.

Data limite para recebimento das propostas e documentos de habilitação: 14/03/2023 até as 08:59:59 horas.

Abertura, avaliação das propostas e documentos de habilitação e início da sessão pública de disputa de preços: 14/03/2023 – 09:00:00 horas.

Sitio eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br

O Edital completo poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Ourinhos (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, bem como no endereço eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.bbmnetlicitacoes.com.br), sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser registrados e obtidos diretamente na plataforma da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

Ourinhos, 27 de fevereiro de 2023.

Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

summits ESTADÃO

- Novas oportunidades para evidenciar a sua marca
- Cotas de patrocínio feitas sob medida
- Não perca a chance! Mais informações: summit@estadao.com

Trilhas de conhecimento para desafios atuais, inovação e perspectivas de futuro que aprofundam o conteúdo dos temas

Painéis de debates Direto da Redação e Visão do Mercado

Seleções Paladar e Eldorado

Eventos híbridos

Transmissão online e gratuita

OMINT SEGUROS

Omint Seguros S.A.

CNPJ 20.646.890/0001-10 - **SUSEP** 02542

Relatório da Administração

A Omint Seguros S/A tem a satisfação de apresentar aos seus segurados, parceiros comerciais e acionistas, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022.

Seguindo a sua vocação de proteger pessoas e famílias, a Omint Seguros oferece soluções em seguro de vida individual, de vida em grupo e de viagem, replicando no mercado de seguro de pessoas o modelo de excelência construído pelo Grupo Omint no segmento de saúde suplementar.

A crescente conscientização dos brasileiros sobre a necessidade de um planejamento financeiro estruturado e de proteção para momentos adversos tem potencializado as oportunidades de crescimento para o mercado segurador. Com base nos dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep), o segmento de seguro de pessoas apresentou uma variação positiva de 13,1% em prêmios, frente ao ano anterior, sendo 46% resultantes das modalidades de vida (individual e coletivo). Juntos, os ramos apresentaram um crescimento de 15,1% comparado ao ano anterior.

A Omint Seguros acompanhou essa tendência, registrando um crescimento de 96% em prêmios, tendo o Seguro de Vida Individual crescido 67% frente a 2021 .

Com as modalidades de seguro vitalício e temporário, o Seguro de Vida Individual da Omint oferece ampla faixa de capital segurado, indo ao encontro da estratégia da companhia de democratizar e proporcionar mais acessibilidade ao Seguro de Vida, mantendo a reconhecida qualidade de seus produtos, serviços e atendimento, principais pilares de atuação da companhia. Além disso, a adoção de regras de subscrição simplificadas para uma ampla gama de casos traz ainda mais assertividade tanto para clientes quanto para corretores.

Para apoiar esse crescimento, a companhia desenvolveu diversas ações com foco na fidelização e ampliação de seus canais de distribuição. Realizou ações de relacionamento, reconhecimento e premiação de seus parceiros comerciais e estabeleceu novos canais de distribuição, por meio de players especializados e de grande relevância, para a venda de seus produtos de Seguro de Vida Individual. No Seguro de Vida em Grupo, continuamos aproveitando a sinergia de negócios com outros segmentos de atuação do Grupo Omint, especialmente focados no B2B.

Já o segmento de seguro viagem teve um avanço ainda mais significativo, seguindo a tendência de alta do mercado de turismo, tendo apresentado um crescimento de 166,7% no ano de 2022, em comparação com 2021.

Os resultados de Omint Seguro Viagem acompanharam e superaram essa tendência de crescimento, com um resultado 224% superior em receita, quando comparado a 2021. A maior conscientização por parte dos viajantes a respeito da necessidade de um bom seguro no planejamento de uma viagem refletiu-se também na escolha de produtos mais robustos, com coberturas mais elevadas e maior valor agregado, colocando o Seguro Viagem Omint First Class na liderança do ranking de vendas entre os produtos comercializados pela seguradora.

Com representantes para a venda de seguro viagem nos segmentos de intercâmbio, varejo e esportistas profissionais, em 2022, a Omint Seguros marcou o retorno da sua presença nos principais eventos e feiras do setor.

As iniciativas para aumento da eficiência operacional e expansão dos negócios fazem parte da melhoria contínua da companhia e ganharão destaque especial em 2023, para apoiar o crescimento e a geração de novos negócios, além de garantir a alta qualidade das entregas.

A companhia declara que os ativos financeiros são administrados de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Riscos. Isso garante a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, inclusive sem a necessidade de alienar os títulos mantidos até o vencimento, no montante de R$ 22,3 milhões, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648/2021

Perspectivas

A desaceleração da pandemia, a alta na inflação e a invasão da Ucrânia marcaram o ano de 2022, com impactos significativos nos cenários doméstico e internacional, modificando a trajetória da economia mundial.

A economia do Brasil deve crescer cerca de 3% em 2022, muito acima do esperado, segundo o IBGE. Mas isso pode ser explicado em grande parte pela retomada dos serviços com o abrandamento da pandemia e pelo estímulo econômico aquecido por conta dos programas sociais.

No primeiro trimestre de 2022, depois de três anos, o Brasil voltou a figurar entre as 10 maiores economias do mundo, em 9º lugar, com Produto Interno Bruto (PIB) de US$ 1,8 trilhão, de acordo com o ranking de crescimento das economias compilado pela agência de classificação de risco Austin Rating.

Segundo economistas, as expectativas para 2023 são de crescimento mais lento, com a economia reduzindo seu ritmo para 1,0%, que pode ser encarado como uma correção cíclica após uma forte recuperação dos últimos dois anos. Os resultados futuros dependerão da capacidade do novo governo em dar continuidade na agenda de reformas e garantir medidas para o equilíbrio das contas públicas a longo prazo.

Destinação dos Lucros

Conforme estatuto, o lucro líquido do exercício, apurado na forma da lei, terá a seguinte destinação: (a) 5%(cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até que esta atinja o montante igual a 20% (vinte por cento) do capital social da Seguradora; (b) 1% (um por cento) do lucro líquido auferido no exercício, ajustado conforme previsto no Artigo 202 da Lei 6.404/76, para pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos acionistas; e (c) o saldo remanescente terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos atuou através dos programas de apoio à estratégia, entrega, excelência operacional, melhora na gestão de custos e criação de atrativos para os novos colaboradores.

Para isso foram realizados em 2022 (janeiro a dezembro):

- Através da nossa ferramenta de e-learning (GPT – Gestão. Protagonismo. Talento.), realizamos trilhas de treinamento para todos os colaboradores. Os treinamentos foram direcionados para trilhas obrigatórias (Prevenção a Fraudes e Lavagem de Dinheiro e Gestão de Riscos), reciclagem de processos, segurança da informação, LGPD, qualidade de vida, integração e outros diversos temas. Total de horas de capacitação na ferramenta ao longo do ano: 18.141.
- Ações de comunicação através dos nossos canais internos de comunicação: E-mail Corporativo, Yammer (rede social corporativa), Portal Omint (intranet), TVs Corporativas e Revista Digital.
- Ações do Programa de Qualidade de Vida, com participações nas frentes de Saúde e Esporte, Lazer e Cultura e Responsabilidade Socioambiental, com uma avaliação positiva de 98% na pesquisa de satisfação.
- Acompanhamento da produtividade e administração da rotatividade de nossos colaboradores.

As ações de Recursos Humanos são desenvolvidas para todas as empresas do Grupo Omint, incluindo a Omint Seguros.

As ações voltadas ao Treinamento e Desenvolvimento dos colaboradores foram realizadas no formato presencial, com todos os cuidados de saúde para a segurança e proteção de todos (disponibilização de máscaras e ambientes abertos).

Responsabilidade Social

As ações de Responsabilidade Socioambiental fazem parte do Programa Bom Dia e têm como finalidade construir ideias de sustentabilidade, voluntariado, inclusão e saúde social. No ano de 2022 continuamos com o patrocínio Institucional do Grupo Omint ao Centro Assistencial Cruz de Malta. Ações com foco nas Campanhas para doação de agasalho, incentivo a doação de sangue, ação bucal com crianças e adolescentes, Páscoa e Natal solidários e doação de itens de higiene.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.

A Administração

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**94.301**	**64.981**
Disponível		1.141	513
Caixa e bancos	5	1.127	494
Equivalente de caixa	5	14	19
Aplicações	6	48.836	40.172
Créditos das operações com seguros e resseguros		26.687	16.073
Prêmios a receber	7	26.503	15.427
Operações com resseguradoras		184	646
Outros créditos operacionais	8	530	547
Ativos de resseguro e retrocessão	9	2.875	2.036
Títulos e créditos a receber	10	7.799	2.624
Créditos tributários e previdenciários		1.816	887
Outros créditos		5.983	1.737
Despesas antecipadas		8	8
Custo de aquisição diferidos	11	6.424	3.008
Seguros		6.424	3.008
Ativo não circulante		**22.810**	**14.209**
Realizável a longo prazo		**22.810**	**14.209**
Aplicações	6	22.313	14.164
Títulos e créditos a receber	7	469	30
Custos de aquisição diferidos	11	28	15
Seguros		28	15
Total do ativo		**117.111**	**79.190**

Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**57.103**	**35.894**
Contas a pagar		2.765	1.018
Obrigações a pagar	12	1.772	258
Impostos e encargos sociais a recolher	13	392	271
Encargos trabalhistas	14	311	254
Empréstimos e financiamentos		–	4
Impostos e contribuições	15	290	231
Débitos de operações com seguros e resseguros	16	22.806	13.631
Prêmios a restituir		1.634	983
Operações com resseguradoras		5.326	4.060
Corretores de seguros e resseguros		12.957	7.128
Outros débitos operacionais		2.889	1.460
Deposito de terceiros	17	397	232
Provisões técnicas	18	31.135	21.013
Pessoas		31.135	21.013
Passivo não circulante		**12.802**	**32**
Provisões técnicas	18	12.802	32
Pessoas		12.802	32
Patrimônio líquido		**47.206**	**43.264**
Capital social	19a	43.000	33.000
Aumento de Capital		–	10.000
Reservas de lucros		4.206	264
Total do passivo + patrimônio líquido		**117.111**	**79.190**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido/(prejuízo) por lote de mil ações)*

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos		87.313	44.540
(+/-) Variações das provisões técnicas		(20.942)	(8.909)
(=) Prêmios ganhos	20a	66.371	35.631
(-) Sinistros ocorridos	20b	(13.547)	(9.612)
(-) Custos de aquisição	20c	(31.036)	(12.661)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	20d	(557)	(105)
(+) Resultado com resseguro	20e	(4.739)	(1.522)
(+) Receita com resseguro		1.375	2.401
(-) Despesa com resseguro		(6.113)	(3.923)
(-) Despesas administrativas	20f	(16.843)	(12.108)
(-) Despesas com tributos	20g	(2.496)	(1.510)
(+) Resultado financeiro	20h	6.724	1.048
(=) Resultado operacional		3.878	(839)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		3.878	(839)
(-) Imposto de renda	21	103	–
(-) Contribuição social	21	34	–
(-) Participações sobre o lucro		–	(61)
(=) Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		**4.014**	**(900)**
(/) Quantidade de ações		33.000	33.000
(=) (Prejuízo)/Lucro Líquido por lote de mil ações (R$)		121,64	(27,26)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva retenção lucros	Ajuste com TVM	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**33.000**	**57**	**1.076**	**120**	**–**	**34.253**
Aumento de capital em Aprovação	10.000	–	–	–	–	10.000
Ajustes com TVM	–	–	–	(120)	–	(120)
Lucro(Prejuízo) líquido do exercício	–	–	–	–	(900)	(900)
Ajustes – provisão CSLL/IRPJ	–	–	–	–	31	31
Transferência para reserva retenção lucros	–	–	(869)	–	869	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**43.000**	**57**	**207**	**–**	**–**	**43.264**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	4.014	4.014
Ajustes – provisão CSLL/IRPJ	–	–	(32)	–	–	(32)
Transferência para reserva retenção lucros	–	–	4.014	–	(4.014)	–
Transferência para reserva legal	–	201	(201)	–	–	–
Dividendos	–	–	(40)	–	–	(40)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**43.000**	**258**	**3.948**	**–**	**–**	**47.206**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2022	31/12/2021
(=) Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	4.014	(900)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	–	120
Ganhos e (perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários	–	200
Tributos diferidos sobre ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários	–	(80)
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	4.014	(780)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais		
(Lucro)/prejuízo líquido do Exercício	4.014	(900)
Ajustes para:		
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(815)	(181)
Ajuste de avaliação patrimonial	–	(120)
Ajuste Provisão IRPJ e CSLL	(31)	31
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(16.813)	(13.757)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(10.238)	(10.531)
Outros créditos operacionais	17	(17)
Ativos de resseguro	(839)	(464)
Créditos fiscais e previdenciários	(928)	(173)
Custo de aquisição diferidos	(3.430)	(2.095)
Despesas antecipadas	(1)	(1)
Outros ativos	(4.246)	(1.119)
Obrigações a pagar	1.474	181
Impostos e contribuições	237	137
Outras contas a pagar	(4)	2
Débitos de operações com seguros e resseguros	9.174	8.821
Depósitos de terceiros	165	(36)
Provisões técnicas – seguros e resseguros	22.892	10.555
Outros passivos	–	(135)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	**628**	**9.803**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais		
Recebimento de prêmios de seguros	64.785	31.517
Recebimentos consórcio DPVAT	–	104
Outros recebimentos operacionais	5	1
Recuperações de sinistros	267	18
Pagamentos de sinistros e comissões	(31.208)	(13.350)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(4.153)	(1.321)
Pagamentos de despesas e obrigações	(12.902)	(10.536)
Caixa gerado pelas operações	**16.794**	**6.433**
Impostos e contribuições pagos	(6.157)	(3.485)
Investimentos financeiros:		
Aplicações	(39.169)	(23.005)
Resgates	29.160	10.253
Rendimentos financeiros	–	1
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**628**	**(9.803)**
Atividades Financiamento:		
Aumento de Capital	–	10.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	628	197
Caixa e equivalentes de caixa no início do Exercício	513	316
Caixa e equivalentes de caixa no final do Exercício	1.141	513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de reais)*

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Omint Seguros S.A. é uma Seguradora por ações de capital fechado autorizada a operar pela portaria SUSEP nº 6.244. Tem por objeto social a exploração de seguros de pessoas em todo o território nacional.

O endereço da sede da Seguradora é Rua Franz Schubert, 33, 3º andar, sala 3C, Jardim Paulistano, no município de São Paulo-SP.

A Seguradora é integrante do Grupo Omint. Sua controladora direta é VL Participações Ltda. com 99,99% de participação e Premium Assistance Serviços de Assistência Ltda. com 0,01% de participação e o controlador em última instância é Villa Larroudet y Compania S.A., sediadas no Brasil e na Argentina, respectivamente.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil pelas entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referenciadas pela SUSEP.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2023.

b) Comparabilidade

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e da Circular SUSEP nº 517/15 e Circular SUSEP 648/21, o que é aplicável para 2022. Para o balanço patrimonial, utilizamos as informações constantes no exercício findo imediatamente precedente (31 de dezembro de 2021).

c) Continuidade

As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional dos negócios.

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP.

e) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

f) Utilização de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste dentro do próximo período financeiro:

- Notas 3b) e 6 – Aplicações financeiras e instrumentos financeiros
- Notas 3d) e 21 – Imposto de renda e contribuição social
- Notas 3e), 11 e 18 – Provisões técnicas

g) Segregação entre circulante e não circulante

A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

continua…

OMINT SEGUROS

Omint Seguros S.A.

CNPJ 20.646.890/0001-10 - **SUSEP** 02542

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

• Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e
• Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

h) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Seguradora, não causando, no entanto, nenhum impacto relevante sobre os valores atualmente registrados. A SUSEP aprovou o referido CPC, através da Circular 678, para entrar em vigor a partir de 2 de janeiro de 2024.

O IFRS 17 (CPC 50) "Contratos de Seguros" (emitido em maio de 2017) estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º Janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada. A Seguradora está avaliando os impactos e aguardando a publicação das normas regulatórias (SUSEP).

A Seguradora pretende adotar as normas aplicáveis quando as mesmas entrarem em vigor. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto relevante no patrimônio líquido ou no resultado da Seguradora.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos nas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalente de caixa

Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias, com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos a curto prazo.

b) Aplicações financeiras e instrumentos financeiros

A Seguradora classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. As aplicações em quotas de fundos de investimento, foram classificadas como valor justo por meio do resultado.

i) *Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período.

ii) *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

A Companhia declara que os ativos financeiros são administrados de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Riscos. Isso garante a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, inclusive sem a necessidade de alienar os Títulos Mantidos até o Vencimento, no montante de R$ 22,3 milhões, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/15 e Circular SUSEP 648/21, o que é aplicável para 2022.

Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado.

iii) *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam por perdas ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iv) *Determinação do valor justo*

Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

c) Ativos e passivos de resseguros

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante os segurados.

Os ativos de resseguro compreendem: (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado;

(ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$240 (R$120 no semestre) e a contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável no ano calendário de 2022.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

e) Provisões técnicas

As provisões técnicas são calculadas e constituídas em conformidade com as determinações da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores e da Circular SUSEP 648/21 e alterações posteriores, o que é aplicável para 2022 e, ainda com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritos a seguir.

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A provisão de prêmios não ganhos corresponde ao montante de prêmio referente ao período de risco a decorrer para os riscos assumidos e emitidos na data-base de cálculo. Para o cálculo da PPNG a Seguradora segue a definição da Circular SUSEP nº 648/21 e Circular SUSEP, o que é aplicável para 2022.

O cálculo considera o início e o fim de vigência do risco e a data-base do cálculo, sendo realizado de forma pro rata die. A relação entre o período de risco a decorrer e o período de vigência total do risco é aplicada ao prêmio comercial, em moeda nacional, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido e da parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação.

Provisão de Prêmios Não Ganhos Relativa aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos Relativa aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), corresponde à estimativa do montante de prêmio referente ao período de risco a decorrer para os riscos assumidos e não emitidos na data-base de cálculo. A referida provisão é calculada através dos percentuais estabelecidos na Circular SUSEP nº 648/21, o que é aplicável para 2022.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A Provisão de Sinistros a Liquidar é constituída para a cobertura dos valores esperados de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, conforme Circular SUSEP nº 648/21, o que é aplicável para 2022.

Custo de Aquisição Diferidos

Compreendem as despesas de corretagem diretamente relacionadas ao valor do prêmio comercial e diferidas de acordo com a vigência de cada risco.

Provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Avisados (IBNR)

A Provisão de IBNR deverá ser constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Calculada através de metodologia própria descrita em Nota Técnica Atuarial.

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) deve ser constituída mensalmente com o objetivo de cobrir as despesas relacionadas ao pagamento de sinistros ou benefícios, conforme Circular SUSEP 648/21, o que é aplicável para 2022. Calculada através de metodologia própria e descrita em Nota Técnica Atuarial.

f) Teste de adequação dos passivos (TAP)

Conforme requerido pela Circular SUSEP 648/21, o que é aplicável para 2022, a Seguradora elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data base do teste. O teste considerou como valor líquido contábil (net carrying amount) os passivos de contratos de seguro brutos de resseguro, deduzidos do custo de aquisição diferido (CAD) e de outros ativos intangíveis. Os contratos foram agrupados pelos ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 535/2016 e alterações posteriores. Caso seja identificada qualquer insuficiência no teste, a Seguradora deverá registrar a provisão complementar de prêmios.

Para esse teste foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ), através dos índices atualizados até a data base do cálculo para as opções Pré-Fixada ou IPCA, conforme determinações constantes na Circular SUSEP 648/21, o que é aplicável para 2022. O resultado do TAP foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidos das estimativas das respectivas despesas e recuperações, e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

A média da sinistralidade aplicada nos fluxos do Teste de Adequação de Passivos foram:

- Seguros de Viagem Coletivo – 41,67%
- Seguro de Vida Coletivo – 15,84%
- Seguros de Viagem Individual – 23,94%
- Seguro de Vida Individual – 29,63%

Os contratos foram agrupados por grupo e ramo estabelecidos na Circular SUSEP nº 535/2016 e alterações posteriores, conforme segue:

- Seguro de Vida Individual – 1329 (Seguro Funeral), 1381 (Acidentes Pessoais), 1384 (Doenças Graves ou Doenças Terminais), 1390 (Eventos Aleatórios) e 1391 (Vida).
- Seguro de Vida Coletivo – 0929 (Seguros Funeral), 0982 (Acidentes Pessoais), 0984 (Doenças graves ou doença terminal), 0990 (Eventos aleatórios) e 0993 (Vida).

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL, PDR e IBNR. O teste de adequação dos passivos realizado para a data base de 31 de Dezembro de 2022, apresentou suficiência não sendo necessária a constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

g) Classificação dos contratos de seguro

Um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

h) Mensuração dos contratos de seguros

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelos resseguradores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Seguradora e que estão sujeitas à análise pelos demais resseguradores.

i) Redução ao valor recuperável (ativos financeiros)

a) *Ativos financeiros*

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará com processos e falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição da perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

b) *Operações de seguros e resseguros*

Os prêmios de seguros também são analisados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada conforme à Circular SUSEP nº 517/15 e Circular SUSEP 648/21, o que é aplicável para 2022.

c) *Ativos financeiros*

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará com processos e falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição da perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

j) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

As receitas oriundas dos prêmios de contratos de seguro são reconhecidas no momento da emissão da apólice ou quando iniciada a vigência do risco (o que ocorrer primeiro), pro-rata die de acordo com a cobertura do risco das respectivas apólices, através da constituição ou reversão da PPNG.

O imposto sobre operações financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora, retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio.

Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho.

4 GERENCIAMENTO DE RISCO

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todos os processos da Seguradora e tem como objetivo garantir a continuidade e rentabilidade do negócio.

Em função disso, e buscando atender os requisitos normativos, a Omint Seguros designou recursos e iniciou a implantação dos processos de Gestão de Risco de acordo com um plano de trabalho.

O objetivo desse plano é identificar e classificar os riscos, formalizar os controles de mitigação de cada um deles, estabelecer um plano de testes de eficácia desses controles, desenvolver os relatórios de gestão e implantar uma sistemática de acompanhamento da evolução.

Estrutura de gerenciamento de riscos

A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, tendo como objetivo a análise *estratégica*, o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, a Omint Seguros conta com o seguinte comitê:

- Comitê financeiro: constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria Geral, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.

b) Risco legal e regulatório

Risco relacionado ao não cumprimento de leis, regulamentações, acordos ou padrões éticos aplicáveis, assim como o risco legal inerente às características dos produtos comercializados.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

O risco de crédito pode se materializar por meio de:

- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e

A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo para alocação, com exceções. No caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Seguradoras avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.

A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress, como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

	31/12/2022					
	AAA	AA	A	BB	Sem Rating	Valor de Mercado
Caixa e Bancos	–	–	–	–	1.127	1.127
Equivalentes de Caixa	–	–	–	–	14	14
Títulos Públicos Federais*	36.248	–	–	–	–	36.248
Títulos Privados	8.147	4.036	181	1.827	–	14.191
Quotas de Fundos de Investimentos	–	–	–	1.449	1.327	2.776
Prêmio a Receber	–	–	–	–	26.503	26.503
Exposição máxima ao risco de Crédito	**44.395**	**4.036**	**181**	**3.276**	**28.971**	**80.859**

	31/12/2021			
	AAA	AA-	Sem Rating	Valor de Mercado
Caixa e Bancos	–	–	494	494
Equivalente de Caixa	–	–	19	19
Títulos Públicos Federais (*)	12.649	–	–	12.649
Títulos Privados	–	2.635	–	2.635
Quotas de Fundos de Investimentos	–	37.725	1.327	39.052
Prêmio a Receber	–	–	15.457	15.457
Exposição máxima ao risco de Crédito	**12.649**	**40.360**	**17.297**	**70.306**

* O Fundo Vip Cambial consiste em um CNPJ com uma carteira de ativos sob gestão do banco e não possui títulos em créditos privados, visto que faz contratos para replicar a variação cambial e lastreia os mesmos em LFT's e por esse motivo o fundo não possui Rating para os papéis.

d) Risco de subscrição

Risco relacionado às falhas na elaboração da política de subscrição, na precificação de prêmios e na constituição de reservas técnicas.

A estratégia de subscrição objetiva a emissão do maior número possível de apólices, mantendo o índice de riscos da Seguradora em uma faixa aceitável para propiciar lucro e sua solvência, garantindo a qualidade dos serviços aos Segurados, conforme as normas técnicas e os parâmetros e prazos legais estabelecidos pelos órgãos reguladores do mercado segurador.

A política de aceitação de riscos abrange os riscos de mortalidade e morbidade apresentados pelos proponentes visando atribuir a estes as categorias apropriadas do risco de acordo com

as normas e diretrizes da Seguradora, sob a ótica da Subscrição de Riscos, determinando o valor correto dos prêmios para cada segurado ou a não aceitação dessas propostas.

Para mitigar o risco de a Seguradora ser envolvida em situações relacionadas à prática do crime de lavagem de dinheiro e fraude e outros ilícitos semelhantes, esta faz uma análise de risco prévio (Underwriting), com base nas informações indicadas nas Propostas de Contratação apresentadas pelos corretores.

e) Análise de sensibilidade

As estimativas das provisões técnicas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Deste modo, o montante atual de sinistros estimados é confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela Seguradora. Isto posto, acrescenta-se que a Análise de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da Seguradora, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data-base. Neste contexto, a Análise de Sensibilidade realizada para a Omint Seguros, na data-base de 31/12/2022, foi aplicada sobre a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), declaradas para todos os grupos operacionalizados pela Seguradora, sendo que os resultados poderão ser vistos a seguir:

	31/12/2022		
Premissas atuariais	**Passivo**	**PLA**	**Resultado no PLA**
Aumento de 5% na Sinistralidade Bruto Resseguro	7.431	52.353	(354)
Aumento de 5% na Sinistralidade Liquido Resseguro	4.897	54.887	2.181
Redução de 5% na Sinistralidade Bruto Resseguro	6.723	53.060	354
Redução de 5% na Sinistralidade Liquido Resseguro	4.309	55.474	2.768
Aumento de 1% na taxa de juros	7.077	52.707	–
Redução de 1% na taxa de juros	7.077	52.707	–

continua...

OMINT SEGUROS

Omint Seguros S.A.

CNPJ 20.646.890/0001-10 - **SUSEP** 02542

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2021		
Premissas atuariais	**Passivo**	**PLA**	**Resultado no PLA**
Aumento de 5% na Sinistralidade Bruto Resseguro	5.256	45.513	(250)
Aumento de 5% na Sinistralidade Liquido Resseguro	3.987	46.781	1.018
Redução de 5% na Sinistralidade Bruto Resseguro	4.755	46.013	250
Redução de 5% na Sinistralidade Liquido Resseguro	3.547	47.222	1.458
Aumento de 1% na taxa de juros	5.005	45.763	–
Redução de 1% na taxa de juros	5.005	45.763	–

f) Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da Seguradora tem como principal finalidade a pulverização dos riscos através da cessão ou transferência aos resseguradores da parte do capital segurado que exceda ao limite de retenção da Seguradora ou que representa o percentual de quota parte ressegurada.

Os contratos de resseguro englobam os seguintes riscos: morte, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente, invalidez permanente total ou parcial por acidente, invalidez funcional permanente por doença e doenças graves. Tais contratos apresentam cláusulas que fazem com que o ressegurador nos acompanhe nos principais riscos e coberturas garantidas nos produtos da Omint Seguros. No caso de riscos de catástrofes, a Seguradora possui outro acordo de resseguro vigente para cobertura da carteira de Vida em Grupo, Acidentes Pessoais e Viagem. Os contratos de resseguro da Seguradora foram todos realizados com Resseguradoras locais.

g) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade da instituição não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A Omint Seguros possui estrutura para monitoramento e controle dos riscos de liquidez, realizados pela gerência financeira. O objetivo geral do gerenciamento deste risco é acompanhar a necessidade de liquidez frente ao vencimento projetado dos compromissos, evitando descasamentos e, ao mesmo tempo, otimizando a rentabilidade dos ativos. São realizados comitês para a gestão de ativos e passivos, com periodicidade no mínimo semestral tendo como objetivo definir as estratégias de liquidez a serem seguidas em um horizonte de dois anos. O caixa é monitorado diariamente, com reportes aos gestores e diretores responsáveis. Adicionalmente, a Seguradora reporta mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela empresa, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

h) Casamento de ativos e passivos (ALM)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos.

Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. O casamento de ativos e passivos é monitorado pela Diretoria Financeira, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos.

	31/12/2022				
Descrição	**Vencidos**	**Sem vencimento definido**	**A vencer em até 1 ano**	**A vencer acima de 1 ano**	**Total**
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	–	1.141	–	–	1.141
Aplicações	–	48.836	–	22.313	71.149
Prêmios a receber	1.551	770	24.571	80	26.972
Operações com resseguradoras	–	–	184	–	184
Outros créditos operacionais	–	–	530	–	530
Créditos tributários e previdenciários	–	1.816	–	–	1.816
Outros créditos	–	–	5.983	–	5.983
Total	**1.551**	**52.563**	**31.268**	**22.393**	**107.775**
Passivo					
Contas a Pagar	–	69	2.696	–	2.765
Prêmios a Restituir	–	–	1.634	–	1.634
Operações com resseguradoras	–	191	5.135	–	5.326
Corretores de seguros e resseguros	–	228	12.729	–	12.957
Outros débitos operacionais	–	–	2.889	–	2.889
Depósitos de terceiros	397	–	–	–	397
Provisões Técnicas	–	18.182	12.953	12.802	43.937
Total	**397**	**18.670**	**38.036**	**12.802**	**69.905**

	31/12/2021				
Descrição	**Vencidos**	**Sem vencimento definido**	**A vencer em até 1 ano**	**A vencer acima de 1 ano**	**Total**
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	–	513	–	–	513
Aplicações	–	–	40.172	14.164	54.336
Prêmios a receber	868	530	14.029	30	15.457
Operações com resseguradoras	–	–	646	–	646
Outros créditos operacionais	–	–	547	–	547
Créditos tributários e previdenciários	–	887	–	–	887
Outros créditos	–	–	1.737	–	1.737
Total	**868**	**1.930**	**57.131**	**14.194**	**74.123**
Passivo					
Contas a Pagar		28	990	–	1.018
Prêmios a Restituir	–	–	983	–	983
Operações com resseguradoras	–	212	3.848	–	4.060
Corretores de seguros e resseguros	–	110	7.018	–	7.128
Outros débitos operacionais	–	–	1.460	–	1.460
Depósitos de terceiros	232	–	–	–	232
Provisões Técnicas	–	17.826	3.187	32	21.045
Total	**232**	**18.176**	**17.486**	**32**	**35.926**

i) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela gerência financeira com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de Value at Risk (VaR).

O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos e aos ativos em carteira própria, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil.

Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é:

	31/12/2022		31/12/2021	
Veículo de Alocação	***VaR***	**Valor de Mercado**	***VaR***	**Valor de Mercado**
Carteira Administrada	69	22.313	3	15.284
Fundo Exclusivo Mendoza	37	45.983	21	37.725
Total	**106**	**68.296**	**24**	**53.009**

j) Risco operacional

Risco operacional – falhas em processos

Risco relacionado à ocorrência de erros (intencionais ou não) na realização das atividades comerciais, técnicas, administrativas ou operacionais, cometidos por administradores, funcionários ou terceiros.

Risco operacional – tecnologia da informação

Risco relacionado à ineficiência, insuficiência ou falha da infraestrutura e dos processos de tecnologia, em termos de segurança, disponibilidade, acesso a recursos existentes e integridade dos dados.

Risco operacional – continuidade nos negócios

Risco relacionado à impossibilidade de operar devido a fatos não usuais ou desastres (ex. interrupção de geração de energia, incêndio e enchente) ou problemas ocorridos com terceiros (ex. fornecedores).

A Seguradora opera predominantemente com seguro de pessoas. O monitoramento da carteira é realizado considerando as seguintes ferramentas: (i) análises de sensibilidade; (ii) análise de subscrição; (iii) acompanhamento de sinistralidade; (iv) monitoramento de lucratividade; (v) casamento de ativos e passivos.

O seguro de vida é de natureza de longo prazo, e por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, despesas, taxas de mortalidade e persistência em relação às políticas vigentes para cada unidade de negócios. As estimativas são baseadas na experiência histórica de mercado e nas expectativas atuariais.

k) Concentração de riscos

A concentração de risco da Omint Seguros é monitorada por área geográfica. O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e linha de negócios, tendo como base os prêmios diretos subscritos antes do resseguro.

Prêmio bruto de resseguro	31/12/2022					
Linhas de negócios	**Sudeste**	**Sul**	**Norte**	**Nordeste**	**Centro-Oeste**	**Total**
P. Coletivo -Aux. Funeral	5	–	–	–	–	6
P. Coletivo -Viagem Coletivo	9.841	–	–	–	–	9.841
P. Coletivo – Acidentes Pessoais	1.525	88	9	21	222	1.864
P. Coletivo – Eventos Aleatórios	2	–	–	–	6	9
P. Coletivo – Vida em Grupo	3.749	115	16	62	564	4.505
P. Individual – Funeral	344	77	10	20	21	472
P. Individual -Viagem Individual	21.793	2.152	226	938	1.569	26.678
P. Individual – Vida	22.693	5.050	548	3.131	1.019	32.442
P. Individual – Acidentes Pessoais	2.745	719	112	224	177	3.977
P. Individual – Doenças Graves	4.725	1.132	162	441	241	6.701
P. Individual – Eventos Aleatórios	580	148	20	49	23	820
Total	**68.003**	**9.479**	**1.104**	**4.887**	**3.840**	**87.313**

Prêmio liquido de resseguro	31/12/2022					
Linhas de negócios	**Sudeste**	**Sul**	**Norte**	**Nordeste**	**Centro-Oeste**	**Total**
P.Coletivo -Aux. Funeral	5	–	–	–	–	5
P.Coletivo -Viagem Coletivo	9.841	–	–	–	–	9.841
P.Coletivo – Acidentes Pessoais	1314	86	8	17	–	1.424
P.Coletivo – Eventos Aleatórios	2	–	–	–	6	9
P.Coletivo – Vida em Grupo	3.217	111	15	49	–	3.391
P.Individual – Funeral	344	77	10	20	21	472
P.Individual -Viagem Individual	21.793	2.152	226	938	1.569	26.678
P.Individual – Vida	21.529	4.869	485	2.469	–	29.353
P.Individual – Acidentes Pessoais	2.558	693	99	177	–	3.527

Prêmio liquido de resseguro	31/12/2022					
Linhas de negócios	**Sudeste**	**Sul**	**Norte**	**Nordeste**	**Centro-Oeste**	**Total**
P.Individual – Doenças Graves	4.458	1.091	143	348	–	6.040
P.Individual – Eventos Aleatórios	553	142	18	38	–	752
Total	**65.614**	**9.221**	**1.004**	**4.056**	**1.596**	**81.490**

Prêmio bruto de resseguro	31/12/2021					
Linhas de negócios	**Sudeste**	**Sul**	**Norte**	**Nordeste**	**Centro-Oeste**	**Total**
P. Coletivo -Aux. Funeral	5	–	–	–	1	6
P. Coletivo -Viagem Coletivo	9.121	–	–	–	–	9.121
P. Coletivo – Acidentes Pessoais	1.222	12	2	11	193	1.439
P. Coletivo – Eventos Aleatórios	2	–	–	–	2	4
P. Coletivo – Vida em Grupo	3.061	24	4	42	470	3.602
P. Individual – Funeral	230	58	5	14	20	327
P. Individual -Viagem Individual	6.725	859	83	278	404	8.349
P. Individual – Vida	10.145	2.510	282	1.550	654	15.140
P. Individual – Acidentes Pessoais	1.536	477	43	159	121	2.335
P. Individual – Doenças Graves	2.573	702	67	333	166	3.841
P. Individual – Eventos Aleatórios	237	92	4	31	12	376
Total	**34.858**	**4.733**	**489**	**2.419**	**2.042**	**44.540**

Prêmio liquido de resseguro	31/12/2021					
Linhas de negócios	**Sudeste**	**Sul**	**Norte**	**Nordeste**	**Centro-Oeste**	**Total**
P. Coletivo -Aux. Funeral	5	–	–	–	1	6
P. Coletivo -Viagem Coletivo	9.121	–	–	–	–	9.121
P. Coletivo – Acidentes Pessoais	1.047	10	1	10	165	1.234
P. Coletivo – Eventos Aleatórios	2	–	–	–	2	4
P. Coletivo – Vida em Grupo	2.623	21	3	36	404	3.087
P. Individual – Funeral	230	58	5	14	20	327
P. Individual -Viagem Individual	6.725	859	83	278	404	8.349
P. Individual – Vida	8.692	2.156	242	1.332	561	12.984
P. Individual – Acidentes Pessoais	1.316	410	37	136	104	2.003
P. Individual – Doenças Graves	2.205	603	57	286	143	3.294
P. Individual – Eventos Aleatórios	203	79	4	27	10	322
Total	**32.168**	**4.196**	**433**	**2.120**	**1.814**	**40.730**

l) Sistema de Controles Internos

O gerenciamento do ambiente de Controles Internos tem como premissas que os riscos associados ao não cumprimento das metas e objetivos da Seguradora devem ser identificados e avaliados, considerando a probabilidade de ocorrerem e os impactos sobre os negócios, inclusive, sobre a imagem da empresa, caso se materializassem.

A cultura de controles internos é disseminada na Omint Seguros, ressaltando a importância de mitigação dos riscos de acordo com a complexidade do negócio, onde métodos e controles adequados foram definidos para assegurar o cumprimento das leis, normas, regulamentos e aderência às políticas e procedimentos internos.

m) Compliance

A política de compliance da Omint Seguros tem por finalidade estabelecer as diretrizes de acordo com as políticas aplicáveis, legislação brasileira e regulamentações emanadas pelo CNSP e SUSEP. É de responsabilidade do Compliance acompanhar e divulgar, às áreas responsáveis, as atualizações ocorridas na legislação, auxiliar as áreas a avaliar e revisar se os procedimentos, normas e políticas , visando manter a Seguradora em conformidade com a lei e os colaboradores alinhados às diretrizes e processos.

A área de Compliance irá acompanhar e prover suporte para as auditorias realizadas pela SUSEP.

n) Plano de continuidade de negócios (PCN)

A Omint Seguros desenvolveu um Plano de Continuidade de Negócios com a finalidade de garantir que os serviços essenciais sejam devidamente identificados e preservados após a ocorrência de um desastre e até o retorno à situação normal de funcionamento da empresa dentro do contexto do negócio, atualmente encontra-se documentado e publicado.

Ramos de atuação

	31/12/2022				
	Índices – %				
Ramos	**Prêmios Ganhos**	**Sinistros Ocorridos**	**Custos de aquisição**	**Sinistralidade**	**Comercialização**
P. Coletivo -Aux. Funeral	6	87	1	1665%	10%
P. Coletivo -Viagem Coletivo	9.805	3.673	3	37%	0%
P. Coletivo – Acidentes Pessoais	1.831	(209)	393	-12%	21%
P. Coletivo – Eventos Aleatórios	9	2	3	25%	37%
P. Coletivo – Vida em Grupo	4.438	893	954	20%	22%
P. Individual – Funeral	349	18	149	5%	43%
P. Individual -Viagem Individual	22.421	6.249	10.221	28%	46%
P. Individual – Vida	19.652	486	15.474	2%	79%
P. Individual – Acidentes Pessoais	2.776	629	1.294	23%	47%
P. Individual – Doenças Graves	4.564	1.647	2.229	36%	49%
P. Individual – Eventos Aleatórios	520	62	315	12%	61%
Total	**66.371**	**13.547**	**31.036**	**20%**	**47%**

5 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/2022	**31/12/2021**
Bancos conta corrente	1.127	494
Caixa e equivalente de caixa (*)	14	19
Total	**1.141**	**513**

(*) Referem-se substancialmente a Fundos de Investimentos não exclusivos, com prazo de resgate inferiores a 90 dias.

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição das aplicações financeiras

Ativos		Aging				Classificação				Total			
	Hierarquia de valor justo	**Até 1 ano (A)**	**De 1 a 5 anos (B)**	**Acima de 5 anos (C)**	**Sem vencimento (D)**	**Valor contábil (E = A + B + C + D)**	**Valor de curva (F)**	**Valor justo (G)**	**Ganho/Perda não realizado (G – F)**	**31/12/2022 (E)**	**%**	**31/12/2021 (H)**	**%**
Ativos designados pelo valor juto por meio do resultado		**2.263**	**19.844**	**3.192**	**23.537**	**48.836**	**–**	**48.836**	**48.836**	**48.836**	**69%**	**54.336**	**100%**
Fundos de Investimentos		**–**	**–**	**–**	**2.866**	**2.866**	**–**	**2.866**	**2.866**	**2.866**	**6%**	**1.327**	**2%**
Quotas de Fundos de Investimentos Abertos	2	–	–	–	2.866	2.866	–	2.866	2.866	2.866	100%	1.327	100%
Fundo de Investimento Exclusivo Mendoza		**2.263**	**19.844**	**3.192**	**20.671**	**45.970**	**–**	**45.970**	**45.970**	**45.970**	**94%**	**37.725**	**69%**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	1.653	10.273	–	–	11.925	–	11.925	11.925	11.925	26%	8.748	23%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	–	1.218	664	–	1.882	–	1.882	1.882	1.882	4%	2.361	6%
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	–	0,0%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	–	0,0%
Operações Compromissadas	1	–	–	1.140	–	1.140	–	1.140	1.140	1.140	2%	11.476	30%
Títulos Privados CDB-DE252-LF252-FIDIC-DPGE	2	611	8.354	1.388	20.670	31.022	–	31.022	31.022	31.022	67%	15.136	40%
Caixa/Contas a Pagar/Receber	1	–	–	–	1	1	–	1	1	1	0%	4	0%
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		**–**	**506**	**21.807**	**–**	**22.313**	**22.313**	**–**	**22.313**	**22.313**	**31%**	**14.701**	**27,1%**
Carteiras Administradas		**–**	**506**	**21.807**	**–**	**22.313**	**22.313**	**–**	**22.313**	**22.313**	**100%**	**14.701**	**100,0%**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	–	0,0%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	–	–	19.001	–	19.001	19.001	–	19.001	19.001	85%	11.562	78,6%
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	1	–	506	–	–	506	**506**	–	506	506	**2%**	**504**	**3,4%**
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	–	0,0%
Debêntures	1	–	–	2.806	–	2.806	2.806	–	2.806	2.806	13%	2.635	17,9%
Total		**2.263**	**20.350**	**24.999**	**23.537**	**71.149**	**22.313**	**48.836**	**71.149**	**71.149**	**100%**	**54.336**	**100,0%**

Ativos		Aging				Classificação				Total			
	Hierarquia de valor justo	**Até 1 ano (A)**	**De 1 a 5 anos (B)**	**Acima de 5 anos (C)**	**Sem vencimento (D)**	**Valor contábil (E = A + B + C + D)**	**Valor de curva (F)**	**Valor justo (G)**	**Ganho/Perda não realizado (G – F)**	**31/12/2021 (E)**	**%**	**31/12/2020 (H)**	**%**
Ativos designados pelo valor juto por meio do resultado		**16.599**	**21.269**	**14.385**	**2.083**	**54.336**	**583**	**38.308**	**37.725**	**54.336**	**100%**	**40.580**	**100%**
Fundos de Investimentos		**–**	**–**	**–**	**1.327**	**1.327**	**–**	**–**	**–**	**1.327**	**2%**	**778**	**2%**
Quotas de Fundos de Investimentos Abertos	2	–	–	–	1.327	1.327	–	–	–	1.327	100%	778	100%
Fundo de Investimento Exclusivo Mendoza		**14.896**	**21.269**	**804**	**756**	**37.725**	**–**	**37.725**	**37.725**	**37.725**	**69%**	**19.729**	**49%**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	67	8.681	–	–	8.748	–	8.748	8.748	8.748	23%	14.645	74%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	803	1.415	143	–	2.361	–	2.361	2.361	2.361	6%	1.107	6%
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	–	0,0%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	–	0,0%
Operações Compromissadas	1	11.476	–	–	–	11.476	–	11.476	11.476	11.476	30%	384	2%
Títulos Privados CDB-DE252-LF252-FIDIC-DPGE	2	2.550	11.173	661	752	15.136	–	15.136	15.136	15.136	40%	3.619	18%
Caixa/Contas a Pagar/Receber	1	–	–	–	4	4	–	4	4	4	0%	- 26	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda		**583**	**–**	**–**	**–**	**583**	**583**	**583**	**–**	**583**	**1%**	**20.074**	**49%**

continua...

OMINT SEGUROS

Omint Seguros S.A.

CNPJ 20.646.890/0001-10 - **SUSEP** 02542

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativos	Hierarquia de valor justo	Aging: Até 1 ano (A)	De 1 a 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Sem vencimento (D)	Classificação: Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)	Ganho/Perda não realizado (G – F)	Total: 31/12/2021 (E)	%	31/12/2020 (H)	%
Carteiras Administradas		**583**	**–**	**–**	**–**	**583**	**583**	**583**	**–**	**583**	**100%**	**20.074**	**100%**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	3.689	18%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	15.215	76%
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	603	3%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	583	–	–	–	583	583	583	–	583	100%	567	3%
Debêntures	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	2.717	14%
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		**1.120**	**–**	**13.581**	**–**	**14.701**	**–**	**–**	**–**	**14.701**	**27%**	**–**	**0,0%**
Carteiras Administradas		**1.120**	–	**13.581**	–	**14.701**	**–**	**–**	**–**	**14.701**	**100%**	**–**	**0,0%**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	–	0,0%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	1.120	–	10.442	–	11.562	–	–	–	11.562	79%	–	0,0%
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	1	–	–	504	–	504	**–**	**–**	**–**	504	**3%**	**–**	**0,0%**
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	–	0,0%
Debêntures	1	–	–	2.635	–	2.635	–	–	–	2.635	18%	–	0,0%
Total		**16.599**	**21.269**	**14.385**	**2.083**	**54.336**	**583**	**38.308**	**37.725**	**54.336**	**100%**	**40.580**	**100,0%**

b) Movimentação

Movimentação	Saldo em 31/12/2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2022
Valor Justo por meio do Resultado	53.336	39.169	(29.160)	6.804	71.149
Total	**54.336**	**39.169**	**(29.160)**	**6.804**	**71.149**

7 PRÊMIOS A RECEBER

a) Ramos de seguro

	31/12/2022	31/12/2021
Viagem Coletivo	7	2
Acidentes Pessoais Coletivo	171	174
Eventos Aleatórios	1	–
Vida em Grupo	241	271
Auxilio Funeral Individual	273	202
Viagem Individual	3.962	2.838
Acidentes Pessoais Individual	2.448	1.464
Doenças Graves	4.108	2.425
Eventos Aleatórios Individual	488	241
Vida Individual	15.273	7.840
Total	**26.972**	**15.457**

b) Composição quanto aos prazos de vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer		
Até 30 dias	3.989	1.700
De 31 a 60 dias	2.647	899
De 61 a 120 dias	4.774	2.118
De 121 a 180 dias	5.203	2.505
De 181 a 365	7.959	6.805
Superior a 365 dias	79	31
Total a vencer	**24.651**	**14.060**
Vencidos	–	
Até 30 dias	758	169
De 31 a 60 dias	258	123
De 61 a 120 dias	575	81
De 121 a 180 dias	203	51
De 181 a 365 dias	252	228
Superior a 365 dias	320	510
Total vencidos	**2.366**	**1.163**
Prêmios de risco vigente e não emitido- (RVNE)	770	530
Redução ao valor recuperável	(815)	(296)
Total Prêmio a Receber	**26.972**	**15.457**

c) Movimentação dos prêmios a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	15.457	5.350
Prêmios emitidos	87.901	44.908
IOF	291	170
Prêmios recebidos	(76.672)	(34.964)
Prêmio RVNE	176	176
Redução ao valor recuperável	(181)	(181)
Saldo no final do exercício	**26.972**	**15.457**

8 OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Comissões Antecipadas	530	547
Total	**530**	**547**

9 ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

a) Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões de Prêmios Não Ganho	2.414	1.208
Sinistros Pendentes de Pagamento	10	315
Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados	451	513
Total	**2.875**	**2.036**

b) Movimentação de ativos de resseguros

	Saldo em 31/12/2021	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Provisões de Prêmios Não Ganho	1.208	1.509	(303)	2.414
Sinistros Pendentes de Pagamento	316	3.668	(3.974)	10
Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados	512	191	(252)	451
Total	**2.036**	**5.368**	**(4.529)**	**2.875**

10 TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a Compensar	1.029	431
CSLL a Compensar	748	457
Creditos COFINS e PIS	38	–
Adiantamentos a funcionários	18	14
Adiantamentos a fornecedores	54	147
Outros créditos – Cartão de Crédito	5.912	1.575
Total	**7.799**	**2.624**

11 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	31/12/2022	31/12/2021
Colativo – Viagem	2	–
Coletivo-AC. Pessoais	2	–
Coletivo – Vida em Grupo	3	–
Individual – Auxilio Funeral	114	74
Individual – Viagem	2.698	821
Individual-AC. Pessoais	1.047	580
Individual – Doenças Graves	1.834	991
Individual – Eventos Aleatórios	246	123
Individual – Vida	506	434
Total	**6.452**	**3.023**
Circulante	6.424	3.008
Não circulante	28	15
Total	**6.452**	**3.023**

12 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	1.685	230
Dividendos	69	28
Obrigações a Pagar	18	–
Total	**1.772**	**258**
Circulante	**1.772**	**258**

13 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda (IRRF)	108	76
ISS	17	6
IOF	166	108
INSS	83	65
FGTS	18	16
Total	**392**	**271**
Circulante	392	271
	392	**271**

14 ENCARGOS TRABALHISTAS

	31/12/2022	31/12/2021
Férias	233	190
Encargos	78	64
Total	**311**	**254**

15 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda	65	16
Contribuição Social	23	–
PIS	25	28
COFINS	153	174
Contribuições a recolher	24	13
Total	**290**	**231**

16 DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios a restituir	1.634	983
Operações com Resseguradora	5.326	4.060
Corretores de seguros e resseguros	12.957	7.128
Outros débitos operacionais	2.889	1.460
Total	**22.806**	**13.631**

17 DEPÓSITO DE TERCEIROS

a) Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios e emolumentos recebidos	397	232
Total	**397**	**232**

b) Composição quanto ao prazo de pendência

Faixa	31/12/2022	31/12/2021
0-30 dias	64	–
31-60 dias	268	–
61-120 dias	65	–
181-365 dias	–	232
Total	**397**	**232**

18 PROVISÕES TÉCNICAS

a) Composição

	Bruto de resseguro	Parcela Resseguradora	12/2022 Líquido de resseguro
Provisão de Prêmios não ganhos (PPNG)	16.191	(2.414)	13.777
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)	16.873	–	16.873
Provisão de Valores a Regularizar (PVR)	3.795	–	3.795
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	4.606	(10)	4.596
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)	1.861	(451)	1.410
Provisão de despesas relacionadas (PDR-IBNR)	62	–	62
Ajuste de Provisão de Sinistros a Liquidar (IBNER)	153	–	153
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	396	–	396
Total	**43.937**	**(2.875)**	**41.062**

	Bruto de resseguro	Parcela Resseguradora	12/2021 Líquido de resseguro
Provisão de Prêmios não ganhos (PPNG)	7.439	(1.208)	6.231
Provisão de Complementar Cobertura (PCC)	65	–	65
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)	7.547	–	7.547
Provisão de Valores a Regularizar (PVR)	989	–	989
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	2.987	(315)	2.671
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)	1753	(513)	1.240
Provisão de despesas relacionadas (PDR-IBNR)	35	–	35
Ajuste de Provisão de Sinistros a Liquidar (IBNER)	30	–	30
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	200	–	200
Total	**21.045**	**(2.036)**	**19.009**

* Para o ano calendário de 2022, não há constituição de provisões cíveis e/ou outras em função de não terem sido classificadas como ações prováveis. As ações cíveis, classificadas como possíveis, somavam R$ 1.510, totalizando 11 ações (ações não provisionadas).

b) Abertura por grupo de ramos

	Provisões técnicas brutas de resseguro		Provisões técnicas líquidas de resseguro	
Composição	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Pessoas	20.678	10.459	18.555	9.206
Vida Individual	23.259	10.586	22.507	9.803
Total	**43.937**	**21.045**	**41.062**	**19.009**

c) Movimentação das provisões técnicas

	Saldo em 31/12/2021	Constituições	Reversões	Pagamentos de sinistros	Saldo em 31/12/2022
Provisões de Prêmios Não Ganhos – PPNG	7.439	9.941	(1.189)	–	16.191
Provisão Complementar Cobertura – PCC	65	–	(65)	–	–
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBAC	7.547	9.326	–	–	16.873
Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL	2.987	3.841	(1.420)	(802)	4.606
Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados – IBNR	1.753	458	(350)	–	1.861
Ajuste da Provisão de Sinistros a Liquidar – IBNER	30	184	(61)	–	153
Provisão de Despesas Relacionadas – PDR	200	278	(82)	–	396
Provisão de Despesas Relacionadas – IBNR	35	47	(20)	–	62
Provisão de Valores a Regularizar – PVR	989	3.108	(302)	–	3.795
Total	**21.045**	**27.163**	**(3.469)**	**(802)**	**43.937**

d) Cobertura das provisões técnicas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas	43.937	21.045
Direito creditório	(5.734)	(4.256)
Custo de aquisição diferidos redutores de PPNG	(1.858)	(1.025)
Ativos de resseguros redutores de:	(2.018)	(1.369)
Provisão de sinistros a liquidar	(10)	(315)
Provisão de PPNG	(1.557)	(541)
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	(451)	(513)
Total a ser coberto	**34.327**	**14.395**
Aplicações financeiras vinculadas	38.849	18.720
Suficiência	4.522	4.325

e) Tabela de desenvolvimento de sinistros

Valores Brutos de Resseguro Judiciais e Não Judiciais

Mês/ano de ocorrência:	2018	2019	2020	2021	2022
Incorridos+IBNR+IBNeR+PDR de IBNR					
Até a data base:	1.363	1.711	1.419	1.884	2.098
1 ano mais tarde	130	171	115	154	–
2 anos mais tarde	69	93	48	–	–
3 anos mais tarde	68	93	–	–	–
4 anos mais tarde	68	–	–	–	–
Posição em 31/12/2022	**68**	**93**	**48**	**154**	**2.098**
Pagos Acumulados					
Até a data base:	(49)	(59)	(50)	(42)	(24)
1 ano mais tarde	(62)	(89)	(56)	(43)	–
2 anos mais tarde	(64)	(92)	(56)	–	–
3 anos mais tarde	(64)	(92)	–	–	–
4 anos mais tarde	(64)	–	–	–	–
Posição em 31/12/2022	**(64)**	**(92)**	**(56)**	**(43)**	**(24)**
Provisão de sinistros Total	**–**	**–**	**–**	**348**	**7.077**
Provisão de Sinistros a Liquidar(PSL)	–	–	–	226	4.379
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)	–	–	–	99	1.915
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	–	–	–	19	376
Provisão de Despesas Relacionadas de IBNR (PDR-IBNR)	–	–	–	3	59
Falta Acumulada	**1.295**	**1.618**	**1.370**	**1.731**	**–**
%Falta acumulada	**1.893%**	**1.738%**	**2.835%**	**1.128%**	**0%**

Valores Líquidos de Resseguro Judiciais e Não Judiciais

Mês/ano de ocorrência:	2018	2019	2020	2021	2022
Incorridos+IBNR+IBNeR+PDRdeIBNR					
Até a data base:	258	240	276	555	467
1 ano mais tarde	71	89	57	66	–
2 anos mais tarde	64	83	46	–	–
3 anos mais tarde	64	(64)	–	–	–
4 anos mais tarde	64	–	–	–	–
Posição em 31/12/2022	**64**	**(64)**	**46**	**66**	**467**
Pagos Acumulados					
Até a data base:	(49)	(56)	(49)	(30)	(23)
1 ano mais tarde	(61)	(84)	(54)	(25)	–
2 anos mais tarde	(63)	(87)	(54)	–	–
3 anos mais tarde	(63)	(87)	–	–	–
4 anos mais tarde	(63)	–	–	–	–
Posição em 31/12/2022	**(63)**	**(87)**	**(54)**	**(25)**	**(23)**
Provisão de sinistros Total	**–**	**–**	**–**	**318**	**6.464**
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	–	–	–	226	4.370
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)	–	–	–	69	1.341
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	–	–	–	19	376
Provisão de Despesas Relacionadas de IBNR (PDR-IBNR)	–	–	–	3	59
Falta Acumulada	**194**	**304**	**230**	**489**	**–**
% Falta acumulada	**303%**	**(477%)**	**506%**	**740%**	**0%**

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco inerente as reservas de sinistros, comparando os sinistros pagos com as respectivas provisões.

Incorridos mais IBNR

Os triângulos superiores dos quadros apresentam a provisão estimada para os últimos sinistros e ajustes de despesas no final de cada ano do sinistro, a provisão varia à medida que as informações de frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

Pagos acumulados

Demonstram o desenvolvimento de pagamentos em cada período subsequente.

Provisão de sinistros total

São baseados na provisão de sinistro a liquidar e na provisão de despesas relacionadas.

Falta acumulada

Valor monetário referente a diferença entre o que foi estimado na constituição e quanto ainda falta incidir de pagamentos.

Por motivo de inexpressiva massa de dados no que diz respeito a sinistros judiciais, a Seguradora optou por unificar os quadros sinistros Judiciais e Não Judiciais

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social de R$ 43.000.000,00 (quarenta e três milhões de reais) foi autorizado pela SUSEP, totalmente subscrito e integralizado e é representado por 43.000.000 (quarenta e três milhões) de ações ordinárias conforme o Estatuto Social.

	Quantidade de ações	Capital social
Capital integralizado	**43.000.000**	**43.000**
Posição em 31 de dezembro de 2022	**43.000.000**	**43.000**

O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Seguradora está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido ajustado (PLA) **	51.118	45.763
Patrimônio líquido	47.206	43.264
Ajustes Contábeis e Econômicos	3.912	2.499
Capital base(I)	8.100	8.100
Capital de risco(II)	22.181	14.034
Capital de risco de subscrição	9.406	4.733
Capital de risco de crédito	4.545	3.703
Capital de risco de mercado	14.947	9.893
Capital de risco operacional	282	133
Benefício da correlação de riscos	(6.999)	(4.428)
Capital mínimo requerido (CMR) equivalente ao maior valor entre (I) e (II)	22.181	14.034
Suficiência (PLA-CMR)	**28.937**	**31.729**

** O PLA está classificado em 2022, conforme ajustes (PLA de Nível 2 com R$ 5.227 e PLA de Nível 3 R$ -326).

c) Reserva legal

Constituída na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

d) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com o Estatuto Social. A administração está propondo a distribuição de R$40 como resultante do lucro auferido em 2022.

20 DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Prêmios ganhos

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos – diretos	87.073	44.364
Prêmios de riscos vigentes não emitidos – (RVNE)	240	176
Variação das Provisões Técnicas	(20.942)	(8.909)
Total	**66.371**	**35.631**

continua...

OMINT SEGUROS

Omint Seguros S.A.

CNPJ 20.646.890/0001-10 - **SUSEP** 02542

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

b) Sinistros ocorridos

	31/12/2022	31/12/2021
Sinistros diretos	(11.662)	(8.169)
Despesas com sinistros – diretos	(1.749)	(992)
Ressarcimentos	(1)	(1)
Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)	(108)	(472)
Despesas Relacionadas do IBNR	(27)	22
Total	**(13.547)**	**(9.612)**

c) Custos de aquisição

	31/12/2022	31/12/2021
Comissão sobre prêmios emitidos – diretos	(23.001)	(11.204)
Comissão de agenciamento	(210)	(363)
Outros custos de aquisição – representantes	(11.137)	(3150)
Comissão riscos vigentes e não emitidos – (RVNE)	(117)	(39)
Variação do custo de aquisição diferido	3.383	2.082
Variação do custo de aquisição diferido – (RVNE)	46	13
Total	**(31.036)**	**(12.661)**

d) Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas e despesas c/ operações de seguros	(557)	(105)
Total	**(557)**	**(105)**

e) Resultado de resseguro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de resseguro	1.374	2.401
Recuperação de indenização	1.436	2.117
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	(62)	284
Despesa de resseguro	(6.113)	(3.923)
Prêmios de resseguros cedidos	(7.339)	(4.526)
Prêmio de resseguro risco vigentes e não emitidos (RVNE)	20	(104)
Provisão de Prêmios não ganhos – PPNG – ED	1.206	707
Total	**(4.739)**	**(1.522)**

f) Despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal próprio	(6.744)	(5.367)
Despesas com serviços de terceiros	(4.802)	(3.184)
Despesas com localização e funcionamento	(291)	(250)
Despesas com Publicidades e Propaganda	(3.095)	(3.165)
Despesas com publicações	(40)	(110)
Despesas com donativos e contribuições	(27)	(25)
Outras Despesas	(1.541)	(7)
Despesas com convênio DPVAT	(303)	–
Total	**(16.843)**	**(12.108)**

g) Despesas com tributos

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos federais	(1)	(1)
Impostos municipais	(4)	–
COFINS	(2.018)	(1.081)
PIS	(328)	(176)
Taxa de fiscalização	(145)	(252)
Total	**(2.496)**	**(1.510)**

h) Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Financeira	**7.388**	**1.386**
Títulos classificado como valor justo por meio do resultado	7.195	1.004
Receitas com créditos tributários	86	30
Receitas com Operacoes de seguros e resseguros	77	24
Outras receitas financeiras	7	328
Despesa Financeira	(742)	(338)
Títulos de Renda Fixa	(491)	–
Despesas com operações de seguros	285	–
Outras despesas financeiras	(536)	(338)
Total	**6.724**	**1.048**

21 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O resultado fiscal foi apurado como se segue:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos impostos e participação nos lucros	3.878	(900)	3.878	(900)
Participação nos lucros	–	–	–	–
Base de cálculo	3.878	(900)	3.878	(900)
Adições	2.555	189	2.555	189
Exclusões	(724)	–	(564)	–
Resultado fiscal do Exercício	5.709	(711)	5.869	(711)
(-) Compensação de prejuízo	(1.713)	–	(1.760)	–
Resultado fiscal após compensação de prejuízo	3.996	(711)	4.109	(711)
Tributo calculado pela alíquota oficial	925	–	571	–
(-) Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos	(1.027)		(605)	
Alíquota efetiva	24%	0%	15%	0%

A Seguradora fechou o exercício de 2022 com um lucro fiscal do Imposto de Renda e da Contribuição Social no montante de R$ 3.996 (em 2021 Prejuízo Fiscal de R$ 711). A Seguradora a partir de 2022 constituiu crédito tributário proveniente de prejuízos fiscais no montante de R$ 1.306 (em 2021 não foi constituído o crédito tributário de R$ 2.247) e um crédito de diferença temporária no montante de R$ 326 (em 2021 não foi constituído o crédito tributário de R$ 237). O referido crédito tributário foi constituído com base no estudo que demonstrou uma expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suficientes para que o crédito seja utilizado no prazo que determina norma regulatória.

22 PARTES RELACIONADAS

Os contratos de seguro de viagem, acidentes pessoais e de vida em grupo dos funcionários e carteira de clientes do Grupo Omint foram contratados com a própria Seguradora.

Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Passivo circulante	31/12/2022	31/12/2021
Débitos de operações com seguros e resseguros	**433**	**236**
Comissões a pagar	433	236
Premium Assistance Serviços de Assistência Ltda.	433	236

Resultado	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	10.105	8.934
Del Sol Odontologia Ltda.	–	14
Omint Serviços de Saúde Ltda.	10.105	8.920
Sinistros avisados	(4.441)	(2.455)
Omint Serviços de Saúde Ltda.	(4.441)	(2.455)
Despesas Administrativas	(421)	(397)
Omint Serviços de Saúde Ltda.	(421)	(397)
Resultado	5.243	**6.082**

Remuneração do pessoal-chave da administração

Foi fixado em Estatuto Social um montante global anual da remuneração dos administradores de até R$ 4.000. O Total da remuneração com o pessoal-chave da administração da seguradora em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 1. 327 (R$ 1.153 em 31 de dezembro de 2021).

23 OUTRAS INFORMAÇÕES

O ano de 2022 foi marcado ainda pela crise sanitária que afeta a produção industrial, oferta de serviços e causa escassez de mão de obra mundo afora.

Tivemos também a invasão Russa no território Ucraniano, tal acontecimento gerou uma forte redução das commodities, fazendo com que a inflação global disparasse obrigado os BC`s a elevarem os juros, colocando uma possível resseção global no radar dos agentes econômicos.

No âmbito doméstico, tivemos a consolidação da taxa de juros em dois dígitos e mesmo sendo um ano eleitoral de grande apreensão o resultado favorável ao terceiro mandato do candidato eleito Luis Inacio Lula da Silva (PT), os mercados responderam de maneira cautelosa as falas e políticas adotadas prometidas em campanha.

A carteira de Investimentos da Omint Seguros é composta de 74 % de títulos públicos e 26% em títulos privados, ou seja, 100% da composição de sua carteira é composta de títulos de Renda Fixa.

As aplicações financeiras são conservadoras, prezando pela consistência e baixa volatilidade, ao qual obtivemos uma rentabilidade superior ao CDI no acumulado de 2022.

Permanecemos com nossa Carteira Administrada (Reserva Técnica) marcados à vencimento, cuja taxa média ponderada é IPCA + 5,43% a.a.

Para 2023, esperamos a manutenção das altas taxas de juros e uma inflação equilibrada mas ainda assim, superior à meta estipulada pelo BACEN.

Para um novo mandato presidencial, as reformas e gastos públicos estão sendo observados como pontos importantes para 2023.

24 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Anexo I

Omint Seguros S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	**31/12/2022**
Total de provisões técnicas auditadas	43.937
Total de ativos de resseguro	2.731
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	184

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2022**
Provisões Técnicas auditadas (a)	43.937
Valores redutores auditados (b)	9.610
Total a ser coberto (a-b)	**34.327**

3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	**31/12/2022**
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	22.181
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**22.181**

4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2022**
Patrimônio Líquido Ajustado – PLA (a)	51.118
Ajustes Econômicos do PLA	5.227
Exigência de Capital (CMR) (b)	22.181
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**28.937**
Ativos Garantidores (d)	38.849
Total a ser Coberto (e)	34.327
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**4.522**

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	**31/12/2022**
0929, 0969, 0982, 0990, 0993, 1329, 1369, 1381, 1384, 1390, 1391	1.709

Diretoria

Juan Carlos Villa Larroudet
André do Amaral Coutinho
Eduardo Octaviano Filho
Cícero Venício Barreto de Souza
Ricardo Ferraz

Contadora

Luiza de Marilac Freire Araujo
CRC 1CE 015.592/O-0 "T" SP

Atuário

Adilson Salvadori
MIBA 1517

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Diretores e Acionistas da
Omint Seguros S.A.
São Paulo-SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Omint Seguros S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Omint Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independents

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Omint Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Omint Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos de Prêmios e de Sinistros, em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.
Joel Garcia – Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. – CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400, 04719-002 – São Paulo-SP – Brasil

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Omint Seguros S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Omint Seguros S.A. (Seguradora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Omint Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao

continua...

OMINT SEGUROS

Omint Seguros S.A.

CNPJ 20.646.890/0001-10 - **SUSEP** 02542

... continuação do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.

EY **Ernst & Young Auditores Independentes S.S.** CRC-SP 034.519/O — **Gilberto Bizerra de Souza** Contador CRC-RJ 076.328/O

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital nº 005/2023 - **Processo nº** 121.610/2022 - **Modalidade: Pregão Eletrônico nº** 537/2022 - **Do Tipo Menor Preço por Lote - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP - MODO DE DISPUTA ABERTO - Objeto: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS, SENDO: 01 (UM) ASPIRADOR; 01 (UMA) BATEDEIRA SEMI-INDUSTRIAL; 01 (UMA) DUCHA ELÉTRICA; 02 (DOIS) FERRO DE PASSAR ROUPA; 11 (ONZE) LAVADORA DE ALTA PRESSÃO; 20 (VINTE) VENTILADOR DE PAREDE E 06 (SEIS) VENTILADOR DE COLUNA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS II E VIII DO EDITAL. Interessados:** Secretaria Municipal do Bem Estar Social. **Data do Recebimento das propostas:** até às 08h30 do dia 14/03/2023. **Abertura da Sessão:** 14/03/2023 às 08h30. **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 14/03/2023 às 09h30. Informações e edital na Secretaria da Administração/ Divisão de Licitações, sito na Pça Das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2º andar, sala 10 - CEP. 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 18h e fones (14) 3235-1357 ou (14) 3235-1145 ou através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, ou através do site www.licitacoes-e.com.br, licitação nº **988631**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 27/02/2023 - José Roberto dos Santos Júnior - Diretor da Divisão de Licitações.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONVITE PARA APRESENTAR MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Republicação Manifestação de Interesse nº 05/2022-PROFISCO II/SEFAZ-MA

Instituição: Secretaria de Estado da Fazenda
País: Brasil
Projeto: Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão-PROFISCO II-MA
Setor: Unidade de Coordenação do Projeto-UCP/Secretaria de Estado da Fazenda/SEFAZ-MA

Resumo:
Contratação de Consultoria especializada para diagnóstico de situação e implantação do framework ITIL 4 (Information Tecnology Infrastrutucture Library) na SEFAZ-MA, englobando treinamento no framework e certificação em ITIL 4 Foundation. A contratada ficará responsável em realizar treinamento para uma turma com 20 servidores no framework ITIL 4, presencial ou telepresencial, com aulas gravadas ou em tempo real; emissão de 20 vouchers para prova de certificação em ITIL 4 – Foundation; devendo ainda realizar o diagnóstico da situação atual do Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação da Secretaria Estadual da Fazenda do Maranhão e a implantação de no mínimo 5 práticas do ITIL.

Contrato de Empréstimo nº 4458/OC-BR. (BR-L1500)
Processo nº 189495/2022-SEFAZ
Orçamento disponível: R$ 1.291.258,47 (sem impostos)

O Estado do Maranhão recebeu Financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento para o Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão-PROFISCO II-MA, e se propõe utilizar uma parte dos fundos para os contratos de serviços de consultoria.

Os serviços de Consultoria compreendem os seguintes produtos, conforme descritos no Termo de Referência:

Atividade	Prazo
Realizar o treinamento no framework ITIL 4.	60 dias
Disponibilizar os vouchers de inscrição para a prova de certificação em ITIL 4 Foundation.	30 dias
Diagnosticar a situação atual do Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação da SEFAZ, com vistas à implantação do ITIL 4; Realizar o redesenho dos processos; e Planejar a implantação.	60 dias
Realizar a implantação das práticas ITIL 4 na SEFAZ	270 dias
Total	**420 dias**

A Secretaria de Estado da Fazenda convida às firmas consultoras elegíveis a manifestar o interesse em prestar os serviços solicitados. As firmas consultoras interessadas deverão proporcionar informação que indique que estão qualificadas para prestar os serviços **(folhetos, descrição de serviços semelhantes executados, experiência em condições idênticas, corpo técnico adequado, etc.)**, outros documentos que a consultora considerar relevantes para demonstrar s**ua experiência** e capacidade técnica em serviços compatíveis e similares.

As firmas consultoras serão selecionados de acordo com os procedimentos indicados nas Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento GN 2350-9, e poderão participar todas as firmas de países de origem que forem elegíveis, segundo o estabelecido nessas políticas.

As firmas consultoras poderão associar-se com outras firmas na forma de uma joint venture ou por meio de subcontrato para melhorar as suas qualificações. Para efeito a formação da lista curta, a nacionalidade de uma empresa é a do país em que está legalmente constituída ou incorporada e, no caso de joint venture, será considerada a nacionalidade da empresa designada como representante.

A firma consultora será selecionada de acordo com os procedimentos estabelecidos nas Políticas para Seleção e Contratação de Consultores Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, **SBQ - Seleção Baseada na Qualidade.**

As firmas consultoras interessadas podem obter informações nos endereços de e-mails abaixo, durante o horário de expediente de 13h:30 às 18h:30.

At: João Humberto Silva Ribeiro Júnior – joao.junior@sefaz.ma.gov.br (líder do produto)
At: Thiago Hiluy Castelo Branco– thiago.branco@sefaz.ma.gov.br (líder substituto)
At. Thailane Souza Santos thailane.santos@sefaz.ma.gov.br (Coordenadora de Aquisições)

As Manifestações de interesse deverão ser enviadas na forma escrita no endereço indicado (pessoalmente, por correio, ou por correio eletrônico/e-mail) **até às 18h30m do dia 13 de março de 2023.**

Endereço:
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Av. Jerônimo de Albuquerque, Ed.Clodomir Milet, S/N Calhau,
CEP 65074-220. São Luís-MA

At:
E-mail:
Contato: (98) 3217-4511
At: Thailane Souza Santos
E-mail: thailane.santos@sefaz.ma.gov.br

Lider do Produto
João Humberto Silva Ribeiro Júnior

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006749-31.2022.8.26.0071. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Bauru, Estado de São Paulo, Dr(a). ANA CAROLINA ACHOA AGUIAR SIQUEIRA DE OLIVEIRA, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **ADRIANA RENATA DE SOUZA BRAZ**, brasileira, solteira, com cadastro no **CPF/MF311.783.558-02**, carteira de identidade n° 45.824.866-6, filha de Eleni de Souza, com endereço na Rua Frederico Herrera, número 557, Parque Viaduto, Bauru/SP, CEP 17.055-140, que por este Juízo, tramita de **AÇÃO DE COBRANÇA** movida por Sicoob Unimais Mantiqueira, referente a débito em conta corrente número 17.171-9 (R$ 520,05), empréstimo pré- aprovado (R$ 3.723,52), totalizando R$ 4.243,57. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei, com a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, IV, CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Bauru, aos 03 de fevereiro de 2023.

AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP RGA 00513/23 - "Aquisição de anéis de desgaste do corpo para manutenção das bombas do sistema canoas, no município de Franca". Edital completo disponível para download a partir de 28/02/2023 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa - Problemas c/ site, contatar fone (0**11) 3388-6984. Envio das Propostas a partir da 00h00 (zero hora) do dia 15/03/2023 até às 09h00 do dia 16/03/2023, no site acima p/ empresas que possuam senha de acesso, às 09:01 do dia 16/03/2023, será dado início a sessão pública pelo Pregoeiro. Dossiê franq para vistas Av. Dr. Flávio Rocha, nº 4951, das 08-11/13-16hs. Franca, 28/02/23UNPGrande.

PG SABESP RGA 00247/23 - "Prestação de serviços de vigilância/segurança patrimonial das instalações da sede da UN Pardo e Grande RG, Estação de Tratamento de Esgotos - ETE Franca, Booster 1 - Canoas, Estação de Tratamento de Água - ETA Sul, captação e elevatórias de água bruta sistema Sapucaí Mirim e estações elevatórias de água e esgoto de Franca". Edital completo disponível para download a partir de 28/02/2023 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa - Problemas c/ site, contatar fone (0**11) 3388-6984. Envio das Propostas a partir da 00h00 (zero hora) do dia 14/03/2023 até às 09h00 do dia 15/03/2023, no site acima p/ empresas que possuam senha de acesso, às 09:01 do dia 15/03/2023, será dado início a sessão pública pelo Pregoeiro. Dossiê franq para vistas Av. Dr. Flávio Rocha, nº 4951, das 08-11/13-16hs. Franca, 28/02/23UNPGrande.

sabesp — GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

---

sura

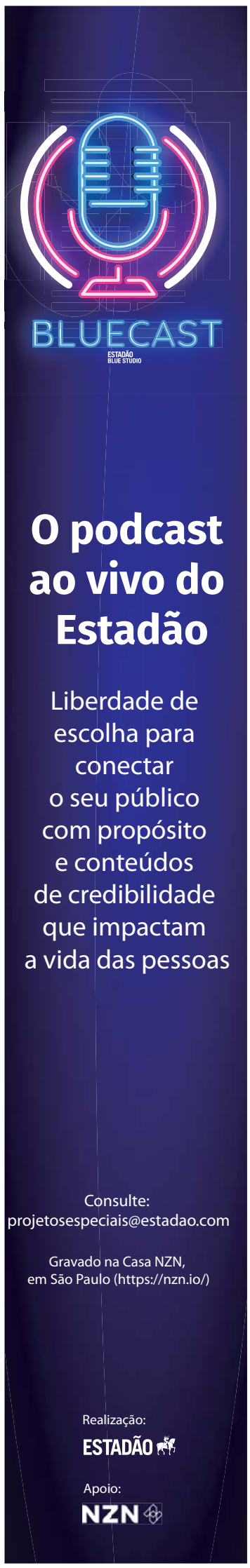
SEGUROS SURA S.A.

CNPJ 33.065.699/0001-27 - NIRE 35.300.151.577

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2022, lavrada na forma de sumário

1 - DATA, HORA E LOCAL: Às 14:00 horas do dia 16 de agosto de 2022, na sede social da Companhia, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995 - 4º andar, Brooklin Novo, São Paulo, SP. **2 - QUÓRUM:** Acionistas da Companhia representando mais de 2/3 do Capital Social votante, conforme se verifica das assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **3 - CONVOCAÇÃO:** Por editais publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Estado de São Paulo, versões física e digital, nos dias 05, 06 e 09 de agosto de 2022, na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **4 - MESA:** Presidente: Jorge Andrés Mejía Delgado e Secretária: Kelly Cristina Silva de Godoi Escarpelini. **5 - ORDEM DO DIA: 5.1.** Verificar a efetivação da subscrição, pelos acionistas, das novas ações ordinárias oferecidas, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 2022; **5.2.** Homologar o aumento do capital social; **5.3.** Aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social em razão do aumento do capital social; e **5.4.** Outros assuntos de interesse social. **6 - DELIBERAÇÕES TOMADAS PELA UNANIMIDADE DOS ACIONISTAS PRESENTES À ASSEMBLEIA. 6.1. Consignar** que a subscrição do aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 2022 foi efetivada com a subscrição, pelos acionistas, de parte das novas ações ordinárias oferecidas, conforme o **Boletim de Subscrição** que é o **Documento I** anexo à presente ata, autenticados pela Mesa e que serão arquivados na sede da Companhia, ora expressamente aprovados; **6.1.1. Consignar** que o capital social atual da Companhia é de R$ 313.924.349,29 (trezentos e treze milhões, novecentos e vinte e quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e vinte e nove centavos), dividido em 32.546.569 (trinta e dois milhões, quinhentas e quarenta e seis mil e quinhentas e sessenta e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **6.1.2. Ratificar** os demais itens e condições previstos na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 2022 não expressamente aqui retificados. **6.2. Declarar** formalmente concretizado o aumento do capital social acima mencionado, no montante de R$ 15.301.632,00 (quinze milhões, trezentos e um mil e seiscentos e trinta e dois reais), mediante a emissão de 2.128.182 (dois milhões, cento e vinte e oito mil e cento e oitenta e duas) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, observadas que foram todas as formalidades legais adotadas para tanto, passando o capital social, atualmente de R$ 313.924.349,29 (trezentos e treze milhões, novecentos e vinte e quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e vinte e nove centavos), dividido em 32.546.569 (trinta e dois milhões, quinhentas e quarenta e seis mil e quinhentas e sessenta e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, para R$ 329.225.981,28 (trezentos e vinte e nove milhões, duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), dividido em 34.674.751 (trinta e quatro milhões, seiscentos e setenta e quatro mil e setecentos e cinquenta e uma) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal; **6.3. Aprovar,** em decorrência das deliberações acima, a alteração do art. 5º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte abaixo, ficando consignado que a versão consolidada do Estatuto Social consta do **Documento II** anexo à presente ata, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia, ora expressamente aprovado: ***"Art. 5º** - O Capital Social da Companhia devidamente integralizado é de R$ 329.225.981,28 (trezentos e vinte e nove milhões, duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), dividido em 34.674.751 (trinta e quatro milhões, seiscentos e setenta e quatro mil e setecentos e cinquenta e uma)* ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal." **7 - CONSELHO FISCAL:** Deixou de ser ouvido o Conselho Fiscal, tendo em vista não estar em funcionamento e não ter sido solicitado por nenhum dos acionistas presentes. **8 - DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia referidos nesta ata. **9 - ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia e lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa: **Jorge Andrés Mejía Delgado,** Presidente e **Kelly Cristina Silva de Godoi Escarpelini**, Secretária da Mesa. Acionistas Presentes: 1- Inversiones Sura Brasil Participações Ltda. - Jorge Andrés Mejía Delgado. **Jorge Andrés Mejía Delgado -** Presidente da Mesa; **Kelly Cristina Silva de Godoi Escarpelini -** Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 76.175/23-6 em 16/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.



Imposto de Renda Prazos e normas

Opção por restituição via Pix estará à frente na fila do IR, informa Receita

Prazo vai de 15 de março a 31 de maio; entre as novas regras, a venda de ações só deve ser declarada se superar R$ 40 mil

FELIPE SIQUEIRA

O contribuinte vai ter mais tempo para fazer sua declaração do Imposto de Renda (IR) neste ano, com prazo de 15 de março a 31 de maio, segundo informou a Receita Federal ontem ao divulgar as regras do Fisco. Além disso, não será mais preciso declarar todas as vendas feitas na Bolsa de Valores, só as acima de R$ 40 mil, e quem optar receber a restituição por Pix estará à frente na fila.

De acordo com o Fisco, o maior prazo teve a intenção de possibilitar ao contribuinte a utilização da declaração pré-preenchida. "Se liberássemos o programa agora, não teríamos o processo tecnológico pronto para a (*declaração*) pré-preenchida", afirmou o coordenador nacional do programa de Imposto de Renda, o auditor fiscal José Carlos.

A mudança na declaração de ganhos na Bolsa também tem, além do valor, mais um critério: o ganho líquido tem de estar sujeito à incidência de imposto.

A restituição poderá ser paga por Pix, apenas com chave CPF. Quem utilizar pré-preenchida e/ou optar por receber a restituição por meio do Pix também conseguirá receber mais rápido.

'TERCEIRIZAÇÃO'. Outra alteração deste ano será a autorização de acesso, que vai permitir que um contribuinte "terceirize" a declaração para outro CPF, utilizando dados do documento pré-preenchida.

O público-alvo são dois, de acordo com o Fisco: dependentes e grupos familiares, que fazem a declaração informalmente, como netos e filhos, que preenchem dados para pessoas mais idosas, que têm dificuldades para utilização das plataformas, por exemplo. Para que isso funcione, é necessário que ambos os CPFs – o autorizador e quem vai preencher – tenham conta ouro ou prata no serviço gov.br, do governo federal. A Receita espera receber até 39,5 milhões de declarações neste ano.

RESTITUIÇÃO. A restituição terá mais uma vez cinco lotes, com o primeiro em 31 de maio. Em princípio, o grupo de prioridade que realizar a declaração até 10 de maio conseguirá receber a restituição no dia 31 de maio. ●

Veja algumas regras

● Quem deve declarar
Recebeu rendimentos tributáveis cuja soma foi superior a R$ 28.559,70

● Bolsa
Fez operações na Bolsa cuja soma foi superior a R$ 40 mil

● Imóveis
Teve, em 31 de dezembro, a propriedade de bens de valor superior a R$ 300 mil

Bancos Valores a receber

BC reabre consulta de 'dinheiro esquecido'

A partir de hoje, às 10h, a população poderá consultar se há recursos "esquecidos" em instituições financeiras, informou o Banco Central (BC). O chamado Sistema de Valores a Receber (SVR) será reaberto no dia 7, também às 10h.

Segundo o BC, a segunda fase do SRV pode liberar até R$ 6 bilhões na economia para 38 milhões de CPFs e 2 milhões de CNPJs. A nova fase trará novidades, como a criação de sala de espera virtual e consulta de valores de pessoa falecida.

Nesta fase, poderão ser recuperados valores em contas de pagamento pré ou pós-paga encerradas com saldo disponível, contas de registro mantidas por corretoras e distribuidoras encerradas com saldo disponível, assim como outros recursos disponíveis para devolução.

O órgão alerta para golpes e reforça que o único site onde é possível fazer a consulta e saber como solicitar a devolução dos valores para pessoas jurídicas ou físicas, incluindo falecidas, é valoresareceber.bcb.gov.br. ●

THAÍS BARCELLOS/BRASÍLIA

Marcelo Marangon

‘A barra subiu; o investidor quer empresas sólidas’

Selic preocupa, mas a nova âncora fiscal pode facilitar corte do juro, diz o presidente do Citi no Brasil

WERTHER SANTANA / ESTADÃO

‘Vemos muitas atividades de M&A em 2023’, diz Marangon

ENTREVISTA

É presidente do Citi Brasil desde 2017; é formado em Administração pela PUC-SP, com MBA em Finanças pelo Ibmec SP

LUIZ GUILHERME GERBELLI
RENÉE PEREIRA

O presidente do banco americano Citi no Brasil, Marcelo Marangon, diz que, passada a fase de farta liquidez no mercado global, o investidor está mais seletivo para alocar os seus recursos. “Hoje, o investidor procura companhias mais sólidas, mais resilientes, que têm um maior previsibilidade.”

Em 2022, o banco registrou o melhor resultado da história no País. O Citi reportou lucro líquido de R$ 2,6 bilhões, o que representou crescimento de 53% em relação ao ano anterior. Com o resultado, a franquia brasileira se tornou a quinta maior do mundo, entre os 95 mercados em que a instituição está presente – em 2021, o banco traçou um plano de crescer 50% até 2024.

Marangon diz que uma das principais preocupações é o atual patamar da taxa de juros no País – a Selic está em 13,75% ao ano –, mas ele espera que a nova âncora fiscal, prometida pelo Ministério da Fazenda para ser apresentada em março, abra espaço para um afrouxamento monetário no País. “Isso, de fato, é uma preocupação, porque tem um impacto grande em crescimento, em reperfilamento de dívida”, diz. A seguir os principais trechos da entrevista.

O resultado do banco foi recorde. O que explica esse desempenho?
Nossa ambição não é sermos um banco que oferece tudo a todos. É ser um banco completo para um número limitado de clientes. Para esse grupo de clientes, tentamos ser um banco completo: focar bastante, conhecer bem a operação e os acionistas, os membros do conselho, o comitê executivo, a direção da empresa para que a gente possa entender todas as necessidades e oferecer um banco completo local. Hoje, nós temos um banco completo. Não há nenhum produto que nós não fazemos para atender os nossos clientes.

Quanto a receita de crédito representa no banco?
Eu diria que ao redor de 30% mais ou menos do nosso resultado. Temos um portfólio bastante pulverizado e diversificado. Temos receita de crédito, receita de serviço recorrente, receita de serviço que é episódica. E isso com oferta de produtos local e internacional.

Qual foi o impacto do episódio da Lojas Americanas? Houve alguma mudança?
Não mudou. Temos uma estratégia bastante resiliente com os nossos clientes. Não mudamos em nada a nossa estratégia de crédito. Não tínhamos exposição em Americanas. Temos uma atuação forte em produtos de financiamentos do ciclo produtivo. E a gente continua. Esse é um pilar importante da nossa estratégia, porque é o dia a dia dos clientes. Nossa carteira é bastante saudável.

Mas houve uma demanda maior nesse cenário em que outros bancos estão segurando crédito?
A gente vê demandas em alguns setores, mas nada que seja nesse grupo de clientes que nos traga algum tipo de alerta. Obviamente, quando há restrição em algum setor, como o varejo está passando agora, a gente vê uma demanda maior e tenta suportar esses clientes com os quais atuamos de maneira próxima. Mas não nos preocupa. O que nos preocupa é a taxa de juros. Isso, de fato, é uma preocupação, porque tem um impacto grande em crescimento, em reperfilamento de dívida. Não temos preocupação no nosso segmento, mas, no mercado como um todo, as micro e pequenas empresas ficam suscetíveis a essa situação de taxa de juros.

E qual é o cenário do banco para a taxa de juros?
O nosso cenário é de 12,25% para 2023 e 9% para 2024. Agora, a gente viu o IPCA-15 maior do que de janeiro, a inflação de 12 meses chegando próximo dos 6%. Temos uma preocupação com inflação e com a taxa de juros. É importante que esse novo arcabouço fiscal seja anunciado com rigor, com controle de despesa. Isso vai ser importante para as expectativas de mercados e que, com certeza, vai facilitar o processo de controle de inflação e redução dos juros.

Houve muito ruído nesse início de governo com juros e inflação. Como avalia os dois primeiros meses?
Início de governo é sempre desafiador. Mas a gente vê um interesse legítimo, principalmente do Ministério da Fazenda, de se comunicar com o mercado, de passar os objetivos macro desse novo governo com responsabilidade fiscal. A gente tem uma expectativa bastante grande em relação a esse novo plano fiscal que deve ser anunciado ainda em março.

Mas o banco está otimista?
Nós estamos no início de governo. É natural uma série de ruídos, uma série de ansiedades etc. A gente tem de definir as nossas estratégias com base em fatos. Tem muita narrativa. O que vai ser divulgado é o que vai ser base para nossa interpretação E, por isso, existe uma expectativa grande em relação ao anúncio desse arcabouço fiscal. Se for bem estruturado – e temos a expectativa de que seja –, acho que isso vai ser um bom ponto de mudança na expectativa de mercado.

Essa onda de recuperação judicial e de falências deve perdurar neste ano?
Não achamos que seja um ano perdido. Muitas empresas estão bem posicionadas, fizeram a lição de casa. A gente vê atividade grande em M&A (*fusões e aquisições*). Estamos vendo consolidação em algumas indústrias e vendo private equity voltando a se posicionar.

Vivemos anos de farta liquidez. Esse cenário acabou?
Eu acho que a diretriz estratégica do investidor mudou. Hoje, o investidor procura companhias mais sólidas, mais resilientes, que têm um maior previsibilidade, que tem um bom posicionamento dos seus respectivos mercados. As transações têm o uso de recursos muito específicos. E com o mercado que nós tínhamos nesses últimos anos, com o excesso grande de liquidez, o apetite do investidor era diferente para novos negócios, novas consolidações, novos mercados. Estão mais seletivos.

Isso significa excluir as startups próximas de se tornarem unicórnios?
Eu não diria excluir, mas diria que a barra subiu. Então, aquele apetite do investidor para novas soluções, novos produtos e novos mercados permanece nas situações em que você tem escala, relevância e execução. ●

Ferreira Gomes Energia S.A.
CNPJ/MF 12.489.315/0001-23 - NIRE 35.300.383.656
Aviso aos Acionistas
Em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, a Administração da Companhia comunica que os documentos a que se refere o supracitado artigo, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022, bem como aqueles referidos no artigo 10º da RESOLUÇÃO CVM nº 81/2022, encontram-se à disposição dos acionistas no site da CVM: www.gov.br/cvm, no site da Companhia: https://ferreiragomesenergia.com.br/ e na sede da Companhia: à Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 15º andar, conjunto 151, sala H, São Paulo/SP. **À Administração.**

MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO
EDITAL RESUMIDO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2023 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E MEMORIAIS DESCRITIVOS, PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EMEI “STELLA SCATENA SIMIONI”, NESTE MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO – SP. ABERTURA/ENCERRAMENTO: se dará às 09:30 horas do dia 16/03/2023, para entrega dos envelopes. A licitação supra será realizada na sala de Licitações - Paço Municipal, sito à Rua Aprígio de Araújo, 837, Sertãozinho/SP. O Edital poderá ser retirado junto ao Departamento de Políticas de Suprimentos do Município nos horários das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas e no site www.sertaozinho.sp.gov.br INFORMAÇÕES: TEL. (16) 2105-3044 ou 2105-3052. Secretaria de Administração; Departamento de Políticas de Suprimentos, 27 de fevereiro de 2023.Ricardo Alexandre de Cirqueira Diretor do Departamento de Políticas de Suprimentos

Fortaleza PREFEITURA
AVISO DE RETOMADA PARA OS ITENS 2 E 15
PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 390/2022**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MEDICAMENTOS DE USO ORAL E TÓPICO III, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que no dia 28 de fevereiro de 2023 às 10h00min. **(Horário de Brasília)** haverá a RETOMADA da licitação para os ITENS 2 E 15. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85)3452-3477.**
Fortaleza – CE, 24 de fevereiro de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

Fortaleza PREFEITURA
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA/DESERTA
PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 434/2022**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – NÚCLEO DE FARMÁCIA – NUFAR.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS MÉDICO - HOSPITALARES PARA HEMODIÁLISE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a)da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA – CLFOR** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que o ITEM 17 foi declarado FRACASSADO (CANCELADO NO JULGAMENTO), bem como que o ITEM 08 foi declarado DESERTO. Maiores informações pelo email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone (85)3452-3477.
Fortaleza – CE, 24 de fevereiro de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

XS3 SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 38.155.802/0001-43

CAIXA Residencial

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da XS3 Seguros S.A. (a "Seguradora") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Principais fatos e alterações societárias

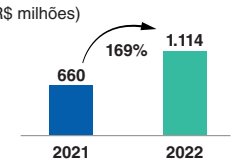
A XS3 Seguros S.A. foi constituída em 19 de agosto de 2020 no contexto da operação contemplada no Acordo de Associação celebrado em 06 de janeiro de 2020 entre a Caixa Econômica Federal ("Caixa"), a Caixa Seguridade Participações S.A. e a Tokio Marine Seguradora S.A. (o "Acordo de Associação"), por meio do qual foi decidida a criação de uma nova parceria para explorar, de forma exclusiva ou preferencial, conforme o caso, a distribuição, promoção, oferta e venda de produtos de seguro habitacional e residencial na rede de distribuição da Caixa.

Em 04 de janeiro de 2021 foi concluído o fechamento da operação, fazendo com que a XS3 Seguros S.A. se tornasse uma "*Joint Venture*" entre Caixa Seguridade e Tokio Marine Seguradora e possibilitando o início das operações de emissão de prêmios nos ramos "Habitacional" e "Residencial".

Após o fechamento da operação, a participação acionária passou a ter a Caixa Seguridade com 75% de participação no capital total da XS3 Seguros, sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% de suas ações preferenciais. A Tokio Marine, por sua vez, detém 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da XS3 Seguros.

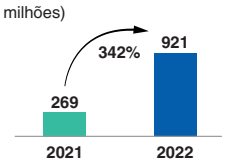
Desempenho dos negócios

Prêmio Emitido (R$ milhões)



As receitas de prêmios emitidos do exercício totalizaram R$ 1.114 milhões, sendo R$ 699 milhões referentes ao seguro "Residencial" e R$ 415 milhões ao seguro "Habitacional".

Prêmio Ganho (R$ milhões)



Os prêmios ganhos totalizaram R$ 921 milhões (Residencial R$ 506 milhões e Habitacional R$ 415 milhões).

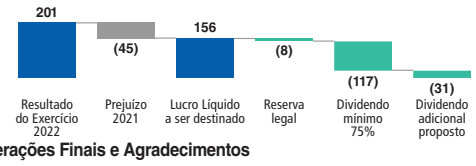
A carteira de investimentos alcançou R$ 799 milhões (R$ 388 milhões em dezembro de 2021).

O patrimônio líquido da Seguradora em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 1.699 milhões (R$ 1.615 milhões em dezembro de 2021) e como resultado do exercício foi registrado um lucro de R$ 201 milhões.

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Seguradora terão assegurados - a títulos de dividendos - a distribuição de pelo menos 75% dos resultados obtidos no exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e respeitando os índices mínimos de liquidez e solvência.

Abaixo apresentamos a proposta de destinação do resultado de 2022.

Destinação do resultado (R$ milhões)



Considerações Finais e Agradecimentos

A XS3 Seguros S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e dos conselheiros, segurados e colaboradores.

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante	**1.119.999**	**615.855**
Disponível	**8.281**	**355**
Caixa e bancos	8.281	355
Equivalente de caixa (Nota 7)	**4.777**	**–**
Aplicações (Nota 7)	**799.125**	**387.638**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**134.994**	**78.933**
Prêmios a receber (Nota 8.1)	134.994	78.933
Outros créditos operacionais (Nota 8.2)	**29.119**	**25.700**
Ativos de resseguro (Nota 9)	**3.467**	**1.037**
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	**4.769**	**28.859**
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10.1)	4.769	28.806
Outros créditos	–	53
Despesas antecipadas	**100**	**164**
Custos de aquisições diferidos (Nota 13)	**135.367**	**93.169**
Seguros	135.367	93.169
Ativo não circulante	**1.503.454**	**1.502.251**
Realizável a longo prazo	**86.252**	**57.830**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**15.976**	**14.441**
Prêmios a receber (Nota 8.1)	15.976	14.441
Ativos de resseguro (Nota 9)	**636**	**–**
Outros valores e bens	**1.509**	**339**
Custos de aquisição diferidos (Nota 13)	**68.131**	**43.050**
Seguros	68.131	43.050
Imobilizado (Nota 14)	**1.406**	**421**
Móveis, máquinas e utensílios	722	226
Outras imobilizações	684	195
Intangível (Nota 15)	**1.415.796**	**1.444.000**
Outros intangíveis	1.415.796	1.444.000
Total do ativo	**2.623.453**	**2.118.106**

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante	**725.445**	**375.692**
Contas a pagar	**206.505**	**25.090**
Obrigações a pagar (Nota 16.1)	175.627	12.220
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 16.2)	9.881	9.391
Encargos trabalhistas	1.939	1.071
Impostos e contribuições (Nota 16.3)	19.058	2.408
Débitos de operações com seguros e resseguros	**55.533**	**51.207**
Prêmios a restituir	4.825	4.205
Operações com resseguradoras	1.747	–
Corretores de seguros e resseguros (Nota 8.3)	40.344	47.002
Outros débitos operacionais	8.617	–
Provisões técnicas - seguros (Nota 17)	**461.379**	**299.014**
Danos	461.379	299.014
Outros débitos	**2.028**	**381**
Débitos diversos	2.028	381
Passivo não circulante	**198.822**	**126.948**
Débitos das operações com seguros e resseguros	**3.749**	**3.387**
Corretores de seguros e resseguros (Nota 8.3)	3.749	3.387
Provisões técnicas - seguros (Nota 17)	**195.011**	**123.561**
Danos	195.011	123.561
Outros débitos (Nota 12)	**62**	**–**
Provisões judiciais	62	–
Patrimônio líquido	**1.699.186**	**1.615.466**
Capital social	156.670	156.670
Reservas de capital	1.503.330	1.503.330
Reservas de lucros	39.186	10
Prejuízos acumulados	–	(44.544)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**2.623.453**	**2.118.106**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Resultado (Em milhares de reais)

Demonstração do resultado	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos (Nota 20)	1.113.562	659.812
Variações das provisões técnicas de prêmios (Nota 21.1)	(192.109)	(391.052)
Prêmios ganhos	**921.453**	**268.760**
Sinistros ocorridos (Nota 21.2)	(137.251)	(53.743)
Custos de aquisição (Nota 21.3)	(259.767)	(78.810)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22)	(8.508)	(4.450)
Resultado com resseguro	**(5.580)**	**(2.297)**
Despesa com resseguro (Nota 23)	(5.580)	(2.297)
Despesas administrativas (Nota 24)	(191.237)	(202.998)
Despesas com tributos (Nota 25)	(42.968)	(12.460)
Resultado financeiro (Nota 26)	72.216	12.687
Resultado operacional	**348.358**	**(73.311)**
Resultado antes dos impostos e participações	**348.358**	**(73.311)**
Imposto de renda (Nota 11)	(85.942)	17.826
Contribuição social (Nota 11)	(52.868)	10.940
Participações sobre o lucro (Nota 3d. 10)	(8.270)	–
Lucro/(Prejuízo) do exercício	**201.278**	**(44.544)**
Quantidade de ações	13.534	13.534
Lucro/(Prejuízo) por ação	**14,87**	**(3,29)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/(Prejuízo) do exercício	**201.278**	**(44.544)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**201.278**	**(44.544)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

Discriminação	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**50.000**	**–**	**10**	**–**	**50.010**
Aumento de Capital					
AGE de 04/01/2021 Portaria nº 7.788	16.670	1.503.330	–	–	1.520.000
AGO/E de 26/03/2021 Portaria nº 418	90.000	–	–	–	90.000
Resultado do Exercício	–	–	–	(44.544)	(44.544)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**156.670**	**1.503.330**	**10**	**(44.544)**	**1.615.466**
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**156.670**	**1.503.330**	**10**	**(44.544)**	**1.615.466**
Reversão da Reserva Legal AGO/E de 26/03/2021 Portaria nº 418	–	–	(10)	10	–
Resultado do Exercício	–	–	–	201.278	201.278
Proposta p/Distribuição do Resultado	–	–	–	–	–
Reserva legal	–	–	7.837	(7.837)	–
Dividendos mínimos (75%)	–	–	–	(117.558)	(117.558)
Dividendo adicional proposto	–	–	31.349	(31.349)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**156.670**	**1.503.330**	**39.186**	**–**	**1.699.186**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em milhares de reais)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) do exercício:	**201.278**	**(44.544)**
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	84.793	76.000
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	1.434	56
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(411.486)	(337.398)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(62.447)	(93.430)
Ativos de resseguro	(3.067)	(1.037)
Créditos fiscais e previdenciários	25.146	(25.186)
Ativo fiscal diferido	(1.109)	(3.620)
Despesas antecipadas	62	(164)
Custos de aquisição diferidos	(67.279)	(136.219)
Outros ativos	(1.116)	(26.513)
Impostos e contribuições	16.650	2.368
Débitos de operações com seguros e resseguros	4.688	54.594
Provisões técnicas - seguros e resseguros	233.815	422.575
Provisões Judiciais	62	–
Outros passivos	48.853	22.873
Caixa gerado (consumido) pelas Operações:	**70.277**	**(89.645)**
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**70.277**	**(89.645)**
Atividades de investimento		
Intangível	(56.492)	(1.520.000)
Imobilizado	(1.082)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(57.574)**	**(1.520.000)**
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	–	1.610.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**–**	**1.610.000**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**12.703**	**355**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**355**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**13.058**	**355**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

Nota 1 - Contexto operacional e informações gerais

A XS3 Seguros S.A. (denominada "XS3 Seguros" ou "Seguradora"), é uma sociedade por ações, inscrita sob o CNPJ nº 38.155.802/0001-43, constituída em 19 de agosto de 2020, tendo sua sede localizada na Rua Desembargador Eliseu Guilherme, nº 84, Térreo ao 7º andares, Paraíso, São Paulo - SP, CEP: 04004-030. A Seguradora é controlada em conjunto pela Tokio Marine Seguradora S.A. e Caixa Seguridade Participações S.A. A Seguradora tem por objeto social a distribuição, a divulgação, a oferta, a venda e o pós-venda de produtos de seguros habitacional e residencial. No contexto da reestruturação da operação de seguros do Grupo Caixa Seguridade ("Grupo"), a Seguradora foi constituída como lastro para a azienda prevista no acordo de associação firmado entre Tokio Marine Seguradora S.A. ("Tokio Marine") e Caixa Seguridade Participações S.A. ("CAIXA Seguridade"), empresa líder do Grupo, para a formação de uma nova sociedade com direito de exploração pelo prazo de 20 anos, dos ramos de seguros Habitacional e Residencial na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal (denominado "Balcão CAIXA"), conforme detalhado no acordo apresentado abaixo: **a) Acordo Tokio Marine:** No dia 6 de janeiro de 2020, em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de seguros divulgado por meio de fato relevante em 10 de maio de 2019, a CAIXA Seguridade comunicou ao mercado em geral que firmou com a Tokio Marine acordo de associação ("Acordo Tokio Marine") para a formação de uma nova sociedade com objetivo de explorar, pelo prazo de 20 anos, os ramos de seguros Habitacional e Residencial na rede de distribuição Balcão CAIXA. A autorização da SUSEP ocorreu em 27 de outubro de 2020, por meio da Portaria nº 7.693, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em 04 de janeiro de 2021, já haviam sido obtidas todas as aprovações regulatórias necessárias, incluindo as autorizações concedidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). No fechamento da operação ocorrido em 04 de janeiro de 2021, a Tokio Marine subscreveu e integralizou um aumento de capital na XS3 Seguros no valor total de R$ 1.520.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e vinte milhões de reais) valor este que na mesma data foi repassado pela Seguradora à Caixa Econômica Federal ("CAIXA") nos termos da outorga por ela concedida (*upfront*) e a CAIXA Seguridade celebrou com a XS3 Seguros um contrato de distribuição, que confere à XS3 Seguros o direito de explorar o Balcão Caixa por 20 anos. A aprovação pela SUSEP dos atos societários que formalizam o aumento de capital realizado pela Tokio Marine ocorreu em 09 de abril de 2021 por meio da Portaria SUSEP nº 7788. Nos termos do Acordo Tokio Marine, após o fechamento da operação, a Seguradora passou a ser um *"Joint Venture"* na qual a CAIXA Seguridade detém 75% de participação no capital total da XS3 Seguros, sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% de suas ações preferenciais. A Tokio Marine, por sua vez, detém 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da XS3 Seguros. Em 26 de março de 2021 foi subscrito e integralizado novo aumento de capital na XS3 Seguros no valor de R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), mediante a emissão de 100 (cem) novas ações ordinárias e 100 (cem) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil), por ação, fixado de acordo com o artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das S.A., passando o capital social da Seguradora de R$ 66.670.000,00 (sessenta e seis milhões, seiscentos e setenta mil reais) para R$ 156.670.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões, seiscentos e setenta mil reais), dividido em 13.534 (treze mil, quinhentas e trinta e quatro) ações, sendo 6.767 (seis mil, setecentas e sessenta e sete) ações ordinárias e 6.767 (seis mil, setecentas e sessenta e sete) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas foram totalmente subscritas pelas acionistas Tokio Marine Seguradora S.A. e Caixa Holding Securitária, na seguinte forma: o valor de R$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais), correspondente à emissão de 50 (cinquenta) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Tokio Marine Seguradora S.A., e o valor de R$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais), correspondente à emissão de 50 (cinquenta) novas ações ordinárias e 100 (cem) novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Caixa Holding Securitária e integralizadas. Após o aporte foi mantida a participação anterior dos sócios. O aporte foi aprovado pela SUSEP por meio da Portaria nº 418, de 1º de outubro de 2021. A XS3 Seguros irá remunerar a CAIXA Seguridade com as despesas totais de comercialização por produto em valores predefinidos (comissão de distribuição de 36,4% e 20% para residencial e habitacional, respectivamente), além de uma taxa de performance atrelada ao desempenho anual em volume e lucratividade. A XS3 Seguros terá gestão e governança compartilhada entre a CAIXA Seguridade e a Tokio Marine de modo a potencializar os pontos fortes de cada acionista, observando as melhores práticas de governança corporativa. Nesse sentido, cada acionista indicou três membros para o Conselho de Administração. A Diretoria Executiva da XS3 Seguros é composta por cinco membros, sendo 2 indicados pela Tokio Marine, dois indicados pela Caixa Seguridade e 1 com indicação conjunta, e com funcionamento de maneira colegiada e compartilhada. A SUSEP aprovou a criação do Conselho de Administração em 09 de abril de 2021 por meio da Portaria SUSEP nº 7788.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estas práticas incluem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela SUSEP, por meio da Circular nº 648/2021 e alterações posteriores. Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da XS3 Seguros em 24 de fevereiro de 2023.

Nota 3 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente com as do período anterior. **a) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua e é também sua moeda funcional. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades em moeda nacional e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa e sujeitos a baixo risco de mudança no valor, com liquidez originalmente inferior a 90 dias. **c) Ativos financeiros - mensuração e classificação:** Os ativos financeiros, no reconhecimento inicial, são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para a venda, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada na data do reconhecimento inicial, quando também são definidos o método de mensuração e a forma de reconhecimento dos ganhos ou perdas dos ativos. Os ativos financeiros apresentados como "Valor justo por meio do resultado" são ajustados na data do balanço pelo seu valor justo. **c.1) Ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia é a negociação ativa e frequente estão classificados nesta categoria e os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado. Esses ativos são classificados no circulante independentemente do seu prazo de vencimento. **c.2) Recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os recebíveis não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem "Créditos das operações com seguros", "Outros créditos operacionais" e "Títulos e créditos a receber". Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, reconhecidos pelo prazo de vencimento das parcelas. **c.3) Determinação do valor justo dos ativos financeiros:** O valor justo dos ativos financeiros é determinado com base em cotações observadas em mercados ativos (preços de mercado), cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem regularmente disponíveis a partir de informações divulgadas por bolsas de valores (como a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), distribuidor, corretor, serviços de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços que representarem transações de mercado reais e que ocorrerem regularmente em bases puramente comerciais. Estes instrumentos compreendem fundos de investimento avaliados pelo valor da cota, informados pelos administradores dos fundos na data do balanço. **d) *Impairment* (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros: d.1) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (recebíveis):** Os ativos classificados nesta categoria, após seu reconhecimento inicial, são avaliados pela Seguradora a cada data de balanço e, havendo evidência objetiva de perda por *impairment*, é efetuado o registro no resultado do período. A Seguradora reconhece uma perda por redução ao valor recuperável de prêmios a receber de seguros para as parcelas vencidas acima de 60 dias, (líquida do efeito de PPNG) e de operações com resseguradores para as parcelas vencidas acima de 180 dias em consonância com as normas em vigor estabelecidas pela SUSEP. **d.2) Ativos não financeiros:** Para os ativos não financeiros que apresentam vida útil definida, a administração avalia anualmente a existência ou não de indicativos de *impairment* e, em caso positivo, é realizado o teste. Para o exercício de 2021, por se tratar do ano de reconhecimento do ativo Intangível relacionado à exploração do Canal de Distribuição Caixa a Administração optou por contratar profissional independente para realizar o teste de *impairment,* que apontou a inexistência de perda no valor recuperável do ativo. Para o exercício de 2022, pelo fato de a Seguradora apresentar lucro acima do orçado, não foram identificados indícios de perdas no valor recuperável. **d.3) Avaliação de contratos de resseguro:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores por sinistros e pela parcela proporcional das provisões técnicas (PPNG, PSL, IBNR, IBNeR e PDR) de contratos de seguro objeto de operações de resseguro, sendo avaliados consistentemente com os saldos de passivos que foram objeto de resseguro e conforme os termos e as condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos, substancialmente, por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro líquidos de comissões. **d.4) Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição sobre prêmios emitidos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices. **d.5) Ativos Intangíveis:** A Seguradora é parte em contrato para exploração do Balcão da Caixa Econômica Federal pelo período de 20 anos, (conforme descrito na Nota 1), período no qual o saldo é mensalmente amortizado em contrapartida ao resultado pelo método linear. Além disso, a seguradora registra no intangível as licenças de software pelo custo do contrato e com amortização de acordo com as vigências das prestações de serviços. **d.6) Contratos de arrendamento (leasing):** A Seguradora adota o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, sendo contabilizado o valor presente dos ativos de arrendamento em contrapartida aos saldos a pagar (passivos de arrendamento). **d.7) Contratos de seguro e contrato de investimentos - classificação:** De acordo com as determinações contidas no CPC 11 - Contratos de Seguro, que define as características de um Contrato de Seguro, a Seguradora procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguro". Os contratos de resseguros são classificados como "Contratos de Seguro", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguro. Os contratos de investimentos são aqueles que não transferem riscos significativos de seguro. A Seguradora possui este tipo de contrato na data do balanço e o seu registro contábil é efetuado conforme o CPC - 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração. **d.8) Avaliação dos passivos originados de contratos de seguro: d.8.1) Passivos de contratos de seguro: Seguros de Ramos Elementares sob o Regime financeiro de repartição simples:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, se aplicável, de encargos, variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões técnicas descritas a seguir são calculadas com base em metodologias estatísticas e/ou atuariais e seus critérios, premissas e formulações estão detalhados em Notas Técnicas Atuariais. A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é calculada pelo método *pro rata die*, com base nos prêmios emitidos objetivando provisionar a parcela do prêmio correspondente ao período de risco ainda não decorrido, contado a partir da data-base de cálculo. A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes e Não Emitidos - PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos aos riscos assumidos pela Seguradora cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa com base nos valores a indenizar, quando do registro dos sinistros no sistema da Seguradora. Adicionalmente, pode ser constituído o ajuste de IBNeR, que tem como objetivo estimar os ajustes de valores que os sinistros já avisados sofrerão ao longo do processo de regulação. A apuração desse ajuste considera o desenvolvimento histórico dos sinistros. A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora e é calculada a partir do comportamento histórico observado entre a ocorrência e o cadastro/aviso do sinistro. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações e abrange tanto as despesas que podem ser individualmente relacionadas aos sinistros quanto àquelas que só podem ser atribuídas aos sinistros de maneira agrupada. **d.9) Teste de adequação dos passivos (*Liability Adequacy Test* (LAT)):** Nas datas-base junho e dezembro, a Seguradora elabora o Teste de Adequação de Passivos com o objetivo de verificar sua adequação às obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro vigentes na data de execução do teste, de acordo com o CPC 11 e com os critérios mínimos determinados pela Circular SUSEP nº 648/2021. O teste é elaborado com base em premissas atuais, realistas e não tendenciosas, as quais são aplicadas com o objetivo de produzir as melhores estimativas correntes para todos os fluxos de caixa futuros, brutos de resseguro, incluindo-se as despesas administrativas, operacionais, de liquidação de sinistros, tributos e deduzindo-se os custos de aquisição. Retornos de investimentos, custos de resseguro e o adicional de fracionamento não são considerados. Para determinação das estimativas correntes dos fluxos de caixa, os contratos são agrupados por similaridade, o que obedece ao padrão de gerenciamento estabelecido pela Seguradora. São consideradas, quando pertinentes, as receitas decorrentes de salvados e ressarcimentos de terceiros como um fator redutor na execução do Teste de Adequação de Passivos. Para ramos com característica de risco decorrido, a Seguradora considera o histórico dos prêmios ganhos de cada contrato para apurar sua melhor estimativa de receita de prêmios em períodos posteriores à data-base de cálculo. Os fluxos de caixa de obrigações futuras são estimados com base na sinistralidade. Para determiná-la, a Seguradora verifica a média de sinistralidade observada por agrupamento em determinado período, excluindo-se os extremos da série. Para maior segurança estatística, é adicionada a esta média o desvio padrão da sinistralidade observada. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco - ETTJ, publicadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, considerando o cupom da curva de juros do indexador da obrigação IPC-A. Caso seja identificada qualquer insuficiência de provisão no teste em referência, a Seguradora reconhece imediatamente a perda, sendo ela na Provisão Complementar de Cobertura - PCC ou na respectiva provisão técnica deficitária a depender da origem da insuficiência, conforme critérios estabelecidos na regulamentação vigente. No contexto destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 não foram encontradas insuficiências de provisão nos grupos analisados. **d.10) Benefícios a empregados:** A Seguradora é patrocinadora de plano de aposentadoria para os seus funcionários,

continua →★

CAIXA Residencial

XS3 SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 38.155.802/0001-43

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

administrado pela Caixa Vida e Previdência (Entidade Aberta de Previdência Complementar), na modalidade de contribuição definida. As contribuições são realizadas de maneira facultativa pelo participante por meio de contribuição normal, com contrapartida de 100% deste valor pela patrocinadora. A patrocinadora participa com a contribuição básica para salários acima de certo limite. A Seguradora tem um programa de participação nos lucros, de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000. Uma provisão estimada foi constituída para fazer face aos pagamentos desse programa. As demais provisões trabalhistas, tais como férias, 13º salário e outras, são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor, e registradas segundo o regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários. Demais benefícios de curto prazo concedidos aos empregados são planos de saúde e odontológico, alimentação e seguro de vida, os quais são registrados na medida em que são incorridos. A remuneração global do pessoal-chave da administração em 2022 foi de R$ 3.874 (três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil reais). **e) Dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio:** De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo de 75% calculados sobre o lucro líquido ajustado do período. A Seguradora poderá a qualquer tempo levantar novas Demonstrações Financeiras em observância a qualquer determinação legal ou em razão de interesses societários, inclusive para deliberação de dividendos intermediários. As Seguradoras brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. Este valor de juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo. Os dividendos mínimos obrigatórios e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo ao final do exercício, sendo que o montante de dividendos acima do mínimo obrigatório é registrado na data de aprovação e mantido no patrimônio líquido. **f) Reconhecimento de receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e reportadas nas Demonstrações Financeiras dos períodos a que se referem. **g) Receita de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros (adicional de fracionamento) cobrados sobre os parcelamentos dos prêmios de seguro são apropriados ao resultado no prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. **h) Imposto de renda e contribuição social:** O resultado com imposto de renda e contribuição social é composta por dois itens: o corrente e o diferido. O corrente é o imposto a pagar ou a recuperar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. O diferido corresponde às diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados e consiste em provisões e despesas, que não são dedutíveis para fins fiscais, nos termos da legislação tributária, no mesmo período do registro contábil. Os créditos decorrentes das diferenças tributárias são reconhecidos quando há expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras, conforme estudo técnico mantido pela Seguradora. O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real tributável acima de R$ 240 mil ao ano, e a Contribuição Social calculada à alíquota de 15%, conforme a legislação vigente. Em 28/04/2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115, convertida pela Lei nº 14.446/2022, que alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas de seguros privados, de 15% para 16%, com eficácia para o período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. As contribuições para o PIS e para a COFINS são calculadas sobre as receitas de prêmios e receitas financeiras dos ativos financeiros vinculados à cobertura das provisões técnicas, às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Nota 4 - Pronunciamentos e leis recentemente emitidos

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB e no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão com os seguintes status: • CPC 48 – Substitui o CPC 38 estabelecendo novos princípios sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros (ativos e passivos). A norma será aplicável à partir de 2024; e • CPC 50 – Substitui o CPC 11 sobre contratos de seguro. A norma será aplicável quando referendada pela SUSEP.

Nota 5 - Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas, julgamentos e premissas adotadas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os principais componentes em que a Administração exerce o julgamento e utiliza estimativas são: • Contratos de seguros e resseguros (Nota 3 d.7); • Ativos financeiros (Nota 7); • Créditos tributários (Nota 11); • Provisões Judiciais (Nota 12) • Provisões técnicas (Nota 17); e • Prêmios a receber - Redução ao valor recuperável - *Impairment* (Nota 8.1).

Nota 6 - Gerenciamento de riscos

A XS3 Seguros S.A. possui atividades coordenadas para identificar, avaliar, mensurar, tratar e monitorar os riscos, tendo por base a adequada compreensão dos tipos de risco, de suas características e interdependências, das fontes de riscos e de seu potencial impacto sobre o negócio. Sua estrutura organizacional contempla diversos Comitês, inclusive o próprio Comitê de Riscos e Compliance e áreas focadas em auxiliar a sua primeira linha, a assegurar o alcance dos objetivos estratégicos, operacionais e de conformidade legal, além da confiabilidade das informações financeiras. A estratégia de gestão de riscos da XS3 Seguros S.A. está integrada com a sua estratégia geral, no sentido da identificação de riscos com impacto significativo nos seus objetivos, e de suas consequentes respostas. A XS3 Seguros S.A. está exposta a uma série de riscos relacionados à sua atividade, incluindo os riscos de subscrição, mercado, crédito, operacional e liquidez. A XS3 Seguros S.A. atua fortemente para o adequado gerenciamento destes riscos por meio de metodologias, processos, políticas e controles.

a) Concentração de risco por região: **Prêmios Emitidos - 01/01/2022 a 31/12/2022**

Ramos agrupados	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Total
Residencial	292.774	140.561	95.307	36.861	133.167	**698.670**
Habitacional	875	–	414.017	–	–	**414.892**
	293.649	**140.561**	**509.324**	**36.861**	**133.167**	**1.113.562**

Prêmios Emitidos - 01/01/2021 a 12/12/2021

Ramos agrupados	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Total
Residencial	245.345	118.931	59.190	28.164	110.268	**561.898**
Habitacional	1.607	–	96.307	–	–	**97.914**
	246.952	**118.931**	**155.497**	**28.164**	**110.268**	**659.812**

Os riscos são subscritos com base na proposta de seguros que contém todos os dados relevantes para aceitação e precificação do risco. As políticas e procedimentos de subscrição definem as diretrizes e regras de alçadas de aprovação, conforme discriminação de papéis e responsabilidades, considerando os níveis de autoridade individuais e de acordo com os departamentos responsáveis. Os procedimentos utilizados, conforme Manuais Operacionais, estão sujeitos às leis e aos regulamentos instituídos pelos órgãos fiscalizadores e reguladores do mercado segurador brasileiro, bem como aos códigos civil, comercial e de defesa do consumidor. Já a gestão do risco de seguro para fins de análise de sensibilidade ocorre pela segmentação em Residencial e Habitacional. A análise de sensibilidade dos principais segmentos permite avaliar os impactos de alterações em variáveis de risco relevantes, com o objetivo de verificar seus efeitos sobre o resultado e o patrimônio líquido. Para isso, a Seguradora estima um aumento ou uma redução de 5% dos montantes totais pagos em indenizações e em despesas com sinistros. A seleção destas duas variáveis ocorre pois entende-se que tanto a sinistralidade quanto as despesas com sinistros são relevantes e estão sujeitas a oscilação. **Segmento Residencial:** No seguro Residencial, as análises utilizadas no gerenciamento do risco de subscrição buscam tarifar de maneira justa, por tipo de risco, considerando o custo médio e a frequência de sinistro por região, imóvel e perfil do segurado. Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

Impacto no resultado e no patrimônio líquido		31/12/2022
Premissas atuariais	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(1.366)	(1.366)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	1.366	1.366
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(46)	(46)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	46	46

Impacto no resultado e no patrimônio líquido		31/12/2021
Premissas atuariais	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(599)	(599)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	599	599
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(6)	(6)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	6	6

Segmento Habitacional: No seguro Habitacional, as análises utilizadas no gerenciamento do risco de subscrição buscam tarifar de maneira justa, por tipo de risco, considerando custo médio e frequência de sinistro por região, imóvel e perfil do segurado. Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

Impacto no resultado e no patrimônio líquido		31/12/2022
Premissas atuariais	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(2.375)	(2.375)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	2.375	2.375
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(11)	(11)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	11	11

Impacto no resultado e no patrimônio líquido		31/12/2021
Premissas atuariais	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(420)	(420)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	420	420
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(19)	(19)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	19	19

Risco de subscrição, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional: **Risco de Subscrição:** A XS3 Seguros S.A. define o risco de subscrição como sendo o risco de ocorrência de perdas que contrariem as suas expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o seu patrimônio decorrente de uma possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. O risco de subscrição pode ser subdividido em 3 riscos, sendo eles: **a) Risco de Prêmios,** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento dos sinistros que ainda vão ocorrer naqueles compromissos já assumidos; **b) Risco de Provisão,** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões técnicas para fazer frente ao dispêndio financeiro com pagamentos dos sinistros já ocorridos; e **c) Risco de Retenção**, gerado a partir da exposição a riscos individuais com Valor em Risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. **Risco de Mercado:** O risco de mercado decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos da Seguradora. A carteira de investimentos da Seguradora em 31 de dezembro de 2022 (data-base do cálculo do capital de risco de mercado) estava alocada majoritariamente em títulos públicos federais apresentando baixa exposição ao risco de mercado e fundos de investimento de renda fixa cujas carteiras estão alocadas também majoritariamente em títulos públicos federais. A gestão dos investimentos da Seguradora é realizada em consonância com a legislação vigente (Resolução nº 4.993/2022 do Conselho Monetário Nacional), sendo o perfil da carteira de baixa exposição ao risco. **Risco de Crédito:** A XS3 Seguros S.A. entende o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador. Assim, para um contrato de seguro, o risco de crédito inclui o risco de que a Seguradora venha a incorrer em perda financeira devido ao não cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato, por insolvência ou falta de liquidez das resseguradoras, segurados e emissores de ativos financeiros. I - Resseguradores: As operações de resseguro são controladas por meio de política interna. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente o item "classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco". As operações de prêmios emitidos de resseguros estão representadas basicamente pelos resseguradores IRB, Hannover, Swiss RE, Austral RE, Navigators Insurance Company, Partner Re, AXA XL e Liberty. A Seguradora não possui valores a receber de resseguradores em 31 de dezembro de 2022. II - Prêmios a receber: Para o risco de crédito decorrente dos prêmios vencidos, a XS3 Seguros S.A. considera baixo, uma vez que os casos com pagamento de cobertura inadimplentes, segundo a regulamentação brasileira, podem ser cancelados. Para uma visão detalhada da exposição ao risco de prêmios a serem recebidos consultar Nota 3 (b) - *Impairment* e Nota 8.1 - Prêmios a receber. III - Aplicações: A XS3 Seguros S.A. possui majoritariamente exposição ao risco de crédito soberano, decorrente de alocações em títulos públicos federais, seja na sua própria carteira ou por meio de fundos de investimento. **Risco de Liquidez:** A XS3 Seguros S.A. identifica o risco de liquidez como a possibilidade da Seguradora não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de maneira contínua a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, frente ao fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros. Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de maneira parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco leva em consideração os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado em controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em fundos de investimento cujas carteiras são compostas por títulos públicos em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, a XS3 Seguros S.A. efetua um constante monitoramento das condições de solvência e liquidez de suas operações de seguros. **Risco Operacional:** O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. XS3 Seguros S.A. classifica internamente seus eventos de risco operacional em: • Fraude interna; • Fraude externa; • Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; • Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; • Danos a ativos físicos próprios ou em uso; • Interrupção das atividades; • Falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e • Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades. Ações relacionadas à prevenção de fraudes são conduzidas por área específica. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados no comitê de riscos e comitê de integridade e ética. A XS3 Seguros S.A. possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades bem definidos de modo a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão de riscos executada de maneira descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos e *compliance*, por meio de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

Nota 7 - Instrumentos financeiros ao valor justo

a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Título	Saldo em 31/12/2021	Aplicação	Resgate	Rendimento	IOF	Saldo em 31/12/2022
FI Caixa XS3 RF RT (Restec)	153.171	16.650	(7.266)	18.293	–	180.848
FI Caixa Topázio Corporativo RF	102.233	40.076	(149.058)	6.749	–	–
FI Caixa FIC RF Movimentações Automáticas	1.108	495.766	(495.475)	289	(234)	1.454
FI Caixa FI Diamante Corp. RF CP	80.864	695.492	(736.823)	17.441	–	56.975
FI Santander Reserva Técnica RF Referenciado DI FI (Restec)	2.836	14.196	(17.478)	446	–	–
FI Caixa FIC Patrimônio Ind. Preços RF	–	50.752	(31.146)	1.621	–	21.227
FI BB Institucional RF	–	16.967	(17.312)	345	–	–
FI BB IMA B5+ (Restec)	–	1.500	(1.501)	1	–	–
FI BB IMA B (Restec)	–	1.500	(1.515)	15	–	–
FI Caixa Performance IMA-B	–	12.245	(11.650)	(64)	(2)	529
FI Santander RF CP Crescimento Institucional FI	–	47.762	–	2.320	–	50.082
FI BB RF Ativa Plus	–	12.896	–	870	–	13.766
FI BB RF Corp. Cred. Priv.	–	38.920	–	1.595	–	40.514
FI CEF Plus Quali Multi	–	17.500	(18.301)	801	–	–
FI XPA Portfólio Institucional	–	2.500	–	60	–	2.560
FI XP Reserva Técnica FIRF (Restec)	–	27.500	–	575	–	28.075
FI CEF Plus Qualificado RF CP	–	18.301	–	102	–	18.403
LFT (Carteira própria)	20.400	290.528	–	15.013	–	325.941
LTN (Carteira própria)	27.026	60.474	(48.701)	4.664	–	43.463
NTN-B (Carteira própria)	–	21.803	(2.043)	305	–	20.065
Totais acumulados	**387.638**	**1.883.328**	**(1.538.269)**	**71.441**	**(236)**	**803.902**
Vinculadas à cobertura de provisões técnicas (Nota 17.2)	346.088					598.393
Não vinculadas à cobertura de provisões técnicas	41.550					205.509

Para a parte da carteira composta por Fundos de Investimento, não há vencimento e os saldos apresentados já estão a valor de mercado (valor justo). Abaixo segue o detalhamento dos Fundos de Investimento, apresentados na mesma ordem do quadro anterior: **• Caixa FI XS3 Renda Fixa RF -** Fundo exclusivo cuja carteira é composta por títulos de renda fixa públicos federais e compromissadas de títulos públicos federais, excluindo-se estratégias que impliquem em assunção de risco de oscilações de moeda estrangeira, renda variável ou derivativos. A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 99,49% do CDI (99,03% do CDI em 2021). A primeira alocação do fundo ocorreu em 30/03/2021. **• Caixa FIC Topázio Corporativo RF -** Fundo aberto e não exclusivo, cujo mandato contempla a alocação em títulos públicos federais. A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 101,19% do CDI (101,07% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 11/03/2021 e a posição foi liquidada em 10/08/2022. **• Caixa FIC RF Movimentações Automáticas -** Fundo aberto e não exclusivo, referenciado a variação do CDI, utilizado para a zeragem diária de caixa (fundo de aplicação e resgate automáticos). A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 83,47% do CDI (78,07% do CDI em 2021). **• Caixa FIC Diamante RF CP -** Fundo aberto e não exclusivo cujo mandato contempla a alocação em títulos públicos federais e em crédito privado de baixo risco (estratégia high-grade), apresentando características conservadoras quanto à diversificação de tomadores, setores da economia e instrumentos, excluídas estratégias que impliquem em assunção de risco de oscilações de moeda estrangeira e renda variável. A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 105,87% do CDI (105,82% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 26/11/2021. **• Santander Reserva Técnica RF Referenciado DI FI -** Fundo aberto e não exclusivo que busca acompanhar a variação do CDI, cuja carteira é composta por títulos públicos federais. A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 100,08% do CDI (97,96% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 15/12/2021 e a posição foi liquidada em 03/06/2022. **• Caixa FIC Patrimônio Ind. Preços RF -** Fundo aberto e não exclusivo, com recursos alocados em ativos financeiros indexados a índices de preços, estando também sujeitos ao risco das variações das taxas de juros pós-fixadas e/ou prefixadas, e exposição ao risco de crédito privado de perfil conservador. A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 80,29% do CDI (54,06% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 04/02/2022. **• BB Institucional FI RF -** Fundo aberto e destinado a investidores institucionais, tem como meta superar o CDI anual com alocações de perfil conservador em títulos de renda fixa públicos federais. A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 102,67% do CDI (109,95% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 15/03/2022 e a posição foi liquidada em 13/06/2022. **• BB FI IMA B5+ -** Fundo aberto e destinado a investidores institucionais, tem como meta obter rentabilidade referenciada ao subíndice IMA B5+, composto por notas do tesouro nacional série B na proporção adequada ao atendimento do mandato do fundo. A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 24,00% do CDI (-153,40% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 07/04/2022 e a posição foi liquidada em 31/05/2022. **• BB FI IMA B -** Fundo aberto e destinado a investidores institucionais, tem como meta obter rentabilidade referenciada ao subíndice IMA B, composto por notas do tesouro nacional série B na proporção adequada ao atendimento do mandato do fundo. A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 49,22% do CDI (-34,16% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 07/04/2022 e a posição foi liquidada em 31/05/2022. **• Caixa Performance IMA-B -** Fundo aberto e não exclusivo, cujo mandato contempla a alocação em títulos públicos federais indexados ao IPCA, e tem como parâmetro de rentabilidade o Índice de Mercado ANBIMA série B - IMA-B. A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 43,36% do CDI (-47,05% do CDI em 2021). A primeira alocação do fundo ocorreu em 03/05/2022. **• Santander RF CP Crescimento Institucional FI -** Fundo aberto e não exclusivo cujo mandato contempla a aplicação preponderantemente em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa disponíveis nos mercados financeiro e de capitais em geral, atrelados à variação das taxas de juros, prefixadas ou pós-fixadas e/ou de índices de preços. Investe em títulos de crédito privado de perfil conservador (baixo risco de crédito), excluindo-se estratégias que impliquem em assunção de risco de oscilações de moeda estrangeira e renda variável. A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 109,19% do CDI (135,52% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 03/06/2022. **• BB FI RF Ativa Plus -** Fundo aberto e não exclusivo, tem como objetivo de superar o CDI no médio e longo prazo, através de atuação ativa nos mercados de renda fixa, buscando aferir ganhos a partir de posicionamentos nas estruturas de juros, nominal ou real, e em operações de inflação implícita, com gestão ágil, alternando entre estratégias estruturais de médio prazo ou operações táticas de curto prazo, com riscos controlados, adequados para perfis de médio risco. O fundo foi criado em 07/02/2022 e a rentabilidade do fundo em 2022 foi de 100,51% do CDI. A primeira alocação no fundo ocorreu em 26/05/2022. **• BB FI RF Corporate CP -** Fundo aberto e não exclusivo que aloca seus recursos em carteira composta por títulos de renda fixa públicos federais e títulos privados, que apresentem prazo médio de carteira superior a 365 dias. Os ativos serão indexados à taxa de juros doméstica, a índices de preços ou ambos, excluindo-se estratégias que impliquem em assunção de risco de oscilações de moeda estrangeira e renda variável ou alavancagem. A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 105,01% do CDI (120,00% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 26/05/2022. **• Caixa FI Plus Qualificado Multimercado CP -** Fundo aberto e não exclusivo, busca rentabilidade que supere a variação do CDI por meio da alocação de recursos em uma carteira diversificada de ativos financeiros, possuindo posições em títulos de renda fixa públicos federais e em títulos provados. Não possui exposição a risco cambial ou renda variável. A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 106% do CDI (125,5% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 06/07/2022 e a posição foi liquidada em 16/12/2022. **• XP Portfólio Institucional Multimercado CP -** Fundo aberto e destinado a investidores institucionais, é uma solução de investimento que aloca em uma carteira diversificada de fundos de crédito que incorporam fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) em seu processo de investimento. A seleção dos gestores é feita a partir de processo proprietário de diligência e rating de gestores que estão em diferentes estágios da jornada de incorporação ASG. O fundo foi criado em 28/07/2022 e a rentabilidade do fundo em 2022 foi de 103,77% do CDI. A primeira alocação no fundo ocorreu em 19/09/2022. **• XP FI Reserva Técnica RF -** Fundo aberto e destinado exclusivamente a investidores institucionais, é um fundo de renda fixa com gestão ativa e estratégia juros ativo, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos de renda fixa públicos federais, podendo atuar com posições atreladas a taxas de juros pós, prefixadas ou índices de inflação no mercado brasileiro. O fundo foi criado em 18/02/2021 e a rentabilidade do fundo em 2022 foi de 104,89% do CDI. A primeira alocação no fundo ocorreu em 16/09/2022. **• Caixa FI Qualificado RF CP -** Fundo aberto e não exclusivo, tem o objetivo de alocar recursos em carteira de ativos financeiros, públicos ou privados, indexados a taxas pós-fixadas, prefixadas, e/ou índices de preços. O Fundo deverá manter, direta ou indiretamente, no mínimo 80% de seu patrimônio líquido aplicado em ativos financeiros de baixo risco de crédito. A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 105,70% do CDI (110,40% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 16/12/2022. As alocações consideram as seguintes avaliações em relação aos gestores: **• Caixa DTVM:** Relatório emitido em 29/07/2022 pela FitchRatings considerou o rating de qualidade de gestão de investimentos como "Excelente", com perspectiva estável (IMQR). **• BB Gestão de Recursos DTVM:** Relatório emitido em 13/09/2022 pela FitchRatings considerou o *rating* de qualidade de gestão de investimentos como "Excelente", com perspectiva estável (IMQR). **• Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.:** Relatório emitido em 17/11/2022 pela Moody´s Brasil considerou a qualidade do gestor de investimentos como "Excelente" (MQ1.br). **• XP Gestão de Recursos, XP Advisory Gestão de Recursos, XP Allocation Asset Management e XP Vista Asset Management:** Relatório emitido em 28/11/2022 pela Moody´s Brasil considerou a qualidade do gestor de investimentos como "Excelente" (MQ1.br). As LTNs têm seus vencimentos entre 2022 e 2024, as LFTs de 2023 a 2028 e as NTNs de 2023 a 2024:

Título	Vencimento	Valor de Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Mercado/contábil
LFT	set-23	5.465	1	5.466
LFT	mar-24	2.270	2	2.272
LFT	set-24	11.988	15	12.003
LFT	mar-25	14.663	22	14.685
LFT	set-25	16.861	27	16.888
LFT	mar-26	19.708	23	19.731
LFT	set-26	21.237	30	21.267
LFT	mar-27	15.506	11	15.517
LFT	set-27	43.486	(16)	43.470
LFT	mar-28	45.840	2	45.842
LFT	set-28	65.149	(29)	65.120
LFT	mar-29	63.681	(1)	63.680
Total		**325.854**	**87**	**325.941**
Título	**Vencimento**	**Valor de Curva**	**Ajuste a Valor de Mercado**	**Valor Mercado/contábil**
LTN	jan-23	4.778	(1)	4.777
LTN	abr-23	4.040	(2)	4.038
LTN	jul-23	3.558	4	3.562
LTN	out-23	5.221	8	5.229
LTN	jan-24	7.325	(8)	7.317
LTN	abr-24	6.857	17	6.874
LTN	jul-24	6.396	–	6.396
LTN	out-24	2.103	–	2.103
LTN	jan-25	1.062	6	1.068
LTN	jul-25	1.051	(1)	1.050
LTN	jan-26	1.051	(2)	1.049
Total		**43.442**	**21**	**43.463**
Título	**Vencimento**	**Valor de Curva**	**Ajuste a Valor de Mercado**	**Valor Mercado/contábil**
NTNB	mai-23	5.879	16	5.895
NTNB	ago-24	7.044	(14)	7.030
NTNB	mai-25	3.113	8	3.121
NTNB	ago-26	2.004	1	2.005
NTNB	mai-27	2.002	12	2.014
Total		**20.042**	**23**	**20.065**

b) Hierarquia do valor justo: Atualmente os Instrumentos Financeiros da Seguradora, representados por cotas de fundos de investimento e títulos públicos (Nota 7 (a)) estão classificados no Nível 1 na hierarquia de valor justo, ou seja, preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nota 8 - Operações com seguros

8.1 Prêmios a Receber: **31/12/2022**

	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Residencial	99.162	(155)	99.007
Habitacional	51.963	–	51.963
	151.125	**(155)**	**150.970**
Circulante			134.994
Não Circulante			15.976

31/12/2021

	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Residencial	71.751	(56)	71.695
Habitacional	21.679	–	21.679
	93.430	**(56)**	**93.374**
Circulante			78.933
Não Circulante			14.441

8.1.1 Composição quanto ao prazo de vencimento:	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	148.900	92.334
Vencidos até 30 dias	652	670
Vencidos de 31 a 60 dias	114	135
Vencidos de 61 a 90 dias	109	91
Vencidos de 91 a 120 dias	86	68
Vencidos há mais de 120 dias	1.264	132
	151.125	**93.430**
Redução ao valor recuperável	(155)	(56)
	150.970	**93.374**

8.1.2 Movimentação dos prêmios a receber:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	**93.374**	**–**
(+) Prêmios emitidos	1.166.619	681.392
(–) Prêmios cancelados/restituídos	(55.563)	(28.982)
(–) Recebimentos	(1.102.151)	(594.958)
(+) IOF	46.284	28.576
(+/–) Riscos vigentes não emitidos - RVNE	2.506	7.402
(+/–) Redução ao valor recuperável	(99)	(56)
Saldo no final do período	**150.970**	**93.374**

8.1.3 Prazo médio de parcelamento em meses:

	31/12/2022	31/12/2021
Residencial	18	17
Habitacional	1	1

O Seguro Habitacional tem por característica a emissão mensal, ou seja, não há parcelamento.

8.2 Outros créditos operacionais:

	31/12/2022	31/12/2021
Corretores - Comissão antecipada	21.055	14.730
Corretores - Comissão a recuperar	764	217
Outros créditos - Cobrança	4.043	4.840
Outros créditos	3.257	5.913
	29.119	**25.700**
Circulante	29.119	25.700
Não Circulante	–	–

8.3 Corretores de seguros e resseguros:

	31/12/2022	31/12/2021
Comissões sobre prêmios - direto	41.032	48.071
Comissões sobre prêmios - estimado	554	357
Comissões sobre prêmios - RVNE	2.507	1.961
	44.093	**50.389**
Circulante	40.344	47.002
Não Circulante	3.749	3.387

Nota 9 - Ativos de Resseguro - Provisões técnicas

Os ativos de resseguro - provisões técnicas em 31 de dezembro de 2022 são compostos pela PPNG de resseguro.

	PPNG	
	31/12/2022	31/12/2021
Residencial	3.423	1.037
Habitacional	680	–
	4.103	**1.037**
Circulante	3.467	1.037
Não Circulante	636	–

continua

XS3 SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 38.155.802/0001-43

CAIXA Residencial

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

Nota 10 - Títulos e Créditos a Receber

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos tributários e previdenciários (nota 10.1)	4.769	28.806
Outros créditos	–	53
	4.769	**28.859**

10.1 Créditos tributários e previdenciários:	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda - Prejuízo fiscal	–	15.664
Contribuição social - base negativa	–	9.482
Imposto de renda e contribuição social diferidos - (diferenças temporárias)	4.729	3.620
Impostos retidos	40	40
	4.769	**28.806**
Circulante	4.769	28.806

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa, respectivamente, apresentados em 2021, visto que a operação estava em fase inicial. Os saldos foram integralmente compensados no segundo semestre de 2022.

Nota 11 - Tributos

a) Incidência sobre o resultado - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Valores apresentados na demonstração do resultado:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL sobre resultado	(138.810)	28.766
Total de Impostos	**(138.810)**	**28.766**

I. Conciliação dos encargos com IRPJ e CSLL na demonstração do resultado:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
I) Resultado antes de IRPJ, CSLL e participações	**340.088**	**(73.311)**
IRPJ (15% + adicional de 10% acima de R$ 240 mil por ano)	(85.942)	17.826
CSLL (alíquota de 15% com aumento de 1% a partir de agosto/22)	(52.868)	10.940
IRPJ e CSLL (*)	(138.810)	28.766
Alíquota efetiva	40,82%	39,24%

(*) A compensação do prejuízo fiscal e base negativa do ano de 2021, ocorreu na totalidade no ano de 2022.

b) Incidência sobre o faturamento - Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): O PIS - Programa de Integração Social e a COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social são calculados sobre as receitas de prêmios (reduzida pelos sinistros pagos) e receitas financeiras vinculadas, às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas operacionais + rendimentos financeiros	**924.043**	**267.957**
PIS (0,65%)/COFINS (4,0%)	(42.968)	(12.460)
Despesa tributária	**(42.968)**	**(12.460)**

Nota 12 - Provisões judiciais

A composição das provisões judiciais e suas respectivas movimentações estão demonstradas a seguir:

Provisões	Processos Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	–
Movimentação do período refletida no Resultado	**78**	**78**
Constituição/Atualização	78	78
Pagamentos	**(16)**	**(16)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**62**	**62**

A distribuição das provisões judiciais está demonstrada a seguir:

31/12/2022 Probabilidade de perda	Quantidade	Valor provisionado
Provável	14	62
Possível	136	–
Remota	7	–
	157	**62**

Provisões judiciais - Ação Cível Pública - Exploração de Sal Gema - Maceió. Ação promovida pela Defensoria Pública da União ("DPU") em face da Caixa Econômica Federal e das seguradoras: XS3 Seguros, Tokio Marine, Too Seguros e American Life, além da SUSEP e da empresa Braskem. Quanto à XS3 Seguros, a demanda foi classificada como cível não relacionada a sinistros, nem com a operação de seguros. Contestam, em especial, os critérios técnicos de subscrição de risco para a região que sofre com os impactos da extração de sal gema efetuado ao longo dos anos pela Braskem. Considerando a fase em que o processo se encontra e tendo em vista o indeferimento do pedido liminar suscitado pela DPU (ainda objeto de recursos), somado ao ineditismo do tema discutido, foi considerado o valor em risco de R$ 420 mil, com probabilidade de perda classificada como possível e não sendo reconhecido passivo no balanço da seguradora. A evolução processual remeterá a reanálises futuras para eventual adequação do valor em risco e classificação do prognóstico de perda. A Seguradora não possui na data-base do balanço causas trabalhistas ou fiscais.

Nota 13 - Custos de aquisição diferidos

Composição dos saldos:	31/12/2022 Comissão	31/12/2021 Comissão
Residencial	203.498	136.219
Habitacional	–	–
Total	**203.498**	**136.219**
Circulante	135.367	93.169
Não Circulante	68.131	43.050

Os custos de aquisição diferidos referem-se a comissões das apólices do ramo residencial, apropriadas pela vigência do risco em 12, 24 ou 36 meses, sendo a média da carteira em 19 meses.

Movimentação dos saldos:	Comissão
Saldo em 31 de dezembro de 2020	–
Constituições	215.029
Apropriação ao resultado	(78.810)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**136.219**
Constituições	327.046
Apropriação ao resultado	(259.767)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**203.498**

Nota 14 - Imobilizado

Compreendem benfeitorias, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

	31/12/2021	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2022	Taxa de depreciação ao ano %
Equipamentos	–	65	–	(1)	64	10%
Móveis, Máquinas e Utensílios	228	517	–	(23)	722	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	193	500	–	(73)	620	10%
Total	**421**	**1.082**	**–**	**(97)**	**1.406**	

	31/12/2020	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2021	Taxa de depreciação ao ano %
Equipamentos	–	–	–	–	–	10%
Móveis, Máquinas e Utensílios	–	230	–	(2)	228	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	–	195	–	(2)	193	10%
Total	**–**	**425**	**–**	**(4)**	**421**	

Nota 15 - Intangível

	31/12/2021	Aquisições	Baixas	Despesa de amortização	31/12/2022	Custo	Amortização acumulada	Taxa anual de amortização - %
Outros Intangíveis								
Canal de Distribuição - Caixa	1.444.000	–	–	(76.000)	1.368.000	1.520.000	(152.000)	5
Softwares (**)	–	56.492	–	(8.696)	47.796	56.492	(8.696)	(**)
	1.444.000	**56.492**	**–**	**(84.696)**	**1.415.796**	**1.576.492**	**(160.696)**	

	31/12/2020	Aquisições	Baixas	Despesa de amortização	31/12/2021	Custo	Amortização acumulada	Taxa anual de amortização - %
Outros Intangíveis								
Canal de Distribuição - Caixa (*)	–	1.520.000	–	(76.000)	1.444.000	1.520.000	(76.000)	5
	–	**1.520.000**	**–**	**(76.000)**	**1.444.000**	**1.520.000**	**(76.000)**	

(*) Conforme demonstrado na Nota 1a) o valor pago como parte do acordo para exploração do balcão (canal de distribuição Caixa) está sendo amortizado linearmente a partir de janeiro de 2021 pelo prazo de 20 anos. (**) Em 2022 ocorreu a internalização dos serviços de tecnologia de informação que anteriormente eram prestados no contexto do "BPO" (Vide nota 19). A amortização dos softwares é calculada com base nas vidas úteis e prazos de licenças individuais de cada contrato.

Nota 16 - Contas a pagar

16.1 Obrigações a pagar:	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores (*)	48.702	7.517
Gratificações/Participação nos lucros a pagar	4.192	3.322
Benefícios a empregados	1.658	1.381
Dividendos a pagar	117.558	1.381
Outros	3.517	–
	175.627	**12.220**
Circulante	175.627	12.220

(*) Variação principalmente pelo reconhecimento do Intangível de TI decorrente da internalização do BPO (vide nota 15).

16.2 Impostos e encargos sociais a recolher:	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido na fonte	910	1.554
Imposto sobre serviço	321	323
IOF sobre prêmios de seguros	7.719	6.533
Contribuições previdenciárias	798	671
Outros	133	310
	9.881	**9.391**
Circulante	9.881	9.391

16.3 Impostos e Contribuições:	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido na fonte	8.819	–
Imposto sobre serviço	5.632	–
IOF sobre prêmios de seguros	4.607	2.408
	19.058	**2.408**
Circulante	19.058	2.408

Nota 17 - Provisões técnicas e necessidade de cobertura

17.1 Provisões técnicas:

	PPNG 31/12/2022	PSL 31/12/2022	IBNR 31/12/2022	Outras (*) 31/12/2022	Total 31/12/2022
Residencial	583.161	6.547	5.785	2.929	598.422
Habitacional	–	27.156	29.317	1.495	57.968
	583.161	**33.703**	**35.102**	**4.424**	**656.390**
Circulante					**461.379**
Não circulante					**195.011**

	PPNG 31/12/2021	PSL 31/12/2021	IBNR 31/12/2021	Outras (*) 31/12/2021	Total 31/12/2021
Residencial	391.052	6.176	3.869	7.812	408.909
Habitacional	–	3.510	7.204	2.952	13.666
	391.052	**9.686**	**11.073**	**10.764**	**422.575**
Circulante					**299.014**
Não circulante					**123.561**

(*) Outras Provisões - Contempla PDR - Provisão para despesas relacionadas a sinistros (Assistência 24 horas) e IBNR da PDR. A movimentação das provisões técnicas está assim representada:

	PPNG	PSL	IBNR	Outras	Total
Saldo em 31/12/2021	**391.052**	**9.686**	**11.073**	**10.764**	**422.575**
Constituição de provisões	269.361	–	241.184	48.500	**559.045**
Reversões de provisões	(77.252)	–	(217.155)	(54.048)	**(348.455)**
Aviso de sinistros	–	75.061	–	277	**75.338**
Pagamento de sinistros	–	(51.044)	–	(1.069)	**(52.113)**
Saldo em 31/12/2022	**583.161**	**33.703**	**35.102**	**4.424**	**656.390**

	PPNG	PSL	IBNR	Outras	Total
Saldo em 31/12/2020	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Constituição de provisões	561.898	–	11.073	22.184	**595.155**
Reversões de provisões	(170.846)	–	–	–	**(170.846)**
Aviso de sinistros	–	20.392	–	–	**20.392**
Pagamento de sinistros	–	(10.706)	–	(11.420)	**(22.126)**
Saldo em 31/12/2021	**391.052**	**9.686**	**11.073**	**10.764**	**422.575**

17.2 Cobertura das provisões técnicas:	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	583.161	391.052
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	33.703	9.686
Provisão de sinistros sobre eventos ocorridos, mas não avisados (IBNR)	35.102	11.073
Outras provisões	4.424	10.764
Provisões técnicas - seguros (Nota 17.1)	**656.390**	**422.575**
(–) Direitos creditórios	(45.000)	(50.000)
(–) DCD redutora	(110.000)	(70.000)
Ativos redutores	**(155.000)**	**(120.000)**
Total a ser coberto	**501.390**	**302.575**
Ativos vinculados Investimentos em títulos e valores mobiliários (Nota 7)	598.393	346.088
Excesso de cobertura (Nota 18)	**97.003**	**43.513**

17.3 Desenvolvimento de sinistros: As tabelas abaixo apresentam a evolução acumulada Bruta e Líquida de Resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente. O objetivo destas tabelas é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

a) Desenvolvimento de sinistros judiciais - valores brutos de resseguros:

Ano de ocorrência	2021	2022	31/12/2022 Total
Estimativa dos custos de sinistros			
No ano da ocorrência	4	435	–
1 ano após	750	–	–
Posição incorrida	**750**	**435**	**1.185**
Pagamentos acumulados			
No ano da ocorrência	–	(20)	–
1 ano após	(5)	–	–
Total de pagos	**(5)**	**(20)**	**(25)**
Diferença entre estimativa inicial e final (R$ mil)	**(746)**	**–**	**–**
Passivo reconhecido no balanço	**745**	**415**	**1.160**

b) Desenvolvimento de sinistros judiciais - valores líquidos de resseguros:

Ano de ocorrência	2021	2022	31/12/2022 Total
Estimativa dos custos de sinistros			
No ano da ocorrência	4	435	–
1 ano após	750	–	–
Posição incorrida	**750**	**435**	**1.185**
Pagamentos acumulados			
No ano da ocorrência	–	(20)	–
1 ano após	(5)	–	–
Total de pagos	**(5)**	**(20)**	**(25)**
Diferença entre estimativa inicial e final (R$ mil)	(746)	–	–
Passivo reconhecido no balanço	**745**	**415**	**1.160**

c) Desenvolvimento de sinistros administrativos - valores brutos de resseguros:

Ano de ocorrência	2021	2022	31/12/2022 Total
Estimativa dos custos de sinistros			
No ano da ocorrência	20.388	71.329	–
1 ano após	22.939	–	–
Posição incorrida	**22.939**	**71.329**	**94.268**
Pagamentos acumulados			
No ano da ocorrência	(10.706)	(40.783)	–
1 ano após	(20.942)	–	–
Total de pagos	**(20.942)**	**(40.783)**	**(61.725)**
Diferença entre estimativa inicial e final (R$ mil)	(2.551)	–	–
Passivo reconhecido no balanço	**1.998**	**30.546**	**32.543**

d) Desenvolvimento de sinistros administrativos - valores líquidos de resseguros:

Ano de ocorrência	2021	2022	31/12/2022 Total
Estimativa dos custos de sinistros			
No ano da ocorrência	20.388	71.329	–
1 ano após	22.939	–	–
Posição incorrida	**22.939**	**71.329**	**94.268**
Pagamentos acumulados			
No ano da ocorrência	(10.706)	–	–
1 ano após	(20.942)	(40.783)	–
Total de pagos	**(20.942)**	**(40.738)**	**(61.725)**
Diferença entre estimativa inicial e final (R$ mil)	(2.551)	–	–
Passivo reconhecido no balanço	**1.998**	**30.546**	**32.543**

Nota 18 - Patrimônio líquido

a) Capital social: O Capital social, no montante de R$ 156.670 (cento e cinquenta e seis milhões, seiscentos e setenta mil reais), está dividido em 13.534 ações segregadas em 6.767 ordinárias (sendo 49,99% da Caixa Seguridade e 50,01% da Tokio Marine Seguradora) e 6.767 preferenciais (sendo 100% da Caixa Seguridade), representadas na forma escritural e sem valor nominal.

b) Adequação de capital: A seguir apresentamos os valores de: a) Patrimônio líquido ajustado (PLA); b) Capital base; c) Capital de risco, suas parcelas e o benefício da diversificação; d) Capital mínimo requerido (CMR); e) Suficiência de capital:

a) Patrimônio líquido ajustado (PLA):	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido	1.699.186	1.615.466
(–) Despesas antecipadas	(100)	(164)
(–) Ativos intangíveis	(1.415.796)	(1.444.000)
(–) Créditos tributários - prejuízo fiscal e base negativa	–	(25.146)
(–) Créditos tributários de diferenças temporárias (valor integral)	(4.729)	(3.620)
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 1	**278.561**	**142.537**
(+) Superávit de fluxos de prêmios não registrados no TAP (i)	59.926	24.068
(+) Superávit entre provisão e fluxo realista de prêmios registrado	92.372	64.369
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 2	**152.298**	**88.437**
(+) Créditos tributários de diferenças temporárias (limitado a 15% do CMR)	4.729	3.620
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 3	**4.729**	**3.620**
(–) Ajuste do excesso de PLA de Nível 2 e de Nível 3	**(48.204)**	**(31.737)**
(=) PLA total - soma dos Níveis 1 a 3 (–) Ajuste de excesso	**387.384**	**202.857**
b) Capital-base:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Capital-Base	**15.000**	**15.000**
c) Capital de risco:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Capital de risco de crédito	8.261	4.096
Capital de risco de subscrição	143.967	90.900
Capital de risco de mercado	114.857	52.120
Capital de risco operacional	8.079	2.979
Benefício da Diversificação	(57.518)	(29.456)
Capital de Risco	**217.646**	**120.639**
d) Capital Mínimo Requerido (CMR):	**31/12/2022**	**31/12/2021**
CMR = Maior entre Capital Base (b) e Capital de risco (c)	**217.646**	**120.639**

e) Suficiência de Capital:	31/12/2022	31/12/2021
Suficiência de Capital = PLA (–) CMR	**169.738**	**82.218**

(i) Refere-se a variações dos valores econômicos e sua apuração é realizada por meio de cálculos que consideram por base o TAP - Teste de Adequação de Passivos.

Nota 19 - Partes Relacionadas

Parte Relacionada	Descrição das despesas	Resultado 31/12/2022	Resultado 31/12/2021
Tokio Marine Seguradora S.A.	Despesas com implantação	–	20.128
Caixa Seguridade Participações S.A.	Despesas com implementação	–	1.809
Tokio Marine Seguradora S.A.	Despesas com instalações	55	468
Tokio Marine Serviços	Despesa BPO	51.243	38.622
XS6 Assistência	Despesa com serviço de assistência 24 horas	37.683	2.457
XS4 Capitalização	Título de capitalização	1.553	448
		90.534	**63.932**

Parte Relacionada	Descrição das despesas	Passivo 31/12/2022	Passivo 31/12/2021
Tokio Marine Seguradora S.A.	Despesas com implementação	–	–
Caixa Seguridade Participações S.A.	Despesas com implementação	–	–
Tokio Marine Seguradora S.A.	Despesas com instalações	–	–
Tokio Marine Serviços	Despesa BPO	4.631	6.231
XS6 Assistência	Despesa com serviço de assistência 24 horas	3.516	4.916
XS4 Capitalização	Título de capitalização	–	–
Tokio Marine Seguradora S.A.	Dividendo mínimo	29.390	–
Caixa Seguridade Participações S.A.	Dividendo mínimo	88.168	–
		125.705	**11.147**

As despesas com implantação referem-se a gastos com a estruturação da Seguradora em fase pré-operacional, reconhecidos no resultado em janeiro de 2021 após fechamento do acordo com a Tokio Marine (Nota 1). Despesas com instalações referem-se ao rateio de custos referentes à sublocação das instalações da XS3 Seguros, mediante a Tokio Marine. O BPO - *Business Process Outsourcing* refere-se a contrato de terceirização firmado com a Tokio Marine Serviços, para prestação dos serviços de T.I., atuária, resseguro, emissão de apólices, regulação de sinistros e *call center*. Durante o exercício de 2022 os serviços do BPO foram internalizados, sendo que em dezembro de 2022 restaram ativos no contrato somente alguns serviços de TI, relacionados às licenças de software de propriedade da Tokio Marine Seguradora S.A.. Adicionalmente, como partes relacionadas, consideramos a Caixa Econômica Federal em relação aos saldos dos fundos de investimento administrados pela Instituição financeira, detalhados na Nota 7, e a Caixa Vida e Previdência S.A. em relação ao plano de aposentadoria e o seguro de vida dos funcionários, detalhado na nota 3 d. 10). As comissões sobre prêmios remuneram a Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A. e estão divulgadas na Nota 1 a).

Nota 20 - Prêmios emitidos

Os prêmios de seguros emitidos líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres, dos principais grupos de ramos de seguros estão assim compostos:

	31/12/2022	31/12/2021
Residencial	698.670	561.898
Habitacional	414.892	97.914
	1.113.562	**659.812**

Nota 21 - Composição dos prêmios ganhos, sinistros ocorridos e custos de aquisição

	Prêmios ganhos 31/12/2022	Prêmios ganhos 31/12/2021	Sinistros ocorridos 31/12/2022	Sinistros ocorridos 31/12/2021	Custo de aquisição 31/12/2022	Custo de aquisição 31/12/2021
Residencial	506.560	170.846	68.857	35.190	176.808	59.239
Habitacional	414.893	97.914	68.394	18.553	82.959	19.571
	921.453	**268.760**	**137.251**	**53.743**	**259.767**	**78.810**

As apólices do ramo residencial possuem vigências de 12, 24 e 36 meses.

Percentuais de custo de aquisição e sinistralidade:

	31/12/2022 Sinistralidade	31/12/2022 Comissionamento	31/12/2021 Sinistralidade	31/12/2021 Comissionamento
Residencial	14%	35%	21%	35%
Habitacional	16%	20%	19%	20%
	15%	**28%**	**20%**	**30%**

21.1 Prêmios Ganhos:	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	1.166.618	681.392
Prêmios cancelados	(28.154)	(12.340)
Prêmios restituídos	(27.409)	(16.642)
Prêmios riscos vigentes não emitidos	2.507	7.402
Variação das provisões técnicas de prêmios	(192.109)	(391.052)
	921.453	**268.760**

21.2 Sinistros Ocorridos:	31/12/2022	31/12/2021
Indenizações avisadas	(74.830)	(20.392)
Provisão de despesas relacionadas	(1.011)	(108)
Ressarcimentos	(134)	–
Variação provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	(23.592)	(15.932)
Serviços de assistência	(37.684)	(17.311)
	(137.251)	**(53.743)**

21.3 Custos de Aquisição:	31/12/2022	31/12/2021
Comissão sobre prêmios	(327.000)	(215.029)
Outros custos de aquisição	(46)	–
Variação dos custos de aquisição diferidos	67.279	136.219
	(259.767)	**(78.810)**

Nota 22 - Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas operacionais de seguros	149	95
Despesas com cobrança	(4.862)	(3.456)
Despesa de redução ao valor recuperável	(1.434)	(56)
Despesas com provisões cíveis	(233)	(4)
Outras	(2.128)	(1.029)
	(8.508)	**(4.450)**

Nota 23 - Resultado com resseguro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com resseguro	**–**	**–**
Prêmios cedidos	(8.647)	(3.334)
Variação das despesas de resseguros	3.067	1.037
Despesas com resseguro	**(5.580)**	**(2.297)**

A Seguradora em 2022 mantém vigentes os contratos de resseguros com o IRB Brasil Re e Hannover Re, referentes a apólices emitidas em 2021 e ainda vigentes em 2022. Para as apólices emitidas em 2022, a Seguradora mantém vigentes contratos com as resseguradoras locais Austral, Swiss Re e AXA XL, com as resseguradoras admitidas Hannover Huck SE, Partner Re e com as resseguradoras eventuais Navigators Insurance Company e Liberty Mutual.

Nota 24 - Despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com administração/pessoal	(33.571)	(22.962)
Despesas com serviços técnicos de terceiros (*)	(73.322)	(102.650)
Despesas com amortização do intangível	(76.000)	(76.000)
Despesas com localização e funcionamento	(3.578)	(402)
Despesas com publicidade e propaganda	(1.531)	(439)
Taxa de fiscalização	(1.283)	(360)
Outras despesas administrativas	(1.952)	(185)
	(191.237)	**(202.998)**

(*) Em 2021 inclui despesas pré-operacionais no valor de R$ 21.937 mil.

Nota 25 - Despesas com tributos

	31/12/2022	31/12/2021
PIS	(6.001)	(1.742)
COFINS	(36.939)	(10.718)
Outras	(28)	–
	(42.968)	**(12.460)**

Nota 26 - Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com títulos de renda fixa	19.982	729
Receita com operações de seguros	1.770	781
Receita com fundos de investimento	51.459	11.492
Despesas com operações de seguros	(447)	(164)
Outras despesas	(548)	(151)
	72.216	**12.687**

Nota 27 - Outras Informações

Eventos Subsequentes: Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária: Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários nºs 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com seus assessores jurídicos os possíveis impactos dessa decisão do STF. Com base nessa avaliação e em consonância com o CPC-25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e com o CPC-24 Eventos Subsequentes, concluiu que a decisão não resulta em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Diretoria

Marco Antonio da Silva Barros - Diretor-Presidente
Roger Bohnenberger - Diretor Financeiro
Alexandre de Souza Vieira - Diretor Executivo
Daniel da Conceição Silva Ramos - Diretor Executivo
Laurindo Lourenço dos Anjos - Diretor Executivo
Milton Passaro Nogueira - Superintendente Financeiro

Contador

Eduardo Cícero de Sá - CRC-282797/O-4-SP

Atuária

Marina Helena Guerra da Costa - MIBA 1385

continua

CAIXA Residencial

XS3 SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 38.155.802/0001-43

continuação

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da XS3 Seguros S.A., em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o relatório da administração, as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. e o parecer dos atuários auditores independentes PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda., ambos datados de 27 de fevereiro de 2023, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício de 2022, este Conselho Fiscal opina favoravelmente, sem ressalvas, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

Luiz Pereira de Souza - Presidente
Jorge Andrade Costa - Membro Titular
Edson Leonardo Dalescio Sá Teles - Membro Titular
Renato de Lima França - Membro Titular

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas
XS3 Seguros S.A.
Escopo da Auditoria
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **XS3 Seguros S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
Responsabilidade da Administração
A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos Atuários Independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.
Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **XS3 Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
Outros Assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5, Edifício Adalmiro Dellape Baptista - B32
São Paulo - SP - Brasil 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

pwc

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Ilmos. Srs.
Membros do Conselho de Administração da XS3 Seguros S.A.
São Paulo - SP
O Comitê de Auditoria ("Comitê") da XS3 Seguros S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário, constituído em 04/01/2021, observando os termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Aprovado pelo Conselho de Administração em 28/06/2021, o Comitê é composto por 4 membros independentes e funciona em conformidade com o estatuto social da Companhia e seu regimento interno. Compete ao Comitê apoiar o Conselho de Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos (independentes) e da auditoria interna, e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia. O Comitê, ao longo do ano de 2022, realizou 12 reuniões ordinárias e 4 reuniões extraordinárias, desenvolvendo suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluíam: (i) reuniões com a alta administração e seus principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) acompanhamento e avaliação da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores externos; *(v)* avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos; e (vi) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.
A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - é da Administração da Companhia. Ainda, é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.
A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Seguradora.
O Comitê conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos e questionamentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, da ouvidoria, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas análises decorrentes de observação direta.
O Comitê realizou reuniões regulares com o Conselho de Administração, com o Diretor Presidente e com outros Diretores da Seguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.
O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O Comitê avaliou o plano de trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração. O Comitê acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados, e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O Comitê também avalia, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.
O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes sobre a aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e aprovadas pelo órgão regulador com relação às informações divulgadas.
O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a integridade de suas demonstrações financeiras.
Por fim, consideradas suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que autorize a emissão das demonstrações financeiras da XS3 Seguros S.A., auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

Leonardo Bordeaux Rêgo Machado
Presidente

Sergio Moreno Membro
José Manuel Matos Nicolau Membro
Eduardo Bona Safe de Matos Membro

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
XS3 Seguros S.A.
São Paulo - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da XS3 Seguros S.A. ('XS3 Seguros' ou 'Seguradora'), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Provisões técnicas de seguros (IBNR, PDR e TAP)
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3 (d.8) e 17, a XS3 Seguros registrou provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros, com destaques para: a Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), no montante de R$ 35 milhões, a Provisão para Despesas Relacionadas (PDR), no montante de R$ 4 milhões e para o Teste de adequação dos passivos (TAP), que nessa data-base não foi constatada insuficiência de provisão a ser constituída. Para mensuração do TAP, bem como do IBNR e da PDR, a Administração da Seguradora utilizou técnicas e métodos atuariais que envolvem um certo grau de julgamento na determinação de metodologias e premissas estatísticas e/ou atuariais que incluem, entre outras, o desenvolvimento de sinistros, estimativas correntes para fluxos de caixa futuros, além de critérios de agrupamento por similaridade de produtos e taxas de desconto.
Nesse sentido, tendo em vista a complexidade relacionada a essas estimativas, consideramos a avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros como um principal assunto de auditoria.
Resposta da auditoria ao assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) análise da integridade e consistência das bases de dados relativos aos prêmios emitidos e sinistros avisados; (ii) análise e teste documental, por amostragem, dos prêmios emitidos e prêmios recebidos; (iii) conciliação, por amostragem, dos dados dos avisos com as apólices; (iv) conciliação da Nota técnica atuarial com os saldos contábeis, bem como aprovação desta Nota técnica atuarial pelos representantes da Administração da Seguradora; (v) com o auxílio dos nossos especialistas atuariais, avaliamos a razoabilidade das metodologias e premissas atuariais utilizadas, bem como revisamos os cálculos efetuados de forma a concluirmos sobre a razoabilidade dos registros efetuados; (vi) avaliação, por especialista, da metodologia e resultados alcançados no Teste de Adequação dos Passivos.
Com base nas evidências obtidas, consideramos que a metodologia e as premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas são apropriadas e suficientes no contexto das demonstrações financeiras.
Ativo intangível - Canal de Distribuição - CAIXA
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1, 3 (d.2 e d.5) e 15, em 31 de dezembro de 2022, a Seguradora possui registrado em seu ativo intangível o montante de R$ 1.416 milhões que representam, majoritariamente, o direito ao acesso para exploração do canal de distribuição - CAIXA, para a comercialização de produtos de seguros dos ramos Habitacional e Residencial, até o ano 2040. A Administração da Seguradora definiu a amortização pelo método linear obedecendo o prazo de 20 anos.
Nesse sentido, considerando a capacidade e geração, até a presente data, dos benefícios econômicos futuros em montantes superiores aos orçados e, dessa forma, suficientes para recuperar seu valor contábil, a administração da Seguradora optou por realizar uma avaliação interna sobre indicadores de *impairment*, que indicou a inexistência de perda no valor recuperável do ativo, na data-base de 31 de dezembro de 2022.
Devido à relevância dos montantes envolvidos e a subjetividade inerente ao teste de indicadores de *impairment*, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.
Resposta da auditoria ao assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos aspectos contratuais e societários relacionados ao ativo intangível "Canal de distribuição - CAIXA" e que embasam o seu registro contábil; (ii) revisamos os cálculos de amortização do referido ativo, bem como a razoabilidade do método linear de amortização; (iii) avaliamos o teste de indicadores de *impairment* adotado pela Administração; (iv) avaliamos a adequação dos requerimentos de divulgação envolvendo o referido tema.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos apropriado o registro do ativo intangível em 31 de dezembro de 2022.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivermos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador - CRC 1 DF 015827/O-3

FJ PARTICIPAÇÕES S.A.

(em fase constituição)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1 DATA, HORA E LOCAL: No dia 31 de dezembro de 2022, às 10:00 horas, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Lorena, n° 1.858, 13° andar, apartamento 131, Cerqueira Cesar, CEP 01424-001. **2 PRESENÇA:** Reuniram-se em primeira convocação, nos termos do artigo 87 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"): **(i) José Sayeg Neto**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.799.922-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 333.079.558-10, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, nº 565, Apto. 31, Itaim Bibi, CEP 04542-011 ("**José**"); e **(ii) Flávia Mattar Sayeg Michaluá,** brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, publicitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 28.571.651-7 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 258.883.018-84, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Braz Cardoso, nº 563, Apto. 81, Vila Nova Conceição, CEP 04510-030 ("**Flávia**" e, em conjunto com José, os "**Acionistas**"). **3 COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Sr. **José Sayeg Neto;** e Secretária: Sr. **Flávia Mattar Sayeg Michaluá. 4 ORDEM DO DIA:** Apreciar e deliberar sobre: (i) a constituição da sociedade por ações de capital fechado, a ser denominada "**FJ Participações S.A.**" ("**Companhia**"), em decorrência da cisão parcial da **TRISUL PARTICIPAÇÕES S.A.;** (ii) a composição do capital social da Companhia, bem como a subscrição e integralização de ações representativas do capital social da Companhia pelos Acionistas; (iii) a aprovação do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação Sobre a Cisão Parcial da Trisul Participações S.A., com Versão do Acervo Líquido Cindido para a constituição da FJ Participações S.A. ("**Protocolo e Justificação**"); (iv) a ratificação da contratação da empresa **BRUNO DE MOURA ASSESSORIA CONTÁBIL S/S. LTDA.**, sociedade simples, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.499.255/0001-15 e no CRC-2SP024956/O-1, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Nelson de Godoi Pereira, nº 229, Tatuapé, CEP 03325-010 ("**Avaliadora**"), como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido para os fins da composição do patrimônio da Companhia em razão da cisão parcial ("**Laudo de Avaliação**"); (v) a aprovação do Laudo de Avaliação do acervo cindido a ser vertido ao patrimônio da Companhia; (vi) a aprovação do Estatuto Social da Companhia; (vii) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia e a fixação da remuneração global da administração da Companhia; e (v) a autorização para que os membros da Diretoria pratiquem todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações aprovadas. **5 DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os Acionistas deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **5.1** Nos termos dos artigos 80 e seguintes e 229 da Lei das S.A., aprovar a constituição da **FJ Participações S.A.,** sociedade por ações com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Lorena, n° 1.858, 13° andar, apartamento 131, Cerqueira Cesar, CEP 01424-001. A Companhia é constituída em decorrência da operação de cisão parcial da **TRISUL PARTICIPAÇÕES S.A.,** sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 08.844.167/0001-40, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 37, 18º andar, Paraíso, CEP 01311-902, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (**"JUCESP"**) sob o NIRE 35300342089 (**"Tripar"**), conforme aprovada em assembleia geral extraordinária da Tripar, realizada em 31 de dezembro de 2022 ("**Cisão Parcial**"). **5.2** Aprovar o valor do capital social da Companhia, de R$ 13.335.469,00 (treze milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais), dividido em 9.075.706 (nove milhões, setenta e cinco mil, setecentas e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas nesta data pela Companhia e totalmente subscritas e integralizadas pelos Acionistas, em bens e direitos, conforme boletins de subscrição constantes no **Anexo I** à presente Ata, considerando o preço de emissão total de R$ 70.757.101,62 (setenta milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, cento e um reais e sessenta e dois centavos). Ato contínuo, foi constatada a integralização da totalidade do valor de subscrição das ações conforme segue: **5.2.1** O valor total de R$ 70.757.101,62 (setenta milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, cento e um reais e sessenta e dois centavos) foi integralizado pelos Acionistas, nesta data, sendo que **(i)** o Acionista José subscreve 4.537.853 (quatro milhões, quinhentas e trinta e sete mil, oitocentas e cinquenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 7,796319274775979 por ação, totalizando o valor de R$ 35.378.550,81 (trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta reais e oitenta e um centavos), integralizando-as com a sua quota-parte da parcela cindida da Tripar, sendo que (a) o valor de R$ 6.667.734,50 (seis milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos) é destinado à conta de capital social, (b) o valor de R$ 28.431.079,20 (vinte e oito milhões, quatrocentos e trinta e um mil, setenta e nove reais e vinte centavos) é destinado à conta de lucros acumulados, (c) o valor de R$ 120.345,63 (cento e vinte mil, trezentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos) é destinado à conta de reserva de capital, e (d) R$ 159.391,48 (cento e cinquenta e nove mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e oito centavos) é destinado à conta de reserva legal, nos termos do boletim de subscrição parte integrante como **Anexo I** à presente; e **(ii)** a Acionista Flávia subscreve 4.537.853 (quatro milhões, quinhentas e trinta e sete mil, oitocentas e cinquenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 7,796319274775979 por ação, totalizando o valor de R$ 35.378.550,81 (trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta reais e oitenta e um centavos), integralizando-as com a sua quota-parte da parcela cindida da Tripar, sendo que (a) o valor de R$ 6.667.734,50 (seis milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos) é destinado à conta de capital social, (b) o valor de R$ 28.431.079,20 (vinte e oito milhões, quatrocentos e trinta e um mil, setenta e nove reais e vinte centavos) é destinado à conta de lucros acumulados, (c) o valor de R$ 120.345,63 (cento e vinte mil, trezentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos) é destinado à conta de reserva de capital, e (d) R$ 159.391,48 (cento e cinquenta e nove mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e oito centavos) é destinado à conta de reserva legal, nos termos do boletim de subscrição constante como **Anexo I** à presente. Os Acionistas declaram que os preços de emissão das ações foram fixados considerando a perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, nos termos do artigo 170, §1, da Lei das S.A. **5.2.2** A parcela cindida da Tripar, vertida ao patrimônio da Companhia, foi avaliada nos termos do Laudo de Avaliação com base no valor contábil, correspondente ao valor total de R$ 70.757.101,62 (setenta milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, cento e um reais e sessenta e dois centavos) (**"Parcela Cindida"**), sendo que (i) R$ 13.335.469,00 (treze milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais) são destinados à conta de capital social, (ii) R$ 56.862.158,40 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), são destinados à conta de lucros acumulados, (iii) R$ 240.691,26 (duzentos e quarenta mil, seiscentos e noventa e um reais e vinte e seis centavos) são destinados à conta de reserva de capital, e (iv) R$ 318.782,96 (trezentos e dezoito mil, setecentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos) são destinados a à conta de reserva legal. **5.2.3** Fica consignado que em decorrência da Cisão Parcial da Tripar, a Companhia, na qualidade de sucessora dos direitos e obrigações oriundos da Parcela Cindida, será exclusivamente responsável apenas pelos direitos e obrigações decorrentes da Parcela Cindida que lhe foi transferida, nos termos do artigo 233, parágrafo único, da Lei das S.A. Exceto pela Parcela Cindida, a Companhia não assume responsabilidade solidária com a Tripar perante terceiros. **5.3** Aprovar o Protocolo e Justificação que delibera pelos termos e condições da Cisão Parcial, nos termos dos artigos 224 e 225 da Lei das S.A., o qual é parte integrante e indissociável do presente instrumento, na forma do **Anexo II**. **5.4** Ratificar a contratação da Avaliadora responsável pela avaliação da Parcela Cindida da Tripar a ser vertida para o patrimônio da Companhia, bem como pela elaboração do Laudo de Avaliação. **5.5** Aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pela Avaliadora, o qual é parte integrante e indissociável do presente instrumento, na forma do **Anexo III,** qual foi elaborado pela Avaliadora, em estrita observância dos critérios contábeis e da legislação societária atualmente em vigor, com base no balanço patrimonial da Tripar, levantado em 31 de outubro de 2022. **5.6** Aprovar o Estatuto Social da Companhia, conforme constante do **Anexo IV** à presente Ata. **5.7** Eleger para o cargo de Diretor Presidente da Companhia, para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, o Sr. José Sayeg Neto, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.799.922-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 333.079.558-10, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, nº 565, Apto. 31, Itaim Bibi, CEP 04542-011. **5.7.1** O diretor ora eleito é investido cargo de Diretor Presidente mediante a assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia, conforme constante do **Anexo V** à presente ata, o qual declara, sob as penas da lei, que cumpre com todos os requisitos previstos no artigo 147 da Lei das S.A., para a investidura como membro da Diretoria da Companhia, e que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade; (ii) não foi declarado inabilitado para o exercício do respectivo cargo por ato da Comissão de Valores Mobiliários; e (iii) atende ao requisito de reputação ilibada, não ocupando cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não possuindo e/ou representando interesse conflitante com os interesses da Companhia. **5.7.2** A remuneração global dos diretores será fixada oportunamente, observado o disposto na legislação aplicável e no Estatuto Social. **5.8** Por fim, autorizar expressamente o Diretor da Companhia a praticar todos os atos e adotar todas as medidas necessárias para o cumprimento das deliberações aprovadas na presente assembleia geral de constituição, de acordo com a lei aplicável, inclusive, mas não a tanto se limitando, levar esta Ata a registro na junta comercial competente e publicá-la nos órgãos e veículos de divulgação competentes. **6 LAVRATURA:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, §1º da Lei das S.A. **7 ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia de constituição, da qual se lavrou a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada em livro por todos os presentes. **Presentes:** (i) Mesa: Presidente: José Sayeg Neto; e Secretária: Flávia Mattar Sayeg Michaluá; e (ii) Acionistas: José Sayeg Neto; e Flávia Mattar Sayeg Michaluá. A presente ata é cópia fiel da ata original transcrita no Livro de Registro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia. São Paulo, 31 de dezembro de 2022. **Mesa: José Sayeg Neto -** Presidente; **Flávia Mattar Sayeg Michaluá -** Secretária. **Acionistas Fundadores: José Sayeg Neto, Flávia Mattar Sayeg Michaluá. Visto do Advogado: Aline Pardi Ribeiro -** OAB/SP nº 297.046. **JUCESP/NIRE** nº 35300610016 em 17/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **FJ PARTICIPAÇÕES S.A.** *(em constituição)* **ANEXO IV - Estatuto Social. CAPÍTULO I - Denominação, Sede, Prazo e Objeto: Artigo 1º.** A **FJ PARTICIPAÇÕES S.A.** (**"Companhia"**) sociedade por ações regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, Alameda Lorena, nº 1.858, 13° andar, apartamento 131, Cerqueira Cesar, CEP 01424-001. **Parágrafo único.** A Companhia poderá abrir outras filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis. **Artigo 3º.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto social: (i) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como acionista ou quotista; e (ii) a administração e gestão de bens próprios. **CAPÍTULO II - Capital Social e Ações: Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 13.335.469,00 (treze milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais), dividido em 9.075.706 (nove milhões, setenta e cinco mil, setecentas e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** A Companhia poderá adquirir suas próprias ações, com o objetivo de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria, para posterior alienação. **Parágrafo 2º.** A totalidade das ações de emissão da Companhia estão gravadas com usufruto vitalício em favor de **Ronaldo José Sayeg,** brasileiro, convivente união estável, empresário, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.933.735 - SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 609.697.508-97, ambos com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A posse, o uso, a administração e a percepção dos frutos das ações com reserva de usufruto são integralmente do usufrutuário, sendo que o exercício destes direitos será sempre realizado pelo mesmo. O direito de usufruto vitalício assegura ao usufrutuário, em relação às ações gravadas, o direito ao recebimento de todos os frutos, proveitos, lucros ou dividendos, decorrentes destas ações. Da mesma forma, ficam assegurados ao usufrutuário os direitos políticos das ações. **Parágrafo 3º.** O capital social poderá, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas e observado o que dispuser a respeito o presente Estatuto Social da Companhia, ser aumentado mediante emissão de ações, sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir. **Artigo 6º.** Cada ação ordinária de emissão da Companhia atribuirá aos seus titulares o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral de acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, de acordo com o presente Estatuto Social. **Artigo 7º.** É vedada a emissão de partes beneficiárias, bem como a circulação de tais títulos por parte da Companhia. **CAPÍTULO III - Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 8º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo 1º.** As Assembleias Gerais serão convocadas a qualquer tempo por qualquer Diretor ou por qualquer dos acionistas com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência, por meio de notificação escrita encaminhada aos acionistas em seus endereços informados no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, acompanhada de todos e quaisquer documentos que devam ser analisados ou aprovados na Assembleia Geral a ser realizada ou que sirvam de fundamento para as deliberações a serem tomadas, sem prejuízo das demais formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações, e serão presididas pelo Diretor ou pelo representante do acionista que venha a ser indicado pelos acionistas presentes à Assembleia Geral, o qual indicará o secretário dentre os presentes. **Parágrafo 2º.** Independentemente das formalidades previstas no parágrafo acima, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas da Companhia. **Parágrafo 3º.** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador, constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. **Parágrafo 4º.** A prova de representação deverá ser depositada na sede da Companhia até a data da Assembleia Geral. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais somente poderão ser instaladas (i) em primeira convocação com a presença de acionistas representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social total e votante da Companhia, e (ii) em segunda convocação com qualquer número. **Parágrafo Único.** As Assembleias Gerais poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou equipamentos de comunicação semelhantes através dos quais todos os acionistas que participem da assembleia possam ouvir uns aos outros, sendo certo que a participação em tal assembleia constituirá comparecimento e presença pessoal. **Artigo 10º.** As matérias listadas abaixo deverão ser aprovadas em Assembleia Geral da Companhia pela totalidade do capital social: (i) alteração na composição da Diretoria ou a criação de um conselho de administração; (ii) celebração de qualquer contrato com qualquer dos acionistas ou suas partes relacionadas; (iii) reorganização societária (incluindo fusão, cisão, incorporação, *dropdown,* incorporação de ações e transformação de tipo societário); (iv) alteração do Estatuto Social que diga respeito a (a) mudanças materiais do objeto social; (b) composição dos órgãos da administração da Sociedade; ou (c) na política de distribuição de dividendos da Companhia; (v) aquisição de participação em qualquer empresa ou negócio, assim como celebração de quaisquer *joint ventures;* (vi) contratação de empréstimos ou qualquer outra forma de endividamento não previstos no plano de negócios ou orçamento anual; (vii) qualquer alienação de ativo da Companhia. **Parágrafo 1º.** Exceto nas hipóteses previstas no caput do Artigo 10° ou caso um quórum de deliberação superior, nos termos da legislação aplicável, todas as demais deliberações dos acionistas em Assembleia Geral de acionistas serão tomadas pelo voto de acionistas representando a maioria das ações com direito a voto da Companhia (i.e., 50% mais 1). **Parágrafo 2º.** As deliberações da Assembleia Geral serão válidas somente se tomadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada. **CAPÍTULO IV - Administração da Companhia: Artigo 11º.** A Companhia será administrada por uma diretoria ("Diretoria"), nos termos deste Capítulo IV e da legislação aplicável. **Artigo 12º.** A Diretoria da Companhia será composta por 1 (um) membro ("Diretor"), sendo denominado Diretor Presidente, eleito pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, em conformidade com o disposto no neste Estatuto Social e na legislação aplicável. O Diretor terá mandato de 3 (três) anos e poderá ser reeleito por iguais períodos. **Artigo 13º.** O Diretor é investido em seu cargo mediante assinatura do termo de posse no livro correspondente e permanece no exercício de sua função até a eleição e posse de seus substitutos. No caso de vacância de cargo de membro da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia Geral, em reunião a ser convocada no prazo de 8 (oito) dias, contados da vacância. **Parágrafo 1º.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, bem como a assinatura de documentos ou prática de atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia, compete a (i) qualquer dos Diretores isoladamente; ou (ii) qualquer procurador isoladamente, desde que legalmente constituído. **Parágrafo 2º.** As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão sempre assinadas pelo Diretor Presidente, devendo o instrumento de mandato especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período máximo de validade de 1 (um) ano. Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano. **Artigo 14º.** A remuneração dos Diretores será determinada pela Assembleia Geral, que pode fixá-la em montante anual ou mensal e global ou individual, obedecido o disposto no caput do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 15º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, ou procurador devidamente constituído que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais da Companhia, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, sendo igualmente vedado assumir obrigações seja em favor de qualquer dos acionistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da Companhia, salvo nas situações expressamente previstas no presente Estatuto Social ou mediante autorização expressa dos acionistas reunidos em Assembleia Geral. **CAPÍTULO V - Conselho Fiscal: Artigo 16º.** O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, com as atribuições estabelecidas em lei e será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes. **Parágrafo 1º.** O Conselho Fiscal, não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante a convocação dos acionistas de acordo com as disposições legais. **Parágrafo 2º.** O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral. **Parágrafo 3º.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de registro de atas das Reuniões do Conselho Fiscal. **Parágrafo 4º.** Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente. **Parágrafo 5º.** Em caso de impedimento ou vacância permanente no cargo de um membro do Conselho Fiscal, e sem que haja suplente a substituí-lo, caberá ao Presidente do Conselho Fiscal imediatamente convocar uma Assembleia Geral da Companhia para eleger um novo membro efetivo do Conselho Fiscal e respectivo suplente, para preencher o cargo e completar o mandato do membro impedido ou vacante. **CAPÍTULO VI - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros: Artigo 17º.** O exercício social iniciar-se-á em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável. **Parágrafo 1º.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por lei. **Parágrafo 2º.** Fará parte das demonstrações financeiras do exercício a proposta da Diretoria sobre a destinação dos lucros da Companhia e a forma de distribuição e os valores a serem distribuídos aos titulares de ações de emissão da Companhia. **Parágrafo 3º.** Os acionistas aprovarão e a Companhia deverá efetivar a distribuição periódica de dividendos, desde que as condições financeiras e contábeis da Companhia assim o permitam, e que sejam observadas as premissas, termos e as condições estabelecidos na legislação aplicável e neste Estatuto Social. **Artigo 18º.** Do lucro líquido auferido nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, serão descontados os valores eventualmente pagos aos acionistas a título de distribuição intermediária ou intercalar de resultados, conforme o caso, e o saldo remanescente terá a destinação a ser aprovada pelos detentores de, ao menos, a maioria (50% + 1) das ações representativas do capital social total e votante da Companhia. **Parágrafo 1º.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares na periodicidade estabelecida pelos acionistas, que, caso distribuídos, serão imputados para fins de cálculo ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo 2º.** Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **Parágrafo 3º.** A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. **Artigo 19º.** Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar aos acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio. Os dividendos e os juros sobre capital próprio, conforme o caso, deverão ser pagos dentro do prazo de até 5 (cinco) dias após a data em que forem declarados e aprovados pelos acionistas, conforme aplicável. **CAPÍTULO VII - Prática de Atos *Ultra Vires*: Artigo 20º.** É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer acionista, administrador, procurador ou funcionário da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo. **CAPÍTULO VIII - Liquidação e Extinção: Artigo 21º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **CAPÍTULO IX - Disposições Finais: Artigo 22º.** Os casos omissos ou duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e as disposições legais vigentes. **Artigo 23º.** Este Estatuto Social é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil. Os acionistas elegem o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para resolver quaisquer controvérsias oriundas de, associada ou relacionada a este Estatuto Social não seja resolvida de forma amigável. **FJ PARTICIPAÇÕES S.A.** *(em fase de constituição)* - **ANEXO V - Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento:** Para os efeitos do Artigo 147 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada, mediante a assinatura do presente Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento ("**Termo**"), o abaixo assinado, Sr. **José Sayeg Neto,** brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.799.922-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 333.079.558-10, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, nº 565, Apto. 31, Itaim Bibi, CEP 04542-011, toma posse de seu cargo de Diretor Presidente da **FJ Participações S.A.,** sociedade por ações, em processo de constituição, localizada no município de São Paulo, Estado de São Paulo, Alameda Lorena, n° 1.858, 13° andar, apartamento 131, Cerqueira Cesar, CEP 01424-001 ("**Companhia**"), tendo sido eleito na Assembleia Geral de Constituição da Companhia, realizada em 31 de dezembro de 2022. O Sr. **José Sayeg Neto** é, neste ato, investido de todos os poderes necessários e/ou convenientes à administração da Companhia, de acordo com as limitações previstas no Estatuto Social da Companhia, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de assinatura do presente Termo, devendo permanecer em seu cargo até a investidura de novos diretores eleitos, se for o caso, podendo ser destituído a qualquer tempo, observadas as formalidades estabelecidas no Estatuto Social da Companhia. O Diretor ora nomeado assina o presente Termo aceitando a sua designação e formalizando sua posse na administração da Companhia, e declara, sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial, nem condenado ou sob efeito de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. São Paulo, 31 de dezembro de 2022. **José Sayeg Neto.**

PUBLICAÇÕES ESTADÃO

Finanças mais

Marcas mais

Empresas mais

Melhores serviços

Mais informações:
publicacoes@estadao.com

Realização: ESTADÃO

Produção: ESTADÃO BLUE STUDIO

SESI SENAI

AVISO DE LICITAÇÃO

Os Departamentos Regionais de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunicam a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
Objeto: Contratação de empresa para renovação das licenças de software Network Access Control (NAC) - Aruba ClearPass.
Retirada do edital: a partir de 28 de fevereiro de 2023, através dos portais www.sesisp.org.br e www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 14 de março de 2023 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
COOPERATIVA HABITACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ/MF N° 66.941.691/0001-36
NIRE: 35400021985
RUA CONSELHEIRO CRISPINIANO, 40 – 1º ANDAR – CONJUNTO 1001 – CENTRO – SÃO PAULO – SP

A Diretora Presidente da Cooperativa Habitacional do Estado de São Paulo, infra-assinada, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, faz saber aos senhores associados que fará realizar Assembleia Geral Ordinária no dia 31 de março de 2023, às 08hs,no Novotel Jaraguá, no espaço da Sala Tom + Ataulfo, situado na Rua Martins Fontes, 71, Centro, São Paulo, Capital, com a presença de 2/3 dos associados; em segunda convocação às 09hs com a presença da metade mais um dos associados e em terceira e última convocação às 10hs com no mínimo 10 associados, para discussão, deliberação e aprovação da seguinte ordem do dia: I. Deliberar sobre as Contas, Relatório da Diretora Presidente, Balanço Geral e Parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício 2022; II. Eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes para um período de 1(um) ano, contados da data da assembleia. Os candidatos aos cargos de Conselho Fiscal deverão fazer suas inscrições até 30 (trinta) dias da assembleia; Em conformidade com o artigo 34, incisos I a IV do estatuto social, as contas com relatórios aprovados pelo conselho fiscal relativo aos do período em questão encontrar-se-ão à disposição para consulta na sede da Cooperativa nos 10 (dez) dia que antecedem da data da realização da assembleia, somente para os associados ativos que estejam rigorosamente em dia com suas obrigações estatutárias. Em consonância com o artigo 36, parágrafo único, não serão apreciadas nem aceitas impugnações genéricas e sem fundamentação das contas da administração. Os Candidatos aos cargos do conselho fiscal, deverão obrigatoriamente obedecer integralmente ao disposto nos artigos 65 e seguintes do Estatuto Social. A data de apresentação dos documentos e candidatura é de 30 dias antes da assembleia. Somente poderão participar da Assembleias os associados que sejam titulares da Cota Social e que estejam rigorosamente em dia com todas as obrigações legais e estatutárias bem como não estejam promovendo qualquer demanda contra a Cooperativas, conforme previsto no artigo 45 do Estatuto Social. É vedada a representação por procurador, conforme artigo 45, parágrafo 1º da Lei 5.764/71. O número de cooperativados ativos nesta data é de 1.876. São Paulo, 23 de fevereiro de 2023. Cleide dos Santos Morais – Diretora Presidente

K-28/02

Fundação Adib Jatene

CNPJ nº 53.725.560/0001-70

Cotação Prévia de Preços - Divulgação Eletrônica Via Transfere.gov nº 003/2023

A **Fundação Adib Jatene,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente reconhecida como entidade filantrópica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.725.560/0001-70 e Inscrição Estadual nº 111.915.637.113, endereço funcional na Avenida Dante Pazzanese, 500, Ibirapuera, São Paulo-SP, CEP 04012-909, em virtude do convênio **nº 937199/2022,** firmado com o Ministério da Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização da **Cotação Prévia de Preços - Divulgação Eletrônica Via Transfere.gov.br nº 003/2023**, cujo objeto trata da **aquisição de 131 (cento e trinta e um) Monitores Multiparâmetros para UTI, incluindo a instalação, testes de funcionamento, treinamento operacional e manutenção durante a garantia para o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia.** Data de início da disponibilização no site: 01/03/2023; Data: início de recebimento: 01/03/2023 e fim de recebimento: 10/03/2023. As condições, quantidades e exigências da presente cotação estão definidas na **Solicitação de Cotação Prévia de Preços - Divulgação Eletrônica nº 003/2023.** Os interessados em participar da presente cotação poderão acessar a íntegra no site: https://www.gov.br/transferegov/pt-br-caminho: "Acesso Livre", "Cotação Prévia de Preços": Digitar o número do Convênio; Situação: Selecionar em andamento; UF informe SP; Município informar: São Paulo; Tipo de Compra selecionar Material.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo: **166.697/2022 - Modalidade:** Pregão Eletrônico **SMS n° 538/2022** - Sistema de Registro de Preço - **AMPLA PARTICIPAÇÃO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por Item - **Objeto:** *aquisição anual estimada de materiais de consumo hospitalar para o município*. A Data do Recebimento das Propostas será até dia **13/03/2023 às 09h00m** - A abertura da Sessão dar-se-á no dia **13/03/2023 às 09h00m - Pregoeira: Talita Costa Silva Buk Cruz**. O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br ou www.bec.sp.gov.br, **OC 820900801002023OC00099** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 27/02/2023 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Mariana Mendes Vilela Avallone - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA

COMUNICADO:

Encontra-se aberta na DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, PREGÃO nº 004/2023, Processo nº SEDUC-PRC-2022/00942, objetivando a Prestação de Serviços de Transporte Escolar destinado a alunos da Rede Pública Estadual de Ensino, conduzido por motorista e auxiliado por monitor, tipo MENOR PREÇO, conforme Edital e Termo de Referência - Anexo I do Edital. A realização da Seção Pública dar-se-á no dia 13/03/2023 às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br e será conduzido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023 OBJETO: AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) CAMINHÕES COM CAÇAMBA. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/03/2023, às 09h00. O Edital está disponível no site www.sertaozinho.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br. INFORMAÇÕES: TEL. (16) 2105-3044 ou 2105-3052. Secretaria de Administração; Departamento de Políticas de Suprimentos, 27 de fevereiro de 2023. Ricardo Alexandre de Cirqueira Diretor do Departamento de Políticas de Suprimentos

TRISUL

TRISUL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 08.844.167/0001-40 - NIRE 35300342089

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Data, Hora e Local: Aos 31 dias do mês de dezembro de 2022, às 10:00 horas, na sede social da **TRISUL PARTICIPAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 37, 18º andar, Paraíso, CEP 01311-902. **Presença:** Presentes acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. **Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nu 6.404/76 ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Mesa:** Assumiu a presidência o Sr. **MICHEL ESPER SAAD JÚNIOR,** e o secretariado o sr. **JORGE CURY NETO. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a alteração do endereço da sede da Companhia, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** a proposta de cisão parcial da Companhia, de forma desproporcional à participação detida pelos acionistas da Companhia, com versão do acervo cindido para a constituição de uma nova sociedade, a ser denominada **FJ PARTICIPAÇÕES S.A.** ("**Cisão Parcial**"); **(iii)** a redução de capital social da Companhia em razão da Cisão Parcial e a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **(iv)** a aprovação do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação Sobre a Cisão Parcial da Trisul Participações S.A., com Versão do Acervo Líquido Cindido para a FJ Participações S.A. ("**Protocolo e Justificação**"); **(v)** a ratificação da contratação da empresa BRUNO DE MOURA ASSESSORIA CONTÁBIL S/S. LTDA., sociedade simples, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.499.255/0001-15 e no CRC-2SP024956/O-1, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Nelson de Godoi Pereira, nº 229, Tatuapé, CEP 03325-010 ("**Avaliadora**"), como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Companhia para os fins da cisão parcial ("**Laudo de Avaliação**"); **(vi)** a aprovação do Laudo de Avaliação do acervo cindido da Companhia; **(vii)** a renúncia do Sr. Ronaldo José Sayeg da diretoria da Companhia e, por conseguinte, a ratificação da composição da diretoria; **(viii)** a aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia; e, ainda, **(ix)** a ratificação dos atos praticados e autorização dos atos a serem praticados pela administração da Companhia em razão das deliberações aprovadas. **Deliberações:** Instalada a presente assembleia, os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia, para a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Jaúnas, nº 70, Moema, CEP 04522-020. a. Consignar que a redação da Cláusula 2ª do Estatuto Social da Companhia, em razão da deliberação acima, vigorará da seguinte forma: *Cláusula 2ª - A Sociedade tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Jaúnas, nº 70, Moema, CEP 04522-020, podendo ser alterado este local, instalado e fechados escritórios, filiais e agências, em qualquer localidade do território nacional ou no exterior.* **(ii)** Aprovar a operação de Cisão Parcial da Companhia, de forma desproporcional à participação dos seus acionistas, com a versão da parcela cindida para a constituição de uma nova sociedade por ações para este fim, a ser denominada **FJ Participações S.A.,** sociedade em fase de constituição, com sede na Alameda Lorena nº 1.858, 13º andar, apartamento 131, Cerqueira Cesar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01424-001 ("**FJ Participações**"), nos termos do artigo 229, da Lei das Sociedades por Ações, pelo valor contábil de R$ 70.757.101,62 (setenta milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, cento e um reais e sessenta e dois centavos), nos termos do Laudo de Avaliação ("**Parcela Cindida**"). a. Conforme o Laudo de Avaliação, compõem a Parcela Cindida os valores contabilizados nas rubricas de capital social, reserva de capital e de lucros acumulados, correspondentes à participação dos acionistas José Sayeg Neto e Flávia Mattar Sayeg Michaluá no capital social da Companhia, totalizando o valor de R$ 70.757.101,62 (setenta milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, cento e um reais e sessenta e dois centavos), que serão vertidos ao patrimônio da FJ Participações, conforme abaixo indicado: **(i)** R$ 13.335.469,00 (treze milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais), contabilizados na rubrica de capital social, equivalente ao valor patrimonial das 10.446.535 (dez milhões, quatrocentas e quarenta e seis mil, quinhentas e trinta e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da **Trisul S.A.,** sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Paulista, nº 37, 18º andar, Paraiso, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01311-902, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.811.643/0001-27, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob NIRE 35300341627 ("**TRISUL**"), de titularidade da Companhia e que foram integralizadas ao capital social da Companhia pelo mesmo valor de R$ 13.335.469,00 (treze milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais); **(ii)** R$ 56.862.158,40 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), contabilizados na rubrica de lucros acumulados; **(iii)** R$ 240.691,26 (duzentos e quarenta mil, seiscentos e noventa e um reais e vinte e seis centavos), contabilizados na rubrica de reserva de capital; e **(iv)** R$ 318.782,96 (trezentos e dezoito mil, setecentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos), contabilizados na rubrica de reserva legal. b. Fica consignado que em decorrência da Cisão Parcial da Companhia, a FJ Participações, na qualidade de sucessora dos direitos e obrigações oriundos da Parcela Cindida, será exclusivamente responsável apenas pelos direitos e obrigações decorrentes da Parcela Cindida que lhe foi transferida, nos termos do artigo 233, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações. Exceto pela Parcela Cindida, a FJ Participações não assume responsabilidade solidária com a Companhia perante terceiros. c. Os acionistas aprovam a Cisão Parcial de forma desproporcional à participação dos atuais acionistas no capital social da Companhia, de forma que a Parcela Cindida será vertida para a constituição da FJ Participações e subscrita apenas pelos acionistas José Sayeg Neto e Flávia Mattar Sayeg Michaluá. **(iii)** Em decorrência da Cisão Parcial, o capital social da Companhia é reduzido em R$ 13.335.469,00 (treze milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais), em decorrência da transferência das ações da Trisul, de titularidade da Companhia para a FJ Participações, passando de R$ 118.013.000,00 (cento e dezoito milhões e treze mil reais), dividido em 80.312.525 (oitenta milhões, trezentas e doze mil, quinhentas e vinte e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, para R$ 104.677.531,00 (cento e quatro milhões, seiscentos e setenta e sete mil, quinhentos e trinta e um reais), dividido em 71.236.820 (setenta e um milhões, duzentas e trinta e seis mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com a redução de 9.075.705 (nove milhões, setenta e cinco mil, setecentas e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo: (i) 4.537.852 (quatro milhões, quinhentas e trinta e sete mil, oitocentas e cinquenta e duas) ações de emissão da Companhia e de titularidade do acionista José Sayeg Neto; e (ii) 4.537.853 (quatro milhões, quinhentas e trinta e sete mil, oitocentas e cinquenta e três) ações de emissão da Companhia e de titularidade da acionistas Flávia Mattar Sayeg Michaluá. a. Os acionistas aprovam a alteração da redação da Cláusula 5ª do Estatuto Social da Companhia, em razão da Cisão Parcial, que vigorará da seguinte forma: ***Cláusula 5ª -*** *O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 104.677.531,00 (cento e quatro milhões, seiscentos e setenta e sete mil, quinhentos e trinta e um reais), representado por 71.236.820 (setenta e um milhões, duzentas e trinta e seis mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.* b. Nos termos do Protocolo e Justificação e do Laudo de Avaliação, os acionistas aprovam a redução do capital social da Companhia no valor de R$ 13.335.469,00 (treze milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais) em razão da transferência das 10.446.535 (dez milhões, quatrocentas e quarenta e seis mil, quinhentas e trinta e cinco) ações ordinárias de emissão da Trisul, integralizadas no capital social da Companhia por este valor. **(iv)** Aprovar o Protocolo e Justificação que delibera pelos termos e condições da Cisão Parcial, o qual é parte integrante e indissociável do presente instrumento, na forma do **Anexo I. (v)** Ratificar a contratação da Avaliadora responsável pela avaliação da Parcela Cindida da Companhia a ser vertida para a FJ Participações, para fins da Cisão Parcial. **(vi)** Aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pela Avaliadora, o qual é parte integrante e indissociável do presente instrumento, na forma do **Anexo II,** com base no balanço patrimonial da Companhia, levantado em 31 de outubro de 2022. **(vii)** Tomar conhecimento e aceitar a renúncia apresentada pelo atual membro da diretoria da Companhia, nos termos do **Anexo III** à presente Ata, Sr. **Ronaldo José Sayeg,** brasileiro, convivente em união estável, empresário, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.933.735 - SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 609.697.508-97, ao cargo de Diretor. a. A renúncia apresentada pelo Sr. Ronaldo José Sayeg produz efeitos imediatos, a partir da presente data. b. A Companhia, neste ato, outorga ao Sr. Ronaldo José Sayeg, de maneira irrevogável e irretratável, a mais ampla, plena, irrestrita, geral, rasa quitação com relação aos serviços prestados, não tendo nada tem a reclamar, a qualquer tempo, por quaisquer obrigações devidas. c. Ratificar a composição da diretoria da seguinte forma: (a) **MICHEL ESPER SAAD JUNIOR,** brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.251.063 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 047.158.968-34 residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 37, 18º andar, CEP 01311 902; (b) **JORGE CURY NETO,** brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.865.974 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 004.263.878-05, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 37, 18º andar, CEP 01311 902; e (c) **JOSE ROBERTO CURY,** brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.782.955 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 013.069.828-80, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 37, 17º andar, CEP 01311 902, todos com o cargo de diretores sem designação específica. **(viii)** A aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar nos termos do **Anexo IV** à presente Ata. **(ix)** Aprovar a autorização à administração da Companhia para a prática de todos os atos e a assinatura de todos os documentos necessários à implementação da Cisão Parcial a partir da presente data, bem como a ratificação dos atos já praticados. **(x)** Aprovar a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do disposto no §1º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, bem como sua publicação com omissão da assinatura dos acionistas, nos termos do §2º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Srs. Michel Esper Saad Júnior, Presidente; e Jorge Cury Neto, Secretario. **Acionistas Presentes:** Michel Esper Saad Júnior; Jorge Cury Neto, José Roberto Cury, José Sayeg Neto e Flávia Mattar Sayeg Michaluá. Certifico que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 31 de dezembro de 2022. **Michel Esper Saad Júnior - Presidente, Jorge Cury Neto - Secretário. JUCESP** nº 76.528/23-6 em 17/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO NO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - DELIBERAÇÃO SOBRE CONTRIBUIÇÕES SINDICAL E ASSISTENCIAL - CLT - DELIBERAÇÃO SOBRE CONVENÇÃO E/OU DISSÍDIO COLETIVO - DIA 20 DE MARÇO DE 2023 - 1ª CONVOCAÇÃO ÀS 13:00h - 2ª CONVOCAÇÃO ÀS 14:00h - A Presidente do Sindicato em epígrafe, em cumprimento à cláusula 19ª dos Estatutos, CONVOCA a Categoria dos Empregados Vendedores-Pracistas e Viajantes, Vendedores-Motoristas, vendedores de Cosméticos, de Produtos Químicos, Agropecuários, Sanitários, de Bebidas, de Porta em Porta; Vendedores de Serviços, de Contratos de Locação entre outros, de Consórcio, de Carnês, de Planos de Saúde, de Fretes (agenciador de fretes), inclusive Vendedor Técnico; Inspetores, Supervisores, Chefes e Gerentes de vendas, Assistentes, Promotores, Demonstradores, Repositores, Degustadores, Contatos, e Assessores, de Vendas, inclusive vendedores por telefone, ligados a vendas externas, de empresas industriais e comerciais (incluídos serviços) sediadas no território do Estado de São Paulo, ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS (SINDICALIZADOS OU NÃO), para a ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA, que será realizada na sede social da Entidade, na Rua Santo Amaro, nº 255 (Bela Vista), no dia **20 de março de 2023, em primeira convocação às 13:00h (treze horas),** e, em não sendo atingido o quórum estatutário para os associados**, a Assembleia será instalada em segunda e última convocação, às 14:00h (quatorze horas**), com qualquer número presente, no mesmo local e data, sendo automaticamente transformada em **Assembleia Extraordinária Permanente até o dia 20 de abril de 2023, das 10:00h às 15:00h de 2ª a 5ª feira (exceção feita às sextas-feiras, finais de semana e feriados)**, para apreciação da seguinte Ordem do Dia: a) Discussão sobre a Contribuição Sindical de lei – CLT e sua necessidade para a manutenção do sindicato e sua ação sindical; o respectivo desconto em folha - mês de março/abril 2023, e o consequente obrigatório recolhimento pelos empregadores, nos termos da nova lei; b) Discussão sobre a contribuição assistencial - artigo 513, "e" da CLT, sua necessidade para a manutenção do sindicato e sua ação sindical; a obrigatoriedade do respectivo desconto e consequente recolhimento, de trabalhadores da categoria, tanto associados como também de não associados, e ainda, quanto à adoção dos termos deliberados em assembleias, conforme art. 8, III e IV da Constituição Federal; c) Deliberação sobre a pauta de reivindicações sugerida pela Diretoria, à disposição de todos os interessados e sobre eventuais complementos; d) Deliberação sobre os poderes a serem concedidos à Diretoria para as negociações, tendo em vista a possibilidade de alteração de cláusulas normativas já estabelecidas, a substituição de cláusulas da pauta sugerida por equivalentes ou semelhantes e inclusão de cláusulas novas, alternativas, sempre no interesse Coletivo da Categoria, bem assim sobre os poderes à Diretoria para celebrar Convenção Coletiva, e, não ocorrendo esta, para instaurar o Dissídio, junto ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, incluindo os poderes de formular acordo, no seu curso; e) A Assembleia será aberta a todos os integrantes da Categoria, ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS (SINDICALIZADOS OU NÃO).

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. **Maria Neide Cardoso de Carvalho -** Presidente.

sura

SEGUROS SURA S.A.

CNPJ 33.065.699/0001-27 - NIRE 35.300.151.577

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2022, lavrada na forma de sumário

1 - DATA, HORA E LOCAL: Às 14:00 horas do dia 12/07/2022, na sede social da Companhia, na Av. das Nações Unidas, nº 12.995 - 4º andar, Brooklin Novo, São Paulo, SP. **2 - QUÓRUM:** Acionistas da Companhia representando mais de 2/3 do Capital Social votante, conforme se verifica das assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **3 - CONVOCAÇÃO:** Por editais publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Estado de São Paulo, versões física e digital, nos dias 05, 06 e 07 de julho de 2022, na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **4 - MESA:** Presidente: Jorge Andrés Mejía Delgado e Secretária: Kelly Cristina Silva de Godoi Escarpelini. **5 - ORDEM DO DIA: 5.1.** Deliberação sobre o aumento de capital da Companhia. **6 - DELIBERAÇÕES TOMADAS PELA UNANIMIDADE DOS ACIONISTAS PRESENTES À ASSEMBLEIA: 6.1. Aprovação** do aumento do capital social, atualmente em R$ 313.924.349,29 (trezentos e treze milhões, novecentos e vinte e quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e vinte e nove centavos) para até R$ 329.225.981,28 (trezentos e vinte e nove milhões, duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), um aumento de até R$ 15.301.632,00 (quinze milhões, trezentos e um mil e seiscentos e trinta e dois reais) mediante a emissão de até 2.128.182 (dois milhões, cento e vinte e oito mil e cento e oitenta e duas) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal para subscrição e integralização, de forma parcial ou total, em até 30 (trinta) dias nas seguintes condições: **(1)** serão colocadas pelo preço de emissão total de até R$ 15.301.632,00 (quinze milhões, trezentos e um mil e seiscentos e trinta e dois reais), aproximadamente R$ 7,19 (sete reais e dezenove centavos) por ação, em conformidade com o valor do patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2021; **(2)** serão colocadas para subscrição particular dos acionistas, na proporção de participação de cada um deles no capital social, acertados os direitos fracionários; e **(3)** a integralização das novas ações ordinárias deverá ser feita no ato da subscrição, em moeda corrente nacional e/ou mediante a utilização de créditos que os acionistas detêm contra a Companhia. **6.2.** Em cumprimento ao artigo 171 da Lei nº 6.404/76, **determinar** a abertura de prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da primeira publicação do respectivo aviso aos acionistas pela imprensa, para que os acionistas possam exercer seu direito de preferência para subscrição das novas ações, na proporção da participação de cada um deles nas ações do capital social de que for possuidor. Caso algum dos acionistas deixe de exercer seu direito de preferência no prazo acima estabelecido, o direito à subscrição das sobras reverterá automaticamente para os demais acionistas, possuidores de ações, que houverem manifestado seu interesse nesse sentido por ocasião da subscrição. O prazo para subscrição das sobras será de 1 (um) dia contado da data de encerramento do prazo para exercício do direito de preferência acima indicado. Os acionistas que optarem por exercer seu direito de preferência, deverão comparecer à sede da Companhia, na Avenida das Nações Unidas, 12.995, 4º andar, Brooklin Novo, São Paulo, SP, para assinarem o Boletim de Subscrição, na proporção de sua participação no capital social, e efetuarem a respectiva integralização. **6.3.** Decorridos os prazos acima, os acionistas reunir-se-ão, em Assembleia Geral, para verificação e homologação do aumento de capital no montante efetivamente subscrito e integralizado. **7 - CONSELHO FISCAL:** Deixou de ser ouvido o Conselho Fiscal, tendo em vista não estar em funcionamento e não ter sido solicitado por nenhum dos acionistas presentes. **8 - ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia e lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa: **Jorge Andrés Mejía Delgado,** Presidente e **Kelly Cristina Silva de Godoi Escarpelini**, Secretária. Acionistas Presentes: 1 - Inversiones Sura Brasil Participações Ltda - Jorge Andrés Mejía Delgado. **Jorge Andrés Mejía Delgado - Presidente; Kelly Cristina Silva de Godoi Escarpelini - Secretária. JUCESP** nº 76.174/23-2 em 16/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Segunda Convocação da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 155ª (Centésima Quinquagésima Quinta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

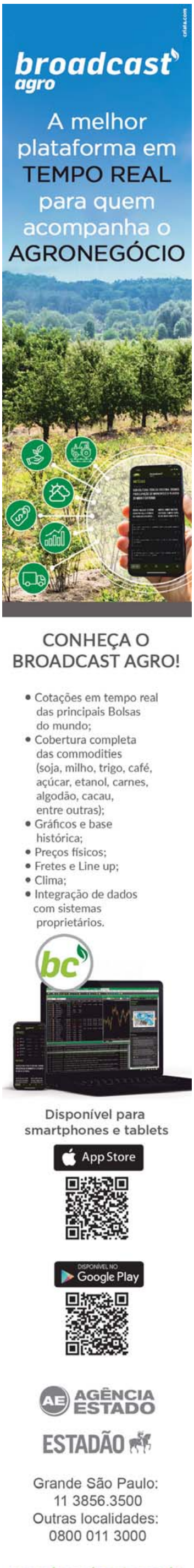
Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis do agronegócio das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 155ª (centésima quinquagésima quinta) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("**Titulares de CRA**", "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), nos termos da Cláusula 12 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio* das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 155ª (centésima quinquagésima quinta) emissão *da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*" ("**Termo de Securitização**"), da Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020, conforme alterada ("Instrução CVM 625"), e da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("**AGTCRA**"), a realizar-se no dia **09 de março de 2023, às 14:00 horas,** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma eletrônica *Zoom,* administrada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário dos CRA ("**Agente Fiduciário**"), nos termos deste Edital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** aprovação para a realização de alteração na definição do índice financeiro EBITDA, constante na cláusula 10.3, item "vi", das CPRFs nºs 001 e 002; e no Termo de Securitização, tanto na definição do termo quanto na cláusula 7.4.2 do documento para, onde consta "lucro antes do resultado financeiro e dos tributos, acrescido dos valores atribuíveis à depreciação e amortização e da variação no valor justo dos aditivos biológicos (conforme fluxo de caixa)", passar a constar "resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da ICVM 527"; e **(ii)** autorização para a Emissora e o Agente Fiduciário praticarem todos e quaisquer atos para efetivação das deliberações da Assembleia, incluindo eventual alteração dos documentos da oferta. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. **1. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i)** A AGTCRA instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação, às 14:00 horas do dia 09 de março de 2023, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos CRA em Circulação, sendo as matérias sujeitas à aprovação por 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação. **(ii)** Nos termos do artigo 4º, § 1º, da Instrução CVM 625, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA, preferencialmente. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica, conforme previsto no artigo 4º, § 3º, da Instrução CVM 625. **(iii)** Observado o disposto na Instrução CVM 625, e, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia dos seguintes documentos: **1.** quando pessoa física, documento de identidade; **2.** quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; **3.** se fundos de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e **4.** quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC e documento de identidade do outorgado, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto à distância. **(v)** Os documentos relacionados às matérias constantes deste Edital estarão disponíveis aos Titulares de CRA no endereço da Emissora na internet https://www.ecoagro.agr.br/emissoes, (inserir "Palmital" em "Buscar Empresas, Série, Cetip" e clicar na linha da emissão nº "155ª" e, então, localizar o documento desejado), incluindo a Proposta da Administração.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Cristian de Almeida Fumagalli

Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Distribuição e Diretor de Securitização



BMG SEGUROS S.A.

CNPJ: 19.486.258/0001-78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento aos dispositivos legais e societários vigentes, apresentamos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da BMG Seguros S.A. ("Companhia") relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Destacamos em 31 de dezembro de 2022 o crescimento em prêmios emitidos no montante de R$ 151,8 milhões, um crescimento de 74,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior, totalizando o volume de R$ 355,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R$ 203,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). Os Prêmios Ganhos ficaram no montante de R$ 233,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R$ 164,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). O lucro líquido foi de R$ 9,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R$ 5,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). O patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é R$ 69,1 milhões (R$ 51,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). A Companhia, nos investimentos, mantém o foco em liquidez, no equilíbrio e otimização entre risco e retorno. O resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 17,1 milhões (R$ 5,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). O saldo das aplicações financeiras atingiu o montante de R$ 187,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R$ 130,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), demonstrando solidez e capacidade de geração de caixa. A Companhia continuará operando em seguros no grupo de Garantia e P&C e iniciando o lançamento de novos produtos, serviços e uma plataforma digital. A Companhia também quer avançar no mercado de Pequena e Média Empresa (PME) e Pessoas Físicas. Em consonância com as melhores práticas empresariais, a Companhia adota a política de Governança Corporativa, visando a manutenção e o aprimoramento das suas estruturas de Controles Internos, Compliance e de Auditoria Interna, as quais buscam, constantemente, a transparência nos padrões mais elevados de integridade e ética profissional e social. A segurança da informação é preocupação constante para a Companhia. A BMG Seguros, dentro das políticas de gestão de pessoas, também conquistou, pelo segundo ano consecutivo, o selo *Great Place to Work*, que endossa os compromissos e qualidade de trabalho com os colaboradores. Agradecemos aos nossos acionistas e parceiros de negócios, pela confiança demonstrada e resseguradores por todo o suporte e parceria e aos nossos diretores e colaboradores pelo profissionalismo, esforços e dedicação que possibilitam os resultados alcançados.

São Paulo, 28 de fevereiro 2023.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE		**579.602**	**430.718**
Disponível	**4**	**1.871**	**1.772**
Caixa e bancos		1.871	1.772
Aplicações	**5**	**137.232**	**130.788**
Títulos renda fixa - Públicos		121.161	107.442
Quotas de fundos de investimentos		16.071	23.346
Créditos das operações com seguros e resseguros		**215.685**	**150.161**
Prêmios a receber	**6.1**	209.978	142.366
Operações com seguradoras	**6.2**	3.595	7.270
Operações com resseguradoras	**6.3**	2.112	525
Outros créditos operacionais	**6.4**	**9.247**	**9.784**
Títulos e créditos a receber		**7.197**	**1.377**
Subarrendamentos a receber	**7.1**	511	–
Impostos e Contribuições a Recuperar	**7.2**	6.512	1.220
Outros créditos	**7.3**	174	157
Despesas antecipadas	**8**	**1.652**	**229**
Custos de aquisição diferidos	**9**	**62.235**	**43.067**
Ativos de resseguro	**10**	**144.483**	**93.540**
NÃO CIRCULANTE		**597.696**	**328.003**
Aplicações	**5**	**50.410**	**–**
Títulos renda fixa - Públicos		50.410	–
Créditos das operações com seguros e resseguros		**109.905**	**123.489**
Prêmios a receber	**6.1**	108.537	122.502
Operações com seguradoras	**6.2**	1.368	987
Títulos e créditos a receber		**138.381**	**146**
Subarrendamentos a receber	**7.1**	1.783	–
Tributos diferidos	**7.4**	482	146
Depósitos judiciais e fiscais	**7.5**	136.116	–
Custos de aquisição diferidos	**9**	**79.890**	**69.479**
Ativos de resseguro	**10**	**197.099**	**123.281**
Ativos direito de uso	**11.1**	**4.318**	**1.959**
Imobilizado	**12.1**	**1.669**	**1.151**
Intangível	**12.2**	**16.024**	**8.498**
TOTAL DO ATIVO		**1.177.298**	**758.721**

PASSIVO	Notas	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE		**511.573**	**333.766**
Contas a pagar		**12.624**	**9.874**
Obrigações a pagar	**13**	7.423	2.062
Impostos e encargos sociais a recolher	**14**	2.162	1.150
Encargos trabalhistas	**15**	2.794	1.784
Impostos e contribuições	**16.1**	245	4.878
Operações com seguros e resseguros	**17**	**201.811**	**133.956**
Prêmios a restituir	**17.1**	1.809	1.651
Operações com seguradoras	**17.2**	7.149	4.395
Operações com resseguradoras	**17.3**	142.105	90.484
Corretores de seguros e resseguros	**17.4**	50.751	37.426
Depósitos de terceiros	**18**	**846**	**1.744**
Provisões técnicas - seguros	**19**	**295.012**	**187.758**
Danos		295.012	187.758
Passivos de arrendamento	**11.2**	**1.280**	**434**
NÃO CIRCULANTE		**596.663**	**373.591**
Operações com seguros e resseguros	**17**	**201.538**	**86.457**
Operações com seguradoras	**17.2**	19.971	3.857
Operações com resseguradoras	**17.3**	156.628	53.856
Corretores de seguros e resseguros	**17.4**	24.939	28.744
Provisões técnicas - seguros	**19**	**389.566**	**285.442**
Danos		389.566	285.442
Passivos de arrendamento	**11.2**	**5.559**	**1.692**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**20**	**69.062**	**51.364**
Capital social		43.750	33.750
Reserva legal		1.597	1.108
Reserva estatutária		23.643	16.506
Ajustes de avaliação patrimonial		72	–
TOTAL DO PASSIVO		**1.177.298**	**758.721**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Prêmios emitidos		**355.174**	**203.353**
(+/–) Variações das provisões técnicas de prêmios		(121.457)	(38.993)
Prêmios ganhos	**23.a**	**233.717**	**164.360**
Sinistros ocorridos	**23.b**	(96.993)	(2.434)
Custos de aquisição	**23.c**	(56.839)	(37.438)
Outras receitas e despesas operacionais	**23.d**	(6.158)	(3.930)
Resultado com resseguro	**23.e**	**(15.731)**	**(72.088)**
Receita com resseguro		83.247	385
Despesa com resseguro		(98.978)	(72.473)
Despesas administrativas	**23.f**	**(57.200)**	**(35.825)**
Despesas com tributos	**23.g**	**(7.916)**	**(5.713)**
Resultado financeiro	**23.h**	**17.133**	**5.945**
Resultado operacional		**10.013**	**12.877**
Resultado antes dos impostos e contribuições		**10.013**	**12.877**
Imposto de renda	**24**	164	(3.496)
Contribuição social	**24**	473	(2.631)
Participação sobre o resultado		(867)	(870)
Lucro líquido do exercício		**9.783**	**5.880**
Quantidade de ações		34.123.403	28.859.317
Lucro por ação (em reais)		**0,29**	**0,20**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	**9.783**	**5.880**
Ajustes de TVM	120	–
Efeito tributário sobre ajustes de TVM	(48)	–
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	**9.855**	**5.880**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

		Reservas de Lucros				
Discriminação	**Capital Social**	**Legal**	**Estatutária**	**Ajustes TVM**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**33.750**	**814**	**11.773**	**–**	**–**	**46.337**
Adoção inicial CPC 06 (R2)	–	–	(167)	–	–	(167)
Resultado líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	–	**5.880**	**5.880**
Destinação do resultado:						
Reserva Legal	–	294	–	–	(294)	–
Reserva Estatutária	–	–	4.189	–	(4.189)	–
Dividendos propostos	–	–	1.397	–	(1.397)	–
Ajustes em exercícios anteriores	–	–	(686)	–	–	(686)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**33.750**	**1.108**	**16.506**	**–**	**–**	**51.364**
Aumento Capital - Portaria SUSEP nº 953 de 12/09/2022	10.000	–	–	–	–	10.000
Outros Ajustes	–	–	167	–	–	167
Ajuste de Avaliação Patrimonial	–	–	–	72	–	72
Resultado líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	–	**9.783**	**9.783**
Destinação do resultado:						
Reserva Legal	–	489	–		(489)	–
Reserva Estatutária	–	–	6.970	–	(6.970)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	(2.324)	(2.324)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**43.750**	**1.597**	**23.643**	**72**	**–**	**69.062**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em 31 de dezembro 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	**9.783**	**5.880**
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	3.015	1.315
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	405	183
Receitas com juros	(178)	–
Ativo fiscal diferido	(384)	(72)
Variação dos custos de aquisição diferido	(2.848)	2.767
Variação dos ativos de seguro - provisões técnicas	(36.114)	(10.748)
Lucro líquido ajustado	**(26.321)**	**(675)**
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(56.734)	(2.673)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(80.524)	(45.426)
Ativos de resseguro	(169.032)	(28.462)
Créditos fiscais e previdenciários	(5.293)	(106)
Depósitos judiciais e fiscais	(133.244)	–
Despesas antecipadas	(1.423)	(138)
Custos de aquisição diferidos	(59.156)	(29.051)
Outros ativos	(4.106)	(2.973)
Impostos e contribuições	8.874	7.143
Outras contas a pagar	3.037	(4.179)
Débitos de operações com seguros e resseguros	198.710	35.188
Depósitos de terceiros	(898)	(3.409)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	333.901	77.898
Outros passivos	4.853	–
Caixa gerado pelas operações	**12.644**	**3.137**
Imposto de renda e Contribuição social pagos	(11.486)	(2.566)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.158**	**571**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:	**(11.059)**	**(5.170)**
Imobilizado	(850)	(202)
Intangível	(10.209)	(4.968)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(11.059)**	**(5.170)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	10.000	–
Dividendos pagos	–	2.382
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**10.000**	**2.382**
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**99**	**(2.217)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.772	3.989
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.871	1.772

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A BMG Seguros S.A. (Companhia) foi constituída em 11 de novembro de 2013 e é uma sociedade anônima fechada, autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Tem por objeto social a comercialização de seguros de danos em todo o território nacional, especificamente nos ramos de garantia de obrigações públicas e privadas, global de bancos, ramos elementares e podendo ainda, participar de outras sociedades. Em 22 de abril 2020 a BMG Participações em Negócios Ltda., sociedade controlada pelo Banco BMG, celebrou o acordo de acionistas com a Assicurazioni Generali S.p.A, transferindo ações emitidas e circulantes da sociedade, representando 30% do seu capital social total e votante, totalmente subscrito e integralizado.

2 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 648 de 19 de novembro de 2021 e alterações posteriores. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros, principalmente pela capacidade financeira de seus acionistas. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da empresa de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base neste princípio. Em 28 de fevereiro de 2023, as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, as quais tiveram autorização para sua divulgação a partir desta data. **2.2 - Base de mensuração, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima e foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real (R$).

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1- Classificação dos contratos de seguro: Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **3.2 - Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no resultado prospectivamente. **3.2.1 - Estimativa do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis de hierarquia. A hierarquia de valor justo deve ter os seguintes níveis: **Nível I -** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; **Nível II -** *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1. Que são observáveis para ativo ou passivo. Diretamente. **Nível III -** *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado *(inputs* observáveis). A Companhia não tem perda esperada de seus ativos financeiros por estarem avaliados a valor justo. **3.2.2 - Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas:** Segundo o pronunciamento CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recurso seja necessária para liquidar a obrigação. A Seguradora reconhece provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados, quando devidos, são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados, quando existentes. **3.3 - Instrumentos financeiros: 3.3.1 - Caixa e bancos:** Incluem depósitos bancários mantidos em instituições financeiras e são representados por disponibilidades em moeda nacional. **3.3.2 - Ativos financeiros não derivativos:** A Administração, tomando por base as diretrizes de sua política de investimentos financeiros, determina a classificação destes na data de aquisição, observando a sua estratégia de investimentos que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo. Os ativos financeiros não derivativos são classificados, quando aplicável, de forma a refletir esse gerenciamento, conforme os seguintes critérios: **I. Valor justo por meio do resultado ("mantido para negociação")** - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. As mudanças no valor justo desses ativos, incluindo rendimentos e ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período; **II. Disponíveis para venda** - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do período e são ajustados aos seus respectivos valores de mercado, classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. As valorizações e desvalorizações, quando realizadas, são apropriadas ao resultado do período, em contrapartida da mencionada conta no patrimônio líquido; e **III. Mantidos até o vencimento** - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados no resultado do período. **3.3.3 - Empréstimos e recebíveis:** Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, valores a receber e direitos junto a resseguradores e seguradoras no caso de cosseguro. **3.4 - Crédito das operações:** Demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias auferidos até as datas de encerramento dos balanços, combinados com os seguintes aspectos: • A provisão para recuperação ao valor recuperável de prêmios a receber é constituída para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo é com base em um estudo sobre informações históricas de parcelas a receber, e o seu valor será constituído conforme experiência de recebimentos de parcelas inadimplentes. • Custos de aquisição diferidos - As despesas de comercialização compreendem as comissões de seguros a pagar para os corretores e são diferidas de acordo com o prazo de vigência das apólices. • Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou, cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.5 - Redução ao valor recuperável *(impairment):*** A Companhia realiza a análise de recuperabilidade dos seus ativos no mínimo a cada data de fechamento de balanço. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo e passivo correspondente. Se um evento subsequente indicar reversão da perda, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável de prêmios a receber é constituído para fazer frente face as eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo é com base em um estudo sobre informações históricas de parcelas a receber, e o seu valor será apurado e constituído mensalmente com base em percentual de risco definido no estudo sobre o saldo de prêmios a receber. **3.6 - Outros valores e bens: Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento. A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e o respectivo passivo são baixados para o resultado. A Companhia aplica as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de baixo valor. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento. **3.7 - Imobilizado e Intangível:** (a) **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear que levam em consideração a vida útil dos bens e são revisadas anualmente. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas de acordo com a vigência dos contratos. (b) **Intangível:** Registrado os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. As Amortizações são calculadas pelo método linear que levam em consideração a vigência dos contratos e são revisadas anualmente. **3.8 - Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios com participação nos lucros de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do lucro da empresa ou sua deliberação. A Companhia não tem benefícios a longo prazo e/ou baseado em ações. **3.9 - Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21 e Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em notas técnicas atuariais - NTA, conforme descritos a seguir: A **provisão de prêmios não ganhos (PPNG)** é constituída pelo valor bruto dos prêmios de seguro retidos correspondente ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata dia". As parcelas referentes aos **Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE)** é calculada através de metodologia atuarial própria, baseada na observação do desenvolvimento da carteira apurada através de triangulo de *Run-off*. A **provisão de sinistros a liquidar (PSL) administrativa e judicial** são constituídas com base nas estimativas dos valores a indenizar efetuadas por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, brutas dos ajustes de resseguro e liquida de cosseguro. A **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A **provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)** é constituída com base em metodologia própria que visa estimar valor suficiente e justo para fazer frente aos sinistros já ocorridos e que, por algum motivo, ainda não tenham sido comunicados à Companhia. **3.10 - Teste de adequação dos passivos:** O TAP (Teste de Adequação dos Passivos) é realizado com objetivo de averiguar eventual insuficiência entre o montante registrado a título de provisões técnicas e as estimativas correntes do fluxo de caixa, considerando as premissas mais realistas observadas na data-base. Foram considerados os fluxos de caixa das obrigações assumidas pela Companhia no cumprimento dos contratos vigentes até a data-base, descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco utilizando-se dos parâmetros da curva prefixada, conforme critérios de estimação, interpolação e extrapolação estabelecidos em conformidade com as normas divulgadas pela SUSEP. As premissas realistas utilizadas baseiam-se, prioritariamente, nos dados históricos advindos das operações da própria Companhia. O teste foi realizado observando-se ainda as determinações da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, em linha com o requerido pelo CPC 11. Nos termos dessa norma, foram utilizados dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas, consistentes com os registros contábeis

continua →

BMG SEGUROS S.A. CNPJ: 19.486.258/0001-78

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da Companhia. O índice de sinistralidade considerado no teste foi de 41,47%, valor calculado com base no histórico dos prêmios ganhos e dos sinistros incorridos da Companhia no ano de 2022. Quando identificada insuficiência, registra-se a provisão complementar de cobertura ou realiza-se ajuste nas provisões de sinistros, a depender da origem da insuficiência - sinistros futuros ou sinistros já ocorridos, respectivamente - em contrapartida ao resultado do período. O teste realizado na data-base de 31 de dezembro de 2022 não identificou qualquer insuficiência e, consequentemente, não há necessidade de constituição de qualquer uma das provisões citadas. **3.11 - Avaliação de ativos e passivos:** Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos. **3.12 - Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anuais para imposto de renda, e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os impostos diferidos são aqueles calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, e em consonância com os requerimentos da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. Entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022 a alíquota da contribuição social foi de 16%, conforme MP 1.115/2022. **3.13 - Mensuração dos contratos de seguros:** A contabilização dos prêmios de seguros é realizada na data de emissão das apólices ou na data de início de vigência dos riscos para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. Os prêmios de seguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e resseguro, e as correspondentes despesas/receitas de comercialização são reconhecidas no resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices. Os prêmios e as comissões de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas (RVNE) são calculadas conforme nota técnica atuarial. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com os contratos firmados com os resseguradores. **3.14 - Gestão de riscos:** A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, taxa de juros e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez, risco de subscrição, risco operacional e risco socioambiental. A fim de mitigar estes riscos, a Companhia realiza em seu processo de gestão de risco, uma série de políticas e ações necessárias à identificação, avaliação e controle de riscos. A gestão de riscos se dá por meio de políticas e estratégias que são reavaliadas frequentemente, a fim de proteger o resultado da Companhia. O grupo possui controles internos que se destinam a garantir que essas políticas e estratégias sejam cumpridas de acordo com os objetivos definidos pela Companhia e seus acionistas. Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são: **Risco de liquidez -** O risco de liquidez consiste na possibilidade de uma empresa não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros. Como forma de mitigar esse risco, a Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. O excesso de caixa mantido, é monitorado pela programação financeira. O excedente de caixa é direcionado às aplicações financeiras e em títulos e valores mobiliários, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões. **Risco de mercado** - O risco de mercado consiste na possibilidade de perdas, decorrentes das flutuações do valor dos ativos, dada as oscilações do mercado financeiro. O controle de risco é baseado no modelo VAR (*Value at Risk*), que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira. **Risco de crédito** - O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte. A fim de minimizar o risco de crédito, a totalidade dos ativos garantidores está alocada em títulos públicos federais que são criteriosamente selecionados e monitorados diariamente pela gerência de investimentos. A Companhia tem como política trabalhar com instituições que possuem alto grau de confiabilidade e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico. A Companhia possui uma política de crédito que estabelece limites e prazos, dentro dos padrões de liquidez, que são determinados por diversos instrumentos de *rating*. **Processo de gestão de risco financeiro** - A gestão de risco dos instrumentos financeiros é conduzida pela gerência de investimentos e é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado e diversificação dos ativos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Risco de subscrição -** tem responsabilidade de analisar condições e critérios de taxação para aceitação dos negócios propostos, baseando-se em políticas internas e as fixadas pelos órgãos reguladores. Estuda propostas, pedidos de cobertura, averbação, garantias e respectivos endossos, aplicando tarifas, efetuando cálculos de prêmios e estabelecendo prazos de vigência e cobertura para adequá-los aos interesses dos segurados e cumprimento fiel das normas de aceitação da Companhia. **Risco operacional -** fica responsável pela coordenação dos trabalhos de natureza técnica e operacional, conduzindo-os de forma que atenda às diretrizes de governança e segurança, bem como a íntegra aplicação de toda a legislação vigente, sobretudo as normas do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados) e do sistema de controles internos da Companhia. **Risco socioambiental -** Representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente. Os riscos socioambientais associados à nossa atividade são, em sua maioria significativa, indiretos e advém das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com os segurados. **3.14.1 - Concentração dos Riscos:** O quadro abaixo demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio por região, baseado no valor dos Prêmios retidos líquidos de RVNE.

	31.12.2022		31.12.2021	
Região de Operação	**Prêmio retido**	**%**	**Prêmio retido**	**%**
Centro-Oeste	20.773	10,6	7.112	6,3
Nordeste	24.395	12,5	13.429	11,9
Norte	5.596	2,9	3.041	2,7
Sudeste	133.443	68,1	80.735	71,3
Sul	11.662	6,0	8.919	7,9
Total	**195.869**	**100**	**113.236**	**100**

3.14.2 - Exposições ao crédito de resseguro: A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais e adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser escolhidas, o impacto das operações é avaliado regularmente. A Companhia utiliza estratégia de diversificação de riscos no programa de resseguro com resseguradores que tenham *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos seja minimizado. Os valores do quadro abaixo de prêmios cedidos não contemplam RVNE.

			31.12.2022	31.12.2021
Tipo	**Agência classificadora**	***Rating* (*)**	**Prêmio Cedido**	**Prêmio Cedido**
Local	Sem *rating* -	–	12.873	5.641
Admitido	A. M. Best Company	A	3.369	3.236
Admitido	A. M. Best Company	A+	41.056	(14)
Admitido	Standard & Poor's / FITCH	A+	–	39.368
Admitido	Standard & Poor's / FITCH	AA+	(14)	–
Eventual	A. M. Best Company	A	19.238	11.645
Eventual	A. M. Best Company	A+	9.811	6.374
Eventual	Standard & Poor's / FITCH	BBB+	7.598	4.932
Eventual	Standard & Poor's / FITCH	A–	6.704	746
Eventual	Standard & Poor's / FITCH		(33)	–
Eventual	Standard & Poor's / FITCH	A+	21.154	2.327
Eventual	Standard & Poor's / FITCH	AA	–	3.036
Total			**121.756**	**77.291**

(*) Os dados das agências classificadoras de *rating* foram extraídos do site SUSEP.

3.15 - Análise de sensibilidade: Na presente análise de sensibilidade simulamos como uma elevação e diminuição de 2,5% na taxa de juros Selic, um aumento ou diminuição na frequência das despesas administrativas de 2,5%, bem como um aumento ou diminuição na frequência da sinistralidade de 5%, cujo possível impacto no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são demonstrados abaixo:

	Impacto líquido no resultado	
Premissas	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Aumento de 2,5% na frequência de DA	786	493
Diminuição de 2,5% na frequência de DA	(786)	(493)
Aumento de 2,5% na aplicação financeira	70	49
Diminuição de 2,5% na aplicação financeira	(70)	(49)
Aumento de 5% na sinistralidade	2.667	67
Diminuição de 5% na sinistralidade	(2.667)	(67)

4 - CAIXA E BANCOS

	31.12.2022	31.12.2021
Bancos conta movimento	1.871	1.772
Total	**1.871**	**1.772**

5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Nível de Hierarquia	*Aging*	31.12.2022 Valor Contábil	31.12.2022 % por Categoria	31.12.2021 Valor Contábil	31.12.2021 % por Categoria
Categoria			**137.232**	**73%**	**130.788**	**100%**
Circulante			**118.482**	**63%**	**130.788**	**100%**
I- Valor justo por meio do resultado						
Fundos de investimentos de renda fixa	II	Sem Vencimento	16.071	9%	23.346	18%
Letras do Tesouro Nacional	I	01/01/2022	–	–	20.617	16%
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/03/2022	–	–	41.489	32%
Letras do Tesouro Nacional	I	01/07/2023	11.086	6%	13.350	10%
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/09/2024	10.783	6%	–	–
Notas do Tesouro Nacional	I	15/05/2025	26.439	13%	21.792	16%
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/09/2025	54.103	29%	–	–
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/09/2027	–	–	10.194	8%
II- Disponível para venda			**18.750**	**10%**	**–**	**–**
Letras do Tesouro Nacional	I	01/04/2023	12.520	7%	–	–
Letras do Tesouro Nacional	I	01/07/2023	6.230	3%	–	–
Não Circulante			**50.410**	**27%**	**–**	**–**
II- Disponível para venda			**50.410**	**27%**	**–**	**–**
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/09/2024	10.072	5%	–	–
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/09/2025	5.520	3%	–	–
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/09/2027	34.818	19%	–	–
Total Aplicações			**187.642**	**100%**	**130.788**	**100%**

Para títulos classificados na categoria "livre para negociação", a companhia registrou em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, mesmo com vencimentos superiores a um ano, para o Ativo Circulante, conforme determina Circular SUSEP 648/21 e alterações posteriores.

5.1 - Movimentação das aplicações financeiras:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 31.12.2021	**130.788**	**–**	**130.788**
Aplicação	218.371	64.343	282.714
Resgate	(243.027)	–	(243.027)
Rendimentos	12.350	4.697	17.047
Ajuste a valor de mercado	–	120	120
Saldo em 31.12.2022	**118.482**	**69.160**	**187.642**

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 31.12.2020	**128.115**	**–**	**128.115**
Aplicação	218.900	–	218.900
Resgate	(222.422)	–	(222.422)
Rendimentos	6.195	–	6.195
Saldo em 31.12.2021	**130.788**	**–**	**130.788**

6 - PRÊMIOS A RECEBER

6.1 - Movimentação dos prêmios a receber

				31.12.2022
Prêmios diretos	**Prêmios a receber seguros**	**Prêmios RVNE (i)**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber líquido**
Compreensivo empresarial	2.159	–	(18)	2.141
Risco de engenharia	3.708	–	(55)	3.653
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	302	–	–	302
Responsabilidade Civil Geral	7	–	(1)	6
Responsabilidade Civil Profissional	1.103	–	(4)	1.099
Fiança locatícia	81	–	–	81
Garantia Segurado - Setor Público	195.734	41.414	(1.459)	235.689
Garantia Segurado - Setor Privado	29.847	280	(146)	29.981
Total direto	**232.941**	**41.694**	**(1.683)**	**272.952**
Prêmios cosseguro aceito				
Compreensivo empresarial	65	–	–	65
Risco de engenharia	86	–	–	86
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	454	–	–	454
Responsabilidade Civil Profissional	409	–	–	409
Garantia Segurado - Setor Público	21.259	4.043	(564)	24.738
Garantia Segurado - Setor Privado	19.555	256	–	19.811
Total cosseguro aceito	**41.828**	**4.299**	**(564)**	**45.563**
Total (direto + aceito)	**274.769**	**45.993**	**(2.247)**	**318.515**
Circulante	166.232	45.993	(2.247)	209.978
Não Circulante	108.537	–	–	108.537

				31.12.2021
Prêmios diretos	**Prêmios a receber seguros**	**Prêmios RVNE**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber líquido**
Compreensivo empresarial	1.269	–	(3)	1.266
Risco de engenharia	299	–	(3)	296
Responsabilidade Civil Geral	4	–	(1)	3
Responsabilidade Civil Profissional	12	–	–	12
Garantia Segurado - Setor Público	206.500	16.329	(710)	222.119
Garantia Segurado - Setor Privado	2.227	46	(41)	2.232
Total direto	**210.311**	**16.375**	**(758)**	**225.928**
Prêmios cosseguro aceito				
Compreensivo empresarial	16	–	–	16
Risco de engenharia	44	–	–	44
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	29	–	–	29
Responsabilidade Civil Profissional	290	–	–	290
Garantia Segurado - Setor Público	24.754	1.869	(552)	26.071
Garantia Segurado - Setor Privado	12.388	102	–	12.490
Total cosseguro aceito	**37.521**	**1.971**	**(552)**	**38.940**
Total (direto + aceito)	**247.832**	**18.346**	**(1.310)**	**264.868**
Circulante	125.330	18.346	(1.310)	142.366
Não Circulante	122.502	–	–	122.502

O parcelamento médio com base nas emissões é de 1,4 parcelas para o ramo garantia e 2,5 para demais ramos em 2022 (1,3 parcelas para o ramo garantia e 2,5 para demais ramos em 2021).

(i) Para a provisão de RVNE, a Companhia realiza estudo semestral para atualização das importâncias seguradas das apólices do ramo Garantia Setor Público. O cálculo de atualização é com base na taxa SELIC. A variação significativa na provisão, deu-se pelo aumento das emissões.

6.1.1 - *Aging* Prêmios a Receber:

Prêmios diretos	31.12.2022			31.12.2021		
A vencer	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Total**	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Total**
De 1 a 30 dias	20.161	–	20.161	16.460	–	16.460
De 31 a 60 dias	12.296	–	12.296	16.522	–	16.522
De 61 a 120 dias	29.437	–	29.437	20.589	–	20.589
De 121 a 180 dias	12.809	–	12.809	1.773	–	1.773
De 181 a 365 dias	40.192	–	40.192	25.675	–	25.675
Acima de 365	–	86.302	86.302	–	100.740	100.740
	114.895	**86.302**	**201.197**	**81.019**	**100.740**	**181.759**

Prêmios diretos	31.12.2022			31.12.2021		
Vencidos	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Total**	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Total**
De 1 a 30 dias	9.219	–	9.219	18.704	–	18.704
De 31 a 60 dias	15.571	–	15.571	4.695	–	4.695
De 61 a 120 dias	2.690	–	2.690	736	–	736
De 121 a 180 dias	1.045	–	1.045	3.782	–	3.782
De 181 a 365 dias	1.552	–	1.552	419	–	419
Acima de 365	1.667	–	1.667	216	–	216
	31.744	**–**	**31.744**	**28.552**	**–**	**28.552**
Total prêmios diretos	**146.639**	**86.302**	**232.941**	**109.571**	**100.740**	**210.311**

Prêmios cosseguro aceito	31.12.2022			31.12.2021		
A vencer	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Total**	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Total**
De 1 a 30 dias	1.023	–	1.023	1.217	–	1.217
De 31 a 60 dias	5.593	–	5.593	3.497	–	3.497
De 61 a 120 dias	2.462	–	2.462	2.689	–	2.689
De 121 a 180 dias	514	–	514	390	–	390
De 181 a 365 dias	10.001	–	10.001	7.966	–	7.966
Acima de 365	–	22.235	22.235	–	21.762	21.762
Total prêmios cosseguro aceito	**19.593**	**22.235**	**41.828**	**15.759**	**21.762**	**37.521**
Total prêmios a receber sem RVNE	**166.232**	**108.537**	**274.769**	**125.330**	**122.502**	**247.832**

6.1.2 - Movimentação de Prêmios a Receber Direto e Cosseguro Aceito

Saldo em 31.12.2020	**216.813**
(+) Prêmios Emitidos	299.258
(+) IOF	477
(–) Prêmios Cancelados e Restituídos	(94.550)
(–) Recebimentos	(161.086)
RVNE	5.082
Redução ao Valor Recuperável	(1.126)
Saldo em 31.12.2021	**264.868**
(+) Prêmios Emitidos	561.296
(+) IOF	3.273
(–) Prêmios Cancelados e Restituídos	(222.488)
(–) Recebimentos	(315.144)
RVNE	27.647
Redução ao Valor Recuperável	(937)
Saldo em 31.12.2022	**318.515**

6.2 - Operações com seguradoras

	31.12.2022			31.12.2021		
	Curto Prazo	**Longo Prazo**	**Total**	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Total**
Prêmios de Cosseguro Aceito	2.325	–	2.325	6.072	–	6.072
Restituição de Cosseguro Cedido	45	–	45	276	–	276
Sinistros pagos a recuperar de Cosseguro Cedido	264	–	264	191	–	191
Comissão de Cosseguro Cedido	961	1.368	2.329	731	987	1.718
	3.595	**1.368**	**4.963**	**7.270**	**987**	**8.257**

6.3 - Operações com resseguradoras

Sinistros pagos a recuperar de resseguradores	31.12.2022	31.12.2021
De 0 a 30 dias	1.080	102
De 31 a 60 dias	102	183
De 61 dias a 120 dias	573	165
De 121 dias a 180 dias	175	57
De 181 dias a 365 dias	172	17
Superior a 366 dias	10	1
Total	**2.112**	**525**

6.4 - Outros créditos operacionais	31.12.2022	31.12.2021
Incentivo à Produção (i)	3.213	3.363
Adiantamento de Comissão	6.034	6.421
Total	**9.247**	**9.784**

(i) A companhia celebrou contratos de incentivos de produção com alguns parceiros de negócio, estipulando pagamentos de comissões adicionais com base na produção, dessa forma, é efetuado o diferimento com base na vigência das apólices da produção do período.

7 - TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

7.1 - Subarrendamentos a receber: O subarrendamento a receber é uma transação pela qual o arrendatário, neste caso a Companhia, subarrenda a terceiros o ativo objeto de um contrato de arrendamento, se tornando assim um arrendador intermediário. O CPC 06 (R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16, exige que um arrendador intermediário classifique o subarrendamento como financeiro. Não são apresentados valores comparativos, pois a Companhia não possuía subarrendamentos em 31 de dezembro de 2021.

			31.12.2022
Vencimento	**Principal**	**Juros**	**Total**
1 ano	693	(181)	512
2 anos	693	(133)	560
3 anos	693	(80)	613
4 anos	634	(25)	609
	2.713	**(419)**	**2.294**
Circulante	693	(182)	511
Não Circulante	2.020	(237)	1.783

7.2 - Impostos e Contribuições a Recuperar/Compensar	31.12.2022	31.12.2021
IRPJ a compensar (i)	3.698	514
IRRF a Recuperar	199	199
CSLL a compensar (i)	2.355	398
COFINS a compensar	–	17
PIS a compensar	–	57
Outros	260	35
Total	**6.512**	**1.220**

(i) O aumento deve-se, principalmente ao reconhecimento dos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem).

7.3 - Outros créditos	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamento de férias	53	23
Adiantamento a fornecedores	–	125
Ressarcimentos a receber	109	–
Outros	12	9
Total	**174**	**157**

7.4 - Tributos diferidos: Os tributos diferidos são calculados a partir da diferença temporária decorrentes do reconhecimento da Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (prazo de realização indeterminada), depreciação dos ativos de direito de uso e juros dos arrendamentos (contrato vigente até fevereiro de 2028) e Marcação a Mercado dos títulos classificados como "Disponíveis para Venda", conforme apresentados abaixo:

IR e CSLL sobre diferenças temporárias decorrentes de:	31.12.2021	Constituição/ (Reversão)	31.12.2022
Ativo	**842**	**1.901**	**2.743**
IR e CSLL sobre provisão crédito liquidação duvidosa	524	1.798	2.322
IR e CSLL sobre arrendamentos	318	101	419
IR e CSLL sobre MtM	–	2	2
Passivo	**(696)**	**(1.565)**	**(2.261)**
IR e CSLL sobre provisão crédito liquidação duvidosa	(377)	(1.362)	(1.739)
IR e CSLL sobre arrendamentos	(319)	(153)	(472)
IR e CSLL sobre MtM	–	(50)	(50)
Total	**146**	**336**	**482**

7.4.1 - Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	31.12.2022
2023	565
2024	(17)
2025	(17)
2026	(12)
2027	(37)
Total	**482**

7.5 - Depósitos Judiciais e Fiscais

Depósitos	**Principal**	**Atualização monetária**	**31.12.2022**
Cíveis	133.244	2.872	136.116
	133.244	**2.872**	**136.116**

O valor supracitado corresponde a depósito judicial em garantia realizado pela BMG Seguros ("BMG") nos autos do processo nº 001423-74.2010.4.02.5101 realizado em novembro de 2022, com a Companhia obtendo antecipação das resseguradoras no montante de R$ 106,5 milhões e da congênere no montante de R$ 13 milhões, conforme divulgado nas notas explicativas 17.2 e 17.3. O processo tramita perante a 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, e são partes autora Tomador, com apólice vigente na BMG e ré a Fazenda Nacional ("Fazenda"), e na qual se busca, em suma, a declaração do direito de recalcular as alíquotas do SAT/RAT. Foi proferida sentença de improcedência em desfavor do Tomador, que interpôs recurso de apelação recebido no efeito suspensivo. Ao longo do processo, o Tomador pleiteou a substituição do valor que se encontrava depositado nos autos em garantia no montante de R$ 129.182 por apólice de seguro garantia judicial, o que restou deferido no âmbito de Tutela Provisória junto ao Superior Tribunal de Justiça ("STJ"). Com isto, o Tomador apresentou a apólice emitida e endossada pela BMG (que prevê cosseguro de 10%), e levantou o referido valor que se encontrava depositado nos autos. Logo após, referida decisão foi revogada por um Ministro do STJ, onde determinou que fosse restabelecido o depósito judicial em dinheiro. O Tomador não procedeu com tal determinação e o Ministro ordenou a liquidação da apólice e intimou a BMG a realizar tal depósito, sob as penas da lei. Diante disto, a BMG procedeu ao depósito de R$ 133.244 (valor corrigido e atualizado) nos autos, a título de garantia e, considerando o equívoco da decisão, a BMG interpôs os recursos e medidas cabíveis perante o STJ visando a reversão da decisão e posterior levantamento do referido depósito. Paralelamente, o Tomador aderiu ao "Quita PGFN" para fins de transação com a Fazenda para quitar o débito discutido, do qual está sendo liquidado pelo Tomador. A BMG aguarda os respectivos julgamentos e, também, a possível decisão homologatória da transação. A Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus advogados externos, avaliou que o desfecho do referido processo é possível e classificou contabilmente a referida operação de acordo com a prática contábil de provisões técnicas (nota explicativa 3.9). Essa classificação como possível está registrada nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 com os registros contábeis nas rubricas de Sinistros Ocorridos, no montante de R$ 61.252 (líquido de cosseguro cedido) e Resultados com Resseguro no montante de R$ 56.568 e suas respectivas contrapartidas nas contas patrimoniais, conforme divulgados nas notas explicativas 10 e 19. Nesse contexto o resultado, líquido de impostos, em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 2.810.

8 - DESPESAS ANTECIPADAS

	31.12.2022	31.12.2021
Despesas administrativas	322	220
Despesas operacionais (i)	1.330	9
Total	**1.652**	**229**

(i) A Companhia celebrou contratos de acompanhamento de riscos para algumas apólices especificas, efetua os pagamentos fixados em contratos, dessa forma, é efetuado o diferimento com base na vigência das apólices da especificas do contrato.

9 - CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos pela Companhia, em sua totalidade, correspondem às comissões de corretagem de seguros sobre riscos vigentes emitidos e riscos vigentes não emitidos (RVNE) e das despesas administrativas relacionadas diretamente à operação de seguros. O diferimento é calculado da mesma forma que a PPNG, ou seja, são diferidos linearmente pelo método "pro rata dia" com base na vigência da apólice e são separados entre circulante e não circulante.

9.1 - Detalhamento por ramo

			31.12.2022
	Custo de aquisição diferido - Direto	**Custo de aquisição diferido - Cosseguro Aceito**	**Total**
Compreensivo empresarial	1.021	23	1.044
Risco de engenharia	1.465	48	1.513
Riscos Diversos	1	–	1
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	56	92	148
Responsabilidade Civil Profissional	201	72	273
Fiança locatícia	38	–	38
Garantia Segurado - Setor Público	107.038	9.980	117.018
Garantia Segurado - Setor Privado	10.992	11.098	22.090
	120.812	**21.313**	**142.125**
Circulante	54.784	7.451	62.235
Não circulante	66.028	13.862	79.890

continua

BMG SEGUROS S.A. CNPJ: 19.486.258/0001-78

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			31.12.2021
	Custo de aquisição diferido - Direto	Custo de aquisição diferido - Cosseguro Aceito	Total
Compreensivo empresarial	222	23	245
Risco de engenharia	75	9	84
Global de bancos	1	–	1
Riscos Diversos	7	–	7
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	–	6	6
Responsabilidade Civil Profissional	2	57	59
Garantia Segurado - Setor Público	93.270	8.265	101.535
Garantia Segurado - Setor Privado	3.593	7.016	10.609
	97.170	**15.376**	**112.546**
Circulante	37.563	5.504	43.067
Não circulante	59.607	9.872	69.479

9.2 - Movimentação

	31.12.2021	Constituição/ (Reversão)	31.12.2022
Compreensivo Empresarial	245	799	1.044
Risco de engenharia	84	1.429	1.513
Global de bancos	1	(1)	–
Riscos Diversos	7	(6)	1
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	6	142	148
Responsabilidade Civil Profissional	59	214	273
Fiança Locatícia	–	38	38
Garantia Segurado - Setor Público	101.535	15.483	117.018
Garantia Segurado - Setor Privado	10.609	11.481	22.090
Total	**112.546**	**29.579**	**142.125**

	31.12.2020	Constituição/ (Reversão)	31.12.2021
Compreensivo Empresarial	6	239	245
Risco de engenharia	–	84	84
Global de bancos	1	–	1
Riscos Diversos	7	–	7
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	–	6	6
Responsabilidade Civil Profissional	–	59	59
Fiança Locatícia	3	(3)	–
Garantia Segurado - Setor Público	87.838	13.697	101.535
Garantia Segurado - Setor Privado	10.166	443	10.609
Total	**98.021**	**14.525**	**112.546**

10 - ATIVOS DE RESSEGURO

					31.12.2022
Ativos de Resseguro	Prêmio diferido	Comissão diferida	Provisão de sinistros a liquidar (*)	IBNR-Sinistros ocorridos e não avisados	Total
Compreensivo Empresarial	4.700	(1.280)	18.927	–	**22.347**
Risco de engenharia	3.887	(1.026)	547	–	**3.408**
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	461	(138)	–	–	**323**
Responsabilidade Civil Geral	1	–	–	–	**1**
Responsabilidade Civil Profissional	746	(224)	–	–	**522**
Fiança Locatícia	66	(30)	–	–	**36**
Garantia Segurado - Setor Público	385.582	(167.933)	60.897	1.309	**279.855**
Garantia Segurado - Setor Privado	61.648	(28.155)	655	942	**35.090**
Total	**457.091**	**(198.786)**	**81.026**	**2.251**	**341.582**
Circulante	205.357	(84.499)	21.374	2.251	144.483
Não Circulante	251.734	(114.287)	59.652	–	197.099

(*) a variação significativa é relacionada a participação de resseguro sobre a PSL avisada, conforme a nota explicativa 7.5.

					31.12.2021
Ativos de Resseguro	Prêmio diferido	Comissão diferida	Provisão de sinistros a liquidar	IBNR-Sinistros ocorridos e não avisados	Total
Compreensivo Empresarial	1.112	(203)	2	–	**911**
Risco de engenharia	1.071	(57)	–	–	**1.014**
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	14	(4)	–	–	**10**
Responsabilidade Civil Geral	3	(1)	–	–	**2**
Responsabilidade Civil Profissional	152	(46)	–	–	**106**
Fiança Locatícia	2	(1)	–	–	**1**
Garantia Segurado - Setor Público	348.066	(150.894)	421	1.899	**199.492**
Garantia Segurado - Setor Privado	27.632	(12.592)	113	132	**15.285**
Total	**378.052**	**(163.798)**	**536**	**2.031**	**216.821**
Circulante	152.629	(61.656)	536	2.031	93.540
Não Circulante	225.423	(102.142)	–	–	123.281

11 - ARRENDAMENTOS

11.1 - Ativos Direito de Uso

	Ativos Direito de Uso	Depreciação acumulada	Ativos Direito de Uso (Líquido)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	**4.006**	**(1.077)**	**2.929**
Depreciação	–	(436)	(436)
Constituição/(reavaliação de contratos)	(534)	–	(534)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.472**	**(1.513)**	**1.959**
Depreciação	–	(688)	(688)
Reavaliação de contratos	2.434	(521)	1.913
Constituição	1.184	–	1.184
Baixas	(230)	180	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**6.860**	**(2.542)**	**4.318**

Os Ativos de Direito de Uso referem-se a locações de imóveis de terceiros para a condução dos negócios da Companhia.

11.2 - Passivos de Arrendamento

			31.12.2022
	Passivo de Arrendamento	Juros a Apropriar	Passivo de Arrendamento (Líquido)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.752**	**(1.626)**	**2.126**
Apropriação de Juros financeiros	–	(477)	(477)
Reavaliação de contratos	1.198	1.862	3.060
Constituição	4.574	(963)	3.611
Pagamentos do aluguel	(1.533)	–	(1.533)
Baixas	53	(1)	52
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**8.044**	**(1.205)**	**6.839**
Circulante	1.732	(452)	1.280
Não Circulante	6.312	(753)	5.559

			31.12.2021
	Passivo de Arrendamento	Juros a Apropriar	Passivo de Arrendamento (Líquido)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	**5.095**	**(1.986)**	**3.109**
Apropriação de Juros financeiros	–	360	360
Constituição/(reavaliação de taxa ou baixa)	(557)	–	(557)
Pagamentos do aluguel	(786)	–	(786)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.752**	**(1.626)**	**2.126**
Circulante	914	(480)	434
Não Circulante	2.838	(1.146)	1.692

Deve-se aos passivos de arrendamentos, mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim dos contratos, calculados através de uma taxa incremental de financiamento.

12 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

12.1 - Imobilizado

				31.12.2022
Descrição	Taxa anual de depreciação	Valor de custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Hardware	20%	1.289	(373)	916
Móveis, máquinas e utensílios	10%	242	(87)	155
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	10%	1.039	(441)	598
Total		**2.570**	**(901)**	**1.669**

				31.12.2021
Descrição	Taxa anual de depreciação	Valor de custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Hardware	20%	576	(171)	405
Móveis, máquinas e utensílios	10%	194	(65)	129
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	10%	950	(333)	617
Total		**1.720**	**(569)**	**1.151**

12.2 - Intangível

				31.12.2022
Descrição	Taxa anual de amortização	Valor de custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Licenças de Softwares	20%	21.014	(4.990)	16.024
Total		**21.014**	**(4.990)**	**16.024**

				31.12.2021
Descrição	Taxa anual de amortização	Valor de custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Licenças de Softwares	20%	10.805	(2.307)	8.498
Total		**10.805**	**(2.307)**	**8.498**

12.3 - Movimentação Imobilizado e Intangível

	Imobilizado	Intangível
Saldo em 31.12.2020	**1.160**	**4.634**
Aquisição	202	4.968
Depreciação/Amortização	(211)	(1.104)
Saldo em 31.12.2021	**1.151**	**8.498**
Aquisição	850	10.209
Depreciação/Amortização	(332)	(2.683)
Saldo em 31.12.2022	**1.669**	**16.024**

As aquisições de intangível no ano de 2021 e 2022, referem-se, em sua maior representatividade por plataforma para venda de produtos de seguros de garantia, de forma online com arquitetura de *marketplace*.

13 - OBRIGAÇÕES A PAGAR

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores	4.016	668
Dividendos a pagar	2.324	–
Participação sobre os resultados	863	514
Outras	220	880
Total	**7.423**	**2.062**

14 - IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda retido na fonte	709	448
Contribuições previdenciárias	524	301
ISS retido a recolher	71	71
FGTS	190	109
PIS/COFINS e CSLL de terceiros	102	104
IOF sobre Prêmios	562	115
Outros	4	2
Total	**2.162**	**1.150**

15 - ENCARGOS TRABALHISTAS

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão de Férias	2.081	1.330
Provisão de INSS sobre Férias	546	348
Provisão de FGTS sobre Férias	167	106
Total	**2.794**	**1.784**

16 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de Renda	–	2.260
Contribuição Social	–	1.853
COFINS	211	658
PIS	34	107
Total	**245**	**4.878**

17 - OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

17.1 - Prêmios a restituir

	31.12.2022	31.12.2021
Garantia Segurado - Setor Público	1.723	1.636
Garantia Segurado - Setor Privado	86	15
Total	**1.809**	**1.651**

17.2 - Operações com seguradoras

	31.12.2022			31.12.2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo (*)	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Compreensivo empresarial	422	–	422	151	–	151
Risco de engenharia	581	–	581	31	–	31
Global de bancos	16	–	16	15	–	15
Responsabilidade civil	10	–	10	8	–	8
Fiança locatícia	–	–	–	49	–	49
Garantia Segurado - setor público	6.050	19.971	26.021	4.141	3.857	7.998
Garantia Segurado - setor privado	70	–	70	–	–	–
	7.149	**19.971**	**27.120**	**4.395**	**3.857**	**8.252**

(*) a variação significativa no grupo se deu pelo motivo de recebimento de adiantamento com congênere, no montante de R$13 milhões conforme nota explicativa 7.5.

17.3 - Operações com resseguradoras

	31.12.2022			31.12.2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo (*)	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Compreensivo empresarial	5.729	–	5.729	781	–	781
Risco de engenharia	3.405	–	3.405	158	–	158
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	473	–	473	14	–	14
Responsabilidade civil	12	–	12	12	–	12
Responsabilidade Civil Profissional	1.652	–	1.652	972	–	972
Fiança locatícia	28	–	28	–	–	–
Garantia Segurado - setor público	110.418	146.183	256.601	81.177	50.388	131.565
Garantia Segurado - setor privado	20.385	10.445	30.830	7.370	3.468	10.838
	142.102	**156.628**	**298.730**	**90.484**	**53.856**	**144.340**

(*) a variação significativa no grupo, se deu pelo motivo de recebimento de adiantamento junto aos resseguradores *(cash call)*, no montante de R$106,5 milhões, conforme nota explicativa 7.5.

17.4 - Corretores de seguros e resseguros

	31.12.2022			31.12.2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Compreensivo empresarial	404	–	404	251	–	251
Riscos de Engenharia	775	–	775	80	–	80
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	133	–	133	8	–	8
Responsabilidade Civil	2	–	2	2	–	2
Responsabilidade Civil Profissional	296	–	296	78	–	78
Fiança locatícia	19	–	19	–	–	–
Garantia Segurado - setor público	41.814	19.342	61.156	34.988	26.632	61.620
Garantia Segurado - setor privado	7.308	5.597	12.905	2.019	2.112	4.131
	50.751	**24.939**	**75.690**	**37.426**	**28.744**	**66.170**

18 - DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Aging	31.12.2022	31.12.2021
De 1 a 30 dias	278	1.236
De 31 a 60 dias	416	5
De 61 a 120 dias	18	24
De 121 a 180 dias	121	4
De 181 a 365 dias	13	475
Total	**846**	**1.744**

19 - PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS E RESSEGUROS

					31.12.2022
	Provisão de Prêmios não ganhos - PPNG	Sinistro a liquidar - PSL (*)	Sinistros Ocorridos, mas não avisados - IBNR	Outras Provisões - PDR	Total
Compreensivo Empresarial	8.527	22.946	–	28	31.501
Riscos de Engenharia	6.842	1.093	–	–	7.935
Riscos Diversos	7	–	–	–	7
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	922	–	–	–	922
Responsabilidade civil	3	–	–	–	3
Responsabilidade Civil Profissional	1.493	–	–	–	1.493
Fiança Locatícia	182	–	–	–	182
Garantia Segurado - Setor Público	487.018	64.905	1.983	324	554.230
Garantia Segurado - Setor Privado	84.833	1.799	1.433	240	88.305
Total	**589.827**	**90.743**	**3.416**	**592**	**684.578**
Circulante	261.513	29.491	3.416	592	295.012
Não circulante	328.314	61.252	–	–	389.566

(*) a variação significativa se deu pelo motivo de reconhecimento de PSL Judicial, líquido de cosseguro cedido, conforme nota explicativa 7.5

					31.12.2021
	Provisão de Prêmios não ganhos - PPNG	Sinistro a liquidar - PSL	Sinistros Ocorridos, mas não avisados - IBNR	Outras Provisões - PDR	Total
Compreensivo Empresarial	1.383	4	–	–	1.387
Riscos de Engenharia	380	–	–	–	380
Global de Bancos	7	–	–	–	7
Riscos Diversos	138	–	–	–	138
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	29	–	–	–	29
Responsabilidade civil	5	–	–	–	5
Responsabilidade Civil Profissional	303	–	–	–	303
Fiança Locatícia	5	–	–	–	5
Garantia Segurado - Setor Público	427.250	1.518	2.379	213	431.360
Garantia Segurado - Setor Privado	38.870	439	243	34	39.586
Total	**468.370**	**1.961**	**2.622**	**247**	**473.200**
Circulante	182.928	1.961	2.622	247	187.758
Não circulante	285.442	–	–	–	285.442

19.1 - Movimentação das provisões técnicas de seguros e resseguros

Constituição/Reversão	31.12.2021	Constituição/ (Reversão)	31.12.2022
Provisão de Prêmios não ganhos - PPNG	468.370	121.457	589.827
Sinistros Ocorridos, mas não avisados - IBNR	2.622	794	3.416
Provisão de Sinistros a liquidar - PSL	1.961	88.782	90.743
Outras Provisões - PDR	247	345	592
Total	**473.200**	**211.378**	**684.578**

Constituição/Reversão	31.12.2020	Constituição/ (Reversão)	31.12.2021
Provisão de Prêmios não ganhos - PPNG	429.377	38.993	468.370
Sinistros Ocorridos, mas não avisados - IBNR	3.330	(708)	2.622
Provisão de Sinistros a liquidar - PSL	517	1.444	1.961
Outras Provisões - PDR	293	(46)	247
Total	**433.517**	**39.683**	**473.200**

19.2 - Garantia das provisões técnicas

	31.12.2022	31.12.2021
Provisões técnicas	684.578	473.200
Direitos creditórios	(237.933)	(216.213)
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(72.643)	(50.012)
Ativos de resseguro redutores de PPNG	(109.916)	(99.005)
Ativos de resseguro redutores de PSL	(80.989)	(1.875)
Ativos de resseguro redutores de IBNR	(1.966)	(527)
Ativos de resseguro redutores de PDR	(325)	(165)
Depósitos judiciais redutores	(1.600)	–
Total a ser coberto (a)	**179.209**	**105.403**
Ativos vinculados SUSEP (b)	187.642	115.753
Ativos líquidos (a - b)	**8.433**	**10.350**

Em virtude das alterações trazidas pela Circular SUSEP n° 634, de 14 de julho de 2021, foi revogada a necessidade da margem de liquidez (20% do Capital de Risco).

20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 - Capital social: O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 33.750.000,00 (trinta e três milhões e setecentos e cinquenta mil), representados por 28.859.317 (Vinte e oito milhões e oitocentos e cinquenta e nove mil e trezentos e dezessete) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 27 de maio de 2022 foi deliberado aumento de capital pela assembleia geral extraordinária no montante de R$10.000.000,00 (dez milhões), gerando novas emissões de 5.264.086 (cinco milhões e duzentos e sessenta e quatro mil e oitenta e seis) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, homologado pela SUSEP em 12 de setembro de 2022, totalizando 34.123.403 (trinta e quatro milhões e cento e vinte e três mil e quatrocentos e três) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **20.2 - Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com a Lei. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, deverá constituir a Reserva de Investimento e Capital de Giro, que tem por finalidade assegurar investimentos no Ativo Permanente e acréscimo do Capital de Giro da Companhia, podendo, inclusive, absorver prejuízos. **20.3 - Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. O Estatuto Social ainda autoriza a Companhia, mediante proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia Geral, a declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço. **20.4 - Patrimônio líquido ajustado:** Nos termos da Resolução CNSP n° 432/21, as sociedades seguradoras deverão apresentar mensalmente, quando do fechamento dos balancetes mensais, patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). Tal Resolução alterou a forma de cálculo do PLA, inserindo nova forma de apuração através do lucro:

	31.12.2022	31.12.2021
a) Patrimônio líquido	**69.062**	**51.531**
b) Ajustes contábeis (c + d + e)	(17.676)	(10.714)
c) Despesas antecipadas	(1.652)	(229)
d) Ativos intangíveis	(16.024)	(8.498)
e) Ativos diferidos	–	(1.987)
f) Créditos tributários de diferenças temporárias	2.744	842
g) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	29.386	16.462
h) PLA de nível 1 (a + b - f)	48.642	39.975
i) PLA de nível 2	29.386	16.462
j) PLA de nível 3	2.744	842
k) Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e 3 e PLA de nível 3	(6.608)	(974)
PLA - Patrimônio Líquido Ajustado (h + i + j + k)	**74.164**	**56.305**

21 - ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

	31.12.2022	31.12.2021
Capital Base (CB) - I	**8.100**	**8.100**
Capital adicional baseado no risco de subscrição	35.834	20.922
Capital adicional baseado no risco de crédito	18.402	13.987
Capital adicional baseado no risco operacional	2.807	1.940
Capital adicional baseado no risco de Mercado	1.553	965
Benefício da correlação entre risco	(7.553)	(5.153)
Capital de Risco (CR) - II	**51.043**	**32.661**
Capital mínimo requerido (CMR) maior entre (I) e (II)	51.043	32.661
Suficiência de capital (PLA X CMR) deve ser maior que 0	**23.121**	**23.644**
Suficiência de capital (PLA x CMR) % deve ser > 0%	**45%**	**72%**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta liquidez de 45% equivalente a R$ 23.121 (72% equivalente a R$ 23.644 em 31 de dezembro de 2021).

22 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Seguindo as definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05, a Administração identificou como partes relacionadas à Companhia os seus administradores o Banco BMG S.A. cujos controles em última instância são detidos pelo mesmo acionista da Companhia. Também foram identificadas transações com as seguintes empresas do grupo: Cifra S.A. Crédito, Financiamento e Investimento; BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A.; BMG Leasing S.A. Arrendamento Mercantil. Todas as transações têm como base taxas praticadas pelo mercado.

Ativo Circulante	31.12.2022	31.12.2021
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		
Banco BMG S.A.	563	327
Banco Cifra S.A.	19	11
BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A.	86	30
BMG Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	2	6
Cifra S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	1	2.412
Total	**671**	**2.786**
Passivo Circulante		
Obrigações a pagar		
Banco BMG S.A.	149	793
Total	**149**	**793**
Resultado		
Prêmios emitidos		
Banco BMG S.A.	2.136	709
Banco Cifra S.A.	20	11
BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A.	684	128
BMG Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	22	14
Cifra S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	246	2.413
Despesas administrativas		
Banco BMG S.A.	(695)	(844)
Total	**2.413**	**2.431**

23 - DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a - Ramos de atuação

			31.12.2022
	Prêmio Ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Compreensivo Empresarial	9.737	243	12
Risco de Engenharia	3.521	33	23
Global de bancos	143	–	6
Riscos Diversos	8	–	13
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	451	–	17
Responsabilidade Civil	7	–	–
Responsabilidade Civil Profissional	1.103	–	18
Fiança Locatícia	26	–	19
Garantia Segurado - Setor Público	189.822	39	25
Garantia Segurado - Setor Privado	28.899	16	27
Total	**233.717**	**44**	**24**

			31.12.2021
	Prêmio Ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Compreensivo Empresarial	684	32	18
Risco de engenharia	71	–	25
Global de bancos	372	–	5
Riscos Diversos	15	–	7
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	10	–	20
Responsabilidade civil	8	–	–
Responsabilidade Civil Profissional	106	–	18
Fiança Locatícia	8	–	25
Garantia Segurado - Setor Público	147.941	2	22
Garantia Segurado - Setor Privado	15.145	(3)	28
Total	**164.360**	**1**	**23**

continua

BMG SEGUROS S.A. CNPJ: 19.486.258/0001-78

continuação **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS em 31 de dezembro de 2022** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b - Sinistros ocorridos

	Indenização Avisada (*)	Ressar-cimento	Variação IBNR	Variação PDR IBNR	Assistência 24 horas	31.12.2022 Sinistros Ocorridos
Compreensivo Empresarial	(23.559)	–	–	–	(65)	(23.624)
Risco de engenharia	(1.166)	–	–	–	–	(1.166)
Garantia Segurado - Setor Público	(67.944)	155	396	(80)	–	(67.473)
Garantia Segurado - Setor Privado	(3.348)	–	(1.190)	(192)	–	(4.730)
Total	**(96.017)**	**155**	**(794)**	**(272)**	**(65)**	**(96.993)**

(*) a variação significativa é relacionada a PSL Judicial, conforme a nota explicativa 7.5

	Indenização Avisada	Ressar-cimento	Variação IBNR	Variação PDR IBNR	Assistência 24 horas	31.12.2021 Sinistros Ocorridos
Compreensivo Empresarial	(186)	–	–	–	(35)	(221)
Garantia Segurado - Setor Público	(2.935)	1	313	–	–	(2.621)
Garantia Segurado - Setor Privado	(56)	–	394	70	–	408
Total	**(3.177)**	**1**	**707**	**70**	**(35)**	**(2.434)**

c - Custo de aquisição

	31.12.2022	31.12.2021
Comissão sobre Prêmio Emitido Direto	(70.367)	(50.580)
Comissão sobre Prêmio Emitido Cosseguro Aceito	(11.208)	(1.295)
RVNE Comissão	(6.775)	(1.385)
Recuperação Comissão sobre Prêmio Cosseguro Cedido	1.932	1.297
Comissão Diferida sobre Prêmio Emitido Direto	19.387	18.214
Comissão Diferida sobre Prêmio Emitido Cosseguro Aceito	5.519	(4.669)
RVNE Comissão Diferida	4.673	980
	(56.839)	**(37.438)**

d - Outras receitas e despesas operacionais

	31.12.2022	31.12.2021
Consórcio DPVAT	–	133
Despesas com cobrança	(1.167)	(278)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável - RVR	(405)	(183)
Outras despesas com operações de seguros (i)	(4.586)	(3.602)
Total	**(6.158)**	**(3.930)**

(i) Composto basicamente por despesas de comissões adicionais pagas à corretores de acordo com atingimento de metas.

e - Resultado com resseguro

	31.12.2022	31.12.2021
Prêmio de Resseguro Cedido Líquido	(142.990)	(87.049)
Recuperação de sinistros (*)	82.627	880
Despesas com sinistros	400	51
Repasse de ressarcimento	(39)	–
Variação da PPNG de Resseguro	44.052	14.576
Variação da Provisão IBNR de Resseguro	92	(494)
Variação da Provisão PDR s/ IBNR de Resseguro	127	(52)
Total	**(15.731)**	**(72.088)**

(*) a variação significativa é relacionada a PSL Judicial, conforme a nota explicativa 7.5.

f - Despesas administrativas	31.12.2022	31.12.2021
Despesas com pessoal	(34.105)	(22.346)
Despesas com serviços de terceiros	(14.633)	(9.263)
Despesas com localização e funcionamento	(5.712)	(2.922)
Despesas com publicidade e propaganda	(1.143)	(362)
Despesas com publicação	(107)	(136)
Outras despesas administrativas	(1.500)	(796)
Total	**(57.200)**	**(35.825)**

g - Despesas com tributos	31.12.2022	31.12.2021
COFINS	(5.899)	(3.906)
PIS	(958)	(634)
Taxa de Fiscalização	(954)	(939)
Impostos Estaduais	(8)	(6)
Impostos Municipais	(65)	(101)
Impostos s/remessa ao exterior	(32)	(127)
Total	**(7.916)**	**(5.713)**

h - Resultado financeiro	31.12.2022	31.12.2021
Receita Financeira	**20.637**	**6.757**
Título de Renda Fixa Publico	15.047	4.363
Fundo de investimento	2.000	1.163
Atualização de Depósitos Judiciais	2.872	–
Outras receitas financeiras	718	1.231
Despesa Financeira	**(3.504)**	**(812)**
Impostos s/ operação Financeira	(425)	(343)
Atualização de Depósitos Judiciais	(2.693)	–
Outras despesas financeiras	(386)	(469)
Total	**17.133**	**5.945**

24 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável. O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R$ 240 mil anuais. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 15%. O montante dos tributos registrados no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de recuperação de R$ 164 (R$ 3.496 em 31 de dezembro de 2021) para o Imposto de Renda e o valor de recuperação de R$ 473 (R$ 2.631 em 31 de dezembro de 2021) para a Contribuição Social.

	31.12.2022 IRPJ	31.12.2022 CSLL	31.12.2021 IRPJ	31.12.2021 CSLL
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	10.013	10.013	12.521	12.521
(–) Participações dos resultados	(867)	(867)	(514)	(514)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	**9.146**	**9.146**	**12.007**	**12.007**
Alíquota vigente (i)	25%	15%	25%	20%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(2.263)**	**(1.372)**	**(2.978)**	**(2.401)**
Incentivo fiscal	24	–	88	–
Lei do Bem	1.790	1.074	–	–
Outros	(497)	(81)	(651)	(257)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**1.317**	**993**	**(563)**	**(257)**
Total de imposto de renda e contribuição social D = A + B + C	**(946)**	**(379)**	**(3.541)**	**(2.658)**
Tributo diferido	1.110	852	45	27
Total	164	473	(3.496)	(2.631)
Alíquota efetiva (ii)	(2%)	(5%)	29%	22%

(i) Entre 01 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022 a alíquota da contribuição social foi de 16%, conforme MP 1.115/2022. (ii) A diminuição deve-se, principalmente ao reconhecimento dos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem).

25. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - IFRS/CPC

As IFRS's a seguir foram emitidos pelo IASB, entretanto não foram aprovadas pela SUSEP até o fechamento destas demonstrações financeiras, portanto, não causaram impacto nesse período: • A IFRS 9 - inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e não reconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018, com possibilidade de postergação para as Companhias de Seguros até a data efetiva da aplicação do IFRS 17. • A IFRS 17 - *Insurance Contracts* - foi emitida em maio de 2017 pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) objetivando contribuir com investidores e outros *stakeholders* a entender de forma mais adequada e transparente os aspectos de exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira das empresas de seguros. A IFRS 17 substituiu a IFRS 4 publicada em 2004 e referendada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC sob a nomenclatura de "CPC 11 - Contratos de Seguro" e pela SUSEP por meio da publicação da Circular SUSEP nº 379, de 19 de dezembro de 2008. O prazo para implantação da IFRS 17 - *Insurance Contracts* - é até 1º de janeiro de 2023, prazo este que necessita ser aprovado e referendado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Seguradora possui benefícios a empregados, sem as características de obrigações pós-emprego. O regime financeiro adotado é o de capitalização e o plano é classificado como um plano de contribuição definida. A Seguradora patrocina plano de previdência privada em favor dos seus funcionários e diretores, efetuando contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria e pensão, em um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), totalizando no exercício R$ 167 (R$ 159 em 31 de dezembro de 2021). O compromisso da Seguradora limita-se a realizar os aportes mensais calculados com base em percentuais sobre a folha de pagamento.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Banco Bmg S.A. (B3: BMGB4), em atendimento a Lei nº 6.404/76 e a Resolução CVM nº 44/21, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, foi celebrado um Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição, pela Bmg Participações em Negócios Ltda., subsidiária do Banco Bmg, 30% do capital social da BMG Seguros S.A. de titularidade da Assicurazioni Generali S.P.A. ("Generali"), por um valor de € 9 milhões, somado a compensação de R$ 20 milhões, devidos pela Generali à Bmg Participações em Negócios Ltda., em decorrência de obrigações assumidas entre tais partes em 29 de novembro de 2019, conforme detalhado em Comunicado ao Mercado divulgado pelo Banco Bmg naquela data. A conclusão da operação está sujeita a determinadas condições suspensivas usuais ao tipo de transação, incluindo a aprovação por autoridades regulatórias. Após a conclusão da operação, a Bmg Participações em Negócios Ltda. passará a deter 100% do capital social votante da BMG Seguros S.A.

DIRETORIA

Jorge Lauriano Nicolai Sant'anna – Diretor Presidente
Renata Oliver Coutinho – Diretora Vice-Presidente
Denis Jorge Namur Rangel – Diretor Administrativo Financeiro
Marcio Augusto Cimiton – Diretor

ATUÁRIO

Clayton Lafaiety Rodrigues Prates
MIBA nº 2695

CONTADOR

Eduardo Póvoa
CRC- 1SP 223.513/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da BMG Seguros S.A. é um órgão estatutário, criado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04/08/2020, tendo sido os seus membros aprovados pela Susep, conforme Carta homologatória Eletrônica nº 283/2020/GGRAT/DIR1/SUSEP, de 16/12/2020, com as respectivas posses ocorridas em 27/01/2021. No segundo semestre de 2022 o Comitê realizou 03 (três) reuniões, nas quais participaram os membros da administração, os auditores externos, os auditores internos e os responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles. Neste primeiro de 2023 foram realizadas outras duas reuniões, com a participação da auditoria externa, com vistas à avaliação final das demonstrações financeiras do segundo semestre/22, dentre outros assuntos. Com base nas informações recebidas, nas reuniões realizadas e nas avaliações e observações efetuadas, o Comitê entende que o sistema de controles internos, incluindo o Gerenciamento de Riscos da BMG Seguros, vem sendo constantemente aperfeiçoado e está adequado ao porte, complexidade e crescimento de seus negócios e avalia como efetiva a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria externa (PwC) e pelos trabalhos efetuados pela Auditoria Interna (KPMG). Os trabalhos realizados pelas auditorias interna e externa não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem afetar, de forma relevante, as informações refletidas das demonstrações financeiras. O Comitê reuniu-se com os auditores externos, analisou os procedimentos relacionados com o processo de preparação das demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como as práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das mesmas, verificando que estão alinhadas às normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O Comitê de Auditoria não recebeu, neste período, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Instituição que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a sua continuidade ou a integridade de suas demonstrações financeiras. Com base nas revisões e observações acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração da BMG Seguros S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício findo em 31/12/2022.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023
COMITÊ DE AUDITORIA

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas BMG Seguros S.A. **Escopo da auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da BMG Seguros S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da BMG Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 - Edifício B32
São Paulo - SP - Brasil - 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas BMG Seguros S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da BMG Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMG Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.

Carlos Augusto da Silva
Contador - CRC 1SP197007/O-2

ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE
ESTADÃO Pílula
EXCLUSIVA PARA ASSINANTES
Um resumo leve e descontraído do noticiário do dia, curadoria de temas inspiradores, além de links para manter-se bem informado(a).
Inscreva-se e receba em seu e-mail:
http://www.estadao.com.br/e/pilula
Sempre no fim do dia, de segunda a sexta.
UTILIZE O QR CODE PARA INSCREVER-SE

EULER HERMES SEGUROS S.A.

CNPJ 04.573.811/0001-32

Allianz | Allianz Trade

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em conformidade com as disposições legais, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Euler Hermes Seguros S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas, do relatório do auditor independente, do parecer dos auditores atuariais independentes e do relatório do comitê de auditoria. A partir de 28 de março de 2022, como parte da estratégia global de desenvolvimento, a Companhia, subsidiária integral do Grupo Allianz desde 2018, passou a comercializar seus produtos e serviços utilizando a marca **"Allianz Trade"**, reforçando ainda mais a robustez e a reputação junto ao mercado segurador brasileiro. O volume de negócios da Companhia atingiu R$ 196,3 milhões em prêmios ganhos no exercício, 42,9% superior aos R$ 137,3 milhões auferidos no mesmo período do ano anterior. A Companhia implementou iniciativas com foco em geração de novos negócios e retenção de seus clientes, tais como, (i) desenvolvimento de novos produtos, (ii) reforço da marca e de canais de distribuição e (iii) proximidade contínua dos clientes e corretores, oferecendo soluções diferenciadas e serviços de alto nível. A manutenção da boa performance comercial, a gestão rígida sobre os custos e despesas, com melhorias contínuas em termos de eficiência e produtividade, e o aumento da taxa de juros (SELIC), que impactou positivamente a carteira de investimentos da Companhia, contribuíram para alcançarmos o resultado esperado para o ano. A queda no lucro líquido do período, comparado ao mesmo período do ano anterior, deve-se a retomada de níveis regulares de sinistralidade em 2022 em contraste com a sinistralidade positiva não recorrente apresentada em dezembro de 2021 em decorrência do baixo volume de avisos e, principalmente, por conta da reversão de provisões, ora constituídas sob um cenário adverso vivido em 2020. A Companhia permanece focada em sua estratégia de crescimento e desenvolvimento no mercado segurador brasileiro, oferecendo novas soluções ao setor por meio de produtos e iniciativas digitais, bem como buscando maior proximidade com clientes e corretores. A Companhia adota política rígida de aceitação de riscos (*underwriting*), envidando seus esforços na manutenção e no monitoramento da exposição de riscos, com o intuito de proteger seus segurados e a própria solvência. A Companhia segue política conservadora e prudente para os seus investimentos, alinhada aos preceitos regulatórios. As políticas de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos seguem as diretrizes advindas do acionista, que determinam a alocação do lucro no próprio negócio. De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício. A Companhia monitora constantemente o nível de seu patrimônio líquido com vistas a garantir a manutenção do capital mínimo requerido. A Companhia apoia a iniciativa de colaboradores do Grupo Allianz que mantêm associação beneficente visando proporcionar oportunidades de crescimento pessoal e social à crianças e adolescentes em condições de baixa renda. Agradecemos a confiança de nossos acionistas, a parceria estabelecida com corretores, prestadores e resseguradores, a atenção e orientação prestadas pelos reguladores e, a dedicação, o profissionalismo e o comprometimento de nossos colaboradores. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.
A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**325.851**	**223.737**
Disponível		**19.018**	**5.809**
Caixa e bancos		19.018	5.809
Aplicações	5	**50.324**	**11.355**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**151.963**	**116.154**
Prêmios a receber	6(a)	136.387	114.561
Operações com seguradoras		621	284
Operações com resseguradoras	7	14.955	1.309
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	**93.181**	**76.854**
Títulos e créditos a receber		**470**	**322**
Títulos e créditos a receber		60	138
Créditos tributários e previdenciários	15(a)	407	162
Outros créditos		3	22
Outros valores e bens		**-**	**84**
Despesas antecipadas		**40**	**23**
Custos de aquisição diferidos	8	**10.855**	**13.136**
Seguros		10.855	13.136
Ativo não circulante		**139.273**	**113.620**
Realizável a longo prazo		**138.741**	**113.277**
Aplicações	5	**44.556**	**62.592**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**26.427**	**20.594**
Prêmios a receber	6(a)	25.900	20.050
Operações com seguradoras		527	544
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7 e 12(a)	**55.673**	**22.907**
Títulos e créditos a receber		**4**	**60**
Créditos tributários e previdenciários	15(a)	4	19
Depósitos judiciais e trabalhistas		-	41
Outros valores e bens		**511**	**1.004**
Custos de aquisição diferidos	8	**11.570**	**6.120**
Seguros		11.570	6.120
Imobilizado	9(a)	**276**	**343**
Bens móveis		276	343
Intangível	9(b)	**256**	**-**
Sistemas em desenvolvimento		256	-
Total do ativo		**465.124**	**337.357**

Passivo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**322.398**	**242.858**
Contas a pagar		**9.794**	**9.006**
Obrigações a pagar		3.696	3.859
Impostos e encargos sociais a recolher		4.117	3.574
Encargos trabalhistas		1.469	1.250
Impostos e contribuições	15(b)	512	323
Débitos de operações com seguros e resseguros		**142.084**	**100.349**
Premios a restituir		857	656
Operações com seguradoras		1.794	1.291
Operações com resseguradoras	10(a)	123.221	84.847
Corretores de seguros	10(b)	16.209	13.546
Outros débitos operacionais		3	9
Depósitos de terceiros	11	**273**	**180**
Provisões técnicas - seguros		**169.946**	**132.778**
Danos	12(a)	169.946	132.778
Outros débitos		**301**	**545**
Arrendamentos	13	301	467
Provisões trabalhistas	14	-	78
Passivo não circulante		**95.227**	**54.233**
Contas a pagar		**343**	**407**
Tributos diferidos		343	66
Obrigações a pagar		-	341
Débitos de operações com seguros e resseguros		**26.171**	**15.343**
Operações com seguradoras		4.311	2.381
Operações com resseguradoras	10(a)	17.126	9.604
Corretores de seguros	10(b)	4.734	3.358
Provisões técnicas - seguros		**68.503**	**37.973**
Danos	12(b)	68.503	37.973
Outros débitos		**210**	**280**
Arrendamentos	13	210	280
Patrimônio líquido	16	**47.499**	**40.266**
Capital social		58.445	58.445
Ajustes com títulos e valores mobiliários		196	71
Prejuízos acumulados		(11.142)	(18.250)
Total do passivo e patrimônio líquido		**465.124**	**337.357**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em milhares de reais

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos líquidos	18(a)	208.547	163.560
Variação das provisões técnicas	18(b)	(12.229)	(26.208)
Prêmios ganhos		**196.318**	**137.352**
Sinistros ocorridos	18(c)	(103.223)	(2.566)
Custo de aquisição	18(d)	(24.281)	(16.265)
Outras despesas e receitas operacionais	18(e)	181	(209)
Resultado com resseguro		**(39.421)**	**(77.535)**
Receita com resseguro	18(f)	86.201	838
Despesa com resseguro	18(g)	(125.622)	(78.373)
Despesas administrativas	18(h)	(23.046)	(19.965)
Despesas com tributos	18(i)	(4.106)	(3.443)
Resultado financeiro	18(j,k)	8.588	3.041
Resultado operacional		**11.010**	**20.410**
Resultado antes das participações		**11.010**	**20.410**
Ganhos e perdas com ativos não correntes		2	-
Resultado antes dos impostos e participações		**11.012**	**20.410**
Imposto de renda	15(b)	(1.651)	(3.733)
Contribuição social	15(b)	(1.005)	(2.544)
Participações sobre o resultado		(1.247)	(1.067)
Lucro líquido do exercício		**7.108**	**13.066**
Quantidade de ações no final do exercício	16(a)	126.872.645	126.872.645
Lucro Líquido por ação		0,06	0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em milhares de reais

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**7.108**	**13.066**
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	326	235
Efeitos tributários	(130)	(94)
Resultados abrangentes atribuíveis aos acionistas controladores	**7.304**	**13.207**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em milhares de reais

	Capital Social	Ajuste TVM	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de dezembro de 2020	**58.445**	**(70)**	**(31.316)**	**27.059**
Títulos e valores mobiliários	-	141	-	141
Lucro líquido do exercício	-	-	**13.066**	**13.066**
Em 31 de dezembro de 2021	**58.445**	**71**	**(18.250)**	**40.266**
Títulos e valores mobiliários	-	125	-	125
Lucro líquido do exercício	-	-	7.108	7.108
Em 31 de dezembro de 2022	**58.445**	**196**	**(11.142)**	**47.499**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em milhares de reais

	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.108	13.066
Ajuste para:		
Depreciações e amortizações	144	240
Ganho na alienação de imobilizado	(2)	-
Variação cambial	745	126
Perda (reversão de perdas) por redução do valor recuperável de ativos	181	204
Ativo fiscal diferido	131	94
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(20.933)	(28.635)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(41.642)	(9.984)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(49.093)	8.459
Títulos e créditos a receber - demais	56	(699)
Títulos e créditos a receber - créditos fiscais e previdenciários	(230)	2.271
Despesas antecipadas	(17)	(6)
Custos de aquisição diferidos	(3.169)	8.115
Fornecedores e outras contas a pagar	535	2.151
Impostos e contribuições	3.629	4.484
Débitos de operações com seguros e resseguros	52.563	11.632
Depósitos de terceiros	93	(934)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	67.698	(6.749)
Outros passivos	(544)	1.056
Caixa gerado pelas operações	**17.253**	**4.891**
Imposto de renda sobre o lucro pago	(2.149)	(4.226)
Contribuição social sobre o lucro pago	(1.669)	(2.809)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**13.435**	**(2.144)**
Atividades de investimento		
Baixa de imobilizado	52	
Aquisição de imobilizado e intangível	(384)	(9)
Caixa (aplicado) nas atividades de investimento	**(332)**	**(9)**
Aumento/ (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa no exercício	**13.102**	**(2.153)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**5.809**	**7.862**
Efeito de variação cambial sobre conta corrente em moeda estrangeira	**106**	**100**
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	**19.018**	**5.809**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Euler Hermes Seguros S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital fechado, controlada no Brasil pela Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda. A estrutura societária do Brasil está sob responsabilidade da Euler Hermes *Luxembourg Holding S.A.R.L.*, situada em Luxemburgo, que, por sua vez, é detida 55,22% pela Euler Hermes S.A., entidade localizada na Bélgica, e 44,78% pela Euler Hermes *North America Holding, Inc*, situada nos Estados Unidos, subsidiárias integrais da Euler Hermes Group SAS (França). A Euler Hermes é líder mundial no segmento de seguros de crédito, sendo subsidiária integral do Grupo Allianz, um dos maiores grupos seguradores do mundo. Seu controlador em última instância é a Allianz SE, situada na Alemanha. A partir de 28 de março de 2022, como parte da estratégia global de desenvolvimento, a Companhia, subsidiária integral do Grupo Allianz desde 2018, passou a comercializar seus produtos e serviços utilizando a marca **"Allianz Trade"**, reforçando ainda mais a força e a reputação junto ao mercado segurador brasileiro. A Companhia, com sede em São Paulo, situada à Rua Eugênio de Medeiros, 303 - 4º andar, atua em todo o território nacional, oferecendo cobertura para os ramos de seguros de crédito, doméstico e à exportação, e garantia pública e privada. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2023. **1.1 Impactos Covid-19 (Coronavírus):** A pandemia do Covid-19 desenvolveu-se rapidamente em 2020, com um número significativo de casos. Internamente, foram adotadas todas medidas de segurança para mitigar seus efeitos, além de garantir o fornecimento de equipamentos essenciais aos colaboradores para execução das atividades em *home office*. Graças ao constante gerenciamento de indicadores, projeções e controle de exposição ao risco, foi possível minimizar os efeitos da crise e entregar bons resultados. A Companhia seguirá com o monitoramento do fluxo de caixa e resultado, bem como atentar às orientações/sugestões de órgãos reguladores e governos, em paralelo, fazer o melhor para continuar as operações com excelência e da forma mais segura possível, sem comprometer a saúde dos clientes, parceiros e colaboradores. A Allianz Trade Brasil, mesmo diante do cenário mundial adverso, apresentou volume de negócios de R$ 196.318 prêmios ganhos no exercício, 42,93% superior aos R$ 137.352 auferidos no ano anterior. A queda no lucro líquido do exercício, comparado ao mesmo período do ano anterior, deve-se à sinistralidade positiva não recorrente apresentada no primeiro semestre de 2021 em decorrência do baixo volume de avisos e, principalmente, por conta da reversão de provisões, ora constituídas sob um cenário adverso vivido em 2020. **1.2 Avaliação dos impactos da guerra na Ucrânica nos negócios:** A Companhia no momento não mantém nenhum risco em *buyers* russos ou ucranianos. No entanto, pelo destaque do tema na economia, apresenta-se nota sobre os impactos nos negócios de seguros e, especificamente, no Brasil. As medidas públicas aplicadas em 2021, para relançar a economia em contexto "pós Covid," impactaram positivamente o volume de negócios no setor de seguros de crédito. Porém, após melhoria nos indicadores macroeconômicos na segunda metade de 2021, os cenários para a economia mundial agravaram-se desde fevereiro de 2022, com o cenário de guerra na Ucrânia. A agressão militar da Rússia à Ucrânia, pressionando os preços da energia e impondo bloqueios no acesso às matérias-primas, com consequente espiral inflacionista, reativaram volatilidade e incerteza, o que justifica maior esforço de adaptação aos operadores econômicos e incremento do risco de crédito. A deterioração da situação econômica poderá conduzir a um aumento de sinistralidade em 2023.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio. Na elaboração das demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação da Circular SUSEP nº 648/2021, alterada pela Circular SUSEP nº 678/2022, em conjunto com as orientações contidas no Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis ao Mercado Segurador, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1), além das instruções contidas na Resolução CNSP nº 432/202, com as disposições previstas para as provisões técnicas, capitais de risco, patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido, em conjunto com o Manual de Orientações Sobre Provisões Técnicas e o Manual Manual de Orientações Sobre Redutores da Necessidade de Cobertura das Provisões Técnicas por Ativos Garantidores. **b) Reclassificação das antecipações de imposto de renda e contribuição social:** Para fins de melhor apresentação e para manter a comparabilidade entre os exercícios cobertos por essas demonstrações financeiras, a Companhia passou a apresentar em seu balanço patrimonial as antecipações de imposto de renda e contribuição social como redutoras das provisões no Passivo Circulante, conforme previsibilidade no Plano de Contas das seguradoras disposto na Circular SUSEP nº 648/2021. Não foi apresentado o balanço patrimonial em três colunas (apresentação de saldo de abertura),visto que se trata apenas de uma reclassificação entre contas de ativo e passivo. A reclassificação em 1º de janeiro de 2022 (saldo de abertura) foi de R$ 6.115. **c) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas sob o regime de competência. Os registros estão mensurados de acordo com o custo amortizado, com exceção dos ativos financeiros que são mensurados ao valor justo para as categorias "valor justo por meio do resultado" e "valor justo por meio do resultado abrangente". **d) Moeda funcional:** A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real. Exceto quando mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais (R$(000)), arredondados pela casa decimal mais próxima. **e) Estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) as informações sobre as incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 5- Aplicações (mensuração ao valor justo). • Nota 6- Prêmios a receber (Redução ao valor recuperável). • Nota 12 - Provisões técnicas - seguros (cálculos atuariais).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Contratos de seguros: A Administração avaliou que suas operações atendem todas as características de "Contratos de Seguros", de acordo com as determinações previstas no CPC 11 - Contratos de Seguros. As operações de cosseguros aceitos e resseguros também se enquadram na característica de um "Contrato de Seguro", pois se tratam de transferências de riscos de seguro significativo e, portanto, são reconhecidas pelos mesmos critérios das operações de seguros. Os resseguros são contratados com vistas a assegurar o cumprimento do limite de retenção da Companhia e a mitigar perdas expressivas, compartilhando e diversificando o risco abrangido pelo contrato de seguro. Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de seguros são apresentados brutos de resseguro e líquidos de cosseguro, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que os contratos de cosseguro e resseguro não eximem a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os prêmios de seguros, os prêmios de cosseguros aceitos e cedidos, os prêmios de resseguros cedidos, e os respectivos custos de aquisição são registrados por ocasião da emissão das apólices e reconhecidos no resultado no transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. Os contratos de resseguro não proporcionais (excesso de danos) são registrados no momento da aceitação do risco por parte do ressegurador e o respectivo prêmio é reconhecido no resultado no decorrer do período de cobertura dos riscos abrangidos pelo referido contrato de resseguro. As operações contratadas, cujo período de risco está em curso, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes mas não emitidos), são registradas por estimativa e segundo critérios descritos no item (h) a seguir. **(b) Caixa e bancos:** Representam numerário disponível em caixa e em contas correntes. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo. São monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "Caixa e bancos". **(c) Instrumentos financeiros:** Compreendem, principalmente, aplicações financeiras e créditos das operações com seguros, cosseguros e resseguros. São classificados conforme seguem: **i. Valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos alinhadas ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **ii. Valor justo por meio de resultado abrangente:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos, e que não tenham sido classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados pelo valor justo, e o ajuste ao valor justo é reconhecido em outros resultados abrangentes e apresentados no patrimônio líquido, pelo seu valor líquido de efeitos tributários. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **iii. Recebíveis:** São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os prêmios a receber que são registrados no grupo "Créditos das operações com seguros e resseguros". **Redução ao valor recuperável:** Os ativos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, são avaliados na data do levantamento das demonstrações financeiras visando apurar eventuais evidências objetivas de perdas destes valores. Essas evidências podem estar relacionadas a atrasos de pagamentos por parte de devedores, dúvida razoável de realização de créditos e declínio significativo ou prolongado do valor justo em relação ao valor de custo de um instrumento patrimonial. A reversão dessas reduções ocorrerá caso haja mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável de um ativo financeiro. Uma provisão para riscos de crédito sobre prêmios a receber é constituída de acordo com estudo interno baseado em dados históricos, que representa a melhor estimativa da Administração em relação a possíveis perdas incorridas. O estudo, revisado semestralmente, determina um percentual médio de perdas históricas efetivas que é aplicado sobre as parcelas em atraso de prêmios a receber. **(d) Ativos de resseguros e operações com resseguradoras:** Os ativos de resseguros compreendem: (i) prêmios de resseguros diferidos das apólices, líquidos das respectivas comissões, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura ainda não expirou, e incluem variação cambial para riscos emitidos em moeda estrangeira, e também a parcela de resseguro sobre as

continua

continuação

provisões técnicas constituídas. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado; e (ii) parcelas correspondentes às indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores. A Companhia constitui provisão para risco de crédito pelo valor integral das parcelas de resseguro a recuperar vencidas há mais de 180 dias. **(e) Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou aplicação e são compostos substancialmente por móveis e utensílios, equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros. As depreciações são calculadas e reconhecidas no resultado pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens, baseado em fatores históricos, parâmetros de mercado e obrigações contratuais. O método para definição da vida útil-econômica de um ativo imobilizado é revisto periodicamente e, caso haja constatação de alterações significativas no prazo estimado, as mesmas são reconhecidas. **(e) Ativo intangível:** Os gastos com aquisição e implantação de "*softwares*" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando viabiidade econômica. As despesas relacionadas à manutençao de "*sotware*" são reconhecidas no resultado quando ocorridas. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. **(f) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. **(g) Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual que excede a R$ 240. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada a alíquota de 15%. Em 1º de julho de 2021 a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido para empresas do setor de seguros privados foi majorada em 5%, passando para 20%, até o dia 31 de dezembro de 2021, retornando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2022. Em 2022, houve a majoração na alíquota da CSLL, conforme MP 1.115 convertida pela Lei nº 14.446/2022, de 15% para 16% no período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. As despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreendem os impostos correntes que são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionadas à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar (ou a recuperar) esperado sobre o lucro (prejuízo) tributável do exercício, às taxas correntes na data base. O imposto diferido é reconhecido sobre os prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com determinações da SUSEP, e são calculados às alíquotas praticadas na data base. Os ativos e passivos gerados pelo diferimento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são revisados periodicamente, por ocasião do encerramento do balanço patrimonial, ou de outro fator relevante detectado no período, e são ajustados à medida em que haja qualquer dúvida na probabilidade de realização dos impostos diferidos. Os ativos e passivos fiscais diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para a sua apresentação no balanço patrimonial. **(h) Provisões técnicas:** A Companhia constitui suas provisões técnicas em conformidade com as determinações da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, da Circular SUSEP n° 432/2021. **• Provisão de prêmios não ganhos - PPNG**: Constituída pelas parcelas de prêmio direto e cosseguro aceito correspondente ao período de risco a decorrer, calculado em bases *pro rata dia*, e inclui estimativa dos riscos vigentes mas não emitidos (RVNE), bem como variação cambial para riscos emitidos em moeda estrangeira, decorrente da flutuação da taxa de câmbio entre a data da emissão do risco e a data de levantamento das demonstrações financeiras. A parcela relativa a RVNE é constituída para fazer frente a riscos provenientes de apólices que, por questões operacionais, ainda não foram formalmente emitidas mas já possuem riscos cobertos pela Companhia. A provisão é mensurada com base em método atuarial que visa a construção de triângulos de desenvolvimento de prêmios, entre as datas de início de vigência dos riscos e de emissão da apólice/endosso. Os valores são alocados aos ramos contábeis, conforme critério definido em Nota Técnica Atuarial (NTA). **• Provisão de sinistros a liquidar (PSL):** Constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do levantamento das demonstrações financeiras. Contempla estimativas para demandas judiciais, registradas segundo política interna, que determina a contabilização de um percentual do valor reclamado em razão da expectativa de perda da causa (Provável: 100%; Possível: 50% e Remoto: 0%), suportado pela opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia. Além disso, contempla variação cambial para riscos emitidos em moeda estrangeira e considera estimativas para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), apurado pela estimativa da evolução ou desenvolvimento de sinistros avisados e ainda não liquidados, calculado por meio da metodologia de desenvolvimento de sinistros incorridos, utilizando o modelo matemático "triângulo de *run-off*" considerando o período histórico de 24 meses agrupados por trimestres. Os sinistros avisados expostos em moeda estrangeira incluem também a respectiva variação cambial gerada pela flutuação da taxa de câmbio entre a data de registro do sinistro e a data base das demonstrações financeiras. **• Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR):** Constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados. Abrange também estimativas para IBNER. Para os ramos de crédito, o cálculo é realizado com base no método de desenvolvimento de sinistros incorridos que visa estimar os sinistros finais, ou seja, o total de sinistros esperados para um determinado período de ocorrência. Para o cálculo, utilizamos modelo matemático "triângulo de *run-off*" considerando o período histórico de 72 trimestres. O cálculo para os ramos de garantia leva em consideração o método de sinistralidade inicial esperada e o método de Bornhuetter-Ferguson, obtidos com base em dados de sinistros anuais disponibilizados pela SUSEP para o respectivo ramo, padrão de sinistros incorridos dos ramos de crédito e premissas de sinistralidade utilizadas para precificação contidas em nota técnica de carteira do produto. **• Provisão de despesas relacionadas (PDR):** Estabelecida para cobrir despesas esperadas relacionadas a sinistros. Estimada com base na razão histórica entre as despesas diretamente relacionadas aos pagamentos de sinistros e os pagamentos de sinistros líquidos destas despesas para todo o período de experiência disponível. O percentual apurado é aplicado sobre a provisão de sinistros à liquidar e sobre a provisão de sinistros ocorridos mas não avisados. **• Teste de adequação de passivos - TAP:** Conforme requerido pelo CPC 11, na data do levantamento das demonstrações financeiras deve ser elaborado o teste de adequação de passivos para todos os contratos em curso na data da execução do teste. Realizado de acordo com a Circular SUSEP n° n° 432/2021, esse teste visa avaliar a necessidade de eventuais ajustes nas provisões técnicas constituídas nas demonstrações financeiras. Caso haja diferença positiva entre o resultado do TAP e as provisões técnicas constituídas, líquidas dos custos de aquisição diferidos e de ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros, tal diferença deverá ser reconhecida nas demonstrações financeiras. A metodologia utilizada compara o valor presente dos passivos atuariais com as provisões técnicas correspondentes a esses passivos para os ramos de crédito interno, crédito à exportação e garantia. Foram adotadas as premissas de sinistros ainda não pagos, sinistros a ocorrer, despesas administrativas, outras receitas e despesas diretamente relacionadas ao contrato, outras receitas e despesas operacionais e ressarcimentos. Os fluxos de caixa em valores nominais foram descontados a valor presente com base na estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) definidas pela SUSEP. Quando o indexador da obrigação é o dólar americano, a curva de juros adotada é a cambial. O resultado do teste de adequação realizado para as datas-bases de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados nas datas-bases. **(i) Provisões judiciais (não relacionadas a sinistros):** São constituídas provisões pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Ações judiciais classificadas como possível, embora não sejam registradas, serão digulgadas nas Demonstrações Financeiras. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo. As contingências passivas são avaliadas pela Administração de forma individualizada, em conjunto com seus assessores jurídicos externos. **(j) Benefícios aos empregados:** As obrigações com benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas em bases sem desconto e são lançadas como despesa a medida que o serviço inerente ao benefício é prestado. A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores mantido junto à Mapfre Previdência S.A., na modalidade de contribuição definida. O montante reconhecido como despesa nos planos de contribuição definida para funcionários totalizou R$ 106 (R$ 350, em 2021). A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. **3.1 Novas normas internacionais:** Os seguintes normativos foram divulgados pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) mas ainda não são aplicáveis para o período de 2022, tendo em vista que Superintendência de seguros Privados (SUSEP) ainda não os aprovou para esse exercício: **• IFRS 17 (CPC 46) - Mensuração ao valor justo**: estabele em uma única estrutura para a mensuração do valor justo e estabelece divulgações sobre mensurações do valor justo.Foi aprovado pela SUSEP, através da Circular 678/2022, para ser aplicado a partir de 1º de janeiro de 2024. **• CPC47 - Receita de contrato com o cliente**: estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente. O princípio básico deste pronunciamento consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Foi aprovado pela SUSEP, através da Circular 678/2022. Será aplicado a partirde 1º de janeiro de 2024 **• /IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros**: estabelece princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros que devem apresentar informações pertinentes e úteis aos usuários de demonstrações contábeis para a sua avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade. Foi referendado pela SUSEP, dentro das determinações da contabilidade local (SUSEP GAAP), conforme disposição contida no artigo nº 138. Será aplicado a partir de 1º de janeiro de 2024. **• IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguro**: O IASB emitiu a IFRS 17, em substituição à IFRS 4 - Contratos de Seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é garantir que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm na posição financeira da entidade, desempenho financeiro e fluxos de caixa.O respectivo CPC ainda não foi aprovado pela SUSEP. A Companhia está avaliando junto ao Grupo os possíveis impactos em sua operação. **3.2 Normativos relativos a seguros: a) Circular SUSEP nº 652/2022:** Em vigor desde 1º de março de 2022, dispõe sobre a definição de pendência, que contém orientações sobre as penalidades cabíveis, as ocorrências verificadas pela SUSEP no exercício de suas atividades com destaque para aspectos financeiros: (a) constituição incorreta de provisões técnicas; (b)insuficiência de ativos garantidores de provisões técnicas; (c) patrimônio líquido ajustado (PLA) menor que capital mínimo requerido (CMR); e (d) não pagamento da taxa de fiscalização SUSEP. Esses temas são muito importantes para a Companhia que busca manter uma melhoria continua dos processos para ter uma base dados consistente para as provisões técnicas, e também revisa mensalmente os ativos garantidores em relação às provisões técnicas, mantendo dessa forma a garantia da solvência. Sobre a taxa de fiscalização SUSEP, proativamente, a Companhia obtém as guias de recohimento para manter essa obrigação em dia. **b) Circular SUSEP nº 416/2021:** Dispõe sobre o Sistema de Controles Internos, a Estrutura de Gestão de Riscos e a atividade de Auditoria Interna. A Companhia está realizando internamente estudo para adequação das disposições impostas pelo órgão regulador. Até a publicação dessas demonstrações financeiras ainda não houve a conclusão do plano de ação e impactos envolvidos. **3.2 Normativos relativos a tributos:** A presente Medida Provisória nº 1.115/2022, determina a aplicação, até 31 de dezembro de 2022, da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido equivalente a 21% (vinte e um por cento), no caso de bancos de qualquer espécie, e 16% (dezesseis por cento), no caso de pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. Em 2022, houve a majoração na alíquota da CSLL, conforme MP 1.115 convertida pela Lei nº 14.446/2022, de 15% para 16% no período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, subsidiária integral do Grupo Allianz, estrutura seu gerenciamento de riscos corporativos promovendo e disseminando uma cultura interna voltada a gestão de riscos. Tal prática visa proteger a base de capital do Grupo e identificar riscos potenciais, que auxiliam na gestão e tomada de decisões. O processo de gerenciamento de riscos está apoiado na estrutura de controles internos, auditoria interna e *compliance*, e abrange todas as camadas da Companhia. A Companhia comercializa no Brasil somente produtos dos segmentos de crédito e garantia e, portanto, gerencia seus riscos com ênfase nas características específicas desses produtos. Dentro de um contexto de governança corporativa, o gerenciamento dos riscos da Companhia está amparado (i) pela formalização de normas e políticas internas, que alinham as práticas aos processos e procedimentos definidos pelo Grupo, bem como a requerimentos legais, (ii) por treinamentos aos seus colaboradores, com foco no engajamento às práticas legais e do Grupo, (iii) por constante análise e monitoramento das práticas atuais, visando acompanhar as tendências de desenvolvimento dos negócios e garantir a manutenção do gerenciamento de riscos adotado e (iv) pela constituição de comitês, com objetivos e responsabilidades definidos, conforme seguem: **a) Comitê de gestão:** Formado pela Diretoria local, o comitê de gestão visa discutir semanalmente assuntos relevantes em andamento relativos a estratégia de atuação, evolução e tendência de resultados, cumprimento de políticas e *guidelines* definidos pela Companhia e pelo Grupo, e ações necessárias para manutenção de regras e procedimentos. **b) Comitê de riscos:** Com periodicidade mensal, os integrantes do departamento de Risco reunem-se com os principais executivos responsáveis pela função no âmbito da Região Américas para tratar de questões inerentes à subscrição de riscos. Neste comitê são discutidos critérios utilizados no estabelecimento de crédito aos compradores elencados nas apólices de seguros de crédito e garantia, assegurando-se que os mesmos estejam alinhados às políticas e aos *guidelines* da Companhia. **c) Comitê de sinistros:** Estabelecido para acompanhar os casos de sinistros em curso, bem como o andamento de cobranças ativas e os impactos dessas ocorrências para o resultado da Companhia. O ponto focal do comitê é discutir tendências de variações da sinistralidade, avaliar casos de sinistros ocorridos fora da curva normal esperada e implementar ações para mitigar o risco de que eventos como estes sejam recorrentes. Este comitê reune-se mensalmente e é composto por integrantes das áreas de Sinistros, Finanças, Subscrição comercial e Risco. **d) Comitê de Administração:** Formado por vice-presidentes responsáveis pela Região Américas e representantes dos acionistas, que em conjunto com a diretoria local, reunem-se semestralmente para tratar da estratégia do Grupo e de assuntos relevantes que devem ser considerados para questões de gerenciamento de riscos do negócio. Os principais riscos monitorados pela Companhia estão apresentados como se seguem: **a) Risco de seguro:** Trata-se de risco significativo transferido por qualquer contrato que exista incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro). Os riscos de seguro são gerenciados sob o suporte de dois pilares principais, sendo eles: políticas de subscrição comercial e políticas de subscrição de risco. Ambos estão amparados por rígidas estruturas, cujos *guides* são fornecidos e praticados pelo Grupo em escala global. O Grupo administra um banco de dados com mais de 40 milhões de empresas cadastradas ao redor do mundo que serve de fundação para aplicação e cumprimento da política de subscrição de riscos. A compilação desses dados fornece uma análise detalhada da situação financeira da empresa analisada e, em conjunto com o cenário macro econômico de seu setor de atuação, permite subscrever riscos comerciais e de crédito com níveis de segurança avançados. A subscrição comercial é regida por políticas operacionais e definição de processos baseados em modelos próprios que levam em consideração características dos seguros de crédito e garantia, experiências históricas e premissas atuariais. **Análise de sensibilidade:** deve demonstrar os principais impactos que podem ser gerados sobre o resultado e o patrimônio líquido da Companhia no caso de variações favoráveis ou desfavoráveis em premissas, e variáveis observadas nos contratos de seguros e de investimentos da Companhia, considerando a característica e o perfil desses contratos. Testes de sensibilidade requerem avaliações e projeções subjetivas que, mesmo amparadas por dados históricos e de mercado, possuem limitações nos resultados obtidos. O teste de sensibilidade levou em consideração a realização de estresses nos percentuais de acréscimo ou diminuição na ordem de 25% e 50% sobre os sinistros ocorridos no exercício, com o objetivo de verificar o impacto, líquido de efeitos fiscais, no resultado e no patrimônio líquido da Companhia, e os resultados foram os seguintes.

	Bruto de Resseguro		Líquido de Resseguro	
Variável	**25%**	**50%**	**25%**	**50%**
Sinistros	30.484	30.967	4.481	8.962

Política de resseguro: Substancialmente, os riscos vigentes da carteira de seguro de crédito e garantia da Companhia está ressegurada com o ressegurador local Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A. (AGCS) por meio de contratos de quota parte e excesso de danos. O *run off* de negócios emitidos com início de vigência anterior a 30 de junho de 2013 está sob cobertura do IRB Brasil Re S.A.. Os contratos vigentes para os ramos de crédito com a AGCS, definem cessão de 50% para negócios gerados localmente (75% para ano de subscrição 2018 e anteriores) e 95% para negócios globais. O contrato de excesso de danos visa proteger a exposição da carteira contra eventuais sinistros vultosos, garantindo cobertura quando a participação proporcional da Companhia sobre uma perda exceder o seu limite de retenção. Os riscos vigentes das apólices do ramo garantia estão resseguradas 60% com o ressegurador eventual Euler Hermes North America Insurance Company e 40% com o ressegurador local AGCS na modalidade quota parte. Os riscos cedidos podem variar de 90% a 100%, de acordo com faixa do montante de exposição de cada tomador do seguro. Os dados históricos de relacionamento com os resseguradores citados não apresentam estatística de inadimplência efetiva ao longo da vigência dos contratos. A seguir está apresentado um resumo das operações de resseguro realizadas no exercício de 2022:

Contratos de resseguros e discriminação do ressegurador:
Contratos proporcionais - Quota parte

Ressegurador	Classe	Ramo	Categoria (rating)	Prêmio emitido (Nota 18a)	Prêmio cedido (Nota 18g)	% médio cedido	Comissão (Nota 18d)
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito doméstico	A. M. Best "A+"	136.814	99.820	73%	29.756
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito à exportação	A. M. Best "A+"	19.652	10.668	54%	3.803
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Garantia	A. M. Best "A+"	25.991	27.779	107%	9.452
Euler Hermes North America Insurance Company	Eventual	Crédito doméstico	S&P "AA"	14.222	14.222	100%	4.836
Euler Hermes North America Insurance Company	Eventual	Garantia	S&P "AA"	11.868	11.868	100%	6.285

Contratos não proporcionais - Excesso de danos

Ressegurador	Classe	Ramo	Categoria (rating)	Prioridade	Limite máximo
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito à exportação	A. M. Best "A+"	R$ 1.650	R$ 48.015
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito doméstico	A. M. Best "A+"	R$ 1.650	R$ 495.000

• Concentração de riscos: O risco do seguro de crédito, analisado de maneira pura e conceitual, está localizado na carteira de clientes da empresa que compra produtos ou serviços de uma empresa detentora de apólice de seguro de crédito (segurado). Dessa forma, a carteira de clientes de cada segurado é nomeada pela Companhia e pode conter características específicas quando analisadas sob a ótica de concentração, sendo que, na perspectiva de risco, para os ramos de crédito doméstico e à exportação, o setor de atuação e o país dos compradores são os mais relevantes, respectivamente. Da mesma maneira, o crédito estabelecido para um determinado comprador pode ser dinâmico, sendo ampliado ou reduzido a qualquer momento, a medida que o monitoramento desse risco aponte uma tendência de aumento ou degradação da qualidade financeira-econômica desse comprador e respectivas carteiras de clientes. Para obter uma estimativa da concentração do risco inerente às apólices em curso, apresenta-se a seguir a exposição total dos limites de crédito ativos na data base do encerramento das demonstrações financeiras, segregados (i) pelos principais setores de atuação dos compradores, segundo critérios de classificação do Grupo Euler Hermes, para o ramo de crédito doméstico e (ii) por países, para o ramo de crédito à exportação.

Exposição dos limites de crédito em 31 de dezembro de 2022
Crédito doméstico
Em milhões de reais

	31/12/2022		31/12/2021	
Setor	**Exposição**	**Reprentatividade**	**Exposição**	**Reprentatividade**
Varejo	11.387	22%	7.993	23%
Alimentos	6.178	12%	4.372	12%
Metal	5.733	11%	4.107	12%
Serviços	5.122	10%	3.367	10%
Químico	4.087	8%	2.242	6%
Construção	2.941	6%	2.395	7%
Máquina e Equipamentos	2.478	5%	1.674	5%
Automotivo	1.841	4%	1.243	4%
Energia	1.624	3%	1.419	4%
Comodities	1.441	3%	1.114	3%
Outros	**7.923**	**16%**	**5.290**	**14%**
	50.755	**100%**	**35.216**	**100%**

Exposição dos limites de crédito em 31 de dezembro de 2022
Crédito à exportação
Em milhões de dólares

	31/12/2022		31/12/2021	
País	**Exposição**	**Reprentatividade**	**Exposição**	**Reprentatividade**
Colombia	1.802	21%	303	22%
USA	1.452	17%	224	16%
Argentina	1.237	15%	195	14%
Chile	828	10%	207	15%
Panamá	454	5%	-	0%
Mexico	303	4%	121	9%
Alemanha	254	3%	22	2%
China	227	3%	23	2%
Cingapura	207	2%	33	2%
Suíça	130	2%	28	2%
Hong Kong	-	0%	21	1%
Outros	**1.558**	**18%**	**222**	**15%**
	8.452	**100%**	**1.399**	**100%**

(*) Os valores elencados como "Outros", embora sejam representativos quando comparados ao montante total em exposição, possuem alto grau de pulverização e, assim, se analisados individualmente, não representam mais do que 3% do total do risco subscrito.

Além disso, de acordo com as características do produto, ainda restam exposições de riscos com características discricionárias subscritas nas apólices, que podem ser alocadas pelos segurados de acordo com sua conveniência e necessidade operacional, desde que observados os limites determinados nos contratos de seguro e a política de subscrição de risco da Companhia. Para essa parcela, inviabiliza-se qualquer monitoramento com vistas à concentração de riscos tratadas anteriormente. O risco do seguro garantia está localizado no tomador da apólice, ou seja, naquele que contrata cobertura sobre um risco de incapacidade financeira de performar determinado contrato de serviço ou obrigação decorrente de uma demanda judicial. Para fins de concentração de risco, a Companhia busca alocar sua exposição em *ratings* de alta qualidade, segundo métricas internas de avaliação de riscos. Na data base do encerramento das demonstrações financeiras, a Companhia possuía R$ 10,8 bilhões (R$ 8,35 bilhões em 2021) em exposição ativa, sendo 61% alocada em *ratings* classificados como bom ou ótimo (66% em 2021) e 38% em *ratings* classificados como medianos (34% em 2021). Toda a exposição demonstrada para os ramos de crédito, inclusive a exposição de riscos com característica discricionária, está ressegurada pelo ressegurador local AGCS Resseguros Brasil S.A. no regime de participação proporcional e excesso de danos. A totalidade da exposição do ramo de seguro Garantia está ressegurado 60% com o ressegurador eventual Euler Hermes North America Insurance Company e 40% com o ressegurador local Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A. na modalidade quota parte. A Administração entende que a concentração de riscos nestes resseguradores é mitigada por tratar-se de contraparte com alta qualidade e solidez, *ratings* de crédito A.M. Best "A+" e S&P "AA", e pela entidade receber supervisão direta do órgão regulador do setor. **b) Risco de crédito:** Refere-se ao risco da contraparte de uma operação financeira desejar não honrar ou sofrer alterações significativas em sua situação patrimonial-financeira que afete a capacidade de cumprir suas obrigações contratuais, podendo gerar algum tipo de perda à Companhia. Na operação de seguro, a exposição ao risco de crédito está atrelada a capacidade de pagamento dos prêmios de seguros por parte dos segurados. Como a Companhia opera somente em ramo de seguro cuja característica é de risco a decorrer, a exposição ao risco de crédito é sensivelmente reduzida, já que a cobertura é fornecida somente mediante pagamento do prêmio de seguro correspondente. Além disso, no processo de subscrição comercial, o proponente é avaliado por meio de pesquisas cadastrais. Devido aos riscos significativos subscritos nas apólices, a Companhia mantém contratos de resseguros que também estão expostos ao risco de crédito. Atualmente, por questões estratégicas, esses contratos são firmados com um único ressegurador local e com um único ressegurador eventual que fazem parte do Grupo Allianz, ressaltando-se que ainda restam exposições vigentes (Sinistros a liquidar) relativos ao run-off de contratos assinados anteriormente com outro ressegurador local. Para gerenciamento dos riscos inerentes a operação, leva-se em conta a qualidade de crédito da contraparte, o rating atribuído por agências classificadoras de risco e o histórico de perdas no relacionamento. Ainda em relação ao risco de crédito, a Companhia segue política conservadora de investimentos, buscando alocar seus recursos em ativos de alta qualidade. A totalidade dos investimentos está alocada em títulos da dívida pública federal, cujo risco de crédito tende a zero, ou fundos de investimentos DI, administrados por bancos de primeira linha, onde a composição da carteira atinge aproximadamente 95% em títulos da dívida federal. O quadro a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, segregada por classe, na data base do levantamento das demonstrações financeiras:

Composição da carteira:	A.M. Best "A+"	A.M. Best "A-"	S&P "BB-"	Sem rating	Saldos em 31/12/2022
Caixa e bancos	-	-	19.018	-	19.018
Títulos públicos (*)	-	-	70.546	-	70.546
Fundos de investimentos	-	-	24.334	-	24.334
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	162.287	162.287
Crédito com seguradoras	-	-	-	1.148	1.148
Ativos de resseguros - provisões técnicas (sinistros pendentes e a recuperar, IBNR e PDR)	148.854	14.955	-	-	163.809
Exposição máxima ao risco de crédito	**148.854**	**14.955**	**113.898/**	**148.325**	**441.142**

(*) Risco soberano do Tesouro Nacional

• Gestão de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. **• Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital:** Em atendimento à Resolução CNSP n° 432/21, e atualizações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). **c) Risco de mercado:** Associado à possibilidade de perda por oscilações de preços e taxas, em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas. As atividades da Companhia são estritamente de curto prazo, em que o passivo está atrelado às variações dos índices de inflação. Os investimentos são atrelados, substancialmente, à variação do depósito interfinanceiro (DI), e portanto, a operação não requer modelos sofisticados de gestão de risco de mercado. **Teste de sensibilidade:** O teste aplicado visa capturar efeitos nos investimentos da Companhia, considerando cenários de flutuações na taxa de juros de mercado. A seguir, apresentam-se os impactos, líquidos de impostos, no resultado e no patrimônio líquido, fruto do resultado de estresse de juros de carteira de aplicações de investimentos na ordem de 1 ou 5 pontos percentuais de acréscimo ou diminuição, na data base 31 de dezembro de 2022:

	1pp	5pp
Impacto	498	2.488

d) Risco de liquidez: Compreende o descasamento de fluxos financeiros ativos e passivos, bem como a capacidade financeira do Grupo em adquirir ativos para garantia de suas obrigações. O gerenciamento desse risco é realizado pelo monitoramento dos prazos e exposição dos passivos operacionais. Além disso, a Companhia busca assegurar, o grau de liquidez e retorno dos investimentos, para que os ativos estejam disponíveis e façam frente ao fluxo de caixa requerido pelos passivos. No horizonte de curto prazo, a Companhia não apresenta descasamento entre seus fluxos de caixa ativos e passivos para garantir a liquidação tempestiva de suas obrigações. Para o propósito de análise da capacidade da Companhia honrar seus fluxos de caixa passivos, embora os títulos que compõem suas carteiras de investimentos possuam datas de vencimentos superiores a um ano, a totalidade das aplicações financeiras possui liquidez imediata. **e) Risco operacional:** Possibilidade de perdas resultantes de falhas, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de processos externos, deficiência em contratos, descumprimento de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas e indenização por danos à terceiros. Esse risco é gerenciado pela Companhia por meio de políticas, normas e procedimentos, formalmente emitidos e divulgados aos seus associados, que levam em consideração a determinação de práticas esperadas pelo Grupo na condução dos negócios. Além disso, a Companhia utiliza-se da estrutura de auditoria interna e *Compliance* para avaliar seus processos de controle e sistêmico, visando mitigar riscos de falhas em seu ambiente de negócios. Os procedimentos elencados acima são constantemente monitorados e revisados.

continua

continuação

5. APLICAÇÕES

a) Composição das aplicações financeiras

Títulos	Taxa de juros contratada	Sem vencimento definido	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2022 Custo atualizado	31/12/2022 Valor justo / contábil	31/12/2021 Custo atualizado	31/12/2021 Valor justo / contábil
Valor justo por meio do resultado									
Quotas de fundos de investimentos	Variação do CDI	24.334	-	-	-	24.334	24.334	5.672	5.672
Total		**24.334**	-	-	-	**24.334**	**24.334**	**5.672**	**5.672**
Valor justo por meio de resultado abrangesnte									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	-	25.970	44.250	-	70.220	70.546	68.157	68.275
Total		**-**	**25.970**	44.250	**-**	**70.220**	**70.546**	**68.157**	**68.275**
Total Geral		**24.334**	**25.970**	**44.250**	-	**94.554**	**94.880**		**73.947**
Circulante		**24.334**	**25.970**	**-**	**-**	**50.304**	**50.324**	**11.355**	**11.355**
Não circulante		**-**	**-**	**44.250**	**-**	**44.250**	**44.556**	**62.474**	**62.592**

Da totalidade dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2022, 26% (8% em 2021) encontram-se classificados na categoria "Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado" e 74% (92% em 2021) na categoria "Valor justo por meio de resultado abrangente".15. A seguir apresenta-se a movimentação dos títulos e valores mobiliários:

b) Movimentação das aplicações financeiras

Títulos	Saldos em 31/12/2021	Aplicação	Resgate	Rendimentos	Ajuste TVM	Saldos em 31/12/2022
Quotas de fundos de investimentos	5.672	28.451	(11.051)	1.262	-	24.334
Letras Financerias do Tesouro - LFT	68.275	-	(5.770)	7.832	209	70.546
Total	**73.947**	**28.451**	**(16.821)**	**9.094**	**209**	**94.880**

Títulos	Saldos em 31/12/2020	Aplicação	Resgate	Rendimentos	Ajuste TVM	Saldos em 31/12/2021
Quotas de fundo de investimentos	2.328	24.750	(22.001)	595	-	5.672
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	42.842	25.565	(2.385)	2.018	235	68.275
Total	**45.170**	**50.315**	**(24.386)**	**2.613**	**235**	**73.947**

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	50.324	11.355
Não circulante	44.556	62.592
Total	**94.880**	**73.947**

Os investimentos em quotas de fundos são compostos por fundos abertos cujo objetivo é proporcionar uma rentabilidade próxima a variação do depósito interfinanceiro (DI), sendo a carteira formada substancialmente por títulos públicos e administrada pelo Banco Bradesco S.A.

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a) Prêmios a receber: A vigência média das apólices do ramo de seguro de crédito é de 13 meses (13 meses em 31 de dezembro de 2021) e os prêmios possuem um período médio de parcelamento de 5 meses (5 meses em 31 de dezembro de 2021). As apólices de seguro garantia possuem uma vigência média de 42 meses (42 meses em 31 de dezembro de 2021) e os prêmios, em média, são parcelados em 9 meses (9 meses em 31 dezembro de 2021). Os custos de aquisição referem-se a despesas com comissões de corretagem e são diferidos pelo prazo de vigência das apólices, incluindo variação cambial para operações realizadas em moeda estrangeira, bem como parcela para riscos vigentes e não emitidos. O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 13 meses para os ramos de seguro de crédito e 42 para o ramo de seguro garantia. A seguir demonstra-se o detalhamento dos saldos de prêmios a receber, considerando os prazos de vencimento, bem como as movimentações de prêmios e custos de aquisição ocorridos no período.

i) Prêmios a receber por prazo de vencimento

	31/12/2022 Vincendos	Vencidos	Total	31/12/2021 Vincendos	Vencidos	Total
De 1 a 30 dias	14.666	1.074	15.740	15.147	1.299	16.446
De 31 a 60 dias	17.435	1.353	18.788	14.583	150	14.733
De 61 a 120 dias	9.068	1.064	10.132	6.702	217	6.919
De 121 a 180 dias	15.017	148	15.165	14.193	23	14.216
De 181 a 365 dias	14.418	184	14.603	19.921	-	19.921
Acima de 365 dias	25.900	117	26.017	20.050	443	20.493
Subtotal	**96.504**	**3.940**	**100.445**	**90.596**	**2.132**	**92.728**
Riscos vigentes não emitidos	62.516	-	62.516	43.299	-	43.299
Redução ao valor recuperável	-	(674)	(674)	-	(1.416)	(1.416)
Total	**159.020**	**3.266**	**162.287**	**133.895**	**716**	**134.611**

Prêmios a receber	2022	2021
Circulante	136.387	114.561
Não circulante	25.900	20.050
Total	**162.287**	**134.611**

ii) Movimentação de prêmios a receber

	31/12/2022 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total	31/12/2021 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total
Prêmios pendentes no início do período	**87.185**	**19.359**	**28.067**	**134.611**	**69.398**	**15.661**	**36.029**	**121.088**
Prêmios emitidos	146.016	21.737	43.010	210.763	125.135	26.829	29.423	181.387
Prêmios emitidos/cosseguros aceitos	-	-	3.810	3.810	-	-	1.185	1.185
Prêmios riscos vigentes não emitidos	15.207	1.569	(14.284)	2.492	4.401	259	(498)	4.162
Cancelamentos	(1.623)	(334)	(2.514)	(4.471)	(1.004)	(186)	(4.298)	(5.488)
Restituição	(7.798)	(2.062)	(1.823)	(11.683)	(10.294)	(2.653)	(1.642)	(14.589)
IOF sobre prêmios	3.976	-	-	3.976	952	-	-	952
Recebimentos	(147.273)	(22.385)	(4.971)	(174.629)	(102.360)	(20.067)	(26.805)	(149.232)
Recebimentos - cosseguros aceitos	-	-	(3.739)	(3.739)	-	-	(5.490)	(5.490)
Redução ao valor recuperável	677	-	-	677	957	296	163	1.416
Variação cambial sobre prêmios a receber	-	460	-	460	-	(780)	-	(780)
Prêmios pendentes no final do período	**93.367**	**18.344**	**47.556**	**162.267**	**87.185**	**19.359**	**28.067**	**134.611**

7. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO

	31/12/2022 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total	31/12/2021 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**53.230**	**11.854**	**35.986**	**101.070**	**51.921**	**11.854**	**35.986**	**99.761**
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE (a)	30.294	5.528	42.615	78.437	33.099	6.627	34.181	73.907
Provisão de sinistros a liquidar - PSL (b)	42.563	3.225	2.036	47.824	11.942	3.803	-	15.745
Provisão de sinistro/s ocorridos mas não avisados -IBNR	17.376	3.302	1.751	22.429	6.811	1.404	1.727	9.942
Provisão de despesas relacionadas -PDR	54	6	104	164	69	20	78	167
Operações com resseguradoras	**14.931**	**24**	**-**	**14.955**	**1.309**	**-**	**-**	**1.309**
Sinistros indenizados a recuperar	14.950	24		14.974	1.328	-	-	1.328
Constituição da redução ao valor recuperável	(19)	-	-	(19)	- (19)	-	-	(19)
Total	**105.218**	**12.085**	**46.505**	**163.809**	**53.230**	**11.854**	**35.986**	**101.070**

(a) Líquida de comissões
(b) PSL + IBNer

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	108.136	78.163
Não circulante	55.673	22.907
Total	**163.809**	**101.070**

8. CUSTOS DE AQUISÇÃO DIFERIDOS

	31/12/2022 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total	31/12/2021 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total
Saldo no íncio do exercício	**8.254**	**1.904**	**9.098**	**19.256**	**6.220**	**1.320**	**8.725**	**16.265**
Constituições	13.601	3.097	32.858	**49.556**	12.795	2.483	3.976	**19.254**
Reversões	(13.656)	(3.068)	(29.663)	**(46.387)**	(10.761)	(1.899)	(3.603)	**(16.263)**
Saldo no final do exercício	**8.199**	**1.933**	**12.293**	**22.425**	**8.254**	**1.904**	**9.098**	**19.256**

Custo de aquisição diferidos	2022	2021
Circulante	10.855	13.136
Não circulante	11.570	6.120
Total	**22.425**	**19.256**

9. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

As benfeitorias em imóveis de terceiros compõem o grupo de contas de imobilizado (Grupo 123), conforme Circular SUSEP nº 648/2021, e Anexo "Manual do Elenco de Contas e dos Modelos de Publicação", para fins comparativos em 2021 foram alocadas no mesmo grupo para melhor comparabilidade. Como trata-se apenas de reclassificação de contas dessa natureza e reclassificação entre grupo de contas, a Administração entende não ser necessária a apresentação de reapresentação em três colunas.

a.1) Composição do ativo imobilizado

Descrição	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Computadores e periféricos	20%	1.307	(1.178)	128	104
Móveis e utensílios	10%	277	(244)	34	27
Benfeitoria em imóveis	20%	946	(832)	114	212
Total		**2.530**	**(2.254)**	**276**	**343**

a.2) Composição do ativo intangível

Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas em desenvolvimento	20%	273	(17)	256	-
Total		**273**	**(17)**	**256**	**-**

b.1) Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	Saldos Residuais em 31/12/2021	Aquisições	Baixas	Depreciações	Saldos Residuais em 31/12/2022
Computadores e periféricos	104	99	-	(74)	128
Móveis e utensílios	27	12	(52)	46	34
Benfeitorias em imóveis	212	-	-	(98)	114
Total	**343**	**111**	**(52)**	**(126)**	**276**

Descrição	Saldos Residuais em 31/12/2020	Aquisições	Baixas	Depreciações	Saldos Residuais em 31/12/2021
Computadores e periféricos	226	9	-	(131)	104
Móveis e utensílios	38	-	-	(11)	27
Benfeitorias em imóveis	310	-	-	(98)	212
Total	**574**	**9**	**-**	**(240)**	**343**

b.2) Movimentação do ativo intangível

Descrição	Saldos Residuais em 31/12/2021	Aquisições	Baixas	Amortizações	Saldos Residuais em 31/12/2022
Sistemas em desenvolvimento	-	273	-	(18)	256
Total	**-**	**273**	**-**	**(18)**	**256**

Descrição	Saldos Residuais em 31/12/2020	Aquisições	Baixas	Amortizações	Saldos Residuais em 31/12/2021
Computadores e periféricos	-	-	-	-	-
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

10. DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE SEGUROS E RESSEGUROS

a) Passivos de resseguro

	31/12/2022 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total	31/12/2021 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total
Prêmios de resseguro emitidos, líquidos de comissões	54.081	7.565	18.127	79.773	41.373	8.643	7.864	57.880
Prêmios de resseguro à liquidar, líquidos de comissões	38.097	5.569	16.908	60.574	8.558	2.232	25.715	36.505
Outros	-	-	-	-	66	-	-	66
Total	**92.178**	**13.134**	**35.035**	**140.347**	**49.997**	**10.875**	**33.579**	**94.451**

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	123.221	84.847
Não circulante	17.126	9.604
Total	**140.347**	**94.451**

b) Corretores de seguros: Os saldos estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2022 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total	31/12/2021 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total
Comissões emitidas (a pagar)	6.713	1.006	5.826	13.545	6.223	1.041	3.880	11.144
Comissões emitidas - cosseguro aceito (a pagar)			891	891	-	-	1.535	1.535
Comissões - RVNE	5.575	999	-	6.574	3.480	851	3	4.334
Redução ao valor recuperável	(49)	(17)	(1)	(67)	(64)	(8)	(37)	(109)
Total	**12.239**	**1.988**	**6.716**	**20.943**	**9.639**	**1.884**	**5.381**	**16.904**

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	16.209	13.546
Não circulante	4.734	3.358
Total	**20.943**	**16.904**

11. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	31/12/2022 Prêmio	Outros	Total	31/12/2021 Prêmio	Outros	Total
De 1 a 30 dias	154	55	209	-	(68)	(68)
De 31 a 60 dias	-	10	10	(3)	-	(3)
De 61 a 120 dias	-	-	-	-	60	60
De 121 a 180 dias	(2)	-	(2)	102	64	166
De 181 a 365 dias	-	56	56	41	(5)	36
Acima 365 dias	-	-	-	-	(11)	(11)
Total	**152**	**121**	**273**	**140**	**40**	**180**

12. PROVISÕES TÉCNICAS

A movimentação das provisões técnicas está assim demonstrada:

a) Resseguro (ativo):

	31/12/2022 PPNG + RVNE	PSL + IBNER	IBNR	PDR	TOTAL
Saldos em 31/12/2021	**73.907**	**15.744**	**9.942**	**168**	**99.761**
Constituições decorrentes de prêmios, líquidos de comissões, cancelamentos e restituições	402.198	-	-	-	402.198
	-	-	-	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	(397.845)	-	-	-	(397.845)
Avisos de sinistros	-	76.504	-	-	76.504
Pagamentos de sinistros/	-	(41.078)	-	-	(41.078)
(Ajustes de estimativas / reaberturas / cancelamentos de sinistros	-	(284)	-	-	(284)
Variação cambial	177	476	-	-	653
Outras constituições	-	8.235	31.806	195	40.236
Outras reversões	-	(11.773)	(19.319)	(199)	(31.291/)
Saldos em 31/12/2022	**78.437**	**47.824**	**22.429**	**164**	**148.854**

	31/12/2021 PPNG + RVNE	PSL + IBNER	IBNR	PDR	TOTAL
Saldos em 31/12/2020	**59.311**	**13.628**	**20.358**	**651**	**93.948**
Constituições decorrentes de prêmios, líquidos de comissões, cancelamentos e restituições	88.468	-	-	-	88.468
Diferimento pelo risco decorrido	(74.090)	-	-	-	(74.090)
Avisos de sinistros	**-**	25.453	**-**	-	25.453
Pagamentos de sinistros	-	(9.682)	-	-	(9.682)
Ajustes de estimativas / reaberturas / cancelamentos de sinistros	-	(13.507)	-	-	(13.507)
Variação cambial	218	189	-	-	407
Outras constituições	-	4.366	13.416	466	18.248
Outras reversões	-	(4.703)	(23.832)	(949)	(29.484)
Saldos em 31/12/2021	**73.907**	**15.744**	**9.942**	**168**	**99.761**

Provisões técnicas -resseguro	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	93.181	76.854
Não circulante	55.673	22.907
Total	**148.854**	**99.761**

b) Brutas de resseguro (passivo):

	31/12/2022 PPNG + RVNE	PSL + IBNER(a)	IBNR	PDR	TOTAL
Saldos em 31/12/2021	**135.193**	**21.408**	**13.958**	**192**	**170.751**
Constituições decorrentes de prêmios, líquidos de cosseguro cedido, cancelamentos e restituições	264.780	-	-	-	389.862
Risco decorrido	(253.408)	-	-	-	(253.408)
Avisos de sinistros		125.082	-	-	
Pagamentos de sinistros	-	(61.732)	-	-	(61.732)
Ajustes de estimativas / reaberturas / cancelamentos de sinistros	-	(30.028)	-	-	(30.028)
Variação cambial	428	608	-	-	1.036
Outras constituições		12.480	25.240	241	37.457
Outras reversões		(9.270)	(6.460)	(263)	(15.489)
Saldos em 31/12/2022	**146.993**	**58.548**	**32.738**	**170**	**238.449**

(a)A PSL judicial é composta por 4 ações (5 em 2021) com prognóstico possível, no valor total de R$ 20.890 (R$ 4.417) em 2021) , que corresponde a 50% do total de R$ 41.780 (R$ 8.834 em 2021), atualizada monetariamente. A ação judicial de 2021 que estava com prognóstico possível foi alterada para remoto.

	31/12/2021 PPNG + RVNE	PSL + IBNER	IBNR	PDR	TOTAL
Saldos em 31/12/2020	**108.470**	**16.942**	**25.495**	**668**	**151.575**
Constituições decorrentes de prêmios, líquidos de cosseguro cedido, cancelamentos e restituições	163.560	-	-	-	163.560
Risco decorrido	(137.352)	-	-	-	(137.352)
Avisos de sinistros	**-**	39.216	**-**	-	39.216
Pagamentos de sinistros	-	(16.921)	-	-	(16.921)
Ajustes de estimativas / reaberturas / cancelamentos de sinistros	-	(18.776)	-	-	(18.776)
Variação cambial	515	893	-	-	1.408
Outras constituições	-	4.725	11.347	458	16.530
Outras reversões	-	(4.671)	(22.884)	(934)	(28.489)
Saldos em 31/12/2021	**135.193**	**21.408**	**13.958**	**192**	**170.751**

Provisões técnicas - brutas de resseguro	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	169.946	132.778
Não circulante	68.503	37.973
Total	**238.449**	**170.751**

c) Desenvolvimento de sinistros:

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia a medida que as informações mais precisas a respeito da severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Brutos de resseguro:

	Anterior a 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	81.294	1.008	7.513	8.169	14.016	8.279	7.854	20.286	16.329	8.792	77.793	251.332
Um ano após o aviso	86.821	9.061	26.143	52.010	25.365	20.970	17.810	36.465	24.726	18.387	-	317.759
Dois anos após o aviso	87.544	9.544	28.829	56.306	27.089	21.440	17.810	36.796	41.841	-	-	327.198
Três anos após o aviso	87.544	9.544	28.923	56.323	28.772	21.445	17.812	36.798	-	-	-	287.161
Quatro anos após o aviso	87.544	9.608	28.923	56.671	28.772	21.445	21.186	-	-	-	-	254.149
Cinco anos após o aviso	87.544	9.608	28.923	56.682	28.772	21.445	-	-	-	-	-	232.973
Seis anos após o aviso	87.544	9.608	28.923	56.682	28.832	-	-	-	-	-	-	211.589
Sete anos após o aviso	87.626	9.608	28.923	56.682	-	-	-	-	-	-	-	182.839
Oito anos após o aviso	87.649	9.608	28.923	-	-	-	-	-	-	-	-	126.180
Nove anos após o aviso	87.649	9.608	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97.256
Dez anos ou mais após o aviso	88.546	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88.546
Posição em 31/12/2022	**88.546**	**9.608**	**28.923**	**56.682**	**28.832**	**21.445**	**21.186**	**36.798**	**41.841**	**18.387**	**77.793**	**430.040**
Pagamentos acumulados												
No ano do aviso	(81.208)	(977)	(7.434)	(8.006)	(14.016)	(8.278)	(7.818)	(20.130)	(16.157)	(7.864)	(51.917)	(223.805)
Um ano após o aviso	(5.528)	(8.008)	(18.630	(43.842)	(11.349)	(12.692)	(9.956)	(15.943)	(8.297)	(9.238)	-	(143.481)
Dois anos após o aviso	(722	(483)	(2.686)	(4.296)	(1.724)	(469)	-	(121)	(603)	-	-	(11.104)
Três anos após o aviso	-	-	(94)	(17)	(1.684)	-	(3)	(2)	-	-	-	(1.799
Quatro anos após o aviso	-	(64)	-	(348)	-	-	-	-	-	-	-	(412)
Cinco anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	-	-	-	-	(7)	-	-	-	-	-	-	(7)
Sete anos após o aviso	(83)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(83)
Oito anos após o aviso	(19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19)
Nove anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos ou mais após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2022	**(87.560)**	**(9.531)**	**(28.844)**	**(56.508)**	**(28.779)**	**(21.439)**	**(17.777)**	**(36.197)**	**(25.056)**	**(17.102)**	**(51.917)**	**(380.710)**

continua

continuação

Líquidos de resseguro:

	Anterior a 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	9.078	196	1.448	1.488	1.892	1.505	1.121	5.621	3.863	3.865	23.381	53.457
Um ano após o aviso	10.012	1.813	4.276	5.625	3.460	3.116	2.741	10.232	6.676	7.709	-	55.662
Dois anos após o aviso	10.156	1.910	4.857	6.244	3.558	3.140	2.741	10.303	8.036	-	-	50.945
Três anos após o aviso	10.156	1.910	4.860	6.248	3.951	3.141	2.741	10.303	-	-	-	43.310
Quatro anos após o aviso	10.156	1.922	4.860	6.254	3.951	3.141	2.910	-	-	-	-	33.195
Cinco anos após o aviso	10.156	1.922	4.860	6.257	3.951	3.141	-	-	-	-	-	30.287
Seis anos após o aviso	10.156	1.922	4.860	6.257	3.962	-	-	-	-	-	-	27.157
Sete anos após o aviso	10.173	1.922	4.860	6.257	-	-	-	-	-	-	-	23.212
Oito anos após o aviso	10.177	1.922	4.860	-	-	-	-	-	-	-	-	16.959
Nove anos após o aviso	10.177	1.922	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.099
Dez anos ou mais após o aviso	10.155	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.155
Posição em 31/12/2022	**10.155**	**1.922**	**4.860**	**6.257**	**3.962**	**3.141**	**2.910**	**10.303**	**8.036**	**7.709**	**23.381**	**82.636**
Pagamentos acumulados												
No ano do aviso	(9.063)	(195	(1.448	(1.447)	(1.892)	(1.505)	(1.116)	(5.548)	(3.847)	(3.746	(16.589)	(46.397)
Um ano após o aviso	(933)	(1.608)	(2.828	(4.137)	(1.568)	(1.611)	(1.621)	(4.534)	(2.800)	(3.721)	-	(25.361)
Dois anos após o aviso	(144)	(97)	(581)	(618)	(98)	(23)	-	(61)	(129)	-	-	(1.751)
Três anos após o aviso	-	-	(3)	(4)	(393)	-	-	-	-	-	-	(400)
Quatro anos após o aviso	-	(13)	-	(6)	-	-	-	-	-	-	-	(19)
Cinco anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	(17)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17)
Oito anos após o aviso	(4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)
Nove anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos ou mais após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Po/sição em 31/12/2022	**(10.162)**	**(1.913)**	**(4.860)**	**(6.214**	**(3.951)**	**(3.140)**	**(2.737)**	**(10.142)**	**(6.775)**	**(7.466)**	**(16.589)**	**(73.949)**
Variação cambial incorrida												
Total PSL em 31/12/2022 (*)	**(7)**	**9**	**-**	**43**	**11**	**1**	**173**	**161**	**1.261**	**243**	**6.792**	**8.687**

A Companhia possui prazo definido no contrato de seguro para realizar cobranças dos créditos inadimplentes de seus segurados junto aos respectivos devedores, antes que as indenizações sejam processadas. Essas ações iniciam-se imediatamente após o recebimento dos avisos de sinistros e, a medida que se concretizam, geram reduções ao longo dos anos nos valores das estimativas dos sinistros observadas acima. **d) Garantia das provisões técnicas - Cobertura das provisões técnicas**

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas - Seguros (Nota 12a)	**238.449**	**170.751**
Exclusões:		
Ativos de resseguros redutores:		
PPNG (*)	(31.425)	(31.038)
Provisão de sinistros a liquidar / IBNER	(47.824)	(15.744)
IBNR	(22.429)	(9.942)
PDR	(163)	(167)
Direito Creditório	(71.541)	(53.179)
Total	**(173.382)**	**(110.070)**
Total a ser coberto	**65.067**	**60.681**
Ativos garantidores:		
Renda fixa - públicos	70.546	68.275
Quotas de fundos de investimentos	24.334	5.672
Total	**94.880**	**73.947**
Suficiência de cobertura	**29.813**	**12.065**
20% sobre Capital de Risco (Nota 16)	(4.152)	(2.785)
Suficiência	**25.661**	**9.280**

(*) Considera os ativos redutores referente a parcela de prêmios de resseguro diferidos, líquidos de montantes pendentes de pagamento à contraparte, vencidos e a vencer.

e) Teste de adequação de passivos (TAP):: O TAP foi realizado para os segmentos de risco de crédito interno, crédito à exportação e garantia, que representam a totalidade da carteira da Companhia, e o seu cálculo foi efetuado bruto de resseguro. O programa de resseguro da Companhia para os ramos de crédito prevê, substancialmente, cessão de 50% para negócios gerados localmente e 95% para programas globais, emitidos na modalidade de quota-parte, e cobertura adicional para riscos severos, na modalidade excesso de danos. O resseguro para o ramo garantia prevê cessões entre 90% e 100% do risco, conforme volume de exposição. No que tange as premissas econômicas utilizadas no cálculo do TAP, os fluxos de sinistros futuros foram trazidos a valor presente pela taxa a termo pré-livre de risco definida pela SUSEP (ETTJ). A sinistralidade projetada foi de 38,34% para os ramos de crédito, 11,39% para o ramo de garantia. Para refletir as despesas alocadas a sinistros, foi considerado o percentual de 0,08% para os ramos de crédito e garantia multiplicado pelo montante de sinistros projetados. Na data base de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o teste realizado não apresentou necessidade de registro adicional nas provisões técnicas.

13. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu e realizou a mensuração inicial de seus ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no exercício corrente, aplicando as disposições e os critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC 06 (R2). A Companhia identificou apenas um contrato enquadrado como arrendamento, referente ao direito de uso do ativo utilizado para as instalações de seu escritório. O prazo remanescente do contrato é de dois anos e a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário utilizada na data da adoção foi de 6,40%, com base na sondagem junto a instituições financeiras para obtenção da taxa de captação de fundos para aquisição de ativo similar ao presente no contrato de arrendamento. **a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não circulante	**511**	**1.004**
Outros valores e bens (imóveis de direito de uso)	511	1.004
Passivos de arrendamento	**511**	**977**
Circulante	301	467
Não circulante	210	510

b) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado: A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	31/12/2022	31/12/2021
Demonstração do resultado	**558**	**505**
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso	494	502
Despesas com juros	64	3

14. PASSIVOS CONTINGENTES NÃO RELACIONADOS A SINISTROS

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta a seguinte posição em contingências relacionadas a reclamações judiciais:

		Quantidade		Valor da causa	
Probabilidade de perda	**Natureza**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Possível	Trabalhista	-	-	-	-
Provável	Trabalhista	-	1	-	78

A avaliação do caso é realizada segundo opinião de consultores jurídicos e, de acordo com definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 25, a Companhia realizou a reversão da provisão contábil para esta contingência em 2022.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 2022, os valores de antecipações do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro passaram ser contabilizados em contas redutoras do Passivo, no mesmo Grupo de Contas das respectivas provisões (2116), para melhor controle, conciliação e entendimento do usuário da informação contábil em observação à Circular SUSEP nº 648/2021, e Anexo "Manual do Elenco de Contas e dos Modelos de Publicação". Como trata-se apenas de reclassificação de contas dessa natureza e reclassificação entre grupo de contas, a Administração entende não ser necessária a apresentação de reapresentação em três colunas.

a) Créditos tributários e impostos diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízos fiscais - IRPJ e CSLL	462	462
IRPJ e CSLL a compensar	339	143
Crédito de PIS e COFINS	54	14
Outros	14	5
IRPJ e CSLL - valor de mercado	4	19
Redução ao valor recuperável	(462)	(462)
	411	**181**

b)Impostos e Contribuições

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de IRPJ	1.651	3.942
(-)Antecipações de IRPJ	(1.631)	(3.780)
Provisão de CSLL	1.005	2.658
(-)Antecipações de CSLL	(989)	(2.658)
	36	**162**
PIS	67	23
COFINS	409	138
	476	**161**
	512	**323**

c) Conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos impostos e participações sobre o resultado	11.012	20.410
Participação nos lucros	(1.247)	(1.067)
Lucro antes das adições e exclusões	**9.765**	**19.343**
Adições/(exclusões) temporárias:		
Provisão para bônus e participações	-	377
Provisão para licença e manutenção de softwares	(24)	871
Redução ao valor recuperável	(181)	320
Variação cambial	(493)	166
Outros	179	77
	(519)	**(1.811)**
Adições permanentes:		
Despesas com bônus e participações	159	269
Entidades de classe, donativos e brindes	170	44
	329	**313**
Base de cálculo	**9.575**	**21.467**
Compensação de prejuízos fiscais	(2.873)	(6.440)
Base de cálculo após compensação de prejuízos fiscais	**6.702/**	**15.027**
Imposto de renda	(1.005)	(2.254)
Imposto de renda - sobre excedente de R$ 240	(646)	(1.479)
Contribuição social	(1.005)	(2.544)
Resultado do imposto de renda e da contribuição social	**(2.656)**	**(6.277)**

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (A) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 58.445 (R$ 58.445 em 2021), representado por 126.872.645 (126.872.645 em 2021) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda. **(b) Dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro do exercício, deduzido da reserva legal e observando o disposto nos artigos 189 e 190 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07. Os dividendos são refletidos nas demonstrações financeiras quando pagos ou quando sua distribuição é deliberada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Os lucros auferidos no exercício de 2022 foram utilizados para redução do prejuízo acumulado da companhia. **(c)Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e capital Mínimo Requerido (CMR):** A Resolução CNSP nº 432/2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

	31/12/2022
Patrimônio Líquido (+/-)	**47.499**
1. Ajustes contábeis:	
Despesas antecipadas (-)	(40)
Intangível (-)	(256)
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 1	**47.203**
2. Ajustes econômicos:	
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	15.000
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 2	**15.000**
3. Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3:	**(4.618)**
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 3	**-**
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Total	**57.585**
3. Capital Mínimo Requerido	
Capital base - CB (I)	**15.000**
Capital de risco - CR (II)	**20.764**
Capital de risco de subscrição	14.719
Capital de risco de crédito	4.820
Capital de risco operacional	1.618
Capital de risco de mercado	4.037
Correlação entre os riscos	(4.430)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**20.764**
Suficiência de capital (PLA - CMR)	**36.821**

A Resolução acima dispõe ainda que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta liquidez de 44% equivalente a R$ 4.153 como se segue:

	31/12/2022
(a)Capital de Risco	**20.764**
Índice de liquidez requerido -20% sobre Capital de Risco	4.153
(b) Excesso de Ativos líquidos - Nota explicativa 12(d)	29.813
Índice de liquidez no semestre (b/a)	**44%**

17. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022, houve um crescimento nos prêmios ganhos de 67% em relação a 31de dezembro de 2021. O índice de sinistralidade, que considera os sinistros ocorridos sobre os prêmios ganhos ficou em 52% (2%, em 2021). Essa variação é explicada pelo aumento nos sinistros avisados em 2022, mas também, pela reversão de IBNR ocorrida em 2021, por conta da reversão de provisões, ora constituídas sob um cenário adverso vivido em 2020. Já o índice de comercialização, que considera os custos de aquisição sobre os prêmios ganhos ficou em 12% e manteve o mesmo patamar de 2021, mesmo com o aumento da produção.

	Prêmios ganhos		Sinistros ocorridos				Custo de aquisição			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	%	31/12/2021	%	31/12/2022	%	31/12/2021	%
Crédito doméstico	151.802	98.394	(97.253)	-64%	9.852	10%	(17.714)	-11%	(10.762)	-11%
Crédito à exportação	20.911	23.554	(2.407)	-11%	(216)	-1%	(2.368)	-11%	(1.899)	-10%
Garantia	23.605	15.806	(3.563)	-15%	(7.070)	-35%	(4.199)	-17%	(3.604)	-18%
Total	**196.318**	**117.487**	**(103.223)**	**-52%**	**2.566**	**-2%**	**24.281**	**-12%**	**16.265**	**-12%**

18. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	31/12/2022	31/12/2021
a) Prêmios emitidos líquidos	**208.547**	**163.560**
Prêmios emitidos	210.763	181.387
Prêmios cancelados	(4.471)	(5.487)
Prêmios restituídos	(11.682)	(14.588)
Prêmios de cosseguros aceitos	3.809	1.142
Prêmios de cosseguros cedidos a congeneres	(4.594)	(3.056)
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	14.722	4.162
b) Variação das provisões técnicas	**(12.229)**	**(26.208)**
Provisão de prêmios não ganhos	(9.812)	(21.450)
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	(2.417)	(4.758)
c) Sinistros ocorridos (i)	**(103.223)**	**(2.566)**
Indenizações avisadas, incluindo estimativa para IBNER	(99.479)	(20.494)
Despesas com sinistros	(113)	(178)
Ressarcimentos	15.146	6.075
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados **(i)**	(18.779)	11.536
Variação de despesas relacionadas do IBNR	2	495
d) Custo de aquisição	**(24.281)**	**(16.265)**
Comissões sobre prêmios de seguros e cosseguro aceito	(28.079)	(19.940)
Comissão sobre cosseguro cedido	642	686
Variação de comissão de corretagem	3.169	2.991
Outras despesas de comercialização	(13)	(2)
e) Outras receitas e despesas operacionais	**181**	**(209)**
Ajuste ao valor de realização para obrigações	(561)	258
Redução ao valor recuperável (prêmios)	742	(462)
Outras despesas operacionais	-	(5)
f) Receita com resseguro (i)	**86.201**	**838**
Recuperação de sinistros	73.634	11.608
Recuperação de despesas com sinistros	72	144
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	12.487	(10.417)
Variação de despesas relacionadas do IBNR	8	(497)
g) Despesa com resseguro	**(125.622)**	**(78.373)**
Prêmios cedidos em resseguro, líquidos de comissão	(97.821)	(89.987)
Prêmios cedidos em resseguro, líquidos de comissão - riscos vigentes não emitidos	(10.241)	1.518
Provisão de prêmios não ganhos	(3.562)	12.024
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	(1.146)	2.355
Ressarcimentos	(12.852)	(4.283)
h) Despesas administrativas	**(23.046)**	**(19.965)**
Pessoal próprio	(15.432)	(14.578)
Serviços de terceiros	(5.318)	(3.888)
Localização e funcionamento	(1.424)	(1.186)
Publicidade e propaganda	(416)	(107)
Publicações	(25)	(105)
Outras	(431)	(101)
i) Despesas com tributos	**(4.106)**	**(3.443)**
PIS e COFINS	(3.673)	(3.045)
Taxa de Fiscalização - SUSEP	(373)	(341)
Demais tributos	(60)	(57)
j) Receitas financeiras	**23.731**	**11.337**
Disponível para venda - Títulos de renda fixa públicos	7.832	2.019
Variação cambial - operações de seguros e resseguros - não realizadas	12.406	6.389
Variação cambial - operações de seguros e resseguros -realizadas	1.145	1.291
Valor justo por meio do resultado - Fundos de investimento	1.262	595
Variação cambial s/ c/c em moeda estrangeira	1.067	1.020
Outras	19	23
k) Despesas financeiras	**(15.143)**	**(8.296)**
Variação cambial - operações de seguros e resseguros - não realizadas	(12.844)	(6.609)
Variação cambial - operações de seguros e resseguros - realizadas	(2.658)	(1.061)
Variação cambial s/ c/c em moeda estrangeira	531	(432)
Serviços de custódia e liquidação	(106)	(86)
Outras	(66)	(108)

(i) A variação ocorrida nos Sinistros ocorridos e, em consequência nas operações de Resseguro é explicada pelo aumento de aviso de sinistros ocorridos no exercício de 2022 e pela revisão da IBNR, em decorrência da volumetria de sinistros avisados com ocorrências retroativas. Além disso, em 2021, houve um evento não recorrente em decorrência do baixo volume de avisos e, principalmente, por conta da reversão de IBNR, ora constituídas sob um cenário adverso vivido em 2020.

19. TRANSAÇOES COM PARTES RELACIONADAS

Seguindo as definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 5 (R1), a Administração identificou como partes relacionadas à Companhia os seus Administradores, a resseguradora Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A., a resseguradora eventual Euler Hermes North America Insurance Company, a seguradora Allianz Seguros S.A., a operadora de saúde Allianz Saúde S.A. e a entidade francesa do Grupo, Euler Hermes Group, cujos controles em última instância são detidos pelo mesmo acionista da Companhia brasileira. A remuneração paga aos Administradores, contabilizada na rubrica "Despesas administrativas", totaliza R$ 1.110 (R$ 2.140 em 2021) e compreende, substancialmente, benefícios de curto prazo relacionados a honorários. A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. A Companhia ainda compartilha infraestrutura de tecnologia e comunicação com a empresa Euler Hermes Group que atribui os custos incorridos de acordo com critérios técnicos acordados. A Companhia mantém contratos de resseguro na modalidade quota parte e excesso de danos com a Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A., empresa do Grupo Allianz e com a Euler Hermes North America Insurance Company na modalidade quota parte, empresas do grupo Allianz. Os seguros patrimoniais, vida em grupo e automóvel são contratados junto à Allianz Seguros S.A. e o plano de saúde coletivo junto à Allianz Saúde S.A., ambas as empresas integrantes do Grupo Allianz. As transações com partes relacionadas estão assim apresentadas:

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO	**163.809**	**85.597**
Ativo circulante	**108.136**	**62.690**
Crédito das operações de seguros e resseguros	**14.955**	**1.285**
Operações com resseguradoras	**14.955**	**1.285**
A llianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.	14.955	1.285
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**93.181**	**61.405**
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.	93.181	61.405
Ativo não circulante	**55.673**	**22.907**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	55.673	22.907
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.	55.673	22.907
	31/12/2022	**31/12/2021**
PASSIVO	**57.946**	**62.690**
Passivo circulante	**123.876**	**89.837**
Obrigações a pagar	**655**	**605**
Euler Hermes Group	530	499
Allianz Saúde S.A.	-	102
Allianz Seguros S.A.	-	4
Operações com resseguradoras	**123.221**	**89.232**
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.	112.951	84.847
Euler Hermes North America Insurance Company	10.270	4.385
Passivo não circulante		
Operações com resseguradoras	**17.126**	**9.823**
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.	17.126	7.631
Euler Hermes North America Insurance Company	-	2.192
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Resultado	**(55.141)**	**(80.476)**
Receita com resseguro	**70.180**	**839**
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.	69.815	839
Euler Hermes North America Insurance Company	365	-
Despesa com resseguro	**(120.860)**	**(78.284)**
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.	(104.134)	(71.707)
Euler Hermes North America Insurance Company	(16.726)	(6.577)
Despesas administrativas	**(4.461)**	**(3.031)**
Euler Hermes North America Insurance Company	(3.160)	(1.660)
Allianz Saúde	(1.283)	(1.351)
Allianz Seguros	(18)	(20)

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

No mês de janeiro de 2023 uma grande empresa do setor de varejo comunicou aos seus acionistas e ao mercado por meio de fato relevante que inconsistências foram detectadas em seus livros contábeis referente ao ano fiscal 2022 e períodos anteriores. Em seguida, no mesmo mês, a empresa formalizou pedido de recuperação judicial. Algumas de nossas apólices de seguro de crédito tinham exposições /relevantes com essa varejista, fato que resultará, consequentemente, em futuros sinistros. A Administração avaliou o volume da potencial perda, que está estimada em bases líquidas no valor total de R$ 1.650, e com isso se apurou que não haverá impacto material em função da manutenção de contratos de resseguro com cobertura técnica adequada para esse tipo de evento. Como essa situação ainda é muito recente, a Companhia continua monitorando os desdobramentos do plano de recuperação judicial, para melhor apoiar nossos clientes e minimizar os impactos negativos deste fato adverso.

continua

continuação

DIRETORIA

Marcel Santos Farbelow
Diretor Presidente

Alexandre Coli
Diretor Financeiro

CONTADOR/ATUÁRIA

Katia Gonçalves Othero
Contador - CRC SP-193598/O-4

André Correia
Atuário - MIBA 1141

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Sr. Diretor Presidente e Srs. Acionistas, O Comitê de Auditoria ("Comitê") da **Euler Hermes Seguros S.A.** ("Companhia"), *instituído nos termos do art. 126 da Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP,* funciona em conformidade com o estatuto social da Companhia, e com o seu regimento interno aprovado pela Administração da Companhia. Compete ao Comitê apoiar a Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores contábeis independentes e da auditoria interna, e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações, e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de *compliance*. A auditoria contábil independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e aos procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentares aplicáveis as atividades da Companhia. O Comitê atua mediante reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores contábeis independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê mantém reuniões com gestores das áreas de contabilidade e finanças, controles internos e *compliance*, gestão de riscos, com os auditores contábeis independentes, e com os auditores internos, dentre outras. O Comitê estabeleceu com os auditores contábeis independentes um canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho, e dos trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores contábeis independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores contábeis independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê manteve reuniões com o Diretor Presidente, e outros membros da diretoria da Companhia e, nessas reuniões, teve a oportunidade de conhecer os principais fluxos operacionais, revisões de *compliance* e de gestão de riscos, dedicando especial atenção, neste exercício, à análise e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia para aderência ao marco regulatório da SUSEP. *O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. Cumpridas as suas atribuições, na forma descrita, o Comitê considera que as demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, devidamente auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.*

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.

Ieda Cristina Corrêa Bhering da Silva
João Antônio Chiappa
Luiz Pereira de Souza

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Euler Hermes Seguros S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Euler Hermes Seguros S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Euler Hermes Seguros S.A.**em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 - (B32) - Itaim Bibi
São Paulo - SP - Brasil 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Euler Hermes Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Euler Hermes Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Euler Hermes Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das Provisões Técnicas de seguros (Notas 3(h) e 12)	
A Companhia possui registrados passivos relacionados a contratos de seguros, dos ramos de crédito e garantia, denominados Provisões Técnicas, com destaque para a Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG), que inclui a Provisão de Prêmios Não Ganhos dos riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE), Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR), Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR), bem como efetua testes para avaliar a suficiência desses passivos, através do Teste de Adequação de Passivos (TAP). O processo de determinação das metodologias utilizadas no cálculo das provisões técnicas, bem como a mensuração dessas provisões e do TAP, envolve julgamento, além do envolvimento de atuários na determinação dessas metodologias e premissas, que incluem, entre outras, construção de triângulos de desenvolvimento dos prêmios emitidos e sinistros incorridos e taxa de desconto. Devido à relevância das provisões técnicas oriundas dos contratos de seguros e o impacto que eventuais mudanças nas premissas consideradas na mensuração dessas provisões e do TAP poderiam causar nas demonstrações financeiras, mantemos essa uma área de foco em nossa auditoria.	Realizamos a atualização do entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro contábil das provisões técnicas pela administração. Com o apoio de nossos especialistas atuariais, efetuamos avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração dessas provisões técnicas e do TAP, tais como os fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e taxa de desconto. Nossos procedimentos incluíram também recálculo a confirmação de que as metodologias foram corretamente implementadas, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Companhia para as provisões de PPNG-RVNE, IBNR e IBNeR. Adicionalmente, efetuamos testes de reconciliação das bases de dados dos prêmios emitidos e sinistros avisados, utilizadas no cálculo das provisões técnicas, com os respectivos saldos contábeis, bem como efetuamos testes de consistência históricos. Ainda quanto às bases de dados citadas anteriormente, efetuamos testes amostrais, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que a as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas são razoáveis e consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FUNDEPAR

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 308/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 19.572.773-2. **OBJETO:** execução de reparos no Colégio Estadual Cívico-Militar Coronel Amazonas, no município de Porto Amazonas /PR. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 21 de março de 2023, às 08:30** (oito horas e trinta minutos) por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil.
VALOR MÁXIMO R$ 441.540,72 (quatrocentos e quarenta e um mil, quinhentos e quarenta reais e setenta e dois centavos). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA:** 27/02/2023. Comissão Permanente de Licitação.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FUNDEPAR

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 307/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 19.609.282-0. **OBJETO:** execução de reparos no Colégio Estadual Professora Helena Wysocki, no Município de Araucária/PR. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 21 de março de 2023, às 10:00** (dez horas), por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. **VALOR MÁXIMO R$ 420.271,77** (quatrocentos e vinte mil, duzentos e setenta e um reais e setenta e sete centavos). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL).
Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA:** 27/02/2023. Comissão Permanente de Licitação.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FUNDEPAR

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 311/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 19.918.632-9. OBJETO: execução de reparos no Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, no Município de Tapira/PR. DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 22 de março de 2023, às 08:30 (oito horas e trinta minutos), por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. VALOR MÁXIMO R$ 624.979,88 (seiscentos e vinte e quatro mil, novecentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos). RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES: encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. DATA: 27/02/2023. Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ADIAMENTO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24.908/2022 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO - OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE DESCARTÁVEIS COMUNS E HIGIÊNICOS,** conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos sítios: www.comprasnet.gov.br e www.transparencia.osasco.sp.gov.br - Envio das Propostas de Preços pelo site www.comprasnet.gov.br, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 28/02/2023 e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **13/03/2023** às **10h00min**.

Osasco, 27 de fevereiro de 2023.
Meire Regina Hernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações

Privacidade Regulamentação

Empresas agora correm risco de multa ao violar a Lei de Proteção de Dados

Regulamentação da LGPD, em vigor desde 2020, é um 'marco' para as empresas, mas deixa 'lacunas', dizem advogados

MARCELA VILLAR

Com a publicação da norma de dosimetria pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ontem, as empresas que descumprirem a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) podem, a partir de agora, ser alvo de multas e outras penalidades administrativas.

Essa regulamentação era o que faltava para o andamento dos processos que já estavam em curso – ainda não públicos – e os que virão. Isso porque, apesar de as infrações já terem sido estabelecidas pela lei, em vigor desde setembro de 2020, era necessária uma norma para dosar a aplicação das sanções. As multas podem chegar a 2% do faturamento das empresas, limitadas a R$ 50 milhões por infração.

Segundo a advogada Carolina Lagoa, cofundadora da Witec It Solutions, consultoria em TI especializada em Segurança da Informação, o regulamento busca garantir a proporcionalidade entre a sanção aplicada e a gravidade da conduta, o que proporciona "segurança jurídica aos processos fiscalizatórios".

Até então, não existiam sanções sendo aplicadas às empresas que infringiam a LGPD, e sim Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e similares. "A regulamentação da dosimetria é um marco essencial para a efetiva aplicação da LGPD. Era uma lacuna pendente desde a edição da lei, em 2018. Até agora, as empresas não possuíam um referencial objetivo da exposição à qual estavam submetidas quando descumpriam a norma", afirma o advogado Rodrigo Azevedo, sócio coordenador da área de Direito Digital de Silveiro Advogados.

A norma determina a aplicação de penalidades de forma gradativa, nos níveis leve, médio e grave. As multas de grau médio são as que podem "afetar significativamente interesses e direitos fundamentais dos titulares de dados pessoais" ou causar "danos materiais ou morais aos titulares, como discriminação; violação à integridade física; ao direito à imagem e à reputação; fraudes financeiras ou uso indevido de identidade".

Já as multas graves envolvem o "tratamento de dados pessoais em larga escala", bem como a duração, frequência e a extensão geográfica da exposição dos dados. A classificação leva em conta ainda os infratores que pretendem obter "vantagem econômica", que impliquem risco à vida dos titulares, principalmente se forem dados sensíveis ou de dados pessoais de crianças, adolescentes ou idosos.

As multas de grau leve não se enquadram em nenhuma das duas categorias, de acordo com a regulamentação. Elas começam em R$ 3 mil. As de grau médio em R$ 6 mil e as graves em R$ 12 mil. Esses valores aumentam de acordo com a gravidade das infrações, condição econômica do infrator, adoção de políticas de boas práticas e governança do infrator, adoção imediata de medidas corretivas, dentre outras.

EM CASO DE REINCIDÊNCIA. Se houver reincidência da infração em até cinco anos desde o trânsito em julgado do processo administrativo, a multa será maior. O mesmo acontece se a regularização da conduta não for feita no prazo estipulado pela ANPD. Existem ainda descontos para aqueles que tenham comprovado adotar medidas capazes de mitigar ou reverter os efeitos da infração sobre os titulares dos dados.

Na visão da advogada Patrícia Peck, CEO e sócia-fundadora do Peck Advogados, a resolução atendeu às expectativas do mercado. "Era o último passo para que a ANPD pudesse começar a aplicação das sanções administrativas. A dosimetria permite tratar de forma detalhada como será a apuração da gravidade das violações e sua correspondência com a penalidade", afirma.

Alguns conceitos como reincidência e conglomerado de empresas ficaram mais claros. Outros, nem tanto, como os do artigo 8, que classifica o grau das infrações. "Dá um espaço muito grande de subjetividade, porque não diz o que seria a exposição de dados em larga escala, nem duração, nem frequência", avalia. Outra lacuna, segundo Peck, é a aplicação de penalidades ao serviço público. "A dosimetria focou nas entidades privadas e de economia mista", acrescenta. ●

Nova lei criou regras para uso e tratamento de informações pessoais

Aprovada em 2018 e em vigor desde 2020, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) é considerada um marco, porque criou regras e princípios de transparência em relação ao uso e ao tratamento de dados nos setores público e privado. As empresas precisaram, entre outros pontos, desenvolver protocolos para evitar o vazamento de informações de clientes e profissionais, criar um departamento para cuidar exclusivamente do tema e nomear um encarregado de ser o responsável pelos dados da companhia, chamado de Data Protection Officer (DPO, ou chefe da proteção de dados).

Em fevereiro de 2022, o Congresso promulgou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que incluiu a proteção de dados pessoais entre os direitos fundamentais do cidadão brasileiro. Assim, a proteção de dados pessoais se tornou cláusula pétrea da Constituição Federal. A alteração consolidou um pacote de mudanças, entre elas a LGPD e a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). ●

Compaq 5000 Snapdragon
COMPAQ
O notebook para quem valoriza o tempo
Windows 11
Processador Snapdragon 7c Gen2
Windows 11 Home
Teclado 104 teclas + power
HD Áudio com microfone digital e alto-falantes estéreos embutidos
Bateria de 40 Wh com autonomia de 15h
Memória RAM até 8 GB LPDDR4X
Armazenamento de até 256 GB UFS
Tela 15.6"
Rede sem fio IEEE 802.11 ac e Bluetooth 5.0 LE
Webcam HD
Acesse compaq.com.br e saiba mais.
Fabricado e vendido pela Positivo Tecnologia S.A. sob licença da HP Inc.
©2023 Positivo Tecnologia S.A. Todos os direitos reservados. Microsoft® e Windows® são marcas registradas da Microsoft® Corporation nos EUA e em outros países. Produto beneficiado pela legislação de informática. Imagens meramente ilustrativas. Fevereiro/2023.
POWERED BY POSITIVO TECNOLOGIA
Snapdragon 7c compute platform Gen 2

EMBRAESP
AVALIAÇÃO DE MERCADO
www.embraesp.com.br
(11) 3665-1590

CYNTHIA DECLOEDT, ALTAMIRO SILVA JUNIOR E TALITA NASCIMENTOI/CRISTIANE BARBIERI (edição)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Empacados em conversas com Americanas, bancos dão novo fôlego à Novonor

Em meio à feroz briga contra as Americanas, os maiores bancos do País rolaram, de novo, a dívida de mais de R$ 14 bilhões da Novonor (ex-Odebrecht e em recuperação judicial), vencida no fim de janeiro. O prazo dado foi de mais 60 dias, igual ao oferecido à construtora na negociação anterior, em novembro. Já com a Americanas, os bancos continuam sem acordo. A extensão de prazo para a Novonor acontece em meio às mudanças no comando do grupo e do governo, que dificultaram o fechamento da venda da fatia que a Novonor detém da Braskem, seu principal ativo. Havia conversas de que, com a seca no mercado de crédito por conta do escândalo da Americanas, a Nonovor poderia repetir a Oi e buscar um novo arranjo para a sua dívida.

Venda da Braskem "esfriou"

As ações das Braskem foram dadas como garantia em troca do empréstimo feito pelos bancos ao então Grupo Odebrecht, por décadas. Elas seriam usadas para pagar essa dívida. A Petrobras, controlada pela União, é o outro acionista. Com a troca de governo, as conversas para vender a petroquímica esfriaram.

Os mesmos bancos credores

Os bancos credores são Bradesco, Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Santander e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os mesmos da Americanas. Eles bateram o martelo na concessão de mais prazo na segunda-feira, dia 20. A dívida é atrelada ao CDI, ou seja, acompanha a Selic.

● **SEM SAÍDA.** Na varejista, porém, as negociações empacaram com a resistência do trio de acionistas – Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles – de fazer um aporte maior na empresa. Os bancos falam em ao menos R$ 15 bilhões, enquanto eles propuseram aportar R$ 7 bilhões e transformar R$ 18 bilhões de dívidas em ações da rede de varejo. Os bancos não concordaram e se criou novo impasse.

● **QUASE.** Em 2022, alguns investidores manifestaram interesse pela Braskem, entre eles a norte-americana Apollo, que fez proposta par a compra de toda a petroquímica, incluindo a parte da Petrobras. A holding J&F, que controla a JBS, também informou que tinha interesse. Outros que olharam a petroquímica foram a Ultrapar e o BTG Pactual, que queria comprar a dívida. Mas até agora, as conversas não evoluíram para uma proposta firme.

● **INTERESSADA.** Procurada, a Braskem publicou fato relevante na manhã de ontem no qual diz que "não conduz negociações da Novonor e Petrobras para a venda da companhia".

● **VOLTA.** As exportações da indústria têxtil e de confecção do País cresceram 7,53% em 2022, na comparação com 2021, passando de US$ 1,06 bilhão para US$ 1,14 bilhão. As importações, por sua vez, subiram 15,07%, saindo de US$ 5,16 bilhões para US$ 5,94 bilhões.

● **MAIOR.** Com esse resultado, o déficit da balança comercial do segmento fechou o ano em US$ 4,79 bilhões, alta de 17,03% sobre 2021, quando havia alcançado US$ 4,09 bilhões. As informações foram compiladas pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) e se baseiam em dados oficiais do Ministério da Fazenda.

● **PESSOA FÍSICA.** Segundo Fernando Pimentel, diretor-superintendente da Abit, esses números não consideram a importação de peças por pessoas físicas em sites de comércio entre fronteiras, como é o caso da Shein, bastante citada em relatórios de bancos como ameaça concorrencial para o mercado têxtil nacional.

● **DESLEAL.** "São pequenas encomendas que vêm pelos Correios e, por isso, não aparecem nessa estatística", disse. "No ano passado, a estimativa é que eles (a Shein) tenham faturado R$ 8 bilhões no País." O problema, afirma, é que esses produtos não pagam impostos, "o que traz uma concorrência desleal para o varejo e o produtor brasileiro". Procurada, a Shein não respondeu.

● **DEBILITADO.** Indústrias desperdiçaram o equivalente a R$ 500 bilhões em 2022 por não usarem a capacidade existente em seus parques fabris. Segundo estudo da Cogtive, startup de software para otimização de indústrias, 30% das unidades operam com capacidade abaixo do esperado, sobretudo por parada de linha, má gestão de processos, baixo desempenho de ativos e problemas na alocação da mão de obra.

● **METODOLOGIA.** O estudo é baseado em pesquisas da McKinsey, que demonstram o porcentual de perda de produtividade atrelado à capacidade oculta, e da Fiesp, sobre a baixa adesão às ferramentas da chamada indústria 4.0 no Brasil.

ATIVO DE PESO

BRASKEM

Negociações para venda da Braskem, que tem como acionistas Novonor e Petrobras, esfriaram com troca de comando no Planalto

SOBE

Endividamento avança nas capitais

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belo Horizonte são as três capitais em que as famílias ficaram mais endividadas entre 2010 e 2022, segundo estudo da Deep Center. Só na capital gaúcha, o aumento foi de 28 pontos porcentuais. No Rio, foi de 27 pontos, e em BH, de 23 pontos. Em 2022, as cinco capitais com mais famílias endividadas foram Curitiba (95%), Porto Alegre (94%), Belo Horizonte (90%), Rio Branco (89%) e Rio (88%).

DESCE

Setor de saúde tem desvalorização na bolsa

ALEX SILVA/ESTADÃO

Os papéis ligados ao setor de saúde fecharam em baixa ontem na B3. HapVida recuou 4,21%, a maior queda do Ibovespa. Segundo analistas, a baixa reflete as incertezas atreladas ao seu processo de captura das sinergias com a Notredame e o endividamento. Os juros e os desafios do setor também pressionaram os papéis e afetaram outras ações: Qualicorp perdeu 3,67%, Rede D'or, 1,34% e Fleury, 0,82%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 105.711,05 PTS. | Dia -0,08% | Mês -6,81% | Ano -3,67%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
RAIZEN PN N2	3,04	5,19	27.393
SÃO MARTINHOON NM	27,29	5,12	11.253
ALPARGATAS PN N1	9,70	2,75	15.026

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

HAPVIDA ON NM	4,55	-4,21	29.451
CVC BRASIL ON NM	3,26	-4,12	11.649
QUALICORP ON NM	4,73	-3,67	5.886

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

22/2 A 22/3	0,1467	0,9479	0,6474	0,5000
23/2 A 23/3	0,1474	0,9486	0,6481	0,5000
24/2 A 24/3	0,1470	0,9482	0,6477	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	32.889,09	0,22	-3,51	-0,78
FRANKFURT - DAX	15.381,43	1,13	1,67	10,47
LONDRES - FTSE	7.935,11	0,72	2,10	6,49
TÓQUIO - NIKKEI	27.423,96	-0,11	0,35	5,09

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,06	2.811,74
	15/5/2035	6,28	1.928,07
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	6,13	4.021,96
PREFIXADO	1º/1/2026	12,74	710,92
	1º/1/2029	13,30	483,39
SELIC	1º/3/2026	0,09	12.845,51

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,46	-	0,46	5,71
IGP-M (FGV)	0,21	0,06	0,15	1,86
IGP-DI (FGV)	0,06	-	0,06	3,01
IPC (FIPE)	0,63	-	0,63	7,20
IPCA (IBGE)	0,53	-	0,53	5,77
CUB (Sinduscon)	-0,07	-	-0,07	8,51
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,28	-	0,28	4,86

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,0186	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	-	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	-	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/3. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,66	0,07	0,00	0,07
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAR/23	22,09	24.305	21,27	22,14	3,81
CAFÉ NY*	MAI/23	186,45	87.285	184,40	188,45	-0,67
SOJA CBOT**	MAR/23	15,183	35.671	15,153	15,335	-0,70
MILHO CBOT**	MAI/23	6,44	505.854	6,43	6,523	-0,89

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	164,32	0,43	-15,75
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	273,10	0,00	-20,39
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	86,40	0,66	-11,24
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.141,47	0,01	-20,42

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,2072	0,16	2,57	-1,38
DÓLAR TURISMO	5,3930	-0,30	2,14	-1,62
EURO	5,5230	0,69	0,13	-2,02
OURO	300,000	0,74	-3,29	-0,66
WTI US$/BARRIL	75,6500	-1,09	-4,43	-6,01
IBRENTUS$/BARRIL	81,9100	-0,90	-4,18	-4,70

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0607	1,2056	0,1921
EURO	0,943	1,0000	1,1365	0,1812
FRANCO SUÍÇO	0,936	0,9930	1,1285	0,1799
LIBRA ESTERLINA	0,830	0,8802	1,0000	0,1594
IENE	136,241	144,5120	164,2340	26,1780

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Demi Getschko *trieste@gmail.com*

Farsas e tragédias

A forma com que o avanço de tecnologias afeta nosso comportamento pode ser tudo, menos irrelevante. O que começa provocando rejeição acaba normalizado: lembremos que, na introdução do automóvel, houve diversas preocupações sobre segurança e direitos dos pedestres, a ponto de se sugerir que um arauto precedesse o veículo anunciando sua chegada. Hoje, isso é certamente risível, mas é óbvio que um novo equilíbrio de direitos e deveres se implantou: ruas, com semáforos e passagem definida para pedestres, estabelecendo-se um novo paradigma.

Nas famílias buscava-se, por exemplo, adquirir uma enciclopédia. Ter uma enciclopédia em casa mudava a quantidade de idas às bibliotecas, já que nos dava acesso ágil a muitas informações. Claro que ir às bibliotecas seguia importante como acesso à literatura e, em muitos casos, como um exercício de serendipidade! Quantas vezes um livro não nos "acenou" da prateleira, e acabamos por levá-lo para casa, mesmo não sendo o que tínhamos ido buscar? Eis aí outro ponto de inflexão: com as maravilhosas ferramentas de busca eletrônica varremos hoje rapidamente milhões de referências.

Essa mudança nos livra do trabalho de garimpagem em longos textos – basta recolher resultados que o buscador encontrou. E, com a chegada dos aplicativos de conversa e busca munidos de IA, nem mais precisamos examinar as muitas opções trazidas: já há uma resposta formatada, que agrega os conteúdos acessados pelo aplicativo.

> ***Com ferramentas maravilhosas de busca eletrônica, varremos hoje a internet***

Mas será que essa uniformidade também não representaria um empobrecimento da análise de eventuais opções? O novo oráculo não seria o início de uma exposição ainda maior a riscos automáticos de homogeneização? Ou isso será também normalizado? O carro autoguiado é apenas uma extensão do automóvel ou traz novos dilemas éticos e concessões a serem feitas? É aceitável submeter um texto gerado por IA a uma revista científica? E, quando IA passar a tomar ainda mais decisões no nosso dia a dia, nossos paradigmas e conceitos mudarão?

Essa espiral, em que ações retornam mas em outro nível, lembrou-me que Karl Marx, no *18 Brumário de Luiz Bonaparte*, e comparando o que ocorria em 1848 com a revolução francesa de 1789 postulou: o que fora originalmente uma tragédia se repete em farsa. Revendo os interessantes mas perturbadores e distópicos textos de ficção científica, que todos lemos sabendo ficção e, portanto, farsa, será que constataremos uma inversão da tese de Marx? Será que agora é a farsa que se repetirá como tragédia? ●

ENGENHEIRO ELETRICISTA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Demissões **Rede social**

Elon Musk demite 200 em mais cortes no Twitter

Em nova rodada de cortes, ao menos 200 pessoas foram demitidas do Twitter no último final de semana, de acordo com o jornal americano *The New York Times*. A demissão em massa, primeiro noticiada pelo site Platformer, afetou diversos setores e não poupou nem uma das maiores entusiastas da "nova era" da rede social: Esther Crawford, chefe do Twitter Blue (serviço de assinatura do Twitter, que chegou ao Brasil por R$ 60 ao mês), também teve sua vaga cortada pela empresa.

A executiva estava na empresa desde 2020. Em novembro de 2022, uma foto publicada por Esther viralizou na rede social ao mostrá-la em um saco de dormir no escritório da empresa: "Quando sua equipe está trabalhando sem parar para cumprir prazos, às vezes você dorme onde trabalha", escreveu. ● BRUNA ARIMATHEA

Fundação Butantan
CNPJ: 61.189.445/0001-56

COMUNICA: SELEÇÃO DE FORNECEDORES

PROCESSO: 001/0708/000.048/2023. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2023. OFERTA DE COMPRA:** 895000801002023OC00026. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE TELEFONIA (CABO PARA TRANSMISSÃO, PATCH CORD, E CONECTOR FÊMEA)** cuja abertura está marcada para o dia 10/03/2023 às 10h00min. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 28/02/2023, site www.bec.sp.gov.br. O Edital está disponível também no site: https://fundacaobutantan.org.br/licitacoes/ata-registro-de-precos.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FUNDEPAR
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 312/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 19.731.310-2. **OBJETO:** execução de reparos no Colégio Estadual Cívico-Militar Hélio Antônio de Souza, no Município de Pontal do Paraná/PR. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 21 de março de 2023, às 09:00** (nove horas), por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. **VALOR MÁXIMO R$ 646.501,47** (seiscentos e quarenta e seis mil, quinhentos e um reais e quarenta e sete centavos). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA:** 27/02/2023. Comissão Permanente de Licitação.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FUNDEPAR
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 313/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 19.645.924-3. **OBJETO:** execução de reparos no Colégio Estadual de Ary Barroso, no Município de Wenceslau Braz/PR. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 21 de março de 2023, às 09:30** (nove horas e trinta minutos), por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. **VALOR MÁXIMO R$ 471.735,54** (quatrocentos e setenta e um mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA:** 27/02/2023. Comissão Permanente de Licitação.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 062/2023-CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127.845/2022 - EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de KITS/REAGENTES MALÁRIA/SÍFILIS para triagem sorológica dos doadores de sangue da Hemorrede do Estado do Maranhão – HEMOMAR.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.
DATA DA ABERTURA: adiada até ulterior deliberação.
MOTIVO: Pedidos de esclarecimentos e impugnação não respondidos em tempo hábil.
ID [986038]
Local de Realização: Sistema Licitações-e: **www.licitacoes-e.com.br**
Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH **(www.emserh.ma.gov.br).** Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, n° 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl.emserh.ma@gmail.com** e/ou **dayanne.emserh@gmail.com,** ou pelo **Telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 23 de fevereiro de 2023.
Dayanne Estrela da Costa Leite
Agente de Licitação da EMSERH

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PARA O ITEM 08

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 423/2022**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – NÚCLEO DE FARMÁCIA – NUFAR.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANTIMICROBIANOS INJETÁVEIS (CIPROFLOXACINA, CLINDAMICINA E OUTROS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O Coordenador de Pregões da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o(a) **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 423/2022 - IJF, foi declarada DESERTA PARA O ITEM 08**. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85)3452-3477.**

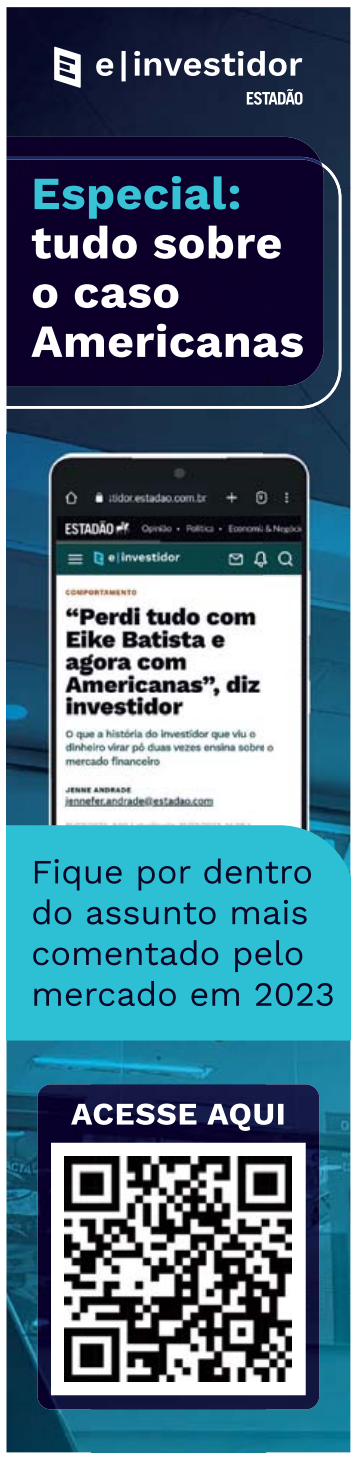
Fortaleza – CE, 27 de fevereiro de 2023.
EDUARDO MARTINS DA SILVA
Coordenador de Pregões da CLFOR

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE RETOMADA PARA O ITEM 01

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 090/2022**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE ÁLCOOL (ETÍLICO ABSOLUTO / 70% / ENTRE 70 E 90 INPM, EM GEL E IODADO), PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que no dia 02 de março de 2023 às 10h00min. **(Horário de Brasília)** haverá a RETOMADA da licitação para o ITEM 01. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85)3452-3477.**

Fortaleza – CE, 24 de fevereiro de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR



Produtos chineses que chegam aos EUA são produzidos no México

Literatura *Inéditos*

‘O Nome da Rosa’ ganha edição com desenhos de Umberto Eco

Esboços de objetos, ambientes, roupas e personagens são destaque do livro, que volta em box com ‘O Pêndulo de Foucault’ e ‘O Cemitério de Praga’

UBIRATAN BRASIL

O escritor, filósofo e semiólogo italiano Umberto Eco (1932-2016) gostava de segurar na boca a tampa da caneta que estava usando. Era um tique que ajudava sua concentração. E foi assim, absorto, que esboçou desenhos dos personagens daquele que se tornaria seu grande sucesso, o romance *O Nome da Rosa*, publicado em 1980. E, apesar do legado inigualável em estudos da filosofia da arte, da comunicação e da literatura, foi com esse livro de ficção que Eco se tornou um best-seller mundial.

Kubrick
Eco não aceitou liberar direitos de filmagem de ‘O Pêndulo de Foucault’ para o cineasta inglês

E é justamente *O Nome da Rosa* o título mais reluzente de uma caixa lançada nesta semana pela editora Record, que traz ainda *O Pêndulo de Foucault* (lançado em 1988) e *O Cemitério de Praga* (2010), todos com capa dura e texto revisado. A novidade, no entanto, é a coleção de caricaturas e mapas rascunhados por Eco quando preparava a escrita de *O Nome da Rosa*.

“Os desenhos, ou esboços, atestam o minucioso trabalho preparatório antes da escrita do romance, iniciada em 1978 e cuja publicação só ocorreu em outubro de 1980”, comenta o editor Mario Andreose, em conversa por Zoom com o **Estadão**.

Andreose trabalhou durante 35 anos ao lado de Eco, justamente seu período mais intensamente criativo. “Ele era um ótimo contador de histórias e de piadas e, ao mesmo tempo, quando iniciava um projeto, dedicava todo seu conhecimento para atingir o que considerava o melhor resultado.”

De fato, na concepção do escritor italiano, um objeto artístico não é algo acabado, com uma interpretação única e fechada ditada pelo seu criador, mas um feixe que congrega diferentes estilos. Ou seja, a estética da pintura não é dissociada da do cinema, por exemplo, mas uma complementa a outra.

Assim, em *O Nome da Rosa*, Eco utiliza uma história de ficção para convergir várias áreas da cultura como a história, a filosofia, a estética medieval e a semiótica. O resultado é um thriller policial em que recria a atmosfera soturna e repressiva dos monastérios e os contrastes no interior da Igreja.

DATAS. A ironia está no fato de Eco ter sido convidado por uma editora que desejava lançar livros policiais curtos, escritos por “não romancistas”. Mas Eco entregou um romance de suspense de mais de 500 páginas e ambientado na Idade Média, cuja leitura densa, carregada de citações e datas, desafia ainda hoje o leitor comum.

“Atualmente, o livro já vendeu mais de 50 milhões de exemplares em todo o mundo desde seu lançamento”, conta Andreose, que cita palavras do próprio Eco para justificar a importância dos desenhos: “Para narrar, é preciso, primeiro, construir um mundo mobiliado o máximo possível até os últimos detalhes – construído o mundo, as palavras virão quase sozinhas”.

Assim, o leitor poderá descobrir, ao final desta edição de *O Nome da Rosa*, um material visual que mostra “a identidade e a fisionomia dos principais protagonistas, com típico traço veloz e arguto do autor, que justificará sua invenção para saber quais palavras colocar em suas bocas”, observa Andreose.

Minucioso em sua pesquisa, Eco também rascunhou traçados e plantas de abadias, castelos, labirintos, além de oferecer um retrato da vida cotidiana do século 14, como as ferramentas utilizadas no trabalho agrícola, especialmente na produção do vinho e do azeite de oliva. “Sua atenção se volta ainda para cada detalhe arquitetônico, como o número de degraus de uma escada em espiral, para definir a duração do diálogo dos personagens que vão de um lugar a outro.”

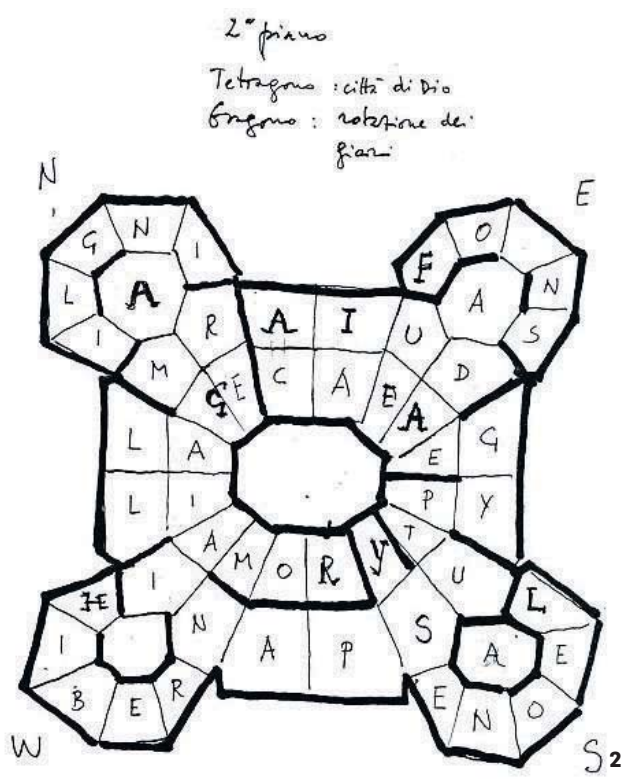
ERRO. Andreose se lembra de como o livro demorou para fazer sucesso – muitos não acreditavam que o público se interessasse por uma leitura tão densa, apesar de magnificamente pensada. “Um editor francês se recusou a publicar o livro, justificando que Eco era um fantástico ensaísta e que não precisa apelar para a ficção. Acabamos lançando por outra editora. Quando *O Nome da Rosa* se tornou um best-seller, aquele mesmo editor francês nos pediu uma segunda chance lançando *O Pêndulo de Foucault*.”

O sucesso de *O Nome da Rosa* pode ser explicado, segundo Andreose, pela fórmula de seu enredo. “Quando jovem, Eco se interessava por escritos antigos e por romances de mistério, especialmente os de Arthur Conan Doyle e seu personagem Sherlock Holmes – *O Cão dos Baskervilles* era um de seus preferidos. Assim, com tais ferramentas, ele conseguiu unir o erudito ao popular.”

A versão para o cinema, dirigida por Jean-Jacques Annaud em 1986, também alcançou um enorme sucesso popular, o que fez o escritor recusar um pedido de Stanley Kubrick de filmar *O Pêndulo de Foucault*. “Eco não queria associar seu nome a blockbusters. Mas basta observar *De Olhos Bem Fechados* (1999), último longa de Kubrick, para notar elementos do livro de Eco: a sociedade secreta, pessoas com máscara – uma atmosfera idêntica à de *Foucault*. ●

DESENHOS DE UMBERTO ECO/REPRODUÇÃO

1



2

ANDREA BARBIROLI / ESTADÃO – 10/3/2010

3

1. Esboços de personagens de ‘O Nome da Rosa’

2. Eco cuidava dos detalhes também da arquitetura

3. O escritor italiano

O Nome da Rosa, O Cemitério de Praga e O Pêndulo de Foucault
Autor: Umberto Eco
Editora Record
1.720 pág R$ 249,90 (R$ 174,90 e-book)

Direto da Fonte

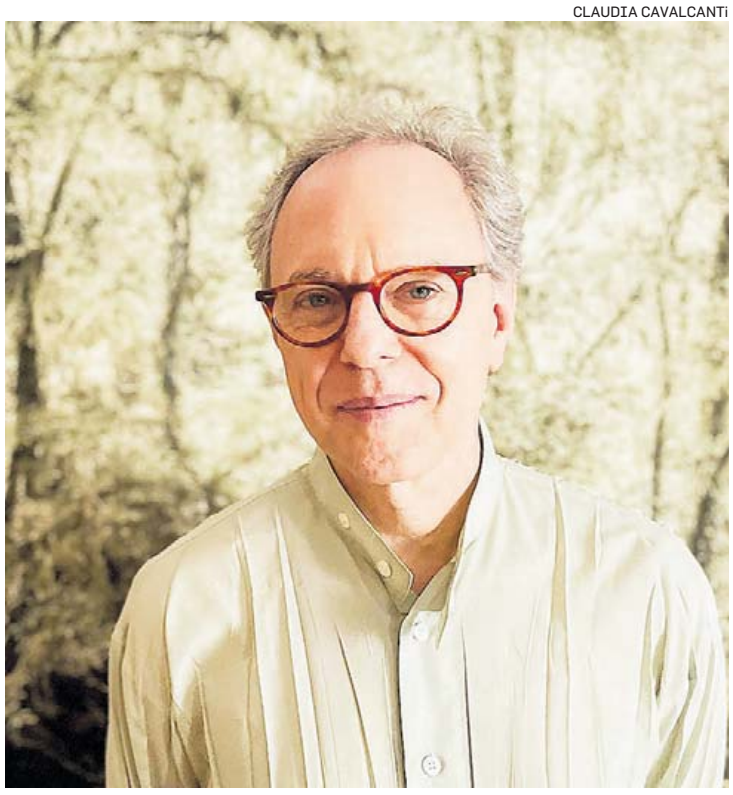
Marcela Paes (interina) MARCELA.PAES@ESTADAO.COM

PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

As novas aventuras de Nestrovski na música

Arthur Nestrovski acaba de voltar de uma viagem movimentada a Tel Aviv, em Israel. O ex-diretor da Osesp foi um dos dois finalistas ao cargo de Diretor Artístico da Filarmônica de Israel, uma das maiores orquestras do mundo. "Só ter sido procurado e entrevistado, primeiro por Zoom e depois em Tel Aviv, já foi uma honra. É uma aventura e tanto, para quem mal respirou da década e meia de Osesp!", disse ele à coluna. Nestrovski deixou a Osesp em fins do ano passado, encerrando uma gestão de 13 anos à frente da orquestra paulistana. No mesmo ato, inaugurou um acervo que leva seu nome e conta com mais de 2 mil livros, na Midiateca da Sala São Paulo. A ligação com a ex-casa também continua mais viva que nunca. Arthur é o professor convidado do novo curso de redação e crítica musical da academia da Osesp. "Muita satisfação de atuar como professor convidado da academia".●

CLAUDIA CAVALCANTI



Arthur Nestrovski foi diretor artístico da Osesp por 13 anos

Bloco de Notas

● **DO BEM.** Rodrigo Clemente colocou seus dois restaurantes na praia de Juquehy e a sua BLZ Distribuidora para ajudar os atingidos pelas enchentes na região. O restaurante Filó e o Carnívoros Steak & Burger estão doando alimentos e a BLZ vai construir 20 quitinetes para os familiares de colaboradores afetados.

● **TECNOLOGIA.** Quem passar pela Rua Gabrielle D´Annunzio, no Campo Belo, poderá usar o Wi-Fi 6E outdoor, oferecido pela Qualcomm pela primeira vez na América Latina. Considerado uma evolução no wireless, o serviço tem mais velocidade e menor latência para o usuário.

Mãe e filha no palco

MATTEUS BRUNETTE

Zizi e Luiza Possi vão comemorar o Dia Internacional da Mulher com show gratuito

Zizi e Luiza Possi vão fazer um show gratuito para comemorar o Dia Internacional da Mulher, no Teatro Sérgio Cardoso. O espetáculo, no próprio dia 8 de março, retoma em 2023 uma turnê que mãe e filha iniciaram pouco antes da pandemia. "A maternidade me trouxe para mais perto de Zizi e por isso veio a vontade de dividir o palco em um show único, completamente emocionante, pensado e executado pelas duas", disse Luíza. A plataforma #CulturaEmCasa vai transmitir a apresentação ao vivo. "Vamos passear do lirismo à comédia com muito bom gosto. O show terá repertório variado com nossos sucessos, e canções inéditas nas nossas vozes", completa Zizi.

Coreógrafo de projeção internacional comanda oficina de dança em SP para bailarinos e iniciantes

O Museu Judaico de São Paulo vai oferecer um workshop de dança contemporânea com o coreógrafo israelense Shahar Binyamini, em sua sede na Bela Vista, entre os dias 10 e 12 de março. As vagas gratuitas se esgotaram em pouco tempo.

O curso foi montado em parceria com a São Paulo Companhia de Dança e o performer está no Brasil desenvolvendo um espetáculo com o grupo. Ex-integrante da renomada companhia de dança de Israel, a Batsheva Dance Company, Binyamini afirma: "Minhas criações são sempre sobre quem somos como humanos, animais, almas e entidades. Evoluímos constantemente e é isso que quero expressar fisicamente".

MARCELA BENVEGNU

Arte

Artista doa 50% do valor de obra ao litoral norte

Daniela Cutait lança hoje sua nova coleção de esculturas de parede, "Das Minhas Tramas Cuido Eu", no Rooftop Em Casa. A artista decidiu doar 50% do valor da primeira obra vendida para o Instituto Verdescola.

CLAUDIA TANNOUS

CONTEÚDO DE QUALIDADE
QUE GERA NEGÓCIOS
PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
SAIBA MAIS EM: bse.estadao.com.br

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

Sem tempo para selecionar os melhores conteúdos do noticiário?

As **newsletter exclusivas** para assinantes do Estadão trazem para você boletins especiais de temas do dia.

A primeira conexão do dia com os principais fatos do momento, além de colunas em destaque, matérias selecionadas e dicas de conteúdos para relaxar.

Todas as manhãs, de segunda a sexta.

INSCREVER-SE

Inscreva-se e receba em seu e-mail:
http://www.estadao.com.br/e/conectado

Um resumo leve e descontraído do noticiário do dia, curadoria de temas inspiradores, além de links para manter-se bem informado(a).

Sempre no fim do dia, de segunda a sexta.

INSCREVER-SE

Inscreva-se e receba em seu e-mail:
http://www.estadao.com.br/e/pilula

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Naturalidade de ser
Data estelar: Lua quarto crescente em Gêmeos

Em vez de questionar a ambiguidade de teus sentimentos em relação a algumas pessoas que te servem de referência, porque são próximas e cotidianas, ou a ambiguidade de teus sentimentos em relação às tarefas e obrigações que cumpres cotidianamente, aceita com naturalidade esse estado de ânimo, porque ser humano algum, que seja sincero com sua própria alma, poderia se declarar absolutamente coerente.

Exigir coerência da própria alma é mais um dos tentáculos da severidade moralista a que todos nos acostumamos, porque é familiar, mas que vai socavando ao longo do tempo a relação leve e alegre com a vida que todos poderíamos desfrutar, sem ficar nos cobrando, e cobrando dos outros uma postura artificial, e pior ainda, levando isso a sério como se fosse o fim do mundo simplesmente ser como verdadeiramente somos. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Importa pouco que tudo tenha desandado em tempos recentes, o que importa é o quanto você continuará fazendo para, não apenas superar os incidentes, como também ir muito além do que tinha imaginado no começo. É por aí.

TOURO 21-4 a 20-5

Enquanto as pessoas focam a atenção em assuntos que para sua alma são banais demais para serem percebidos, há todo um universo de sensações e experiências íntimas que mereceriam todo o foco, mas que passam despercebidas.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Apesar dos pesares, a vida fica interessante de novo e as coisas caminham de um jeito que sua alma gosta. Aproveite a onda para dar forma às questões que você considera essenciais, sem as quais nada mais vale a pena.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Há muita mais vida para experimentar do que aquilo que você se acostumou a chamar de sua vida. Aventuras perfeitas se desenham no horizonte, mas como aproveitar o chamado se o tempo todo está tomado por rotinas?

LEÃO 22-7 a 22-8

As tensões nos relacionamentos não precisam ser resolvidas através de conflitos, o que seria contraproducente. Essas tensões precisam ser resolvidas através de dinâmicas criativas, tentativas de pensar fora da caixa.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Valerá a pena fazer acordos e se aliar às pessoas que, por enquanto, são postas à distância por criarem conflitos. Este é um momento que não pode ser avaliado pelo que aconteceu no passado, mas pela potencialidade.

LIBRA 23-9 a 22-10

Os instrumentos e ingredientes estão todos aí, mas espalhados de uma forma que se você não tomar a iniciativa de os reunir com empenho e boa vontade, provavelmente a oportunidade deste momento passará em brancas nuvens.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

As experiências andam meio embaralhadas, e isso merece mais atenção de sua parte, para não correr o risco de avaliar como importantes algumas questões que, na prática, não mereceriam tamanha atenção. Tudo em seu lugar.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

As tensões se resolvem na harmonia, mas a harmonia não acontece naturalmente, é produto do esforço e boa vontade das pessoas envolvidas, dispostas a encontrar um ponto em comum que substitua os conflitos.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Você pode dar todas as voltas que quiser em busca de uma maneira de não ter de assumir as iniciativas devidas, porém, será tempo perdido e, no fim, você terá de fazer o que tentava evitar, assumir a iniciativa.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Ampliar o entendimento sobre a vida é urgente, porque há vida mais abundante disponível para ser experimentada, e seria uma pena deixar passar este momento o tratando como se fosse qualquer outro. Isso melhor não.

PEIXES 20-2 a 20-3

Há um círculo infranqueável, além do qual sua alma nem conseguiria ir porque a imaginação não chega a tanto. Dentro desse círculo infranqueável há muitas coisas que merecem mais atenção e concentração.

Literatura *Revisionismo*

Novas edições dos livros de James Bond retiram palavras racistas

Termos pejorativos são excluídos pela editora Ian Fleming Publications, que edita obras do 007 desde os anos 1950

Novas edições de livros do agente secreto James Bond, lançados originalmente entre 1951 e 1966, em especial *Live and Let Die* (1954), deverão ser publicadas com restrição a alguns termos e trechos, informou reportagem do jornal *The Telegraph*.

Segundo o jornal britânico, ass novas edições terão o seguinte aviso: "Esse livro foi escrito em uma época em que ter atitudes que podem ser consideradas ofensivas por leitores modernos era comum. Algumas atualizações foram feitas nesta edição, tentando mantê-la o mais próximo possível ao texto original e ao período em que se passa".

RACISMO. Boa parte das alterações aborda palavras pejorativas para se referir a negros, que passam a ser chamados de "homem negro" ou "pessoa negra". Outros trechos foram reduzidos ou removidos.

Por exemplo, num momento em que James está em uma boate do Harlem constava: "Bond podia ouvir o público grunhindo e ofegando como porcos no chiqueiro. Ele sentiu as próprias mãos segurando a toalha de mesa. Sua boca estava seca". O trecho seria alterado para: "Bond podia sentir a tensão elétrica na sala".

A editora dos livros de 007, Ian Fleming Publications, afirmou: "Nós revisamos o texto e os livros originais de Bond e decidimos que seria a melhor ação a ser tomada guiando-se pela vontade de Ian. Nós fizemos mudanças em *Live and Let Die* que ele mesmo autorizou". O autor morreu em 1964, mas teria deixado a permissão para alterações nas versões vendidas nos Estados Unidos. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Ser valente é muito mais fácil do que ser homem"* **Julio Cortázar**

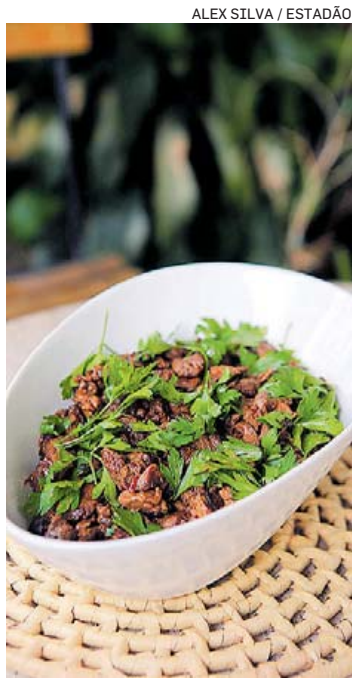
Prato do dia

Patrícia Ferraz *E-mail: patriciacferraz@gmail.com; instagram: @patriciacferraz*

Picadinho asiático

Temperar com gengibre parece coisa da cozinha contemporânea, que acolheu os sabores asiáticos. Mas, na Antiguidade, os romanos já usavam a raiz – caríssima, na época – para dar sabor às carnes e aves. Chegou às Américas na época das grandes navegações e se deu bem por causa do clima tropical. O gengibre levanta o sabor de qualquer prato, emprestando uma mistura de picância e frescor, especialmente combinado com shoyu, limão e alho, como é o caso desse picadinho de inspiração asiática. Se preferir usar frango, siga a mesma receita.

ALEX SILVA / ESTADÃO



Ingredientes

Para 4 pessoas

- 500 g de filé mignon cortado em cubos pequenos
- 150 g de cogumelos shiitake fatiados
- 10 cm de gengibre descascado e ralado
- 1 cebola grande picada
- 1 dente de alho picado
- ½ xícara de shoyu
- 2 colheres (sopa) de saquê
- 1 limão siciliano (raspa e suco)
- 1 pimenta dedo-de-moça sem sementes e em rodelas
- 1 colher (chá) de óleo de gergelim
- 3 colheres (sopa) de óleo de canola
- 2 colheres (sopa) de azeite
- 1 punhado de salsinha fresca picada

Preparo

Fácil. 30 minutos

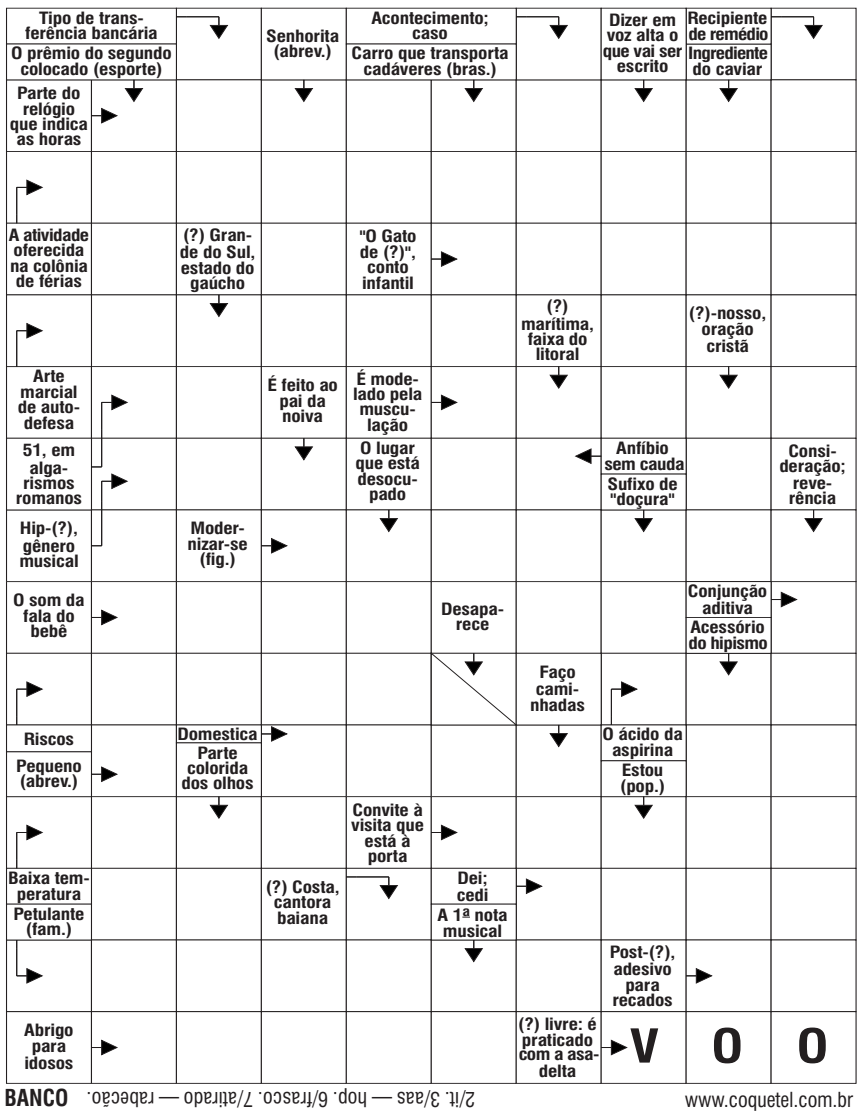
1. Tempere a carne com sal e pimenta-do-reino moída na hora.
2. Aqueça 2 colheres (sopa) de óleo de canola e o óleo de gergelim em uma caçarola ou panela tipo wok. Grelhe a carne em fogo alto, aos poucos, para não juntar água. Vá tirando a carne grelhada e colocando em uma travessa à parte.
3. Aqueça o azeite na mesma panela, sem lavar, e refogue os cogumelos shiitake até amolecer. Tempere com sal e transfira tudo para um outro prato.
4. Aqueça o óleo de canola restante (na mesma panela), refogue a cebola, o alho, a pimenta fatiada, ponha o shoyu, o suco de limão, o gengibre e o saquê. Junte a carne grelhada e o cogumelo refogado. Misture bem e deixe aquecer.
5. Prove, ajuste os temperos, se necessário. Transfira para a travessa de servir e espalhe salsinha por cima.

É JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 22 ANOS

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB Jogue as cruzadas **http://bit.ly/3kycltc**



BANCO 2/it. 3/aas — hop. 6/frasco. 7/atirado — rabeção.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Sorriso perfeito

Assim como a pele e os cabelos, a boa aparência dos **DENTES** depende muito da **ALIMENTAÇÃO**, e não apenas de tratamento médico. O consumo de alguns produtos pode deixar o sorriso ainda mais **BRANCO** e **LUMINOSO**. Confira!

- **~~MAÇÃ~~**: por ser fibrosa, ajuda a limpar os dentes e estimula o fluxo **SALIVAR**. Além disso, melhora o funcionamento do sistema digestivo e diminui os níveis de colesterol;
- **PERA**: é rica em **FIBRAS**, como a maçã, promovendo a **LIMPEZA** natural da boca. Atua ainda na prevenção de doenças gengivais e de **CÁRIES**;
- **MORANGO**: contém ácido málico, um adstringente natural que auxilia na retirada de **MANCHAS** dos dentes. A presença de vitamina C em sua composição contribui para a formação do **COLÁGENO**, que mantém as gengivas saudáveis;
- **QUEIJO**: preserva o **ESMALTE** dentário e combate a acidez bucal. Essa fonte de **CÁLCIO** e **FÓSFORO** colabora também para o fortalecimento dos **OSSOS**;
- Castanha-do-pará: seus **ÓLEOS** naturais protegem os dentes ao reduzir a capacidade de proliferação das **BACTÉRIAS**.

D	H	T	A	T	Y	R	A	T	I	I
S	E	I	R	A	C	F	E	R	C	L
R	T	D	T	N	C	B	O	E	E	T
T	R	F	M	C	H	F	L	C	F	P
F	E	O	D	C	O	E	E	S	G	D
N	M	O	R	A	N	G	O	R	O	A
A	C	S	A	I	D	C	S	C	I	T
E	T	I	H	R	O	T	D	G	C	D
E	T	L	A	M	S	E	F	H	L	E
T	L	T	L	N	R	A	L	H	A	N
H	R	M	C	I	E	F	A	I	C	T
F	M	A	Ç	Ã	A	C	L	I	E	E
O	M	R	T	T	A	O	I	M	E	S
E	M	M	R	A	T	C	M	F	N	M
O	R	O	F	S	O	F	E	S	M	Y
E	T	C	I	T	F	N	N	L	A	R
Q	G	N	T	F	I	F	T	R	N	N
U	A	A	O	I	E	F	A	L	C	T
E	N	R	R	B	F	N	Ç	F	H	C
I	S	B	A	R	A	S	Ã	F	A	D
J	B	D	H	A	Y	S	O	H	S	A
O	D	O	E	S	A	R	C	R	I	Z
M	S	S	M	F	F	T	A	N	H	E
O	C	S	T	N	L	E	N	N	S	P
L	C	O	L	A	G	E	N	O	D	M
C	H	S	R	T	E	T	L	A	N	I
R	E	C	O	S	O	N	I	M	U	L
M	O	R	E	D	T	N	S	L	N	O
O	B	R	L	T	M	T	T	E	H	T
T	N	B	A	C	T	E	R	I	A	S
F	L	S	L	H	T	D	H	R	E	G
R	A	V	I	L	A	S	D	I	E	F

© Revistas COQUETEL

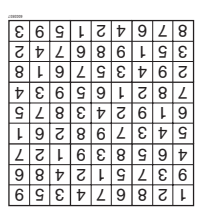
SUDOKU

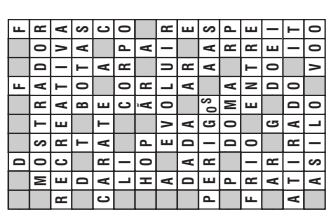
NA WEB Jogue o sudoku **http://bit.ly/3XZl0be**

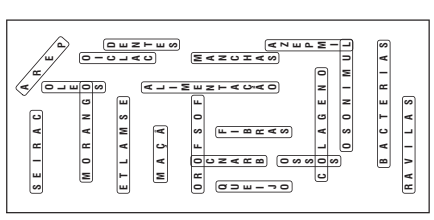
Nível Fácil

					4		5	
9					2	4		
	6		8	3				
5	4		7		8	2		
		9		4		8		
		2	1		5		3	4
				5	7		1	
		1	9					2
	7		4					

SOLUÇÕES







Fábrica da Lenovo, no México: fornecedores ainda são problema

LUIS ANTONIO ROJAS/THE NEW YORK TIMES

Nova fronteira para os asiáticos
Encarecimento do frete e rupturas geopolíticas motivam movimento chinês rumo à América do Norte

Com caos nas cadeias globais, empresários chineses constroem fábricas em Estado mexicano

Produto da China para os EUA agora sai do México

PETER S. GOODMAN
THE NEW YORK TIMES
MONTERREY (MÉXICO)

Bill Chan nunca tinha pisado no México, muito menos na distante faixa de deserto no norte do país onde, repentinamente, decidiu construir uma fábrica de US$ 300 milhões (por volta de R$ 1,5 bilhão). No entanto, isso parecia um detalhe insignificante em meio à pressão para se adaptar a uma economia global mudando depressa.

Era janeiro de 2022 e a empresa de Chan, a fábrica de móveis Man Wah, estava enfrentando sérios desafios para transportar os sofás de suas fábricas na China para os clientes nos EUA. Os preços de envio disparavam. Washington e Pequim travavam uma guerra comercial feroz.

A Man Wah, uma das maiores empresas de móveis do país asiático, estava interessada em levar seus produtos para o lado americano do Pacífico. "Nosso principal mercado são os EUA", disse Chan, presidente da subsidiária do México da Man Wah.

Esse mesmo objetivo explica por que várias das principais empresas chinesas estão investindo de forma ousada no México, tirando proveito de um amplo acordo comercial americano. Seguindo os passos de empresas japonesas e sul-coreanas, as chinesas estão construindo fábricas que lhes permitem identificar ➔

LUIS ANTONIO ROJAS/THE NEW YORK TIMES

seus produtos com a etiqueta "fabricado no México" e, depois, transportá-los pelos EUA sem pagar impostos.

O interesse dos fabricantes chineses no México é parte de uma tendência maior conhecida como "nearshoring". Empresas internacionais estão levando suas fábricas para mais perto de seus clientes a fim de reduzir suas vulnerabilidades aos problemas de transporte e tensões políticas.

FORÇA COMERCIAL. A participação das empresas chinesas nesta mudança comprova o aprofundamento da hipótese de que a ruptura que separa os EUA e a China será uma característica persistente na próxima fase da globalização. No entanto, isso também revela algo mais fundamental: quaisquer que sejam as tensões políticas, as forças comerciais que ligam os EUA à China ainda são mais poderosas.

As empresas chinesas não têm qualquer intenção de abandonar a economia americana, que continua sendo a maior do planeta. Em vez disso, elas estão fixando operações dentro do bloco comercial americano como uma saída para fornecer mercadorias a esse público, de eletrônicos a roupas e móveis.

O Estado mexicano de Nuevo León, que faz fronteira com os EUA, se posicionou para abraçar a missão. Liderada por um audacioso governador de 35 anos, Samuel García, a região tem atraído investimentos estrangeiros ao mesmo tempo que busca melhorias nas rodovias para facilitar a passagem na fronteira. Recentemente, García participou do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, para recrutar mais empresas.

> ***Nova aposta***
> ***Estado mexicano de Nuevo León recebeu R$ 36 bilhões em investimento, sendo 30% da China***

"Nuevo León está passando por um alinhamento geopolítico planetário", declarou o governador durante uma entrevista na capital do Estado de Monterrey, dentro do palácio do governo, um labirinto de salas imponentes como pé-direito alto e varandas com vista para as montanhas irregulares de Sierra Madre. "Estamos recebendo muitos asiáticos que desejam entrar no mercado dos EUA."

Desde que García assumiu o cargo em outubro de 2021, Nuevo León recebeu aproximadamente US$ 7 bilhões (R$ 36 bilhões) em investimentos estrangeiros, tornando-se a segunda federação a receber mais capital, ficando atrás apenas da Cidade do México, de acordo com o Ministério da Economia mexicano. Em 2021, as empresas chinesas foram responsáveis por 30% dos investimentos estrangeiros em Nuevo León, perdendo apenas para os EUA, com 47%.

CADEIAS GLOBAIS. Parte desse dinheiro está financiando fábricas que irão produzir produtos prontos para serem vendidos nos EUA. Mas boa parte dele está destinada a uma reformulação maior da cadeia de suprimentos global.

Conforme a pandemia prejudicava a indústria chinesa e congestionava portos, as empresas com fábricas nos EUA sofriam com a escassez de peças fabricadas na Ásia. Muitas agora estão exigindo que seus fornecedores abram fábricas na América do Norte – ou correrão o risco de perder seus negócios.

A Lizhong, fabricante chinesa de rodas para automóveis, está construindo a primeira fábrica da empresa fora da Ásia, num parque industrial em Nuevo León. Os maiores clientes da Lizhong, incluindo a Ford Motor e a General Motors, fizeram pressão para a empresa abrir uma fábrica na América do Norte, disse seu diretor-geral no México, Wang Bing.

Uma empresa sul-coreana, a Dy Power, que fabrica peças para equipamentos usados no setor de construção, está considerando o norte do México como o local para construir uma fábrica perto de um grande cliente no Texas. "Depois de passar pela pandemia e pela crise na cadeia de suprimentos, além da paralisação na China provocada pela covid, muitos fabricantes americanos gostariam de eliminar riscos", disse Sean Seo, executivo da Dy Power em Seattle. "A globalização chegou ao fim. "Agora é 'local-lização'", afirmou.

César Santos apostou bastante na veracidade dessas afirmações. O advogado corporativo de 65 anos também atua no comando de uma incorporadora em Monterrey, uma cidade industrial próspera e repleta de restaurantes de luxo, shopping centers e spas.

Há dez anos, ele foi abordado por uma construtora em Los Angeles em nome de uma empresa chinesa de eletrônicos que estava considerando a ideia de abrir uma fábrica no México. Santos tinha influência sobre um bem de grande interesse – um lote de terra de quase 850 hectares.

Cercada por cactos, a propriedade ficava a menos de 240 quilômetros da fronteira com o Texas. O terreno funcionou como a fazenda de gado da família de Santos quando ele era criança. Agora, ele via uma oportunidade lucrativa de transformá-la num parque industrial. Santos viajou para a China, foi de Xangai até a cidade de Hangzhou no trem de alta velocidade e lá, à beira de um lago, conheceu o Grupo Holley, que havia construído um parque industrial para empresas chinesas na Tailândia. "A China era um país que tinha criado tudo tão rápido", disse Santos. "Fiquei realmente impressionado."

Em 2015, ele uniu forças com o Holley e outro parceiro chinês para formar uma joint venture, a Hofusan Real Estate. Eles planejam construir uma rede de armazéns e fábricas em frente a um hotel de apartamentos temporários para gestores visitantes, além de mais de 12 mil casas para trabalhadores.

FORNECEDORES. Encontrar fornecedores locais também é um desafio. Segundo os termos do acordo comercial da América do Norte, os fabricantes devem empregar porcentagens mínimas de peças e matérias-primas da região para se qualificar à isenção de impostos ao entrar em outros países do bloco.

> ***"Depois de passar pela pandemia e pela crise na cadeia de suprimentos, além da paralisação na China provocada pela covid, muitos fabricantes americanos gostariam de eliminar riscos"***
> **Sean Seo**
> **Executivo da Dy Power**

Há três anos, a Lenovo, fabricante chinesa de computadores, abriu uma fábrica em Monterrey dedicada à fabricação de servidores – equipamentos que armazenam dados para a computação em nuvem. Até o ano passado, a Lenovo trazia de uma fábrica na China peças cruciais – as chamadas placas-mãe. Mas, conforme os problemas de envio internacional de mercadorias se intensificavam, a empresa passou a comprá-las de um fornecedor na cidade mexicana de Guadalajara.

A Lenovo também parou de importar materiais de embalagem da China e agora os adquire no México. No entanto, a empresa continua importando muitas peças fundamentais da China, desde dispositivos de memória a cabos especializados. "Não há cadeia de suprimentos para essas coisas no México", disse Leandro Sardela, diretor de operações ocidentais da empresa. Pelo menos por enquanto, não. ● TRADUÇÃO DE ROMINA CÁCIA

Movimento se fortaleceu depois de 'tarifaço' de Trump

MONTERREY (MÉXICO)

Quando se tornou presidente, em 2017, Donald Trump exigiu que as empresas americanas saíssem da China. Em 2018, ele começou a impor tarifas elevadas em importações chinesas.

"As empresas chinesas não conheciam nada a respeito do México, e as únicas coisas que sabíamos eram coisas ruins, coisas perigosas", disse Jiang Xin, da joint venture Hofusan Real Estate, que já havia supervisionado a construção de parques industriais na Tailândia mas não sabia nada sobre o México. "Então veio Trump." Segundo Jiang, "a questão das tarifas nos ajudou. As empresas chinesas queriam mais opções. E nós somos uma das opções delas."

RUMO AOS EUA. Quando Bill Chan, presidente da subsidiária do México da empresas de móveis Man Wah, começou em 2021 a considerar o México como opção para erguer um empreendimento, outras 27 empresas chinesas já tinham garantido terrenos dentro do Parque Hofusan, em Nuevo León. Restava apenas um lote enorme. A Man Wah já tinha driblado as tarifas americanas construindo uma fábrica no Vietnã e recorrendo a ela para fabricar produtos destinados ao mercado americano. Porém, a disparada do preço do transporte de mercadorias enfraqueceu essa estratégia.

A Man Wah estava transportando 3,5 mil contêineres de 40 pés por mês do Vietnã para o Pacífico. Os envios que antes custavam US$ 2 mil (R$ 10, 4 mil) passaram a custar 10 vezes mais, do nada. Chan usou a plataforma da rede social chinesa WeChat para se conectar com Jiang. Em poucas semanas, a Man Wah se comprometeu a adquirir o terreno. Em janeiro de 2022, Chan assinou o contrato antes de embarcar num voo para o México, deixando a esposa e dois filhos na cidade chinesa de Shenzhen. Enquanto a fábrica está sendo construída, a Man Wah já começou a produzir sofás em uma pequena instalação alugada ali perto. "Sempre fazemos as coisas de forma rápida", disse. ● P.S.G./NYT

Cinema *Premiação*

Vitória credencia 'Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo' ao Oscar

Filme conquista 4 das 5 indicações ao SAG e se torna o favorito para levar a estatueta dourada de melhor longa em março

O improvável rolo compressor da temporada de premiações *Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo* marchou no Screen Actors Guild Awards (SAG), no domingo, 26, e até ganhou força com vitórias não apenas para melhor conjunto e os favoritos Michelle Yeoh (atriz) e Ke Huy Quan (ator coadjuvante), como também para Jamie Lee Curtis (atriz coadjuvante).

PRÉVIA. O SAG Awards, muitas vezes uma prévia do Oscar, cuja cerimônia acontece em 12 de março, apostou algumas fichas consideradas zebras na corrida pela estatueta em uma cerimônia no Fairmont Century Plaza, em Los Angeles.

Mas o resultado mais claro do SAG Awards foi o sucesso esmagador do conto multiverso maluco dirigido por Daniel Kwan e Daniel Scheinert, que agora ofereceu seus dedos para receber as alianças de atuação feminina, direção e produção. Apenas um filme (*Apollo 13*) ganhou os três e não levou o Oscar de melhor filme.

J. BROWN/ AFP

Elenco de maioria asiática tem como exceção Jamie Lee Curtis

Depois de grande parte do elenco de *Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo* já ter subido ao palco para receber os prêmios, o momento final da noite coube a James Hong, de 94 anos, coadjuvante do filme considerado pioneiro da representação asiático-americana em Hollywood. Ele trouxe à tona a história ignóbil do filme *Terra dos Deuses*, de 1937.

"O papel principal foi feito por atores com os olhos tapados porque os produtores disseram que os asiáticos não eram bons o suficiente e não atraíam bilheteria", disse Hong. "Mas olhem para nós agora!"

SURPRESA. Hong acrescentou que o elenco de *Tudo...* não era todo chinês, embora admitisse que Jamie Lee Curtis tinha um bom nome chinês. A vitória dela como coadjuvante, aliás, foi uma das mais surpreendentes da noite, superando a favorita Angela Bassett (*Pantera Negra: Wakanda para Sempre*). Comovida, Curtis disse que estava usando a aliança do casamento de seus pais, os atores Tony Curtis e Janet Leigh.

Já Michelle Yeoh levou para casa o prêmio de melhor atuação feminina, tornando-se a primeira atriz asiática a ganhar essa estatueta do SAG, assim como Ke Huy Quan, eleito melhor coadjuvante.

A estatueta de melhor ator foi para Brendan Fraser, por *A Baleia*. "Acredite, se você apenas colocar um pé na frente do outro, vai chegar aonde precisa ir", disse Fraser, olhando carinhosamente para o troféu. ● AP

Premiados

● **Melhor elenco**
Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo

● **Atriz principal**
Michelle Yeoh (***Tudo...***)

● **Ator principal**
Brendan Fraser (***A Baleia***)

● **Atriz coadjuvante**
Jamie Lee Curtis (***Tudo...***)

● **Ator coadjuvante**
Ke Huy Quan (***Tudo...***)

● **Prêmio especial**
Sally Field

● **Melhor elenco de série dramática**
The White Lotus

● **Melhor elenco de série de comédia**
Abbott Elementary

EGP Viagens
VENHA COM A EGP REALIZAR SEU SONHO,
NÓS CUIDAMOS DO DESTINO
(11) 5039-3531
(11) 93802-5228
@egp.viagens
/egpviagens
SUPER OFERTA somente essa semana
DESCONTÃO DE 35%

FUGA PARA ROMA
3 NOITES - SAÍDA 12/08
AÉREO + HOSPEDAGEM + PASSEIO + GUIA + TRANSLADO
A PARTIR DE: 10X R$1499,90 SEM JUROS + TAXAS

LISBOA E MADRI
5 NOITES - SAÍDA 25/08
AÉREO + HOSPEDAGEM + PASSEIOS + GUIA + TRANSLADO
A PARTIR DE: 10X R$1599,90 SEM JUROS + TAXAS

INDIA E DUBAI
10 NOITES - VÁRIAS SAÍDAS
AÉREO + HOSPEDAGEM + PASSEIOS + GUIA + TRANSLADO
A PARTIR DE: 10X R$1899,90 SEM JUROS + TAXAS

TURQUIA, ILHAS GREGAS E DUBAI
17 NOITES - VÁRIAS SAÍDAS
AÉREO + HOSPEDAGEM + PASSEIOS + GUIA + TRANSLADO
A PARTIR DE: 10X R$2099,90 SEM JUROS + TAXAS

TERRA SANTA, JORDÂNIA E DUBAI
12 NOITES - VÁRIAS SAÍDAS
AÉREO + HOSPEDAGEM + PASSEIOS + GUIA + TRANSLADO
A PARTIR DE: 10X R$2499,90 SEM JUROS + TAXAS

TAILÂNDIA E DUBAI
12 NOITES - VÁRIAS SAÍDAS
AÉREO + HOSPEDAGEM + PASSEIOS + GUIA + TRANSLADO
A PARTIR DE: 10X R$2399,90 SEM JUROS + TAXAS

TURQUIA & ILHAS DO EGEU
12 NOITES - VÁRIAS SAÍDAS
AÉREO + HOSPEDAGEM + PASSEIOS + GUIA + TRANSLADO
A PARTIR DE: 10X R$1899,90 SEM JUROS + TAXAS

TURQUIA PREMIUM
10 NOITES - VÁRIAS SAÍDAS
AÉREO + HOSPEDAGEM + PASSEIOS + GUIA + TRANSLADO
A PARTIR DE: 10X R$999,90 SEM JUROS + TAXAS

TURQUIA & DUBAI
14 NOITES - VÁRIAS SAÍDAS
AÉREO + HOSPEDAGEM + PASSEIOS + GUIA + TRANSLADO
A PARTIR DE: 10X R$2059,90 SEM JUROS + TAXAS

EGITO COM CRUZEIRO PELO RIO NILO
8 NOITES - VÁRIAS SAÍDAS
AÉREO + HOSPEDAGEM + CRUZEIRO + PASSEIOS + GUIA + TRANSLADO
A PARTIR DE: 10X R$999,90 SEM JUROS + TAXAS

*Voos saindo de São Paulo; *Preços e Datas de Saídas sujeitos a alteração e disponibilidade; *Valores Calculados em 02/01/2023 e válidos até 31/01/2023 sujeitos a disponibilidade; *Taxas não inclusa nos valores divulgados, consulte os valores; *Para maiores informações sobre os pacotes, acesse o nosso site ou entre em contato com o nosso atendimento; *Tarifas válidas para embarques na baixa temporada , exceto feriados e datas de eventos no destino; *Desconto de 35% ja aplicado nos valores divulgados nesse anúncio;

R. Dr. Jesuíno Maciel, 158 - Campo Belo
www.egpviagens.com.br

continuação

SEGUROS SURA S.A.

CNPJ 33.065.699/0001-27

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições regulatórias vigentes e as normas estabelecidas em nosso estatuto social, submetemos à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Seguros SURA, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas de relatório do auditor externo (Ernst & Young Auditores Independentes).

A Seguros SURA atua no Brasil desde o ano 2016 e está presente hoje em 9 países da América Latina: Brasil, México, Colômbia, Argentina, Uruguai, Chile, Panamá, República Dominicana e El Salvador, conta com mais de 20 mil funcionários e administra mais de 21,2 milhões de clientes na região. Sua estratégia visa entregar bem-estar e competitividade sustentáveis para as pessoas e empresas, através da gestão de tendências e riscos e o talento humano, para atrair, fidelizar e crescer com nossos clientes e gerar uma rentabilidade superior ao custo de capital.

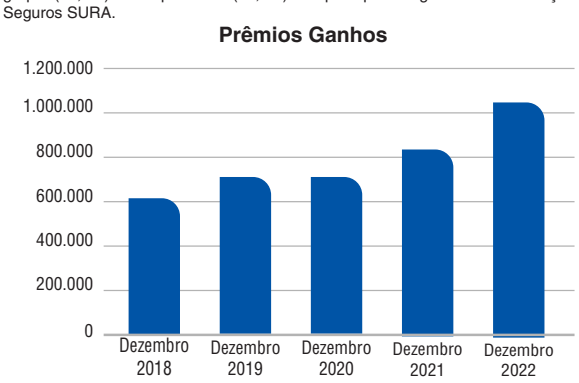
A Seguros SURA tem mais de 78 anos de experiência no setor de seguros, e é um dos maiores grupos seguradores da América Latina. Além disso, a Seguros SURA é uma das subsidiárias do Grupo SURA que possui investimentos em diversos setores como serviços financeiros, indústria do setor de alimentos, cimento, energia e infraestrutura e tem um braço de Corporate Venture com o objetivo de fazer investimentos em empresas que potenciem as companhias do grupo.

No Brasil a Seguros SURA atua com foco em seguros para pessoas e empresas, que são vendidos através de dois principais canais: Corretores e afinidades. O canal corretor atua através de 3 regionais que são: regional São Paulo com as filiais Corporate, São Paulo Leste e Sul, Ribeirão Preto e Campinas, regional Sul com as filiais Curitiba e Porto Alegre e regional Centro Norte com as filiais, Nordeste, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, totalizando 10 filiais. A empresa atua com produtos de transportes, frotas de automóveis, vida em grupo, seguro residencial, seguro para automóveis com valor acima de R$220 mil, seguros de empresa, responsabilidade civil, seguros de bicicletas e micro mobilidade.

Ao todo, são em torno de 340 funcionários distribuídos nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, Fortaleza, Jundiaí, Bauru, Goiânia e Bahia que atendem grande parte do território nacional. A companhia possui uma cultura corporativa baseada em 4 princípios que são a transparência, responsabilidade, respeito e equidade e que são a base do relacionamento com todos os grupos de interesse.

Principais números de 2022

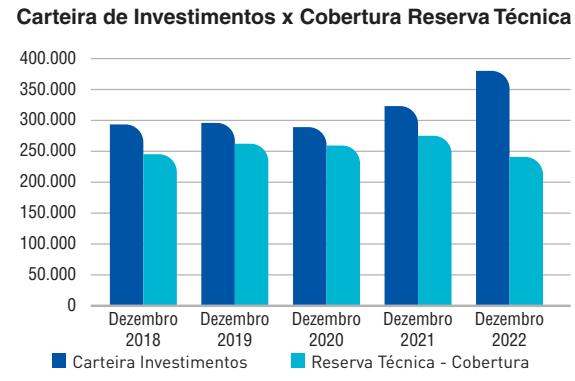
Em 31 de dezembro de 2022, a Seguros SURA produziu R$ 1.064 bilhões em prêmios emitidos líquidos e os prêmios ganhos brutos totalizaram R$ 1.054 bilhões, sendo os seguros de transportes (31,6%), frota de automóveis (31,9%), vida grupo (10,2%) e empresarial (24,4%) os principais segmentos de atuação da Seguros SURA.



As carteiras de investimentos vinculadas terminaram o ano com um saldo de R$ 383 milhões, 18,6% maior que o ano 2021, e as reservas técnicas de cobertura totalizaram R$ 241 milhões no exercício. O indicador de liquidez da companhia teve uma melhora relevante já que passou de 130% em dezembro do ano 2021 para 196% em dezembro do ano 2022 o qual se explica principalmente pelos aportes de capital que a companhia recebeu por valor de R$ 45,8 milhões durante o ano 2022. Esses aportes aconteceram nos meses de maio, junho e setembro de 2022, como uma estratégia da Suramericana, principal acionista, para potenciar os negócios da seguradora no Brasil. Neste sentido o indicador de liquidez com o qual fecha o ano a companhia deixa à administração mais confortável em termos do fluxo de caixa requerido para suportar volatilidades e cumprir com suas obrigações com os clientes.

A administração também quer salientar que, durante o ano 2022, o indicador de solvência se manteve, na média, acima de 117% o que quer dizer que a companhia tem o capital suficiente para suportar os riscos aos quais está exposta. Este nível de solvência é um nível que a administração considera razoável, e o qual, a SUSEP validou como nível adequado no marco da fiscalização que a companhia teve durante o ano 2021, período no qual, a SUSEP posicionou um indicador acima do 115%.

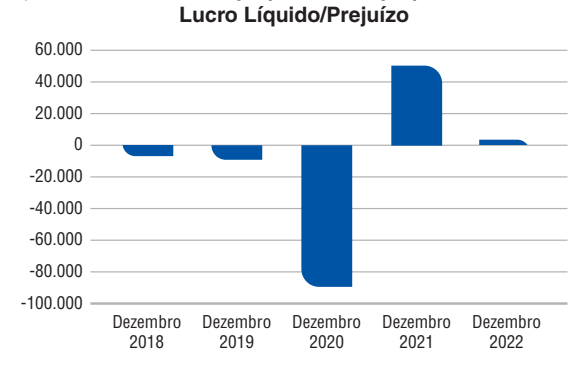
A seguir está demonstrado em gráfico da carteira de investimentos / reservas técnicas de cobertura:



A seguradora apresentou um lucro de R$ 1.7 milhões no período 2022. Este resultado foi atingido em grande parte por uma boa performance da solução de transporte e residência que compensaram os efeitos de desvio da sinistralidade da solução de frotas de automóveis. Esta solução foi impactada pela inflação e o desabastecimento de peças que terminaram gerando um incremento de sinistros na companhia próximo de um 25% em veículos leves e de um 49% em veículos pesados no primeiro semestre do ano 2022.

O ano para a seguros SURA também terminou com uma boa performance das receitas financeiras, alavancadas pelo aumento da SELIC que terminou o ano em 13,75%. As receitas financeiras para a companhia fecharam o ano 2022 em R$ 71 milhões, um 350% acima dos valores desta receita no ano 2021.

Segundo o exposto anteriormente, a Seguros SURA demostrou uma gestão adequada e que deixa confortável à administração e com a clareza que nos encontramos percorrendo um caminho acertado, tendo presente que o que aconteceu na solução de frotas de automóveis foi consequência dos efeitos indiretos, não esperados, que a companhia percebeu produto do COVID19 e que ainda com isso a companhia fechou outro ano com geração de lucros e geração de fluxo de caixa.



Estratégia de negócios

Plano de potencialização dos negócios

As ações da nova liderança, que iniciou desde o ano 2021, têm como foco uma mudança fundamental na gestão da operação e a busca de uma rentabilidade sustentável superior a seu custo de capital através de cinco objetivos que são: um crescimento rentável, um modelo operacional eficiente e flexível, a diversificação dos acessos, o desenvolvimento e otimização do portfólio e a fidelização e ressignificação dos perfis do talento humano da Seguros SURA.

Além disso, o portfólio de negócios da Seguros SURA buscará continuar se diversificando em canais e produtos, por meio da entrega de capacidades de competitividade empresarial, de mobilidade com o sem artefato e de autonomia para as pessoas, onde a companhia já vem reestruturando papéis que respondam à estratégia, e está desenvolvendo negócios que serão viabilizadores de expansão das atividades do país entregando resiliência para as pessoas e empresas em vários segmentos econômicos.

A Seguros SURA também continuará investindo na expansão regional potenciando as três regionais atuais (Sul, São Paulo e Centro-Norte) garantindo maior proximidade com os corretores e clientes, e a geração de valor para a companhia no curto, médio e longo prazo. Além disso, buscará continuar fechando parcerias no canal afinidades que procurem sempre gerar benefícios para o cliente e percepção do valor agregado que esta indústria deve gerar a todos seus participantes.

Em relação ao seu modelo operacional, na Seguros SURA foram priorizados a evolução de alguns macroprocessos fundamentais para a transformação necessária e o atingimento da estratégia, tais como a gestão do entorno, a gestão de mercados e segmentos, a gestão de acessos e canais e o desenho e desenvolvimento do portfólio. Dentro deste modelo, a tecnologia teve um papel vital através da automação de processos que geraram facilidades operacionais e autonomia ao canal. Além disso, a disponibilidade de informações e conectividade foram fundamentais para a tomada de decisão ágil e pertinente por parte do canal.

Aumento de capital

Com o objetivo de continuar alavancando o crescimento e impulsionando o novo direcionamento das ações que começaram a se executar pela Seguros SURA Brasil, foi aprovado no Conselho de Administração da Suramericana, em janeiro de 2021, um aporte de capital de U$ 25 milhões a serem aportados até o ano de 2023.

Aprovados pelo Conselho de Administração da Seguros SURA Brasil, em 2021 foi aportado U$12,5 milhões, em 2022 U$9.0 milhões, ficando para o ano de 2023 os restantes U$3.5 milhões para acelerar a materialização da estratégia da Seguros SURA no Brasil.

Resultados Gerais 2022

Fidelização de nosso talento humano

Desde o talento humano procuramos impactar em 4 dimensões ao nosso talento humano:

• Inspirar: Criando sentido e mobilizando aos colaboradores para que eles vivam nossa estratégia e cultura

• Potencializar: Desenvolver cada pessoa para que ela conheça seu talento e o compartilhe diariamente

• Cuidar e valorizar: Observar, acompanhar, empoderar e oferecer o melhor ambiente de trabalho para todos

• Encantar: Despertar nas pessoas de fora da companhia o desejo de fazer parte da Seguros SURA

Na frente de inspiração e potencialização foram realizadas diversas ações com foco no desenvolvimento dos líderes por meio de formações que potencializam as suas competências e auxiliam na gestão de suas equipes. Além de que se fizeram várias rodas de conversa com o intuito de reforçar a estratégia e a cultura da SURA.

Por outro lado, o desenvolvimento das pessoas esteve potencializado pelo lançamento da escola de competências que teve as seguintes frentes:

• Escola técnica: Se tocaram temas como por exemplo a imersão no seguro de transportes para as pessoas da operação e a subscrição e se aprofundou com os times de negócio, contábeis e atuariais sobre a próxima nova norma CPC50 (IFRS17) que chegará nos próximos anos ao Brasil.

• Escola de tecnologia: Se aprofundou em temas como a transformação digital, a gestão de processos, a inovação com o parceiro Distrito e outros cursos de Power BI e Excel para potenciar o uso da informação na companhia.

Bem-estar e cuidado foram pautas em diferentes espaços: rodas de conversa sobre emoções e autoconhecimento, atendimento telefônico com psicólogos para emergências emocionais, acompanhamento dos casos de COVID-19, oficinas de qualidade de vida e, principalmente, manter um esquema híbrido de trabalho durante todo o ano.

A Companhia procurou exercer um papel vital no cuidado do talento humano com outras iniciativas como: lembrança de férias, marcação de espaços na agenda para não agendar reuniões, ações de reconhecimento, podcasts e rodas de conversas que extrapolaram o mundo virtual e mantiveram as pessoas próximas. Além disso a companhia desenhou um live de resultados mensal onde o CFO junto a diversas pessoas da companhia apresenta os resultados para a companhia toda, e resolvem dúvidas respeito a performance da mesma.

Todas essas realizações colocaram em evidência a importância das pessoas para a operação da Seguros SURA Brasil.

Crescimento rentável e desenvolvimento e otimização do portfólio

Todas as soluções comercializadas pela Seguros SURA tiveram ações e melhorias durante o ano de 2022, com foco em manter e potenciar suas rentabilidades.

A carteira de Transportes apresentou crescimento de 21% em prêmios emitidos, em relação ao ano anterior. Nesta carteira a Seguros SURA se posiciona como uma das principais seguradoras do mercado brasileiro, sendo referência no seguro para embarcadores (nacional e internacional), e uma das líderes de mercado com inovações, processos operacionais e oferta de seguros para vários segmentos no setor de transporte e logística. A companhia atual conta com uma proposta de valor bem-posicionada, equipe especializada em sinistros complexos, amplas coberturas para transportes em viagem nacional e internacional e excelência no gerenciamento de riscos. Durante o ano 2022 o ramo de Transportes performou de forma extraordinária compensando os efeitos adversos percebidos na solução de frotas de automóveis, terminando o ano com uma sinistralidade de 44,9%, muito próxima à sinistralidade executada no ano 2021. Esta sinistralidade esteve alguns pontos abaixo do mercado o qual demostra a rigorosidade técnica e boa subscrição dos riscos dentro da seguros SURA.

Por outro lado, o ramo de Frotas de Automóveis solução que faz parte da capacidade de Mobilidade terminou o ano 2022 com um crescimento total do 25% em prêmios emitidos comparados com o ano anterior. Esse resultado de crescimento nesta capacidade é reflexo de um ajuste de tarifas generalizadas nas coberturas de Casco e RC produto do aumento de sinistralidade que teve a solução de Frotas durante o primeiro semestre do ano 2022. Com isto, a companhia termina o ano com uma sinistralidade acumulada de 81%, 7,5% menor que a percebida durante o primeiro semestre do ano 2022, período no qual a Seguros SURA teve o maior impacto da inflação e desabastecimento de peças. Além disso, a companhia melhorou consideravelmente a produtividade e eficiência dos processos de atenção de sinistros de perda parcial e perda total com revisões e ajustes nos processos de análise prévio, nas atividades dos vistoriadores, na distribuição dos processos dentro da equipe e o planejamento do call center. O trabalho realizado junto a uma apurada política de subscrição, permitiu fechar o ano com um resultado técnico da solução em território positivo.

Nos ramos de seguros Patrimoniais, a Seguros SURA apresentou um crescimento de 73,3% em prêmios emitidos brutos alavancados pelo foco que a administração deu a este tipo de seguros. Estes seguros fazem parte do denominado Grupo 2, que junto com Vida em Grupo são as soluções com as quais a companhia busca se descentralizar e se diversificar no médio e longo prazo. Nos últimos anos a Companhia vem investindo e seguirá investindo em tecnologia modernizando as ferramentas de cotação online que permitem emissão na ponta pelo corretor, gerando assim, mais valor para o cliente e o corretor e, portanto, lhes fidelizando no meio e longo prazo.

A carteira de Seguros de Pessoas, Vida em Grupo e Acidentes Pessoais cresceu em 27% em prêmios emitidos brutos, mantendo o foco no segmento de pequenas e médias empresas e nichos de mercado que necessitam de uma solução diferenciada.

O canal Corretor apresentou crescimento total de 24,3% no exercício de 2022 em comparação com o ano anterior, atingindo R$ 855 milhões em prêmios emitidos, se mantendo como o principal modelo de distribuição da Seguros SURA no Brasil.

O canal de Afinidades atingiu R$ 138 milhões em prêmios emitidos e teve uma redução de 6,6% comparado com o ano anterior, motivada principalmente pelo fechamento da solução de Garantia Estendida. A decisão da saída desta solução se deve principalmente ao não alinhamento que tem esta solução com a estratégia da Seguros SURA de entregar bem-estar e competitividade às pessoas e empresas, somado a que financeiramente não era uma solução rentável pelo requerimento de capital que gera no curto prazo e a baixa margem de contribuição produto das altas comissões exigidas e uma sinistralidade que teve um aumento de 5,7% sobre o prêmio ganho durante o ano 2022 em comparação com o ano 2021. Este canal teve participação representativa nos resultados técnicos da Companhia (23,4%), e ainda representa um 13% do total de prêmios emitidos, mantendo uma posição relevante nas vendas da empresa que se continuará potenciando pela administração.

A Companhia segue com foco no estabelecimento de uma governança sólida de gestão de performance com o objetivo de garantir que o portfólio atual gere a rentabilidade esperada, alinhado a uma estratégia voltada para a diversificação de portfólio em novos negócios através de novas soluções e canais alternativos de distribuição.

Modelo operacional eficiente e flexível

A Seguros SURA vem transformando seu modelo operacional para se tornar cada vez mais uma Companhia reconhecida pela entrega de serviços de seguros com qualidade e pertinência, gerando mais afinidade e relevância para clientes e parceiros de negócios, por isso, ao longo de 2022 foram revistos novamente os processos da Companhia com o objetivo de buscar eficiência, gerando espaço para fazer coisas novas e transformar ou até eliminar processos que não faziam sentido. Neste sentido, a prestação de serviços continuou sendo um diferencial da nossa empresa, com níveis de serviço elevados na emissão, endossos, renovações, cobrança, assistência e em geral de qualquer prestação de serviços.

A empresa manteve seu foco na automatização do atendimento. Ampliou seus canais de comunicação como por exemplo o novo portal do corretor, implantou ferramentas que pudessem auxiliar aos clientes na assistência e no sinistro e manteve seus indicadores de satisfação (NPS médio de 70%), e os volumes de reclamação abaixo de 0,4% ano.

Na área de operações de emissão, endossos e faturamento tivemos um aumento do indicador de produtividade de número de operações por pessoa por mês em um 30,8% durante o ano 2022, o qual foi logrado através da simplificação dos processos, formação dos colaboradores e automação dos sistemas de emissão de acordo com as prioridades da companhia.

Na área de Cobrança tivemos melhoramentos consideráveis dos indicadores de gestão, passando de um nível de inadimplência superior ao 14% no ano 2021 a um nível de 6,4% a finais do ano 2022. O anterior foi possível produto de várias ações coordenadas junto à área de negócio, como por exemplo, a instauração de regras claras associadas ao número máximo de alterações de vencimento sem multa e juros e ao cancelamento de apólices, além do bloqueio de averbações no ramo de transporte por clientes inadimplentes.

Ao longo de 2022, a Seguros SURA manteve os investimentos no desenvolvimento de soluções como o Auto Único e Micromobilidade, desde o foco da emissão e os endossos e consequentemente, permitindo que estes processos se tornassem padronizados, otimizados, mais ágeis e sem erros, gerando maior valor agregado ao negócio e a nossos clientes finais. Além disso, também se realizaram todas as entregas previstas do projeto SRO em busca da excelência na geração de informações para o regulador que desafiou nossa companhia integralmente e nos permitiu desenvolver e melhorar processos para resolver problemas de entrega de informação a tempo como por exemplo no processo de Resseguro.

Em virtude do aumento de conectividade, a Seguros SURA continuou investimento em segurança cibernética, com novas soluções de monitoramento do ambiente, bloqueio de acessos indevidos, além da revisão do código nas aplicações de negócio. Foi também criado um plano de defesa cibernética com ações permanentes e diversas para prevenir, proteger e responder aos ataques. Por outro lado, desde o ponto de vista de melhorar a disponibilidade de nossos aplicativos ao exterior da companhia, a SURA investiu na atualização do uso de nossos aplicativos em vários navegadores, não só Internet Explorer que proximamente entrará em desuso.

A diversificação e melhoramento dos acessos

A Seguros SURA seguiu com melhorias de processos desde a Central de Atendimento até a liquidação dos sinistros a fim de agilizar o atendimento e melhorar a experiência de clientes e corretores. A administração reestruturou a área de sinistros alterando a gestão de algumas soluções a fim de buscar eficiência operativa, potenciar a experiência dos clientes e parceiros e, impactar positivamente a sinistralidade, bem como reforçar a gestão técnica rigorosa dentro destes processos.

Se adequaram os processos de sinistros na capacidade de Mobilidade, reduzindo os prazos de atendimento em 50%, reduzindo os custos e ganhando eficiência operativa. Se implementaram pesquisas de satisfação de atendimento de Sinistro e o feedback tem sido positivo. A maioria das soluções pesquisadas estão com um NPS de 80%.

Se estruturou o comitê de sinistros com participação das capacidades e das regionais demonstrando os principais sinistros do mês, custo médio e outras informações importantes para a gestão de risco em cada solução. Produto disto, e o análise constante dos processos e os custos envolvidos com os parceiros se negociaram savings na ordem de R$ 3 milhões na área de Sinistros.

A companhia teve vendas de salvados 5% maiores comparado às vendas de 2021 contribuindo para o ajuste de sinistralidade da solução de Frotas de Automóveis.

Finalmente, a criação de indicadores potenciou a gestão em toda a área de Sinistros, o que nos permitiu como companhia avaliar a performance das ações implementadas e propor novas oportunidades de gestão que continuarão sendo o mecanismo de melhoramento do principal acesso que tem o cliente da Seguros SURA.

Comunicação com grupos de interesse

Do ponto de vista de comunicação, estreitamos o relacionamento com nossos clientes e parceiros. Foram diversas comunicações através da nossa assessoria de imprensa, criando mais de 800 inserções positivas, gerando uma valoração total de mais de R$ 5 milhões. Mantivemos os nossos parceiros próximos e informados sobre a Seguros SURA e suas soluções através de comunicação direta e da volta dos eventos presenciais do mercado segurador. Participamos de eventos de mobilidade em parceiros como Bike Hotel e Bike Ok, tivemos stands construídos em eventos do mercado segurador como Brasesul, Consegne e CIST e marcamos presença em diversos outros eventos através da visita de nossos executivos.

A área de Marketing e Comunicação intensificou a presença digital nas redes sociais com mais de 550 publicações com conteúdo diversos (Datas comemorativas, dicas e curiosidades, sobre a Seguros SURA e suas soluções, campanhas de performance, entre outros). Em 2022, lançamos o novo site institucional da Seguros SURA, mais leve, com melhor navegabilidade e desenvolvido com uma linguagem mais moderna.

Outro ponto de destaque para o ano, a SURA foi certificada mais uma vez com o selo Great Place to Work e está no grupo das Melhores Empresas para se Trabalhar do GPTW no Brasil.

Governança

Alinhada à estrutura de Governança e ao compromisso de garantir que os princípios corporativos da Equidade, Responsabilidade, Respeito e Transparência possam reger suas decisões, a Seguros SURA possui um sistema integrado de controles internos e metodologias de gestão para a continuidade dos negócios, disciplina técnica, cumprimento normativo e operações transparentes, ampliando a visibilidade e confiança aos mais diversos grupos de interesse sobre a atuação da SURA, no Brasil.

A SURA também desenvolve ações para disseminação da Cultura ética e de Conformidade, observando os critérios e requisitos estabelecidos em suas Políticas e Diretrizes de Governança locais e do Grupo, tais como, mas não se limitando a: Código de Conduta e Boa Governança, Antifraude, Anticorrupção e Antisuborno, Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, Gestão de Fornecedores, Conflito de Interesses, Gestão Normativa e Regulatória, Hospitalidade e Cortesias, Programa de Estrutura Ética e de Conformidade, assegurando que as atividades e processos relacionados aos produtos, serviços e o modelo operacional estejam adequados ao ambiente regulatório e seus requerimentos decorrentes.

A SURA também desenvolve continuamente capacitações internas, para identificar preventivamente, mitigar, mensurar, monitorar e tratar os riscos a curto, médio e longo prazos, que possam impactar o desenvolvimento estratégico da Companhia.

Com a Governança Corporativa adequada, buscamos entregar a competitividade sustentável, qualidade, confiança e integridade das informações e dos reportes financeiros e contábeis, proporcionando aos mais diversos grupos de interesse a transparência necessária para relação de curto e longo prazo.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, corretores, parceiros de negócios, fornecedores, resseguradores, SUSEP e aos órgãos reguladores brasileiros pelo apoio e pela confiança depositada na Seguros SURA Brasil. À nossa equipe de colaboradores, nossos sinceros agradecimentos pela dedicação, disciplina, e pelo comprometimento demonstrado na realização e na manutenção dos negócios, que são a base para continuarmos nosso crescimento no país com confiança no futuro.

Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para outros esclarecimentos que entenderem necessários.

A Administração

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

continua

continuação

SEGUROS SURA S.A.

CNPJ 33.065.699/0001-27

BALANÇO PATRIMONIAL
31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante		**1.033.143**	977.379
Disponível	7	**2.241**	11.184
Caixa e bancos		**2.241**	11.184
Aplicações	8	**160.475**	153.332
Créditos das operações com seguros e resseguros	9	**479.027**	407.443
Prêmios a receber		**433.996**	366.508
Operações com seguradoras		**8.752**	2.850
Operações com resseguradoras		**36.279**	38.085
Ativos de resseguro - provisões técnicas	10	**255.651**	266.283
Títulos e créditos a receber		**7.860**	2.523
Títulos e créditos a receber		**793**	–
Créditos tributários e previdenciários	11.a	**6.022**	1.913
Outros créditos		**1.045**	610
Outros valores e bens	5.6	**15.915**	14.548
Bens à venda	12.a	**15.915**	14.548
Empréstimos e depósitos compulsórios		**742**	753
Despesas Antecipadas		**538**	5
Custo de aquisição diferida		**110.694**	121.308
Seguros	17.b	**110.694**	121.308
Ativo não circulante		**696.284**	568.413
Realizável a longo prazo		**648.997**	538.287
Aplicações	8	**222.157**	170.082
Créditos das operações com seguros e resseguros	9	**53.547**	4.229
Prêmios a receber		**46.558**	2.491
Operações com seguradoras		**6.989**	1.738
Ativos de resseguro - provisões técnicas	10	**16.930**	10.011
Títulos e créditos a receber		**337.624**	321.323
Créditos tributários e previdenciários	11.b	**73.359**	70.939
Depósitos judiciais e fiscais	19/5.6	**264.265**	250.384
Empréstimos e depósitos compulsórios		**1.409**	1.387
Outros valores e bens	26	**2.312**	4.887
Custo de aquisição diferida		**15.018**	26.368
Seguros	17.b	**15.018**	26.368
Imobilizado	13	**2.150**	3.747
Bens móveis		**1.974**	3.682
Outras imobilizações		**176**	65
Intangível	14	**45.137**	26.379
Outros intangíveis		**45.137**	26.379
Total do ativo		**1.729.427**	1.545.792

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Circulante		**1.102.062**	1.002.796
Contas a pagar	5.6	**99.168**	87.809
Obrigações a pagar	15	**45.869**	45.283
Impostos e encargos sociais a recolher	15	**26.653**	22.437
Encargos trabalhistas		**6.148**	5.866
Impostos e contribuições		**4.101**	3.673
Outras contas a pagar		**16.397**	10.550
Débitos de operações com seguros e resseguros	5.6	**339.056**	284.658
Prêmios a restituir		**1.564**	1.437
Operações com seguradoras		**20.722**	13.203
Operações com resseguradoras	16.b	**220.058**	203.008
Corretores de seguros e resseguros	16.a	**96.712**	67.010
Depósitos de terceiros	16.c/5.6	**5.065**	7.307
Provisões técnicas - seguros e resseguros	17.a	**656.372**	618.036
Danos		**627.658**	593.450
Pessoas		**28.714**	24.586
Outros Débitos	26	**2.401**	4.986
Passivo não circulante		**345.419**	308.906
Contas a pagar	15/5.6	**8.990**	8.891
Impostos e Contribuições		**8.253**	8.417
Tributos Diferidos		**737**	474
Débitos das Operações com Seguros e Resseguros		**15.753**	–
Operações com Seguradoras		**15.753**	–
Provisões técnicas - seguros e resseguros	17.a	**109.438**	99.743
Danos		**106.301**	96.446
Pessoas		**3.137**	3.297
Outros débitos	19	**211.238**	200.272
Provisões judiciais		**198.419**	188.239
Provisão atuarial - benefício pós emprego	20	**12.819**	12.033
Patrimônio líquido	21	**281.946**	234.090
Capital social		**329.226**	299.083
Aumento de Capital (em aprovação)		**15.654**	–
Ganhos e perdas não realizados pós emprego		**1.106**	712
Prejuízos acumulados		**(64.040)**	(65.705)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.729.427**	1.545.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação e quantidades de ações)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos		**1.063.982**	911.705
Variações das provisões técnicas de prêmios		**(10.151)**	(27.276)
Prêmios ganhos	22	**1.053.831**	884.429
Sinistros ocorridos	22	**(512.439)**	(427.374)
Custos de aquisição	22	**(312.569)**	(251.903)
Outras receitas e despesas operacionais	23.a	**(2.937)**	435
Resultado com resseguro	23.b	**(92.695)**	(64.928)
Receita com resseguro		**201.324**	278.567
Despesa com resseguro		**(294.019)**	(343.495)
Despesas administrativas	23.c	**(174.175)**	(148.398)
Despesas com tributos	23.d	**(30.463)**	(24.736)
Resultado financeiro	23.e	**70.592**	16.671
Resultado operacional		**(855)**	(15.803)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	23.f	**734**	47
Resultado antes dos impostos		**(121)**	(15.756)
Imposto de renda	24	**5.051**	38.426
Contribuição social	24	**(3.265)**	27.560
Lucro/(Prejuízo) no exercício		**1.665**	50.229
Quantidade de ações	21.d	**36.993.862**	30.606.557
Lucro/(Prejuízo) básico por ação		**0,05**	1,64

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/(Prejuízo) no exercício	**1.665**	**50.229**
Efeitos de reavaliação provisão atuarial plano médico	657	1.817
Efeitos tributários sobre resultado abrangente	(263)	(726)
Resultados abrangentes no exercício	**2.059**	**51.320**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(Prejuízo) no exercício	1.665	50.229
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	10.793	9.312
Perda na alienação de investimento, imobilizado e intangível	(734)	(47)
Provisão redução ao valor recuperável	5.601	(4.137)
Lucro/(Prejuízo) ajustado	17.325	55.357
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(59.218)	(35.163)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(126.504)	(45.314)
Ativos de resseguro	3.713	88.951
Títulos e créditos a receber	(21.638)	(69.415)
Custos de Aquisição Diferidos	21.964	(8.429)
Despesas antecipadas	(533)	56
Outros ativos	1.197	(7.110)
Outras contas a pagar	11.458	13.084
Débitos de operações com seguros e resseguros	70.151	(1.634)
Depósitos de terceiros	(2.242)	(1.375)
Provisões técnicas - seguros	48.031	(55.656)
Provisões judiciais	10.180	3.717
Outros Passivos (benef pós emprego)	(1.799)	6.507
Imposto sobre o lucro pagos	(4.233)	–
Caixa Consumido nas Atividades Operacionais	(32.149)	(56.424)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela Venda:		
Imobilizado	2.010	995
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado	(413)	(1.510)
Intangível	(24.585)	(13.977)
Caixa Consumido nas Atividades de Investimento	(22.988)	(14.492)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	45.797	67.050
Outros (Benef pós emprego)	394	1.091
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	46.191	68.140
Aumento/(Redução) líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(8.943)	(2.775)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.184	13.959
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.241	11.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de Capital em Aprovação	Ganhos e perdas não realizados benefício pós emprego	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**232.033**	**–**	**(379)**	**(115.934)**	**115.720**
Aumento de capital AGE 22/01/2021 Processo Susep nº 15414.601280/2021-16	53.800	–	–	–	53.800
Aumento de capital AGE 13/08/2021 Processo Susep nº 15414.630940/2021-76	13.250	–	–	–	13.250
Efeitos de reavaliação provisão atuarial plano médico	–	–	1.091	–	1.091
Lucro no exercício	–	–	–	50.229	50.229
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**299.083**	**–**	**712**	**(65.705)**	**234.090**
Aumento de capital AGE 22/06/2022 Processo Susep nº 15414.612934/2022-18	14.841	–	–	–	14.841
Aumento de capital AGE 16/08/2022 Processo Susep nº 15414.618376/2022-02	15.302	–	–	–	15.302
Aumento de capital AGE 08/11/2022 Processo Susep nº 15414.630141/2022-81	–	15.654	–	–	15.654
Efeitos de reavaliação provisão atuarial plano médico	–	–	657	–	657
Efeitos tributários sobre resultado abrangente	–	–	(263)	–	(263)
Lucro no exercício	–	–	–	1.665	1.665
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**329.226**	**15.654**	**1.106**	**(64.040)**	**281.946**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Seguros SURA S.A. ("Seguradora" e/ou "Companhia"), faz parte do Grupo SURA (Colômbia) e tem por objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e vida, em quaisquer das suas modalidades, tal como definido na legislação em vigor, operando através de sucursais nos principais centros econômicos do país. O controlador em última instância é o Grupo de Inversiones Suramericana, com sede em Medelín, Colômbia, com mais de 70 anos de existência. Essa aquisição de controle do grupo colombiano se deu em 2016, e portanto, desde então, a Seguradora vem num processo de maturação de seus negócios e plano de crescimento junto ao seu novo controlador. Mudanças importantes no corpo diretivo e estratégia de negócios vem sendo fatores importantes, que consequentemente tem se demonstrado nas operações da Seguradora.

No exercício de 2022, a Seguradora manteve seu posicionamento de mercado no Brasil atuando em quatro pilares estratégicos: Transportes, Automóvel Frotas, Seguros para Pequenas e Médias Empresas e Afinidades.

A Seguradora é uma sociedade anônima de capital fechado e possui sede e escritório principal localizado na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, SP - Brasil.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Seguradora em 24 de fevereiro de 2023.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP n° 648/21 e suas alterações posteriores.

Os ativos e passivos estão avaliados, pelo custo histórico, com exceção:

i. De certos ativos financeiros e bens a venda que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

ii. De certos ativos financeiros, classificados como "disponíveis para venda" mensurados pelo valor justo em contrapartida do patrimônio líquido;

iii. Das provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações do CNSP e da SUSEP; e

iv. De provisões judiciais, reconhecidas com base em estimativa conforme descrito na nota 3.11.

2.2 Comparabilidade

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022 está sendo apresentado comparativamente com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 conforme disposições do CPC 26 (R1) - Demonstração Contábeis, emitido pelo comitê de pronunciamentos contábeis e da Circular SUSEP 517/15 E Circular SUSEP 648/21 no que se aplica ao exercício de 2022.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Seguradora é o Real, exceto quando indicado, as informações estão apresentadas em milhares de reais (R$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4. Moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos em contrapartida no resultado financeiro.

2.5. Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Seguradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

2.6. Segregação entre circulante e não circulante

A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

· Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e

· Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

3. Principais práticas contábeis

3.1 . Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, caixa e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2 . Definições, classificação e mensuração dos instrumentos financeiros - aplicações

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: mensurado ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.

c) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&F Bovespa, na SELIC-Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3-Brasil Bolsa Balcão e na CBLC-Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

d) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzido de eventual perda por redução ao valor recuperável.

e) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda e não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados nesta categoria são reconhecidos no patrimônio líquido, líquido de impostos.

f) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo, que estão representados principalmente por créditos das operações com seguros e resseguros. Os recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

a) Redução ao valor recuperável (Impairment)

· Redução do valor recuperável de ativos financeiros ("impairment")

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

A Seguradora constitui redução do valor recuperável de prêmios a receber através de estudo técnico baseado em histórico de cancelamentos de prêmios por inadimplência, com base no período decorrido do vencimento dos prêmios e vigência dos contratos expirados. A seguradora constitui a redução ao valor recuperável para prêmios de cosseguros aceitos e sinistros cosseguros cedidos através de estudo técnico baseado em histórico de recebimentos por congêneres. Para operações com resseguradoras, constitui redução ao valor recuperável para os sinistros pendentes acima de 180 dias.

• Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É efetuada análise anual quanto à capacidade de recuperação dos valores, com o objetivo de assegurar que a perda por não recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos.

3.3. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição compreendem os custos diretos na obtenção e processamento de novos negócios/contratos de seguros. Esses custos são capitalizados, reconhecidos como ativo e amortizados pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, onde a vigência média de diferimento é de 335 dias para Danos e de 235 dias para seguros de Pessoas.

3.4. Outros valores e bens

• Bens à venda - salvados

Referem-se a ativos recuperados e registrados após a regulação do sinistro. Estão estimados ao valor de realização, deduzidos os custos diretamente relacionados à sua venda, e necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. Os salvados são mensurados através do percentual médio de venda nos últimos 12 meses, aplicados ao valor de indenização e valor de mercado para os contratos de seguros com valor determinado. Trimestralmente é avaliado o valor médio de venda nos últimos 12 meses, e havendo alteração neste percentual, os valores são respectivamente ajustados.

3.5. Demais ativos circulantes e ativos realizáveis a longo prazo

Os demais ativos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o valor justo ou de realização.

Os ativos de resseguro são representados por valores de operações realizadas junto a resseguradores, considerando o prazo esperado de realização (ou recebimento). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato.

Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios devidos por contratos de resseguro.

3.6. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis e utensílios, veículos e equipamentos de informática utilizados para a condução dos negócios da Seguradora em sua atividade operacional.

A Seguradora utiliza o método de depreciação linear, utilizando-se os seguintes períodos correntes:

Imobilizado	Tempo
Imóveis	25 anos
Utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios

continua

continuação

SEGUROS SURA S.A.

CNPJ 33.065.699/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

3.7. Intangível

Os saldos do intangível referem-se a:

• Desenvolvimento de sistemas reconhecido como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados são deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil.

• Outros ativos intangíveis referem-se a investimentos efetuados com canais de distribuição de terceiros para fins de negociação do produto de seguro de afinidade, sendo demonstrado pelo custo, deduzido das respectivas amortizações calculadas pelo método linear ou da forma em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos através do prêmio ganho realizado pelo canal.

• Mensalmente a seguradora acompanha a evolução dos canais para certificar que a produção real está em conformidade com o plano de negócio, bem como análise dos canais para identificação de possíveis redução de valor recuperável de ativos.

Intangível	Tempo
Despesas de desenvolvimento de sistemas (software)	5 anos
Direito de uso de bases de clientes de terceiros (produto de seguro "Afinidades")	5 anos/prêmio ganho pelo canal

3.8. Provisões técnicas de seguros e resseguros

• Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

Conforme determinam a Resolução CNSP nº 432/2021 e a Circular SUSEP nº 648/21, a PPNG tem por objetivo garantir a cobertura dos sinistros e das despesas a ocorrer durante a vigência dos riscos assumidos, com base no valor do prêmio comercial, em moeda nacional, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. Para os riscos vigentes e já emitidos na data-base, é constituída a PPNG-RVE, cuja apuração deve ser feita à base "pró-rata die", considerando a data-base do cálculo e as datas de início e fim de vigência dos respectivos riscos. Já para os riscos vigentes, mas não emitidos até a data-base, é constituída a PPNG-RVNE (PPNG para Riscos Vigentes mas Não Emitidos), apurada conforme metodologia estabelecida em Nota Técnica Atuarial.

• Sinistros a liquidar - PSL e ajustes de IBNeR

Conforme determinam a Resolução CNSP nº 432/2021 e a Circular SUSEP nº 648/21, a PSL tem por objetivo garantir a cobertura dos valores esperados a liquidar referentes a sinistros avisados e registrados pela companhia até a data-base de apuração, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Adicionalmente a companhia possui uma política de sinistros que objetiva garantir a efetividade dos riscos gerenciados, abordando os sinistros e respectivos salvados e ressarcidos. Com base na experiência da companhia, é necessário apurar o Ajuste IBNeR, que corresponde às variações que os sinistros provisionados em PSL sofrerão ao longo do processo de regulação, sejam elas positivas ou negativas. A apuração do IBNeR é feita com base em metodologia estabelecida em Nota Técnica Atuarial.

• Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR

Conforme determinam a Resolução CNSP nº 432/2021 e a Circular SUSEP nº 648/21, o IBNR tem por objetivo garantir a cobertura dos valores esperados a liquidar referentes a sinistros ocorridos mas ainda não registrados pela companhia até a data-base de apuração, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A apuração do IBNR é feita com base em metodologia estabelecida em Nota Técnica Atuarial com base histórica de 11 anos, que contempla ainda estimativas de despesas, recuperações de salvados e ressarcimentos.

• Provisão de Despesas Relacionadas - PDR

Conforme determinam a Resolução CNSP nº 432/2021 e a Circular SUSEP nº 648/21, a PDR tem por objetivo garantir a cobertura dos valores esperados a liquidar referentes às despesas de regulação de sinistros, estejam eles ainda pendentes de pagamento (sinistros provisionados em PSL) ou ainda não registrados (sinistros provisionados em IBNR). A PDR é, portanto, apurada de forma segregada, como parte da PSL, do Ajuste IBNeR e do IBNR, com base nas metodologias estabelecidas nas respectivas Notas Técnicas Atuariais.

• Teste de Adequação de Passivos - TAP e a Provisão Complementar de Carteira - PCC

Conforme determinam a Resolução CNSP nº 432/2021 e a Circular SUSEP nº 648/21, e requerido pelo CPC 11, o TAP deve ser realizado semestralmente para avaliar as obrigações decorrentes dos contratos e certificados de seguro vigentes na data de sua elaboração, utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas. Os contratos vigentes foram segmentados por regime financeiro, tipos de produtos (Seguro de Danos e Seguro de Pessoas) e prêmios registrados e não registrados, tendo sido aplicada compensação entre déficits e superávits dentro de cada segmentação. Em caso de déficit em qualquer segmentação, será constituída a PCC pelo valor do déficit. Os fluxos de caixa projetam os sinistros a ocorrer e as despesas administrativas e relacionadas aos sinistros. As principais premissas utilizadas são:

• Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP, para a data-base do teste, para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa projetados;

• Melhor estimativa de sinistralidade da série histórica observando-se períodos compreendidos entre os 12 meses anteriores à data-base, para a projeção dos sinistros a ocorrer;

• Despesas administrativas estimadas para manutenção dos contratos vigentes até o fim de vigência, excluindo, portanto, as despesas para desenvolvimento de novos negócios;

• Fluxos de caixa projetados brutos de resseguro;

• Os percentuais de sinistralidade utilizados no estudo foram de: Automóvel: 73,20%, Afinidades 20,81%, Patrimonial: 73,97%, Responsabilidade Civil: 67,14%, Transporte: 42,05%, Pessoas Coletivo: 43,75%.

• Os procedimentos e premissas adotados estão registrados no Relatório do Teste de Adequação de Passivos, elaborado e assinado pelo Atuário Técnico;

Em 31 de dezembro de 2022, o TAP não gerou necessidade de constituição de PCC.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R$240.000 no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada considerando a alíquota de 15%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. A expectativa de realização dos créditos tributários é baseada no plano de negócio elaborado anualmente pela administração.

3.10. Ativos contingentes, provisões judiciais e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados da seguinte forma:

• Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

• Provisões judiciais - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e remotas pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas ou reconhecidos contabilmente como provisões judiciais para a parcela que houver expectativa de saída de caixa e perda provável, conforme o pronunciamento técnico CPC 25. As provisões judiciais relacionadas a Sinistro a Liquidar são avaliados para provisão de perda de acordo com a política da seguradora, independente do pronunciamento técnico CPC 25, reconhece contabilmente 100% para perda provável, 65% perda possível e 15% perda remota do valor em risco, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração;

• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.

3.11. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

• O reconhecimento dos prêmios emitidos de liderança, dos prêmios de cosseguro aceito e das cessões em cosseguros, no resultado, deduzidos de cancelamentos e restituições, ocorre quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro. E são apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices;

• Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata" dia, ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios;

• As despesas da seguradora são reconhecidas pelo regime de competência.

4. Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Avaliação do valor justo das aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 8);
• Perda do valor recuperável sobre operações com seguradoras (Nota Explicativa nº 9);
• Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos (Nota Explicativa nº 11);
• Ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 13);
• Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis);
• Provisões técnicas e custos de aquisição diferida (Nota Explicativa nº 17);
• Provisões judiciais (Nota Explicativa nº 19).

5. Gerenciamento de riscos

A Administração da Seguradora tem a responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A Administração estabeleceu o Comitê de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Seguradora. O Comitê reporta regularmente a Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Seguradora está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Seguradora. A Seguradora, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. A área de Risco do Grupo supervisiona como a administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Seguradora está exposta.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos de seguros (subscrição), operacional, legal, mercado, crédito e de liquidez.

5.1. Risco de seguros (subscrição)

Definição de contrato de seguros

De acordo com o CPC 11, contrato de seguro é um contrato segundo o qual uma parte (a Seguradora) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o segurado), aceitando indenizar o segurado no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente o segurado.

Risco de seguro significativo define-se como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra.

Os principais riscos aos quais a Seguradora está exposta são a precificação, a aceitação e o gerenciamento de riscos de seus clientes. Ao aceitar riscos, a Seguradora se compromete com o pagamento de sinistros e, portanto, esses riscos devem ser entendidos e controlados. Os fatores críticos para o gerenciamento do negócio são: uma subscrição disciplinada, avaliação abrangente dos riscos, processo estruturado de gerenciamento de riscos, precificação e controle de exposição. A Seguradora gerencia esses riscos através da sua estratégia de subscrição, reduzindo sua exposição através de contratos de resseguro e cosseguro. Para as carteiras de propriedade, engenharia (run-off) e automóvel existe uma gestão preventiva de análise dos riscos, já para a carteira de transporte existe a administração preventiva de sinistros através de recursos tecnológicos e escolta da carga segurada transportada.

A estratégia de subscrição busca assegurar que os riscos assumidos estão diversificados em termos de tipo, montante de riscos, indústria e geografia. A precificação de seguros geralmente se baseia no histórico de frequências e severidade média dos sinistros, ajustados pela inflação e tendências futuras a fim de reconhecer antecipadamente as mudanças nos padrões de sinistros. Como as liquidações de sinistros continuam sendo o principal custo da Seguradora, ela cria subsídios nos procedimentos de precificação para despesas de aquisição, despesas de administração, custo de resseguro que cubram adequadamente o custo do capital de exposição aos riscos.

Os contratos de resseguros são também classificados como "Contratos de Seguro", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros.

A cessão de seguros por meio de cosseguros e resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos, como mencionado acima.

Contratos de resseguro existentes incluem cláusulas de excesso de danos, limite de perdas e cobertura de catástrofes. O efeito de tais negócios de resseguro e cosseguro é que a Seguradora não sofre as perdas totais das liquidações dos sinistros limitando-se à parcela do risco retido.

A Seguradora está exposta a riscos de crédito relacionados a seus contratos de resseguros e a recuperação de sinistros de resseguros em decorrência destes contratos, devido à possibilidade de restrição da capacidade financeira, inadimplência e descumprimento de contratos. Como o objetivo de mitigar este risco na seleção dos resseguradores, com os quais a Seguradora opera, a estratégia é buscar resseguradores com a melhor combinação de solidez financeira, preço e capacidade técnica.

A Seguradora permanece responsável como Seguradora direta de todos os riscos resseguros, apesar da resseguradora ficar responsável pela extensão do risco cedido.

Os produtos e suas respectivas coberturas são previamente autorizados pelo órgão regulador (SUSEP).

Concentração de riscos dos contratos de seguro

A concentração de risco dos contratos de seguro para as várias modalidades é determinada com base nos prêmios emitidos antes do resseguro levando-se em conta sua distribuição geográfica e linha de negócios, conforme demonstrado no quadro abaixo:

a) *Bruto de resseguro*

				31/12/2022	
Modalidade	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste/Norte	Total	%
Transportes	292.369	55.626	5.699	353.694	33%
Patrimonial	192.553	16.652	1.471	210.676	20%
Automóvel	346.308	23.683	9.031	379.022	36%
Pessoas	100.953	4.229	2.157	107.339	10%
Outros	11.438	1.672	141	13.251	1%
	943.621	**101.862**	**18.499**	**1.063.982**	**100%**

				31/12/2021	
Modalidade	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste/Norte	Total	%
Transportes	238.971	54.781	3.726	297.478	33%
Patrimonial	211.074	7.932	502	219.508	24%
Automóvel	249.507	34.098	7.335	290.940	32%
Pessoas	80.341	4.198	1.612	86.151	9%
Outros	15.644	1.907	77	17.628	2%
	795.537	**102.916**	**13.252**	**911.705**	**100%**

b) *Líquido de resseguro*

A exposição aos riscos varia por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

				31/12/2022	
Modalidade	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste/Norte	Total	%
Transportes	212.265	40.432	4.156	256.853	33%
Patrimonial	138.334	9.361	1.239	148.934	19%
Automóvel	241.847	13.210	6.045	261.102	34%
Pessoas	94.228	4.178	2.091	100.497	13%
Outros	1.942	528	108	2.578	1%
	688.616	**67.709**	**13.639**	**769.964**	**100%**

				31/12/2021	
Modalidade	Sudeste/ Centro-Oeste	Sul	Nordeste/ Norte	Total	%
Transportes	149.889	37.541	2.206	189.636	33%
Patrimonial	150.928	2.254	378	153.560	27%
Automóvel	121.388	12.307	4.858	138.553	24%
Pessoas	73.656	3.832	1.571	79.059	14%
Outros	6.584	761	57	7.402	1%
	502.445	**56.695**	**9.071**	**568.211**	**100%**

5.2. Risco operacional

Riscos operacionais são os riscos de perdas diretas e indiretas resultantes de fatores humanos, eventos externos, processos internos e falhas nos sistemas. Os riscos operacionais são inerentes às operações da Seguradora e são típicos de qualquer empresa. As principais fontes de risco incluem confiabilidade dos processos operacionais, segurança da informação, terceirização de operações, dependência de fornecedores chave, implementação de mudanças estratégicas, fraudes, baixa qualidade de serviço aos clientes, continuidade de negócios, recrutamento, treinamento e retenção de pessoas e impactos sociais.

A Seguradora gerencia os riscos operacionais utilizando uma variedade de técnicas e ferramentas para identificar, monitorar e mitigar os riscos operacionais de acordo com sua disposição ao risco. Estas ferramentas incluem auto avaliação de riscos, indicadores de riscos chave (por exemplo, indicadores de fraudes e de serviço), análises de cenário e relatórios de perdas. Além disso, a Seguradora desenvolveu alguns planos de contingência tecnológica, incluindo gestão de incidentes e planos de continuidade de negócios.

5.3. Risco legal

No curso normal de suas atividades, a Seguradora é envolvida em processos judiciais ou de arbitragem com relação às suas obrigações, principalmente àquelas relacionadas ao pagamento de sinistros.

O desfecho dessas questões legais/judiciais se altera ao longo do tempo, e consequentemente, o montante das obrigações da Seguradora também se altera, podendo assim afetar negativamente o resultado da Seguradora.

A Seguradora por meio de seu departamento jurídico acompanha periodicamente o andamento de suas ações judiciais de forma a mitigar os riscos legais / judiciais e reduzir eventuais desembolsos financeiros.

5.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que haja alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - que irão afetar os resultados da Seguradora ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Taxas de juros

O risco de taxa de juros advém de a possibilidade da Seguradora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de investimentos.

A Seguradora possui contrato de gestão de investimento com instituição financeira, o qual leva em consideração diversos aspectos, tais como: oportunidades de investimentos, limites de investimentos e aspectos de liquidez. A Seguradora em 31 de dezembro de 2022 contabiliza seus ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

O principal objetivo da estratégia de investimento da Seguradora é maximizar o retorno dos investimentos para principalmente manter os ativos garantidores em montante suficiente para cobertura das provisões técnicas e para melhorar seus retornos de forma geral. Em relação a isso, a Administração é auxiliada por instituição financeira externa. Todos os investimentos novos ou reaplicações são avaliados individualmente e submetida à aprovação da Administração.

Taxas de câmbio de operações em moeda estrangeira

Os valores em moeda estrangeira, representados também por ativos e passivos decorrentes das transações usuais da Seguradora, foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data de liquidação das transações ou na data das demonstrações financeiras, quando pendentes de liquidação. Nesse caso os ativos e os passivos são convertidos pela cotação do dólar comercial divulgado pelo Banco Central do Brasil. Os resultados de variação cambial, positivos ou negativos, são registrados em conta de resultado.

5.5. Risco de crédito

O risco de crédito advém de a possibilidade da Seguradora não receber os valores decorrentes dos créditos relativos às aplicações financeiras junto às instituições financeiras e dos créditos a receber de seguros emitidos e resseguros/cosseguros cedidos.

No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras a política adotada pela Administração da Seguradora estabelece as instituições financeiras com as quais se podem operar os limites de alocação de recursos e os objetivos.

A Seguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas, cuja classificação de risco seja entre "AAA" até "BB-", ou seja, empresas que apresentam solidez financeira de excepcional até adequada, através da compra direta de ativos financeiros, como títulos públicos e privados e quotas de fundos de investimentos, buscando uma rentabilidade próxima à variação do CDI ou taxa SELIC, em investimentos com alta liquidez e segurança.

A tabela a seguir demonstra os saldos da exposição de risco de crédito por "Rating" de crédito das agências para as aplicações financeiras:

							31/12/2022	
	Rating de crédito							
	BB-	BBB+	AAA	AA+	AA2	A	Sem Rating	Saldo Total
Ativos Financeiros - títulos ao valor justo por meio do resultado	382.389	–	–	–	243	–	–	382.632
Total	**382.389**	**–**	**–**	**–**	**243**	**–**	**–**	**382.632**

							31/12/2021	
	Rating de crédito							
	BB-	BBB	AAA	AA+	A	AA-	Sem Rating	Saldo Total
Ativos Financeiros - disponíveis para venda	306.335	2.274	7	506	12.216	2.076	–	323.414
Total	**306.335**	**2.274**	**7**	**506**	**12.216**	**2.076**	**–**	**323.414**

fonte: https://www.standardandpoors.com/en_US/web/guest/home

A Seguradora não possui derivativos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 e não realizou durante os respectivos períodos operações com derivativos.

Com relação ao risco de recebimento dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações de seguros e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes.

A Seguradora mantém um plano de alçadas para as operações de aceitação dos riscos e emissão das respectivas apólices de seguros, que contemplam também a análise do histórico de crédito do cliente e a exposição ao risco de cada operação.

A Seguradora registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a 'Prêmios a receber'.

Em 31 de dezembro de 2022 a exposição estimada ao risco de crédito para 'Prêmios a receber' está demonstrada na Nota Explicativa nº 9.

Na avaliação da Seguradora os montantes que não sofreram perda por redução ao valor recuperável que estão vencidos há mais de 30 dias são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises dos principais clientes, incluindo as avaliações de crédito desses clientes, quando disponível.

continua

continuação

SEGUROS SURA S.A.

CNPJ 33.065.699/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Ferramentas utilizadas para redução do risco

Resseguradoras	Rating	Agências
TERRA BRASIS RESSEGUROS S.A.	S/Rating	
MAPFRE RE DO BRASIL	A+	Standard & Poor's
MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S.A.	AA-	Standard & Poor's / FITCH
SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S.A.	AA-	Standard & Poor's / FITCH
MARKEL RESSEGURADORA DO BRASIL S.A.	S/Rating	
AUSTRAL RESSEGURADORA S.A.	B++	A.M.BEST
SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.	AA-	Standard & Poor's
RGA GLOBAL INSURANCE COMPANY, LTD.	AA-	Standard & Poor's
MÜNCHENER RÜCKVERSICHERUNGS-GESSELLSCHAFT AKTIENGESELLSCHAFT IN MÜNCHEN	A	Standard & Poor's
GENERAL REINSURANCE AG	AA+	Standard & Poor's
AXA XL RESSEGUROS S.A.	A+	A.M.BEST
XL RESSEGUROS BRASIL S.A.	A+	A.M.BEST
HANNOVER RÜCK SE	AA-	Standard & Poor's / FITCH
LLOYD´S	A+	Standard & Poor's
EVEREST REINSURANCE COMPANY	A+	Standard & Poor's / FITCH
TRANSATLANTIC REINSURANCE COMPANY	A+	A.M.BEST
IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	A-	A.M.BEST
ODYSSEY REINSURANCE COMPANY	A	Standard & Poor's
ATRADIUS REINSURANCE DESIGNATED ACTIVITY COMPANY	A	A.M.BEST
VALIDUS REINSURANCE (SWITZERLAND), LTD.	A+	Standard & Poor's
MS AMLIN AG	A	Standard & Poor's
ODYSSEY REINSURANCE COMPANY	A	A.M.BEST
LIBERTY MUTUAL REINSURANCE (LLOYD'S SYNDICATE 4472)	A	A.M.BEST
XL RE LATIN AMERICA LTD.	A	Standard & Poor's / FITCH
ROYAL & SUN ALIANCE INSURANCE PLC	A	Standard & Poor's / FITCH
CATLIN RE SWITZERLAND LTD	A	Standard & Poor's / FITCH
NAVIGATORS INSURANCE COMPANY	A+	Standard & Poor's
HELVETIA SCHWEIZERISCHE VERSICHERUNGSGESELLSCHAFT AG	A+	Standard & Poor's
ALLIANZ GLOBAL CORPORATE AND SPECIALTY RE BRASIL	A+	A.M.BEST

fonte: http://fenaber.org.br/index.php/pt/institucional/resseguradoras-no-brasil.
fonte: https://www.wtwco.com/en-HK/Solutions/products/Market-Security.
fonte: https://www.spglobal.com/ratings/en/.

5.6. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Seguradora irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Seguradora na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Seguradora.

A Seguradora monitora suas exigências através de projeções de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos, bem como através de projeções de ativos garantidores para cobertura de provisões técnicas de acordo com o requerido pela SUSEP.

A Seguradora busca manter o nível de seus investimentos altamente negociáveis em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros para os próximos 90 dias.

A Seguradora monitora também o nível esperado de entradas de fluxos de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a 'Pagamentos de comissões e sinistro, fornecedores e outras contas a pagar'.

		Expectativa de Realização				
31 de dezembro de 2022	**Total**	**0 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Sem vencimento determinado**
Ativo						
Caixa e bancos	2.241	2.241	–	–	–	–
Aplicações	382.632	58.522	11.717	90.236	222.157	–
Créditos das Operações com seguros e resseguros	532.575	248.900	86.530	143.598	53.547	–
Ativos de Resseguro	118.473	55.369	19.249	11.091	6.308	26.456
Títulos e créditos a receber	793	–	–	–		793
Outros valores e bens - Bens à venda	15.915	–	–	–	–	15.915
Empréstimos e depósitos compulsórios	2.151	–	–	–	–	2.151
Depósitos judiciais e fiscais	264.265	–	–	–	–	264.265
Total Ativo	**1.319.045**	**365.032**	**117.496**	**244.925**	**282.012**	**309.580**
Passivo						
Contas a pagar	108.158	35.895	4.038	5.626	12.843	49.756
Débitos de operações com seguros e resseguros	354.809	232.197	19.063	10.150	–	93.399
Depósitos de terceiros	5.065	–	–	–	–	5.065
Provisões de sinistros a liquidar e PDR	304.238	142.186	49.431	28.482	–	84.139
Provisões judiciais	211.238	–	–	–	–	211.238
Total Passivo	**983.508**	**410.278**	**72.532**	**44.258**	**12.843**	**443.597**
Suficiência	**335.537**	**(45.246)**	**44.964**	**200.667**	**269.169**	**(134.017)**

5.7. Risco regulatório e de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico" segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Seguradora através da otimização tanto do nível como diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP; (ii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). CMR é equivalente ou maior valor entre o capital base e o capital de risco.

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido	281.946	234.090
Ajustes contábeis	(109.400)	(83.671)
Despesas antecipadas	(538)	(5)
Créditos tributários	(46.514)	(46.792)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR (–)	–	–
Ativos intangíveis	(45.137)	(26.379)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG (–)	(17.211)	(10.495)
Ajuste do Excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	–	–
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - subtotal	172.546	150.419
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	4.404	–
Patrimônio Líquido Ajustado total	176.950	150.419
Capital-base (II)	15.000	15.000
Capital de risco (III)	166.850	127.400
Capital adicional - Risco de subscrição	147.642	110.260
Capital adicional - Risco de crédito	17.291	14.898
Capital adicional - Risco operacional	7.099	5.997
Capital adicional - Risco de mercado	9.465	9.891
Efeito da correlação entre os riscos	(14.647)	(13.646)
Capital Mínimo Requerido - CMR (maior entre (I), (II) e (III))	166.850	127.400
Suficiência (Insuficiência) de capital	10.100	23.019
Suficiência (Insuficiência) de capital %	6%	18%
Suficiência de ativos garantidores	141.641	76.135
20% do Capital Mínimo Requerido - CMR	–	25.489
(=) Liquidez em relação ao CMR	141.641	50.646

5.8. Análise de sensibilidade

Sensibilidade a riscos de seguros - sinistralidade (risco de seguros)

A despesa de sinistros ocorridos pode ser afetada pela frequência e/ou severidade dos sinistros em seu portfólio a partir da influência de diversos fatores. As mudanças climáticas ocorrendo no mundo atualmente, comportamento dos motoristas e estados de conservação das vias rodoviárias, mudanças na situação econômica do país afetando simultaneamente a criminalidade e por consequência os índices de roubo. Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A seguradora deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência desta. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR), sendo complementada pelo IBNeR. O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

A tabela abaixo simula a sensibilidade no resultado do exercício (bruto do efeito de impostos), caso a sinistralidade varie em 1pp ponto percentual em relação ao prêmio ganho como resultado do aumento ou diminuição na frequência e severidade destes:

	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
Premissas	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Aumento da sinistralidade (sinistro retido/prêmio ganho)	**10.538**	8.844	**7.598**	**5.409**
Diminuição da sinistralidade (sinistro retido/prêmio ganho)	**(10.538)**	(8.844)	**(7.598)**	**(5.409)**

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros (risco de mercado)

As flutuações das taxas de juros, como por exemplo o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução no rendimento das aplicações financeiras.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros (risco de mercado)

Se as taxas de juros de CDI fossem 1% mais altas ou mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 aumentaria ou diminuiria, conforme tabela abaixo:

			Impactos no resultado e no patrimônio líquido - 1%			
Ativos financeiros	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**%**	**31/12/2021**	**%**
Pré-fixado	–	–	–	0,0%	–	0,0%
Pós-fixado	323.305	254.873	(3.233)	(0,8%)	(2.549)	(0,8%)
Inflação	46.052	68.542	(461)	(0,1%)	–	–
IGPM	13.275	–	133	(0,0%)	(685)	(0,2%)
Total	**382.632**	**323.415**	**(3.826)**	**(1,0%)**	**(3.234)**	**(1,0%)**

6. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora

IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros: emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma foi efetivada para exercício iniciado a partir de 01 de janeiro de 2018, mas ainda não foi aprovado pela SUSEP.

O IFRS 17 (CPC 50) "Contratos de Seguros" (emitido em maio de 2017): estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1° janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada. A Administração está aguardando a aprovação dessa norma pela "SUSEP".

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Seguradora.

7. Disponível (caixa e equivalentes de caixa)

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	63	18
Bancos	2.178	11.166
Total	**2.241**	**11.184**
Bancos	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Banco do Brasil	18	1.233
Bradesco	65	3.612
Caixa Econômica Federal	–	–
Itaú	2.032	6.209
Santander	63	112
Total	**2.178**	**11.166**

8. Aplicações

A composição das aplicações está distribuída da seguinte forma:

		31/12/2022			31/12/2021		
	Nível	**Custo atualizado**	**Valor justo**	**%**	**Custo atualizado**	**Valor justo**	**%**
Títulos ao valor justo por meio do resultado							
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	2	49.410	49.410	13%	–	–	–
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2	226.652	226.652	59%	–	–	–
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	22.898	22.898	6%	–	–	–
Debêntures	2	21.279	21.279	6%	–	–	–
Letras Financeiras - LF	2	58.787	58.787	15%	–	–	–
Outras aplicações	2	3.606	3.606	1%	–	–	–
Total de títulos disponíveis para venda		**382.632**	**382.632**	**100%**	**–**	**–**	**–**
Total de aplicações		**382.632**	**382.632**	**100%**	**–**	**–**	**–**
Circulante			**160.475**				**–**
Não circulante			**222.157**				**–**

		31/12/2022			31/12/2021		
	Nível	**Custo atualizado**	**Valor justo**	**%**	**Custo atualizado**	**Valor justo**	**%**
Títulos disponíveis para venda							
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	2	–	–	–	124.414	124.414	38%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2	–	–	–	121.706	121.706	38%
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	–	–	–	38.532	38.532	12%
Debêntures	2	–	–	–	10.621	10.621	3%
Letras Financeiras - LF	2	–	–	–	22.637	22.637	7%
Outras aplicações	2	–	–	–	5.504	5.504	2%
Total ade títulos disponíveis para venda		**–**	**–**	**–**	**323.414**	**323.414**	**100%**
Total de aplicações		**–**	**–**	**–**	**323.414**	**323.414**	**100%**
Circulante			**–**				**153.332**
Não circulante			**–**				**170.082**

A custódia das cotas e respectivos ativos financeiros dos fundos de investimento são mantidos diretamente pelos respectivos administradores.

Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Movimentação

O valor justo por vencimento está distribuído da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	323.414	288.251
(+) Aplicações	141.379	604.159
(–) Resgates	(117.325)	(583.798)
(+/–) Rendimentos	35.164	14.802
Saldo final	**382.632**	**323.414**

Carteira de aplicações por vencimentos:

					31/12/2022
	De 1 até 3 meses	**De 4 até 6 meses**	**De 6 até 12 meses**	**Acima de 1 ano**	**Total**
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	49.410	–	–	–	49.410
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	–	–	22.898	22.898
Letras Financeiras - LF	2.179	8.111	7.877	40.620	58.787
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.690	–	74.599	145.364	226.652
CDB	–	–	–	–	–
Debêntures	243	–	7.760	13.275	21.279
Outras aplicações	–	3.606	–	–	3.606
Total ao valor justo por meio do resultado	**58.522**	**11.717**	**90.236**	**222.157**	**382.632**
Total aplicações financeiras	**58.522**	**11.717**	**90.236**	**222.157**	**382.632**

					31/12/2021
	Sem vencimento definido	**De 1 até 3 meses**	**De 4 até 6 meses**	**De 6 até 12 meses**	**Acima de 1 ano**	**Total**
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	–	124.414	–	–	–	124.414
Notas do Tesouro Nacional - NTN (b)	–	–	–	22.407	16.125	38.532
Letras Financeiras - LF	–	743	318	386	21.190	22.637
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	–	–	–	121.706	121.706
CDB	–	–	–	–	–	–
Debêntures	–	506	–	2.176	7.939	10.621
Outras aplicações	–	1.228	–	1.154	3.122	5.504
Total disponíveis para venda	**–**	**126.891**	**318**	**26.123**	**170.082**	**323.414**
Total aplicações financeiras	**–**	**126.891**	**318**	**26.123**	**170.082**	**323.414**

9. Créditos das operações com seguros e resseguros

A composição em 31 de dezembro de 2022 e de 31 dezembro de 2021 da conta "Créditos das operações com seguros e resseguros" por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

						31/12/2022
			Vencidas			
	A vencer	**Até 60 dias**	**De 61 a 120 dias**	**Acima de 120 dias**	**Provisão para redução ao valor recuperável**	**Total**
Prêmios a receber	449.967	27.723	1.073	1.792	(1)	480.554
Operações com seguradoras	914	4.194	1.166	10.643	(1.176)	15.741
Operações com resseguradoras	–	3.325	8.756	30.058	(5.860)	36.279
Total dos créditos das operações	**450.882**	**35.242**	**10.995**	**42.493**	**(7.037)**	**532.574**

						31/12/2021
			Vencidas			
	A vencer	**Até 60 dias**	**De 61 a 120 dias**	**Acima de 120 dias**	**Provisão para redução ao valor recuperável**	**Total**
Prêmios a receber	357.480	9.736	1.231	581	(29)	368.999
Operações com seguradoras	2.296	1.612	62	1.143	(525)	4.588
Operações com resseguradoras	–	4.699	10.211	24.168	(993)	38.085
Total dos créditos das operações	**359.776**	**16.047**	**11.504**	**25.892**	**(1.547)**	**411.672**

As movimentações do exercício de 2022 e 2021 da conta "Prêmios a receber" está demonstrada a seguir:

Movimentação	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios pendentes no início do exercício	**368.999**	**330.333**
(+) Prêmios emitidos / RVNE	1.572.896	1.188.304
(–) Recebimentos	(1.123.159)	(993.507)
(–) Baixas/Cancelamentos*	(338.210)	(158.530)
(+/–) Variação da provisão para redução ao valor recuperável	28	2.399
Prêmios pendentes no final do exercício	**480.554**	**368.999**

O prazo médio de parcelamento conforme o saldo pendente da conta "Prêmios a receber" é de 109 dias para seguros de Danos e 63 dias para seguros de Pessoas.

10. Ativos de resseguro - provisões técnicas

a) Composição dos ativos de resseguro - provisões técnicas

					31/12/2022
					Provisões Técnicas
	Provisão de prêmios não ganhos	**Sinistros a liquidar**	**Sinistros ocorridos mas não avisados**	**RVNE**	**Total**
Transportes	23.624	31.334	5.380	3.406	63.744
Automóvel	50.001	35.391	3.799	2.348	91.539
Patrimonial	34.685	33.717	11.531	9.228	89.161
Marítimos	618	–	–	–	618
Responsabilidades	2.396	16.562	1.182	212	20.352
Pessoas	433	1.469	967	135	3.004
Outros	4.163	–	–	–	4.163
Total	**115.920**	**118.473**	**22.859**	**15.329**	**272.581**

continua

continuação

SEGUROS SURA S.A.

CNPJ 33.065.699/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

					31/12/2021
				Provisões Técnicas	
	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	RVNE	Total
Transportes	18.503	25.142	7.327	10.031	61.003
Automóvel	53.588	35.024	8.298	2.607	99.517
Patrimonial	21.439	41.400	10.706	10.812	84.357
Marítimos	618	–	–	–	618
Responsabilidades	2.409	14.093	1.159	3.143	20.804
Pessoas Coletivo	429	1.555	1.426	142	3.552
Outros	6.443	–	–	–	6.443
Total	**103.429**	**117.214**	**28.916**	**26.735**	**276.294**

b) Movimentação dos ativos de resseguro - provisões técnicas

				Provisões técnicas	
	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	RVNE	Total
Saldo 31 de dezembro 2020	**90.265**	**211.087**	**23.327**	**40.567**	**365.246**
Constituições	43.710	218.170	7.919	19.376	289.175
Amortizações/reversões	(30.546)	(1.850)	(2.330)	(33.209)	(67.935)
Pagamentos	–	(275.941)	–	–	(275.941)
Atualização e oscilação cambial	–	(34.251)	–	–	(34.251)
Saldo 31 de dezembro 2021	**103.429**	**117.215**	**28.916**	**26.734**	**276.294**
Constituições	39.315	603.466	1.156	12.957	656.894
Amortizações/reversões	(26.824)	(255.634)	(7.212)	(24.364)	(314.034)
Pagamentos	–	(346.248)	–	–	(346.248)
Atualização e oscilação cambial	–	(325)	–	–	(325)
Saldo 31 de dezembro 2022	**115.920**	**118.474**	**22.860**	**15.327**	**272.581**

11. Créditos tributários e previdenciários

a) Circulante

Referem-se a impostos e contribuições a compensar e tributos retidos na fonte, no montante de R$ 6.022 (Dezembro 2021 - R$ 1.913).

b) Realizável a longo prazo

Referem-se aos créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de diferenças temporárias no montante de R$ 68.153 (Dezembro 2021 - R$ 65.733). Adicionalmente, a Seguradora constitui créditos tributários de PIS e COFINS, no montante de R$ 5.206 (Dezembro 2021 - R$ 5.206), decorrentes de diferenças temporárias sobre a provisão de sinistros a liquidar, que serão deduzidos da base de cálculo de PIS e COFINS quando do seu efetivo pagamento. Considerando a publicação da Circular SUSEP 648/2021 que revogou a Circular SUSEP 517/15 e trouxe a possibilidade de constituição dos créditos tributários desde que a Seguradora apresente estudo que comprove a previsibilidade de lucros futuros conforme citado nos artigos 118 e 119 da referida Circular. A Seguradora cumpriu os requisitos necessários para que a reversão parcial de seu impairment fosse possível em 2021, constituindo um crédito tributário de R$ 65.733 (Dezembro 2020 - Saldo Zero).

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2022			31/12/2021		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Saldo inicial	37.977	27.756	65.733	–	–	–
(+) Constituição de créditos	5.078	3.046	8.124	95.282	62.138	157.420
(–) Realização de créditos				–	–	–
(–) Redução valor recuperável	(3.565)	(2.139)	(5.704)	(57.305)	(34.382)	(91.687)
Saldo final	39.490	28.663	68.153	37.977	27.756	65.733

d) Composição dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferido:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Diferido						
Provisões judiciais	49.605	29.763	79.368	47.061	28.235	75.296
(–) Passivo fiscal diferido	(36.367)	(21.820)	(58.187)	(32.765)	(19.658)	(52.423)
Benefício a empregados	2.250	1.350	3.600	2.294	1.376	3.670
Provisões de participações nos lucros	1.425	855	2.280	714	429	1.143
Provisão para riscos de crédito	1.773	1.064	2.837	427	256	683
(–) Red valor recup temporal	(3.859)	(2.316)	(6.175)	(4.591)	(2.754)	(7.345)
PIS/COFINS diferido	(1.301)	(781)	(2.082)	(1.301)	(781)	(2.082)
Outros	–	–	–	–	–	–
MTM	–	–	–	–	–	–
Prejuízo fiscal / base negativa						
Prejuízo fiscal / base negativa	45.306	32.153	77.459	44.787	31.841	76.628
(–) Red valor recup PF/BN	(19.342)	(11.605)	(30.947)	(17.959)	(11.878)	(29.837)
Total	39.490	28.664	68.153	38.667	27.066	65.733

12. Outros valores e bens

a) Bens à venda - Salvados e imóveis

A composição por idade do saldo de salvados e imóvel a venda está demonstrada a seguir:

					31/12/2022	31/12/2021
Ramos de atuação	**Até 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 180 dias**	**Acima de 180 dias**	**Total**	**Total**
Transportes	5.392	376	399	930	7.097	8.247
Automóveis	8.703	–	32	–	8.735	6.216
Patrimoniais	60	–	–	–	60	1
Outros	–	–	–	23	23	23
Total salvados	**14.155**	**376**	**431**	**953**	**15.915**	**14.487**
Imóveis	–	–	–	–	–	61
Total Imóveis	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**61**
Total	**14.155**	**376**	**431**	**953**	**15.915**	**14.548**

(*) A composição do valor de R$ 61 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 61 em 31 de dezembro de 2020) refere - se a imóveis à venda, classificado como ativo circulante mantido para venda.

13. Imobilizado

a) Composição

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada	Total
Equipamentos	6.697	(5.248)	1.449	6.283	(4.739)	1.544
Móveis, máquinas e utensílios	3.315	(2.790)	525	3.315	(2.524)	791
Veículos	–	–	–	2.009	(662)	1.347
Benfeitoria em imóveis de terceiros	3.385	(3.209)	176	3.230	(3.165)	65
Total	**13.397**	**(11.247)**	**2.150**	**14.837**	**(11.090)**	**3.747**

b) Movimentação dos saldos

	Equipamento	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.361**	**90**	**1.270**	**1.095**	**3.816**
Adições	668	–	842	–	1.510
Baixas/ transferência	(7)	–	(396)	–	(403)
Despesas de depreciação	(478)	(25)	(369)	(304)	(1.176)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.544**	**65**	**1.347**	**791**	**3.747**
Adições	414	155	–	–	569
Baixas/ transferência	–	–	(1.073)	–	(1.073)
Despesas de depreciação	(509)	(44)	(274)	(266)	(1.093)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.449**	**176**	**–**	**525**	**2.150**

14. Intangível

a) Composição

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização	Total	Custo	Amortização	Total
Despesas de desenvolvimento de sistemas e direitos de uso de software, líquidas de amortizações acumuladas	107.825	(65.654)	42.171	81.507	(56.451)	25.056
Direito de uso de bases de clientes de terceiros para fins de negociação do produto de seguro "Afinidades", líquido de amortizações acumuladas	29.652	(26.686)	2.966	29.652	(28.329)	1.323
Total	**137.477**	**(92.340)**	**45.137**	**111.159**	**(84.780)**	**26.379**

b) Movimentação dos Saldos

	Despesas de desenvolvimento de sistemas	Direito de uso de bases de clientes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**19.547**	**1.536**	**21.083**
Adições	13.977	–	13.977
Baixas	(545)	–	(545)
Despesas de amortização	(7.923)	(213)	(8.136)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**25.056**	**1.323**	**26.379**
Adições	26.318	–	26.318
Baixas	–	–	–
Despesas de amortização	(9.203)	1.643	(7.560)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**42.171**	**2.966**	**45.137**

15. Composição das obrigações a pagar e impostos a recolher

Abaixo segue a composição das obrigações a pagar e impostos a recolher:

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações prestação de serviços	42.637	37.674
Participação nos lucros	3.232	7.231
Honorários/outros	–	378
Impostos e contribuições	8.253	8.417
Tributos diferidos	737	474
Total obrigações a pagar	**54.859**	**54.174**
Impostos retidos (renda e serviços)	4.159	2.589
Imposto de operações financeiras	22.211	18.444
Contribuições previdenciárias e FGTS	283	1.404
Total Impostos a recolher	**26.653**	**22.437**
Total	**81.512**	**76.611**

16. Débitos de operações com seguros e resseguros

a) Corretores de seguros e resseguros

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

Ramos de atuação	31/12/2022	31/12/2021
Automóvel	18.780	18.371
Patrimonial	14.965	12.600
Pessoas	6.885	6.512
Responsabilidades	924	1.026
Transportes	55.158	28.500
Total	**96.712**	**67.010**

b) Operações com resseguradoras

É composto por prêmio de resseguro líquido de comissão, juntamente com as obrigações a pagar para os resseguradores. Segue a composição das operações com resseguradoras por tipo de ressegurador:

								Resseguradoras
	Local		Admitido		Eventual		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Riscos emitidos	117.218	73.509	6.533	14.593	2.891	2.329	126.642	90.431
Riscos a liquidar	92.785	111.898	631	680	–	–	93.416	112.578
Totais	**210.003**	**185.407**	**7.164**	**15.273**	**2.891**	**2.329**	**220.058**	**203.008**

c) Depósito de terceiros

Referente a depósito de terceiros, segue abaixo a evolução dos valores:

	31/12/2022	31/12/2021
Até 30 dias	1.115	414
De 31 a 60 dias	462	495
De 61 a 120 dias	1.970	2.843
De 121 a 180 dias	294	745
De 181 a 365 dias	468	416
Superior a 365 dias	756	2.394
Total	**5.065**	**7.307**

17. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

a) Composição das provisões técnicas de seguros e custos de aquisição diferidos

						31/12/2022
						Provisões técnicas
	Custos de aquisição diferidos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Total de provisões técnicas
Principais classes de negócios						
Transportes	27.880	88.159	72.973	6.990	4.350	172.472
Automóveis	32.376	205.425	99.623	7.627	6.105	318.780
Patrimoniais	58.758	120.287	54.271	7.801	10.393	192.752
Responsabilidades	1.256	5.767	33.508	592	1.396	41.263
Pessoas	3.522	4.850	16.516	4.337	6.169	31.872
Riscos Financeiros	1.920	8.671	–	–	–	8.671
Total	**125.712**	**433.159**	**276.891**	**27.347**	**28.413**	**765.810**

						31/12/2021
						Provisões técnicas
	Custos de aquisição diferidos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Total de provisões técnicas
Principais classes de negócios						
Transportes	16.739	67.345	58.384	8.297	11.707	145.733
Automóveis	29.335	162.407	66.445	9.832	8.525	247.209
Patrimoniais	84.233	165.967	56.401	5.779	10.124	238.271
Responsabilidades	1.261	8.510	29.837	617	1.971	40.935
Pessoas	2.571	5.492	17.101	3.565	5.910	32.068
Riscos Financeiros	2.317	13.563	–	–	–	13.563
Total	**136.456**	**423.284**	**228.168**	**28.090**	**38.237**	**717.779**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, devido a suficiência apurada no teste de adequação de passivo não houve constituição de provisão complementar de cobertura (PCC).

b) Movimentação das provisões técnicas

As movimentações de Provisão de prêmios não ganhos e Custos de aquisição diferidos são considerados pelos riscos vigentes na data base referida.

	Custos de aquisição Diferidos	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar (*)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**139.247**	**394.547**	**322.368**	**25.093**	**31.429**
Constituições	140.615	429.747	562.446	57.459	38.237
Amortizações/reversões	(143.406)	(401.010)	(109.910)	(20.648)	(31.429)
Pagamentos	–	–	(511.721)	(33.814)	–
Atualização e oscilação cambial	–	–	(35.015)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**136.456**	**423.284**	**228.168**	**28.090**	**38.237**
Constituições	306.004	439.623	940.863	52.185	28.413
Amortizações/reversões	(316.748)	(429.748)	(373.602)	(23.020)	(38.237)
Pagamentos	–	–	(524.291)	(29.908)	–
Atualização e oscilação cambial	–	–	5.753	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**125.712**	**433.159**	**276.891**	**27.347**	**28.413**

(*) Em 31 de dezembro de 2022, a Seguradora possui processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, registrados nessa rubrica, no montante de R$ 69.351 (R$ 59.364 em 31 de dezembro de 2021), com a seguinte classificação de risco:

c) Composição e Movimentação de Sinistros a liquidar judicial

	31/12/2022				31/12/2021			
Risco de perda	Quantidade	Reclamado	Provisionado*	%	Quantidade	Reclamado	Provisionado*	%
Perda provável	273	30.964	27.472	88%	137	17.966	15.432	86%
Perda possível	257	46.600	27.599	59%	543	47.961	29.317	61%
Perda remota	844	88.332	14.280	16%	413	88.142	14.615	17%
Total	**1.374**	**165.896**	**69.351**		**1.093**	**154.068**	**59.364**	

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**59.364**	**96.189**
Total pago	(20.039)	(53.947)
Constituições	4.796	4.989
Alterações de provisões	19.319	44.407
Atualização monetária, oscilação cambial e outros	5.913	(32.274)
Saldo final	**69.351**	**59.364**

(*) O saldo da PSL judicial provisionado está líquido de cosseguro cedido e o valor reclamado está bruto de cosseguro cedido.

d) Tabela de desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente às reservas de sinistros, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões.

Esses quadros se referem exclusivamente ao desenvolvimento de sinistros, dessa forma não são considerados os valores relativos às despesas, salvados e ressarcimentos.

O triângulo superior do quadro apresenta o valor estimado para os sinistros avisados, por ano de ocorrência (colunas), bem como as variações das estimativas iniciais em anos subsequentes (linhas). Assim, o total deste quadro indica os valores estimados de sinistros que a companhia registrou no período apresentado.

A parte inferior do quadro demonstra as quantias pagas distribuídas no quadro conforme correspondência com o quadro superior, de modo que é possível comparar os dois quadros, célula por célula.

As linhas "PSL + IBNR" contemplam os saldos brutos e líquidos de resseguro, respectivamente, da Provisão de Sinistros a Liquidar e Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados em 31.12.2022.

Adicionalmente aos valores apresentados na linha "PSL + IBNR" das tabelas acima, há R$ 22.096 mil e R$ 8.018 mil de saldo de provisões, brutos e líquidos de resseguro respectivamente, referentes a ocorrências de anos anteriores a 2012.

Os valores de despesas e salvados e ressarcimentos estão apresentados nas linhas "PSL + IBNR - DESP" e "PSL + IBNR - SALV_RESS" respectivamente. Essa inclusão tem como objetivo a conciliação com a nota 17) b.

Foram considerados os valores de salvados e ressarcidos indenizados e não indenizados na presente nota. Na nota 17) b são considerados apenas os salvados e ressarcidos indenizados.

continua

continuação

SEGUROS SURA S.A.

CNPJ 33.065.699/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Bruto de Resseguro — Ano de Ocorrência

	Anos Anteriores	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Sinistros Incorridos													
Até a data-base		264.432	281.536	299.771	268.361	287.366	309.713	307.142	350.616	446.695	470.233	529.654	
1 ano depois		292.511	308.078	267.772	266.049	273.483	290.006	333.003	350.584	417.429	487.898		
2 ano depois		302.346	311.447	270.570	263.920	266.043	283.235	318.599	342.155	411.167			
3 ano depois		311.683	309.332	274.972	266.343	266.834	285.140	311.845	344.900				
4 ano depois		325.637	325.741	277.818	270.747	270.071	288.723	316.375					
5 ano depois		326.233	323.333	279.112	268.230	267.881	288.707						
6 ano depois		326.031	322.528	271.838	267.692	266.553							
7 ano depois		325.600	321.445	273.057	267.775								
8 ano depois		329.645	326.380	279.459									
9 ano depois		326.832	322.989										
10 anos depois		326.489											
Sinistros Pagos													
Até a data-base		158.904	163.648	158.953	157.007	178.804	177.648	183.796	224.624	255.333	308.753	338.402	
1 ano depois		272.900	280.758	234.553	244.639	249.577	262.870	266.992	319.695	389.485	456.186		
2 ano depois		283.408	291.429	246.553	254.287	256.540	273.642	287.562	328.235	402.418			
3 ano depois		287.242	294.413	248.827	256.846	258.280	275.652	289.834	333.201				
4 ano depois		292.054	306.959	252.390	259.763	260.315	276.411	292.451					
5 ano depois		316.355	313.162	256.035	261.013	261.822	279.540						
6 ano depois		319.466	314.728	256.853	263.200	262.147							
7 ano depois		321.401	315.235	259.538	263.311								
8 ano depois		321.869	317.147	259.763									
9 ano depois		322.114	317.855										
10 anos depois		322.215											
Sobra ou falta		(62.057)	(41.453)	20.312	586	20.814	21.006	(9.232)	5.716	35.528	(17.665)		**Total**
** PSL + IBNR	22.096	4.274	5.134	19.696	4.464	4.405	9.166	23.924	11.699	8.749	31.712	191.252	**314.474**
PSL + IBNR - DESP	510	43	366	366	487	290	594	2.050	956	1.043	5.398	15.244	**26.836**
** PSL+ IBNR -SALV_RESS	–	–	(18)	(195)	(115)	(62)	(263)	(165)	(1.061)	(2.921)	(5.124)	(37.237)	**(47.161)**
pagamentos 2022	**3.734.567**	**476.037**	**(1.796.866)**	**206.026**	**514.669**	**324.522**	**3.196.538**	**1.746.577**	**874.798**	**10.389.006**	**131.988.738**	**329.091.361**	**477.011.405**

(**) Os valores de despesas e salvados e ressarcimentos estão apresentados nas linhas "PSL + IBNR - DESP" e "PSL + IBNR - SALV_RESS" respectivamente. Essa inclusão tem como objetivo a conciliação com a nota 17) b. Foram considerados os valores de salvados e ressarcidos indenizados e não indenizados na presente nota. Na nota 17) b são considerados apenas os salvados e ressarcidos indenizados.

Líquido de Resseguro — Ano de Ocorrência

Ano de Ocorrência	Anos Anteriores	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Sinistros Incorridos												
Até a data-base		258.565	231.064	267.536	231.825	254.995	263.091	218.917	238.101	222.947	254.514	356.635
1 ano depois		275.190	248.939	232.118	228.560	245.266	251.352	212.878	232.225	211.992	279.444	
2 ano depois		277.946	253.469	231.319	231.182	245.043	252.304	212.280	229.882	212.829		
3 ano depois		281.463	251.422	233.948	233.002	247.229	253.669	212.658	232.667			
4 ano depois		282.643	252.594	234.793	234.188	248.001	254.331	216.158				
5 ano depois		283.871	252.698	236.228	234.503	249.278	256.398					
6 ano depois		283.309	252.057	236.469	234.330	248.723						
7 ano depois		283.242	250.960	238.643	234.487							
8 ano depois		284.965	253.291	242.297								
9 ano depois		283.889	252.414									
10 anos depois		283.026										
Sinistros Pagos												
Até a data-base		157.785	144.737	147.120	147.462	171.751	169.805	145.217	154.141	144.361	164.417	233.717
1 ano depois		268.567	230.404	209.691	215.060	233.576	240.733	203.157	219.982	201.910	263.230	
2 ano depois		273.286	234.926	217.398	224.074	239.653	245.468	206.796	224.369	207.850		
3 ano depois		272.262	237.775	219.574	226.457	241.551	247.106	207.314	227.501			
4 ano depois		273.072	241.384	223.356	227.553	243.552	247.768	208.891				
5 ano depois		275.117	243.027	226.385	228.728	244.951	250.013					
6 ano depois		276.907	244.415	227.178	230.376	245.273						
7 ano depois		279.353	244.925	229.863	230.416							
8 ano depois		279.780	246.837	229.991								
9 ano depois		280.025	247.540									
10 anos depois		280.126										
Sobra ou falta		(24.460)	(21.350)	25.239	(2.662)	6.272	6.693	2.759	5.433	10.119	(24.930)	**Total**
PSL + IBNR	8.018	2.900	4.874	12.306	4.071	3.450	6.385	7.267	5.167	4.979	16.214	**122.918**
PSL - DESP	364	29	295	264	386	232	446	1.603	732	543	3.639	**10.037**
PSL - SALV_RESS	–	–	(18)	(193)	(113)	(61)	(260)	(145)	(928)	(1.789)	(2.634)	**(25.427)**

18. Garantia das provisões técnicas

Para cobertura das provisões técnicas, a Seguradora mantinha os seguintes títulos e valores mobiliários retidos ou vinculados à SUSEP:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas - Seguros	765.810	717.781
(–) Deduções/Exclusões	(524.819)	(470.502)
Direito Creditório	(295.512)	(196.089)
Custo de Aquisição Diferidos Redutores	(47.360)	(75.825)
Ativos de Resseguro Redutores	(181.947)	(198.588)
Total a ser coberto	**240.991**	**247.279**
Títulos de renda fixa - públicos	308.338	160.238
Títulos de renda fixa - privados	24.884	38.762
Cotas de fundos de investimento - renda fixa	49.410	124.414
Total	**382.632**	**323.414**
Suficiência	**141.641**	**76.135**

19. Outros débitos - provisões

A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, essas provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Provisões fiscais e previdenciárias (a)	196.198	263.156	186.099	249.076
Provisões trabalhistas (b)	1.761	–	1.989	–
Provisões cíveis (c)	460	135	151	559
Sinistros	–	974	–	749
Total	**198.419**	**264.265**	**188.239**	**250.384**

(*) A Provisão de sinistros é demonstrada na nota 17c

a) Provisões fiscais e previdenciárias

Os valores registrados nessa rubrica são relacionados, principalmente, a discussões judiciais, registradas no exigível a longo prazo. Essas ações, quando requeridas, estão amparadas por depósitos judiciais classificados no realizável a longo prazo. A Seguradora constitui provisão, apoiada na opinião de seus consultores jurídicos, conforme suas probabilidades de êxito e relevância. A administração da Seguradora optou por atualizar os depósitos judiciais fiscais e seus passivos correspondentes.

As principais ações fiscais e os saldos dos correspondentes depósitos judiciais podem assim, serem resumidos:

	Provisões judiciais		Depósitos judiciais	
	2022	2021	2022	2021
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Socia - COFINS	166.476	158.091	219.158	207.664
Programa de Integração Socia - PIS	22.146	21.106	33.817	32.076
Instituto Nacional do Seguro Socia - INSS	2.757	2.614	4.819	4.650
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4.819	4.288	4.929	4.288
Imposto sobre Serviços - ISS	–	–	433	398
Total	**196.198**	**186.099**	**263.156**	**249.076**

COFINS- A Seguradora questiona judicialmente a inconstitucionalidade da cobrança de 3% (COFINS) por falta de recepção pela Lei nº 9.718/98.

PIS - Empresa objetiva recolher o PIS pelos critérios da Lei Complementar nº 07/70, pois a Emenda Constitucional nº 1/94 ao instituir o Fundo Social vedou regulação do dispositivo por medida provisória.

INSS- questionamento sobre comissão de corretagem incidente no questionamento sobre o aumento da alíquota do RAT (Riscos Ambientais do Trabalho) incidente sobre a folha de pagamento, conforme regulamento do Instituto Nacional da Previdência Social.

ICMS - as ações em andamento referem-se ao questionamento da constitucionalidade da obrigação de pagamento do ICMS sobre salvados.

ISS - Ação referente ao questionamento dos recolhimentos efetuados com retenções de prestações de serviços.

b) Provisões judiciais - trabalhistas

Ações de vínculo empregatício e direitos trabalhistas referem-se aos questionamentos de equiparação salarial e horas extras, pedidos de indenização de empresas jurídicas que atuavam como representações da Seguradora e estão registradas de acordo com suas possibilidades de perda estabelecidas pelos consultores jurídicos da Seguradora.

c) Provisões Judiciais - cíveis

O saldo das provisões judiciais cíveis refere-se, basicamente, a ações que, na opinião dos consultores jurídicos da Seguradora, apresentam risco de perda provável ou expectativa de saída de caixa.

d) Composição das provisões judiciais

	31/12/2022				31/12/2021			
Risco de perda	**Quantidade**	**Reclamado**	**Provisionado**	**%**	**Quantidade**	**Reclamado**	**Provisionado**	**%**
Fiscais e Previdenciárias								
Provável	10	186.719	186.719	100%	6	21.710	21.718	101%
Possível	6	9.469	9.469	100%	10	216.396	164.373	76%
Remota	1	9	9	100%	2	10.970	8	0%
	17	**196.198**	**196.198**		**18**	**249.076**	**186.099**	
Trabalhistas								
Provável	8	1.716	1.716	100%	7	1.989	1.989	100%
Possível	6	–	–	0%	3	169	–	0%
Remota	–	–	–	0%	–	–	–	0%
	14	**1.716**	**1.716**		**10**	**2.158**	**1.989**	
Cíveis								
Provável	42	460	460	100%	12	151	151	100%
Possível	90	3.525	–	0%	142	289.271	–	0%
Remota	72	1.080	–	0%	49	20.057	–	0%
	204	**5.065**	**460**		**203**	**309.479**	**151**	
Total	**235**	**193.546**	**198.419**		**231**	**560.713**	**188.239**	

e) Movimentação das provisões judiciais

	Fiscal	Trabalhista	Civil
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**183.034**	**1.095**	**393**
Total pago	–	(368)	516
Baixa e reversão	(834)	(79)	15
Constituições no exercício	–	12	(108)
Alterações de provisões	–	(35)	(421)
Atualização monetária, oscilação cambial e outros	3.899	1.364	(244)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**186.099**	**1.989**	**151**
Total pago	–	–	(786)
Baixa e reversão	(9)	(15)	(381)
Constituições no exercício	–	–	–
Alterações de provisões	–	25	698
Atualização monetária, oscilação cambial e outros	10.107	(237)	779
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**196.197**	**1.762**	**460**

20. Benefício pós emprego

A seguradora constitui uma provisão atuarial em virtude de benefício pós emprego. Os cálculos e premissas utilizadas foram elaborados de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados. Foi contratado o escritório atuarial Willis Towers Watson para efetuar os cálculos e preparar relatórios que suportam as premissas utilizadas e os valores constituídos.

Resumo das principais provisões do plano

A Seguros SURA S.A. fornece a seus aposentados um plano médico segurado pelo Bradesco. A Companhia oferece benefícios médicos totalmente segurados a todos os funcionários e dependentes qualificados. A legislação de saúde (Lei 9656/98) garante o direito aos funcionários (e seus beneficiários) que contribuíram com os prêmios médicos a opção de estender a cobertura médica na aposentadoria ou em caso de demissão involuntária. O plano médico estendido deve incluir o mesmo nível de cobertura e outras condições oferecidas aos funcionários ativos, mas os ex-funcionários devem assumir 100% do prêmio / custo. No caso de rescisão involuntária, o período de extensão dos benefícios médicos é igual a 1/3 do período de contribuição de um período mínimo de seis meses a um máximo de vinte e quatro meses. Aposentados podem estender o plano médico em um ano para cada ano de contribuição. Se o aposentado tiver contribuído por 10 anos ou mais, a extensão do benefício será vitalícia. Conforme informado pelo cliente, a contribuição dos funcionários foi apenas até 1º de janeiro de 2020.

A duração do fluxo de caixa dos pagamentos de benefícios em 2021 foi de 14,7 anos. Para 2022 a duração do fluxo apurada foi de 13,7 anos.

Declaração de Premissas

O CPC 33 exige que as premissas atuariais sejam "imparciais e mutuamente compatíveis" e especifica que elas devem ser "as melhores estimativas de uma entidade das variáveis que determinarão o custo final de fornecer benefícios pós-emprego". As premissas divulgadas referem-se aos períodos que terminam em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 relatórios e divulgações financeiras e nos exercícios de 2020, 2021 e 2022, custo de benefício definido.

As premissas para o cálculo do custo de benefício definido para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 são equivalentes às premissas da avaliação em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente.

O uso de diferentes premissas decorre dos requisitos do CPC 33, segundo o qual o custo de benefício definido é calculado com base em premissas no início do período, e o valor do DBO é calculado com base em premissas na data da mensuração.

a) Taxa de desconto nominal

2017: 9,44%
2018: 8,93%
2019: 7,40%
2020: 7,27%
2021: 8,81%
2022: 9,68%

b) Inflação de Preços

O índice adotado para inflação foi de 3,50% (dezembro 2021 foi de 3,25%)

c) Taxa nominal de tendência de custo de assistência médica

A taxa de tendência sugerida foi de 6,60% a.a. (dezembro 2021 foi de 6,35% a.a.)

d) Fator de envelhecimento

Foi considerado o índice de 3,50% como fator de envelhecimento.

e) Mortalidade

A tabela de mortalidade é o AT-2000 Basic, com um fator de redução de 10%, segregado por gênero. A tabela de mortalidade para inválidos é o RRB-1983.

f) Rotatividade dos funcionários

A seguradora considerou uma taxa fixa de 24,03% ao ano para todas as idades.

g) Suposição de aceitação

A aceitação é a probabilidade de os funcionários aderirem ao plano médico após a aposentadoria. A seguradora adotou uma porcentagem com base no nível de trabalho do funcionário (CEO, VP's e Diretores: 100%; Gerentes e Coordenadores: 70%; Demais: 40%).

h) Aposentadoria

Foram consideradas as idades de aposentadoria em 2021/2022 para homens 65 anos e mulheres 62 anos.

i) Cobertura Dependente

Para ativos atuais, 67% dos participantes elegíveis assumiram eleger cobertura para o cônjuge em aposentadoria. Supõe-se que os homens sejam 4 anos mais velhos que as mulheres.

Reconciliação da Provisão

	31/12/2022	31/12/2021
A Desenvolvimento da posição líquida do balanço		
Obrigação de benefício definido	(8.999)	(9.176)
Valor justo do ativo	–	–
Excedente/(deficit)	(8.999)	(9.176)
Excedente irrecuperável (efeito do teto do ativo)	–	–
Ativo/(passivo) de benefício definido líquido no final do período	**(8.999)**	**(9.176)**

continua

continuação

SEGUROS SURA S.A.

CNPJ 33.065.699/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Movimentação da provisão atuarial

	31/12/2022	31/12/2021
A Movimentação da provisão de benefício definido		
Saldo inicial	**9.176**	**10.513**
Custo de serviço	33	43
Custos de juros	796	757
Atuarial (ganho) / perda - experiência	(657)	(1.817)
Atuarial (ganho) / perda - premissas demográficas	–	–
Atuarial (ganho) / perda - premissas financeiras	–	–
Benefícios pagos diretamente pela empresa	(349)	(320)
Saldo final	**8.999**	**9.176**

Composição da provisão atuarial benefício pós emprego

	31/12/2022	31/12/2021
a) Impacto no resultado		
Custo atual do serviço	33	43
Juros / (receita) líquidos sobre o passivo de benefício definido líquido / (ativo)	796	757
Custo de benefício definido reconhecido no resultado	829	800
b) Outros resultados abrangentes (ORA)		
(Ganho) / perda atuarial devido à experiência	73	395
(Ganho) / perda atuarial devido a alterações de premissas	(730)	(2.212)
(Ganho) / perda atuarial reconhecido em ORA	(657)	(1.817)
c) Custo do benefício definido		
Custo do serviço	33	43
Juros líquidos sobre o passivo de benefício definido líquido	796	757
Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	(657)	(1.817)
Custo de benefício definido	(172)	(1.017)

d) Análise de sensibilidade do benefício pós emprego

Alteração na taxa de desconto

		Análise de sensibilidade	Efeito na Provisão
Taxa de desconto	9,68%	aumento em 0,5%	(536)
Taxa de desconto	9,68%	redução em 0,5%	591

21. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social está representado por 36.993.862 ações (30.606.557 ações em 31 de dezembro de 2021) ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social apresentou em 31 de dezembro de 2022 o valor de R$ 329.225.981,28 (R$ 299.083 em 31 de dezembro de 2021).

b) Reserva legal

Constituída, ao final de cada exercício social, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

c) Outras reservas de lucros

Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, sujeita à deliberação da Assembleia Geral.

d) Composição acionária

		31/12/2022	
	Origem	ON	%
Inversiones Sura Brasil Participações	CO	36.993.816	99,999
Minoritários - pessoa física	BR	46	0,001
Total		**36.993.862**	**100**

22. Ramos de atuação da seguradora

Estão sendo detalhados a seguir os principais ramos de atuação, bem como os respectivos montantes de prêmios ganhos, sinistros ocorridos, custos de aquisição e índices de sinistralidade e de comissionamento:

				31/12/2022	
Principais classes de negócios	**Prêmios ganhos**	**Sinistros ocorridos**	**Custos de Aquisição**	**Índices - % Sinistralidade**	**Comissionamento**
Automóveis	336.005	(273.591)	(58.802)	81%	18%
Patrimoniais	257.410	(50.340)	(104.018)	20%	40%
Pessoas	107.962	(37.525)	(56.131)	35%	52%
Responsabilidades	15.984	(5.776)	(2.201)	36%	14%
Transportes	332.604	(145.209)	(90.545)	44%	27%
Outros	3.865	2	(871)	0%	23%
Total	**1.053.831**	**(512.439)**	**(312.569)**	**49%**	**30%**

				31/12/2021	
Principais classes de negócios	**Prêmios ganhos**	**Sinistros ocorridos**	**Custos de aquisição**	**Índices - % Sinistralidade**	**Comissionamento**
Automóveis	262.725	(189.960)	(51.009)	72%	19%
Patrimoniais	215.189	(47.257)	(82.480)	22%	38%
Pessoas	86.443	(47.917)	(36.830)	55%	43%
Responsabilidades	15.312	(477)	(1.736)	3%	11%
Transportes	304.012	(141.602)	(79.679)	47%	26%
Outros	747	(161)	(169)	22%	23%
Total	**884.429**	**(427.374)**	**(251.903)**	**48%**	**28%**

23. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

	31/12/2022	31/12/2021
a) Outras receitas e despesas operacionais		
Despesas com inspeção de riscos	7.248	(4.608)
Provisões judiciais trabalhistas, cíveis e outras provisões	(401)	(156)
Reversão (constituição) da provisão para riscos de créditos	(5.601)	4.137
Outras receitas/ despesas operacionais	(4.183)	1.062
Total	2.937	435
b) Resultado com Resseguro	**(92.695)**	**(64.928)**
b.1 Receita com resseguro		
Automóvel	124.707	153.367
Patrimonial	8.450	20.067
Pessoas	3.897	8.643
Responsabilidades	3.453	62
Transportes	60.813	96.304
Outros	4	124
Total Geral	**201.324**	**278.567**

	31/12/2022	31/12/2021
b.2 Despesa com resseguro		
Automóvel	(117.922)	(152.388)
Patrimonial	(59.798)	(65.374)
Pessoas	(6.841)	(7.092)
Responsabilidades	(10.663)	(10.226)
Transportes	(96.840)	(107.842)
Outros	(1.956)	(573)
Total Geral	**(294.019)**	**(343.495)**
c) Despesas administrativas		
Pessoal Próprio	(78.746)	(72.249)
Serviços de terceiros	(29.087)	(20.033)
Localização e funcionamento	(28.152)	(26.269)
Publicações e propaganda	(36.860)	(28.964)
Publicações	(107)	(30)
Donativos e contribuições	(336)	(341)
Outras despesas administrativas	(887)	(512)
Total	**(174.175)**	**(148.398)**
d) Despesas com tributos		
COFINS	(22.195)	(17.499)
COFINS diferido	(1)	(1)
PIS	(3.448)	(2.844)
PIS diferido	–	–
Taxa de fiscalização	(3.811)	(3.344)
Impostos municipais	(513)	(437)
Outras despesas com tributos	(495)	(611)
Total	**(30.463)**	**(24.736)**
e) Resultado financeiro		
Receitas com títulos de renda fixa - disponível para venda	9.518	14.802
Receitas com títulos de renda fixa - valor justo por meio de resultado	26.354	–
Receitas financeiras com operações de seguros e resseguros (*)	26.103	68.227
Outras receitas financeiras	47.320	7.309
Subtotal	**109.294**	**90.338**
Despesas financeiras com operações de seguros	(25.427)	(67.041)
Despesas financeiras com juros sobre tributos	(1.135)	(1.104)
Outras despesas financeiras	(12.139)	(5.522)
Subtotal	**(38.702)**	**(73.667)**
Total	**70.592**	**16.671**

(*) As operações de resseguros têm contratos em moeda estrangeira, onde a oscilação cambial impacta nessa rubrica como receita e também correção monetária de sinistros judiciais de resseguro.

f) Ganhos e perdas com ativos não correntes		
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	734	47
Total	**734**	**47**

24. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de Renda	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**
Resultado antes dos impostos e após participações	(120)	(120)	(15.757)	(15.757)
(+/–) Ajustes temporários	1.075	1.075	(1.125)	(1.125)
(+/–) Ajustes permanentes	1.332	1.332	–	–
Base de Cálculo antes da Compensação de Prejuízos	2.287	2.287	(14.632)	(14.632)
(–) Compensação de Prejuízos Fiscal	(686)	(686)	–	–
Base de Cálculo dos Tributos	1.601	1.601	(14.632)	(14.632)
Alíquota média do exercício	25%	15%	25%	15%
Expectativa de resultado de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(327)	(307)	3.659	2.194
Ajuste tributários oriundos das diferenças intertemporais	5.078	3.047	(526)	(315)
Impairment	301	(6.005)	35.293	25.681
Impostos de renda e contribuição social contabilizados	**5.051**	**(3.265)**	**38.426**	**27.560**
Alíquota efetiva	4.200,9%	(2.715,7)%	(581,1%)	(416,8%)

25. Transações e saldos com partes relacionadas

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende funcionários que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, é composta de benefícios de curto prazo, benefícios de longo prazo, e rescisão de contrato de trabalho, cujo montante destinado no ano de 2022 foi de R$ 7.907 (R$ 4.793 em 31 de dezembro de 2021).

A Seguradora possui crédito a recuperar da controladora Inversiones Sura Brasil Participações Ltda. no valor de R$ 369 (R$ 269 em 31 de dezembro de 2021) referente ao reembolso relativo às despesas administrativas provenientes do processo legal de abertura de sua controladora. E a Seguradora possui crédito a recuperar da controladora no valor de R$ 622 referente ao compartilhamento de despesas.

26. Contratos de Direito de Uso

A Companhia adotou a partir de janeiro de 2021 o IFRS 16 (CPC 6) e iniciou os registros e contabilizações de contratos de direitos de uso de arrendamento mercantil, os valores estão sendo detalhados a seguir:

a) Composição

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Total**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Total**
Ativos de Direito de Uso - Arrendamento	7.322	(5.010)	2.312	7.322	(2.435)	4.887
Passivos de Direito de Uso - Arrendamento	(2.401)	–	(2.401)	(4.986)	–	(4.986)

b) Movimentação dos saldos

	Direito de Uso - Contratos de Arrendamento
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.887**
Adições	–
Baixas	–
Despesas de depreciação	(2.575)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.312**

27. Eventos Subsequentes

Não existem eventos subsequentes significativos que devam ser mencionados nas Demonstrações Financeiras de 2022.

PRESIDÊNCIA

Jorge Andres Mejia
Presidente

Daniel Betancur
Vice-Presidente Financeiro

CONTADOR

Júlio Cesar Silva
CRC-1SP282009/O-3

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ricardo César Pessoa
MIBA: 1076

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da **Seguros SURA S.A.** - São Paulo - SP
CNPJ: 33.065.699/0001-27

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Seguros SURA S.A., em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Seguros SURA S.A., como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Seguros SURA S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Seguros SURA S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.

Mário Costa
Atuário MIBA 933
MAZARS SERVICOS ATUARIAIS LTDA, CIBA 170
CNPJ nº 41.921.418/0001-19
Avenida Trindade, 254, salas 1314 e 1315, Edifício Office Bethaville, Bairro Bethaville I, na Cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, CEP: 06404-326

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes

(A publicação desse Anexo, juntamente com as Demonstrações Financeiras, é facultativa)

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2022

Provisões Técnicas	**Em Reais**
Provisão de Prêmios Não Ganhos	433.157.699
Provisão de Sinistros a Liquidar	276.892.245
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	28.412.899
Provisão Complementar de Cobertura	–
Provisão de Despesas Relacionadas	27.347.243
Provisão de Excedentes Técnicos	–
Total de Provisões Técnicas	**765.810.087**
Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas	**Em Reais**
Direitos Creditórios	295.512.161
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	47.360.256
Ativos de Resseguro Redutores de PPNG	40.614.564
Ativos de Resseguro Redutores de PSL	117.031.334
Ativos de Resseguro Redutores de IBNR	15.563.300
Ativos de Resseguro Redutores de PDR	8.737.322
Ativos de Resseguro de PCC	–
Ativos de Resseguro Redutores - Outros	–
Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas	**524.818.939**
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	**Em Reais**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	176.950.643
Capital Base (b)	8.100.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	147.642.346
Capital de Risco - Crédito (d)	17.291.243
Capital de Risco - Operacional (e)	7.099.161
Capital de Risco - Mercado (f)	9.465.228
Efeito da correlação entre os riscos (g)	(14.647.990)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	166.849.988
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)	166.849.988
Suficiência do PLA (a) - (i)	**10.100.656**

continua

continuação

SEGUROS SURA S.A.

CNPJ 33.065.699/0001-27

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
Seguros SURA S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Seguros SURA S.A. (Seguradora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguros SURA S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Paula Colodete Lucas
Contadora - CRC-1SP290864/O-3

WWW.SEGUROSSURA.COM.BR